

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

GLÁUCIA GIOVANA LIXINSKI DE LIMA KÜLZER

**DE SACRAMENTO A BOCA DO MONTE:
A FORMAÇÃO PATRIMONIAL DE FAMÍLIAS DE ELITE NA
PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO (SANTA MARIA, RS, SÉCULO XIX)**

SÃO LEOPOLDO, RS

2009

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

GLÁUCIA GIOVANA LIXINSKI DE LIMA KÜLZER

**DE SACRAMENTO A BOCA DO MONTE:
A FORMAÇÃO PATRIMONIAL DE FAMÍLIAS DE ELITE NA
PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO (SANTA MARIA, RS, SÉCULO XIX)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial e final para obtenção de grau de Mestre em História, na área de concentração em Estudos Históricos Latino-Americanos.

Orientador Prof. Dr. Karl Martin Monsma

SÃO LEOPOLDO, RS

2009

Ficha catalográfica

K96d Külzer, Gláucia Giovana Lixinski de Lima
De Sacramento a Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX) / por Gláucia Giovana Lixinski de Lima Külzer. – 2009.

205 f. : il. ; 30cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2009.
“Orientação: Prof. Dr. Karl Martin Monsma, Ciências humanas”.

1. Sociedade – Elite. 2. Patrimônio. 3. Redes sociais. I. Título.

CDU 316.344.42

GLÁUCIA GIOVANA LIXINSKI DE LIMA KÜLZER

**DE SACRAMENTO A BOCA DO MONTE:
A FORMAÇÃO PATRIMONIAL DE FAMÍLIAS DE ELITE NA
PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO (SANTA MARIA, RS, SÉCULO XIX)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial e final para obtenção de grau de Mestre em História, na área de concentração em Estudos Históricos Latino-Americanos.

Aprovado em _____ de _____ de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Helen Osório (UFRGS)

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (UNISINOS)

Prof. Dr. Karl Martin Monsma (UNISINOS – Orientador)

Dedico este trabalho aos meus pais Osmar e Noeli, aos meus irmãos Marcos e Cléber, e ao meu marido Ricardo.

AGRADECIMENTOS

Ao longo da realização deste trabalho, muitos foram aqueles que, de uma forma ou outra, contribuíram para que o mesmo chegasse ao fim. Desejo expressar toda a minha gratidão a todos pela solidariedade, incentivo, carinho, apoio e atenção que recebi.

Agradeço a CAPES, que viabilizou este trabalho através da concessão da bolsa de estudo. Sem seu auxílio, esse trabalho não teria sido realizado. Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, e em especial a Professora Marluza, pelo carinho, disponibilidade e atenção. Aos funcionários, que permitem o funcionamento da estrutura, especialmente a Janaína, super eficiente e sempre atenciosa nos ajudando a resolver todos os problemas burocráticos. Aos funcionários do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul que sempre foram gentis e atenciosos fica aqui registrado o meu muito obrigada. E também aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul pela paciência e agilidade no atendimento a cada solicitação de material, em especial ao Jorge por ser incansável e um exemplo a todos.

Ao professor Karl Monsma, agradeço pela orientação e pelo rigor acadêmico com o qual pautou a orientação deste trabalho.

Não poderia deixar de agradecer aos meus pais, Osmar e Noeli, por todo amor, dedicação e incentivo que sempre recebi. Vocês foram essenciais para a minha formação como ser humano, e também para que esta dissertação fosse terminada. Agradeço em especial a minha mãe, por todos os momentos em que me acompanhou durante esta pesquisa. Não tenho palavras para agradecer por tudo que dividimos e todo o seu carinho e apoio emocional nas horas mais difíceis. Agradeço, aos meus irmãos Marcos e Cléber, mesmo não entendendo muito o porquê de tanta leitura e das minhas intermináveis pesquisas nos arquivos. Meu muito obrigado por existirem, e por me fazerem rir. Quero agradecer em especial ao meu marido, Ricardo, meu grande amor, que me apoiou desde o início desta empreitada, pelo seu carinho, paciência, incentivo e por compreender minha ausência, mesmo estando ao seu lado. Aos meus sobrinhos queridos, Julia, André, Luana, Betina e Arthur, por fazerem a minha vida mais leve com seus sorrisos

lindos. As minhas cunhadas Rosa, Helena e Ana pelo carinho, apoio, amizade e por todas as vezes que me ajudaram. Aos meus sogros, Ewaldo e Joana, por terem colocado no mundo o meu amado Ricardo e por sempre terem me tratado de forma tão amável.

Aos amigos de longa data, e aos que fui agregando ao longo do caminho, que acreditaram na realização deste trabalho. À Eliane, Elaine que mesmo de longe me encorajavam. Ao Sandro pela amizade e incentivo. Ao Miguel pelo auxílio. Às colegas e amigas da Unicamp: Milena por tornar a minha vida em Campinas mais divertida, e Ana Hurtz pela amizade e generosidade sem tamanho. À Arlene, Graciela, Vinicius, Alejandro, Jonas, Mariana e Márcia companheiros de arquivo, obrigada pelas muitas conversas enriquecedoras, sugestões e pelas indicações de documentos que tornaram os caminhos da pesquisa menos acidentados. À Ana Paula pelas sugestões. Aos colegas de mestrado da UNISINOS, obrigada pela convivência agradável. Às colegas e amigas Caroline e Carina pelas conversas descontraídas e pelos cafés. Obrigada de coração, ao Jônatas e a Melina, pela amizade, disponibilidade, pelas sugestões bibliográficas e pelos debates que ajudaram no meu crescimento teórico e deram rumo para continuar a pesquisa. Ao Alisson pela amizade e por estar sempre disposto em ajudar. À Carlinha obrigada por dividir comigo momentos de alegria e angústia durante a pesquisa, mostrando-se sempre atenciosa e prestativa. À Rosi, companheira de muitas madrugadas, pelas conversas agradáveis que tivemos pela Internet, nas quais pude compartilhar minhas dúvidas, trocar sugestões, partilhar informações e documentos no caminhar da pesquisa. À Sherol, pela constante injeção de ânimo, pelo seu bom humor, enfim, por toda a força que você me deu ao longo deste trabalho.

Um agradecimento super especial para minha grande amiga e irmã de coração Daniela. Você foi essencial! Agradeço pela leitura cuidadosa, por suas críticas e sugestões, principalmente por ter me ajudado na reta final da minha dissertação. Sua amizade me confortou inúmeras vezes. Obrigada pelo carinho, apoio, atenção, incentivo, disponibilidade e generosidade, sem sua ajuda eu não teria conseguido.

Sou eternamente grata pelo apoio que tive do professor Paulo Moreira, que me socorreu quando estava 'afogada em nomes'. Sua experiência profissional e disponibilidade para sugerir caminhos, sempre que a dúvida me impedia de tomar decisões, foram fundamentais. Mesmos tendo muitos orientandos encontrou um

espaço para me auxiliar à distância. Obrigada pela sua grandeza e generosidade existente em pouquíssimos seres humanos. Agradeço também ao casal Nikelen e Farinatti, apaixonados pela história me contaminaram. Conversar com vocês sempre me deixa empolgada, obrigada pela amizade e incentivo. Farinatti obrigada pelas conversas que iluminaram minhas dúvidas e que foram incorporadas nesta dissertação. Pela sua disponibilidade por ter cedido fontes e indicado bibliografias.

RESUMO

O presente trabalho visa, através da utilização intensiva dos inventários *post-mortem* e demais fontes heterogêneas do município de Santa Maria da Boca do Monte, entre os anos de 1858 a 1889, analisar o grupo da elite regional de proprietários/criadores neste cenário rural de meados do século XIX. Baseados na contribuição teórica e metodológica da micro-história passamos a enxergar os inventários *post-mortem* como uma fonte que nos possibilitou perceber a sociedade estudada em movimento, ancorada pelos números. Assim, essa dissertação inclui-se na esteira das contribuições aportadas por esses estudos recentes e seus métodos. O objetivo deste trabalho é reconstituir as estratégias de uma família de proprietários/criadores, suas escolhas ao longo do tempo, abordando: a mobilidade espacial como estratégia familiar, a formação do patrimônio, o processo de acumulação de capital, o acesso a propriedade da terra em um momento de expansão da fronteira agrária e a transmissão do patrimônio. Procuramos investigar os fragmentos da trajetória de Francisco José Pinto, dono da maior fortuna de nosso levantamento, com a finalidade de entender as estratégias individuais e familiares implantadas para a construção e manutenção do patrimônio sócio-econômico. Lendo o inventário de Francisco José percebemos que não se tratavam apenas de dados econômicos agregados e sim de um documento preñado de possibilidades a serem seguidas e assim reconstituir a história de várias pessoas ligadas por laços e relações diversas.

Palavras-chave: Elite. Fortuna. Patrimônio. Trajetória. Redes sociais.

ABSTRACT

The present work aims, through the intensive use of the post-death inventories and other heterogeneous sources from Santa Maria da Boca do Monte county, between the years from 1858 to 1889, analyze the group of the regional owners / creators elite in this rural scenery of century XIX middles. Based on the theoretical and methodological contribution of the micro-history, we start to see the post-death inventories like a source that made possible us to realize the studied moving society, anchored by numbers. Thus, this dissertation includes in line aportadas contributions by these recent studies and their methods. The this work is to rebuild the family strategies owners/creators, their choices over time, abordando: spatial mobility as familiar strategy, training, heritage capital accumulation process, access to land ownership in a moment agrarian frontier expansion and the transmission of heritage. We try to investigate the fragments of Francisco José Pinto's trajectory, owner of the biggest fortune of our lifting, with the goal of to understand the individual and familiar strategies introduced for the social-economic patrimony construction and maintenance. Reading the Francisco José's inventory we realize that it was't aggregated economic data only, but it's a document full of possibilities to be followed, and so, to reconstitute the history of several individuals linked by various ties and relations.

Key words: Elite. Fortune. Patrimony. Trajectory. Social Nets.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População livre e escrava de Santa Maria, século XIX.....	36
Tabela 2 - Número de escravos em Porto Alegre, Alegrete e Santa Maria, através dos censos de 1859 e 1872.	41
Tabela 3 - Patrimônio dos teuto-alemães de Santa Maria	50
Tabela 4 - Distribuição da Riqueza Inventariada pelos teutos-alemães de Santa Maria por faixas de Fortunas, em libras esterlinas (£) (1858-1889).	55
Tabela 5 - Número de Estâncias/rebanho bovino, em alguns municípios em 1858..	62
Tabela 6 - Distribuição do Rebanho por faixas de tamanho – 1858	63
Tabela 7 - Criadores da família Pinto, conforme a Relação de 1858.....	64
Tabela 8 - Distribuição do Rebanho Bovino entre os inventariados - Santa Maria, 1858-1889.	67
Tabela 9 - Lavradores/pastores (%) nos Inventários <i>post-mortem</i> de alguns municípios da Província.	71
Tabela 10 - Especificação do patrimônio de Antônio José Pinto (1784)	96
Tabela 11 - Meios de produção descritos no inventário de Antônio José Pinto	97
Tabela 12 - Plantel de escravos de Antonio José Pinto (1784).....	99
Tabela 13 - Composição dos Dotes concedidos por Antônio José Pinto	105
Tabela 14 - Especificação dos bens da herança de Antônio José Pinto (1784)	108
Tabela 15 - Especificação do patrimônio de Constantino José Pinto (1834)	112
Tabela 16 - Distribuição dos escravos segundo sexo e faixa etária	113
Tabela 17 - Plantel de escravos de Constantino José Pinto (1834).....	114
Tabela 18 - Especificação do patrimônio de Ricarda Gomes dos Santos (1852) ...	116
Tabela 19 - Bens legados por Constantino José Pinto (1833) e Ricarda Gomes dos Santos (1852) aos filhos.....	118
Tabela 20 - Monte bruto médio nos inventários <i>post-mortem</i> de Santa Maria (1858-1889)	132
Tabela 21 - Distribuição da Riqueza por faixas de Fortunas, em libras esterlinas inventários <i>post-mortem</i> de Santa Maria (1858-1889).	135
Tabela 22 - Composição (%) das maiores fortunas inventariadas em (Montes-brutos acima de 10.000 libras esterlinas) Santa Maria, 1858-1889.....	139
Tabela 23 - Patrimônio de Constantino José Pinto e seus descendentes	144

Tabela 24 - Plantel de escravos de Francisco José Pinto (1858).	159
Tabela 25 - Plantel de escravos de Clarimundo José Pinto (1866)	166
Tabela 26 - Bens legados por Francisco José Pinto (1858) e Joaquina Pereira Natividade (1864) aos filhos.....	175
Tabela 27 - Transações dos bens patrimoniais da família Pinto.....	184

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População de Santa Maria da Boca do Monte (RS) 1859-1885.	36
Gráfico 2 - Composição (%) do Patrimônio do Inventário de João Appel, 1864.....	56
Gráfico 3 - Participação dos bens de produção (%) no patrimônio total dos inventários post-mortem de Santa Maria, 1858-1889.....	79
Gráfico 4 - Composição do patrimônio (%) do grupo de proprietários/criadores com mais de 1.000 cabeças de gado, inventários post-mortem, Santa Maria, 1858-1889.	80
Gráfico 5 - Valor Médio da terra nos Inventários <i>post-mortem</i>	153
Gráfico 6 - Faixa etária dos escravos nos inventários post-mortem, Santa Maria (1858-1888).....	155
Gráfico 7 - Valor médio em libras esterlinas dos escravos segundo sexo e faixa etária produtiva (15-35 anos), inventários post-mortem Santa Maria 1858-1887....	157

LISTA DE ABREVIATURAS

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AMSM – Arquivo Municipal de Santa Maria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 SANTA MARIA DA BOCA DO MONTE: RECONSTITUINDO UM CENÁRIO E (RE)COLOCANDO OS ATORES NO PALCO.....	23
2.1 DANDO COR AO CENÁRIO: A CONFIGURAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DE SANTA MARIA	28
2.1.1 Uma Linda Aldeia Suíça: os Alemães na Boca do Monte	43
2.2 O CENÁRIO FOTOGRAFADO: O CENSO AGRÁRIO DE 1858.....	58
2.3 DEFUNTOS ESTANCIEIROS: SER CRIADOR NA BOCA DO MONTE	65
3 MEMÓRIAS PÓSTUMAS - INVENTARIANDO BENS E TRAJETÓRIAS	75
3.1 O ROL DAS FORTUNAS: O PATRIMÔNIO OBSERVADO ATRAVÉS DOS INVENTÁRIOS	77
3.2 TUDO COMEÇOU COM ANTÔNIO JOSÉ PINTO: HERANÇA, FORTUNA E PATRIMÔNIO IMATERIAL.....	82
4 BAFEJADOS PELA FORTUNA: MALHAS SOCIAIS E FORTUNAS DA ELITE DA BOCA DO MONTE	129
4.1 FAVORECIDOS DA FORTUNA: A CONCENTRAÇÃO DA RIQUEZA NA BOCA DO MONTE	132
4.2 PERFIS DE BEM-AFORTUNADOS: TRAJETÓRIAS E PATRIMÔNIOS	141
4.2.1 A Valorização da Terra:.....	151
4.2.2 A Posse de Escravos: Ligações Verticais e Vivências Cativas	154
4.2.3 Sangue e Morte entre Parceiros: o Assassinato do Escravo Jerônimo ..	166
4.2.4 Os Filhos de Francisco e a Sustentação Material	174
5 CONCLUSÕES	186
FONTES PRIMÁRIAS.....	191
BIBLIOGRAFIA	193
ANEXO A – MAPA DA PARÓQUIA DE SANTA MARIA DA BOCA DO MONTE: 1844-1882	204

1 INTRODUÇÃO

Pensamos muito antes de pôr-nos a escrever estes comentários iniciais. Qual o teor que gostaríamos de dar a este primeiro contato com os leitores? Que informações seriam necessárias para que nossa pesquisa fosse mais bem entendida? A intenção ao elaborar essa introdução, não é de fazer dela um obstáculo que dificulte a vida do leitor, e sim compartilhar um pouco da minha trajetória de pesquisadora, que culminou no texto final desta pós-graduação.

Essa dissertação é fruto de um longo percurso, que teve seu início no curso de especialização, com a elaboração de uma monografia que pretendia investigar os lavradores nacionais na região de Santa Maria, e seu processo de adaptação frente a instalação de um núcleo colonial de imigrantes italianos naquela região (1860-1900)¹. Fascinada pela temática da história agrária desde o primeiro momento em que a mim foi apresentada, ainda durante a graduação, decidi aprofundar os estudos e este esforço resultou no ingresso no curso de mestrado da Universidade do Vale do Rio dos Sinos em 2007.

Ao ingressar no mestrado, minhas preocupações iniciais se limitavam em estudar a estrutura agrária de Santa Maria de meados do século XIX. Estabeleci como objetivo analisar economicamente os vários grupos sociais deste cenário rural, a fim de compreender, essencialmente, os aspectos relacionados aos meios de produção. Com esta meta, centrei-me na pesquisa da principal fonte – os inventários *post-mortem*.

Esta fonte tem sido reiteradamente usada como base de uma série de investigações. Ao longo de nosso trabalho trataremos com mais vagar das limitações e potencialidades que estes documentos nos trazem, mas aqueles que já enfrentaram o fichamento de centenas destes autos, sabem como este processo é lento e, portanto, demorado.

Foram catalogados 292 inventários *post-mortem* para o período de 1858-1889. Destes, 33 não tiveram prosseguimento, um foi retirado do arquivo público do Rio Grande do Sul (APERS), cinco destes não possuíam bens em Santa Maria e

¹ O trabalho foi orientado pelo professor Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti e intitulou-se *Repensando o Mundo Rural de Santa Maria (1860-1900): Lavradores Nacionais em um Cenário em Transformação*, apresentado no Curso de Especialização em História da América Latina - O Cone Sul, do Centro Universitário Franciscano / UNIFRA (2002).

dois foram encontrados em anexo aos Processos de Autos de Legitimação de Posses. Assim, para fins de análise, computamos 253 processos.

Elaborei um banco de dados nominal no *MS-Access* direcionado especificamente para a pesquisa, inserindo as informações coletadas dos inventários *post-mortem* (1858-1889) de cada indivíduo. Registrei os nomes dos inventariantes, inventariados, herdeiros, escravos, credores e devedores, da mesma forma que as quantidades e valores de cada bem que esses indivíduos tinham. Este banco de dados tornou-se o coração desta pesquisa, pois permitiu organizar, inserir e extrair informações sumarizadas, cruzar elementos, estabelecer comparações e verificar as transformações no cenário estudado.

Agreguei ao banco de dados outras fontes, de caráter bastante heterogêneo:

- a relação de 1858, onde estão relacionados os nomes de 90 criadores de Santa Maria, trazendo as seguintes informações: a relação jurídica com a terra onde tem seu rebanho (se proprietário, arrendatário, etc.), a extensão de suas terras, o número de reses de gado bovino, eqüino, ovino e muar que possuía. Além disso, traz o número de trabalhadores regulares (se escravos, peões livres, capatazes, etc) que exerciam atividade de manutenção em cada propriedade;
- o mapa estatístico da população colonizadora de Santa Maria, se refere a algumas famílias de teuto-alemães que migraram da Colônia São Leopoldo para esta região; mesmo de forma limitada, através desta fonte pode-se obter algumas informações: os nomes dos chefes dos domicílios e do restante das famílias, esposa (quando casado) e filhos; a idade, estado “civil”, ano em que vieram para o Brasil, naturalidade, grau de instrução, religião e profissão;

Mesmo que a idéia de atingir uma *história total* seja absurda, pela própria impossibilidade de descrever integralmente a realidade histórica que almejamos entender e pela complexidade quase inatingível da experiência humana, algumas alternativas tem sido tentadas pelos historiadores. Entre elas, o cruzamento de fontes diversas.

A análise quantitativa que empreendemos inicialmente e o cruzamento desses dados, possibilitou a visualização deste cenário agrário e das *gentes* que o habitavam. Surgiram pistas de uma sociedade agrária sem qualquer vestígio de anomia, mas sim impregnada de relações. Sem negar a importância da história

serial, nos aproximamos da micro-história italiana, que nos forneceu elementos teóricos-metodológicos com os quais pudemos pensar a dinâmica desta sociedade de forma mais intensa. Fascinada por outras formas de tratar este cenário rural, valorizando os indivíduos, as trajetórias, as relações familiares e as redes sociais, outras fontes foram incorporadas à investigação.

Dando prosseguimento a pesquisa utilizou-se como metodologia a proposta de Carlo Ginzburg em seu texto *O Nome e o Como*, em que o autor mostra a importância do nome como o fio condutor da pesquisa². Foi a partir do nome que essa pesquisa foi repensada e reelaborada. Os nomes das famílias e suas vivências foram o fio condutor para a reconstituição da história de uma época, vista através das ações de seus membros, privilegiando o nome próprio como veículo de investigação.

Optamos por analisar a elite regional de proprietários/criadores recorrendo ao procedimento sugerido por João Fragoso de “seguir o nome” que “inevitavelmente, leva a mais nomes, a se afogar em nomes³”. Investigar as gentes de uma sociedade usando como artifício metodológico os nomes (denominações individuais e familiares) aponta para a importância das práticas de nomeação e seus significados. Segundo Rodrigo Weimer, a atribuição de um nome ao “inscrever o indivíduo desde o nascimento em uma filiação”, localiza os sujeitos, social e simbolicamente: “O nome [...] situa um lugar social para o sujeito, na medida em que nele assinala o prestígio de que gozam as famílias ali referidas⁴”.

Segundo o dicionário do Padre Bluteau, publicado no século XVIII, nome é uma “palavra apropriada a alguma coisa ou pessoa, para se conhecer e distinguir de outra⁵”. O nome localiza, estabelece distinções entre os indivíduos, demarca posições sociais, enuncia pertencimentos. Se procurarmos no mesmo dicionário a

² GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. *O Nome e o Como: troca desigual no mercado historiográfico*. In *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. pp.169/178.

³ FRAGOSO, João Luís. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topói, Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 5, 2002. p.62.

⁴ WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Livres pela lei: um estudo sobre a transição da escravidão ao trabalho livre em dois municípios do Rio Grande do Sul. Conceição do Arroio e São Francisco de Paula, 1880-1900*. São Leopoldo, Dissertação (Mestrado de História) – PPGH - Universidade do Vale do Rio dos Sinos [2007]. A presente dissertação foi publicada: WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os Nomes da Liberdade: Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Oikos / Editora da UNISINOS, 2008.

⁵ Ver: BLUTEAU, Padre d. Raphael. *Vocabulário Português e Latino. Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712*. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acessado em: 12 de dezembro de 2008.

palavra *parentesco* veremos que um de seus significados é *semelhança*: aquele que tem parentesco entre si são próximos, são de alguma forma *parecidos*.

Ao trabalharmos com nomes e usando como fonte primordial os inventários, temos plena consciência de que as heranças não são apenas compostas dos bens arrolados nestes documentos: recebia-se de legado os produtos sociais e simbólicos da trajetória dos parentes defuntos. As redes que haviam construído ou se inserido, os laços afetivos, as alianças, as solidariedades que angariaram. Ou seja, também herdava-se o patrimônio imaterial. Claro que nem todo o passado genealógico é glorioso: alguns espólios trazem consigo máculas e infâmias que se não forem apagadas ou tratadas convenientemente, podem marcar negativamente os descendentes.

Nessa perspectiva Giovanni Levi foi outra fonte de inspiração e de direção dessa pesquisa. A experiência do autor, ao perseguir a trajetória de famílias camponesas de Santena, serviu como exemplo. Após reconhecer a importância do nome, e de procurar os nomes semelhantes que formavam famílias, como fez Levi, procuramos elaborar uma ficha nominativa de cada membro que encontramos e que nos pareceram mais representativas dos grupos que pretendíamos estudar. Procurei nas fontes qualquer citação sobre os membros dessas famílias em vários tipos de documentos e tive, também, a mesma satisfação a que Levi se referiu, quando encontrei algum dado que servia para compor lacunas que havia nas histórias das famílias:

Reconstruir uma história de família com base em documentos pouco discursivos, como compras, vendas e testamentos, exerce um fascínio semelhante ao de quebra-cabeça. As coerências e os encaixes, que aos poucos vão sendo encontrados, causam uma satisfação que talvez não seja automaticamente transmitida ao leitor⁶.

A partir dessa idéia inicial de Levi, fui cruzando inventários, registros paroquiais de terras, escrituras de compra e venda, correspondências da Câmara Municipal de Santa Maria, cartas de alforrias e processos crimes; essa costura tornou possível reconstituir uma série de destinos inscritos numa comunidade, e

⁶ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.104.

também através dessas histórias perceber a racionalidade nas escolhas e nos caminhos comuns dos grupos estudados.

Serve de inspiração para a construção dessa dissertação uma série de estudos recentes que trouxeram novas contribuições para a historiografia. Esses estudos contribuíram muito para ampliar os horizontes das temáticas regionais, reavaliando teorias e estabelecendo outras abordagens mediante a utilização de fontes diversificadas, procurando ir além das explicações econômicas, possibilitando uma investigação centrada também no estudo das alterações estruturais das paisagens agrárias, bem como da experiência dos grupos sociais inseridos no espaço rural.

Entre estes destaca-se o trabalho da historiadora Sheila de Castro Faria, que estudou a sociedade colonial do século XVIII nos Campos de Goitacases, uma área em processo de expansão agropecuária. A autora utilizou-se de fontes diversas para demonstrar a dinâmica, a diversificação e complexidade daquele espaço sócio-econômico em formação, povoado por lavradores de cana, senhores de engenho e de escravos. Analisando o perfil dos variados homens que viveram no universo agrário escravista colonial, percebeu suas atuações na produção, no acesso à mão-de-obra escrava, na mobilidade (tanto no espaço como social), nas estratégias matrimoniais, na organização familiar, nas redes de sociabilidade, na riqueza e na vida cotidiana dos diversos grupos que compunham aquela sociedade e na transitoriedade dos variados tipos de poder.

A obra “Homens de Grossa Aventura”, escrita por João Fragoso (1998), buscou compreender a dinâmica do mercado interno do Brasil colonial. Analisando os mecanismos desta economia, através de um grande esforço de pesquisa documental, realizou uma investigação detalhada das características que configuraram a malha de poder econômico constituído pelos negociantes de “grosso trato”, situados na praça comercial do Rio de Janeiro. Desta forma, demonstrou que os negociantes investiam na compra de terras e escravos, pois, estas aquisições representavam uma relativa segurança ao mesmo tempo em que lhes fornecia status e uma série de vantagens: “tornar-se grande proprietário de terras e de homens representava também adquirir uma posição de mando em uma sociedade estratificada⁷”. Os procedimentos metodológicos utilizados pelo autor, através do uso

⁷ FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p.35

intensivo dos inventários *post-mortem*, permitem verificar as mudanças e permanências da estrutura econômica ao longo do tempo. Fragozo também exterioriza a distribuição da riqueza pelos diferentes grupos sociais (homens livres), que compunham aquela sociedade, mediante a confecção de faixas de fortunas, segundo os montes brutos⁸ dos *inventários post-mortem*.

Da mesma forma no Rio Grande do Sul, nos últimos anos, houve um distanciamento dos temas ligados à história militar e descritiva, direcionando o foco de observação para os campos da história econômica e social. Tem-se, entre outros objetos, intensificado as discussões acerca da importância do estudo do universo rural, alargando as fronteiras anteriormente delineadas, contribuindo para uma produção renovada, baseada em uma base empírica densa.

Um exemplo desta historiografia é a obra de Helen Osório, “O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes”, que, estudando o período colonial, analisou a produção pecuária e revelou a importância da agricultura e da mão-de-obra utilizada no universo rural sul-riograndense. Osório desmistificou a idéia representada pela historiografia tradicional de que a paisagem colonial do Rio Grande de São Pedro era um espaço de vastas estâncias, grandes rebanhos e poucos homens – idéia esta baseada prioritariamente em relatos de viajantes. Assim, ao fazer uso de fontes históricas diversas, descortinou uma sociedade que não se limitava a estancieiros e peões livres, revelando uma complexidade social e econômica, combinando a criação de gado à plantações de alimentos; composição esta semelhante à revelada pela nova historiografia platina.

Nesta perspectiva, tem-se o trabalho de Fabio Kuhn, que demonstrou que os estudos sobre família estão situados entre “quatro diferentes enfoques: o demográfico, o econômico-sociológico, o antropológico e o genealógico⁹”. O autor optou por aproximar-se pelo viés antropológico-social e da genealogia, a fim de explorar a relação entre família e poder, e assim estudar detalhadamente as redes de sociabilidade, as estratégias familiares, as relações de parentesco e compadrio, como elementos utilizados para a reprodução desta sociedade colonial, sobretudo, focando na sua análise da trajetória de três famílias pertencentes à elite local de Viamão.

⁸ Consideramos a riqueza bruta dos montes mores a soma de todos os bens.

⁹ KÜHN, Fabio. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa: Século XVIII*. Niterói, Tese (Doutorado em História) – PPGH, UFF, [2006]. p.16.

Outro autor que será reiteradamente citado ao longo de nosso texto e com o qual dialogaremos, é o de Luis Augusto Farinatti. Sua tese dedica-se ao estudo da elite agrária da Fronteira Meridional do Império, no período da chamada “pecuária tradicional”, entre 1825 e 1865, e sua relação com aquela sociedade. Analisando o grupo pertencente a elite regional do município de Alegrete o autor buscou, além de caracterizar estes indivíduos, a estrutura agrária e as atividades econômicas em que esta elite agrária estava envolvida (pecuária, comércio de gado e mercadorias), também verificar as estratégias sociais, a dinâmica de suas relações “com poderes maiores, com seus pares e com os subalternos¹⁰”. Neste sentido, Farinatti compôs um amplo cenário, percebendo as relações familiares e a construção e transmissão de patrimônios materiais e imateriais, que influenciavam diretamente na reprodução e manutenção desses grupos sociais que ali habitavam.

Esta dissertação de mestrado inclui-se na esteira das contribuições aportadas por esses estudos recentes (e muitos outros que serão devidamente citados adiante) e seus métodos. O objetivo deste trabalho é reconstituir as estratégias de uma família de proprietários/criadores, suas escolhas ao longo do tempo, abordando: a mobilidade espacial como estratégia familiar, a formação do patrimônio, o processo de acumulação de capital, o acesso a propriedade da terra em um momento de expansão da fronteira agrária e a transmissão do patrimônio.

No primeiro capítulo, buscou-se descrever o universo rural de Santa Maria e apresentar a diversidade de indivíduos que davam cor a esse cenário, através dos inventários *post-mortem* e do mapa estatístico populacional da população colonizadora de Santa Maria. A Vila de Santa Maria oferece um cenário privilegiado para a análise da estrutura sócio-econômica da província sulina, devido à diversidade de grupos sociais presentes, onde é possível perceber que uma expressiva parcela desta população estava voltada à atividades econômicas em áreas nas quais à produção destinava-se à subsistência e ao abastecimento interno. A produção historiográfica recente tem apontado para estas considerações. A fronteira agrária aberta foi um fator atrativo para migração interna. Cabe mencionar que nem todos os indivíduos que passaram por esta migração interna rumo a Santa Maria eram nacionais. Muitos alemães (e seus descendentes) migraram

¹⁰ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira sul do Brasil (1825-1880)*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em História) – PPGH, UFRJ, [2007].pp.31-32.

espontaneamente da Colônia São Leopoldo para esta região. Cruzando os inventários e o mapa estatístico foi possível perceber o patrimônio produtivo destes migrantes e, através da análise das faixas de fortunas, estabelecemos o perfil sócio-econômico destes indivíduos. Utilizando ainda os inventários, pudemos verificar através da concentração do rebanho bovino a presença de diferentes grupos sócio-econômicos, distribuídos em cinco faixas, sendo que para cada faixa passamos a verificar a quantidade de reses que possuíam. Os critérios adotados para definir as faixas foram: grandes criadores (mais de 1.001), médios (501-1000), pequenos criadores (101 a 500), lavradores pastores (1 a 100) e aqueles que não possuíam nenhum gado bovino.

No segundo capítulo, investigamos a composição do patrimônio, a participação dos bens de produção no patrimônio produtivo dos inventariados de Santa Maria. Para tanto, somamos terra, animais, escravos, equipamentos e instrumentos de todos os 211 inventariados do período (1858-1889) e calculamos percentuais sobre cada bem; desta forma temos a representação de como era a estrutura agrária da região. Analisamos também a composição patrimonial do grupo de proprietários/criadores que possuíam acima de 1.000 reses bovinas, a fim de verificar o perfil de seus investimentos.

As diferentes documentações analisadas pareciam montar um estranho quebra-cabeças, que tinha em seu centro uma figura imponente e que atraiu-nos a atenção: tratava-se de Francisco José Pinto, o maior proprietário/criador do seu tempo. Depois de algum tempo de hesitação, em que ficamos parados numa encruzilhada mirando várias possíveis vias a seguir, e que dariam diferentes sentidos a nossa dissertação, optamos pelo desafio de transformar Pinto e sua família em nossos guias. Neste sentido, a trajetória de Francisco foi nosso fio condutor na abordagem da elite de proprietários/criadores desta região, através da formação do patrimônio de sua família. Não sem temor, percebemos que Francisco nos atraía para o passado, nos provocando a investigar a trajetória de seus antepassados, o que nos fez retroceder no tempo e romper com nosso limite temporal, voltando ao período colonial. Finalmente percebíamos que nossos personagens tinham *história* e que suas trajetórias se confundiam com a ocupação e povoamento dos Campos de Viamão. Patrimônios materiais e imateriais se acumulavam nestas rotas que ligavam Portugal, Sacramento, Viamão e a Boca do Monte.

No capítulo três buscou-se verificar a concentração da riqueza dos inventariados de Santa Maria através de faixas de fortunas. Analisamos mais profundamente o perfil dos indivíduos que possuíam acima de 10.000 libras esterlinas em seu monte mor¹¹, assim como a composição do patrimônio produtivo deste grupo denominado elite regional. Ainda neste capítulo, analisou-se outras temáticas: a valorização da terra, a posse de cativos e também as experiências escravas e suas relações. Por fim, buscou-se verificar o processo de transmissão do patrimônio de Francisco José Pinto aos seus filhos e as estratégias adotadas por este indivíduo para a manutenção do *status* sócio-econômico da família.

O presente trabalho se insere em um esforço historiográfico relativamente recente, empreendido por historiadores que almejam escrever uma história social mais ampla. Nosso intento começou a partir da análise do cenário agrário de Santa Maria, analisado a partir de uma densa pesquisa baseada em inventários *post-mortem*. Tal como alguns historiadores brasileiros, agregamos ao nosso interesse inicial outras temáticas: a escravidão, as relações familiares, as trajetórias individuais, tudo isso visualizado em um cenário rural.

Cabe salientar, por último, que não ambicionamos esgotar nestas notas iniciais todos os comentários teóricos que seriam necessários. Optamos por abordar questões metodológicas (principalmente relacionadas ao tratamento das fontes), historiográficas e teóricas, mais específicas, ao longo do trabalho, a medida que formos nos enveredando na história social dos oitocentos.

¹¹ Cabe salientar que utilizamos como uma opção metodológica a conversão do valor dos bens em libras esterlinas, moeda estrangeira mais estável que o real, moeda nacional no período trabalhado.

2 SANTA MARIA DA BOCA DO MONTE: RECONSTITUINDO UM CENÁRIO E (RE)COLOCANDO OS ATORES NO PALCO

“O olho do homem serve de fotografia ao invisível, como o ouvido serve de eco ao silêncio”.

Machado de Assis.

Nesse primeiro capítulo, que ora apresentamos, centramo-nos na tentativa de apresentar os atores sociais estabelecidos neste espaço rural tentando categorizar e compreender a ocupação sócio-profissional destes agentes, a partir do entendimento dos próprios, utilizando-nos dos critérios metodológicos da história agrária.

O povoado de Santa Maria da Boca do Monte iniciou-se em fins do século XVIII com a doação de sesmarias, quando a região ainda era fronteira entre os impérios coloniais de Portugal e Espanha, no sul da América. Após as primeiras doações de terras, houve uma maior movimentação de indivíduos livres e dispostos a se estabelecer na região com cabedais e escravos. Estes abriram “estradas e caminhos, por onde chegavam brancos e mestiços pobres em busca de um cantinho para suas roças¹”.

Entre a fundação do povoado da Boca do Monte e a primeira sessão da Câmara de Vereadores e a conseqüente instalação do município, em 1858² inúmeros indivíduos, vindos dos mais variados locais, passaram por essas terras ou se estabeleceram.

Essa região se configurava como um exemplo de uma área em processo de ocupação, em função da expansão da fronteira agrária até fins do século XIX. Foi

¹ MATTOS, Hebe. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p.8. Trata-se de realidades históricas similares.

²Em dezembro de 1857, a Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte, na época 4º Distrito de Cachoeira, foi elevada a município, passando à Vila, por lei Provincial nº400; porém, a instalação do município somente ocorreu no ano de 1858. BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extintinto município de São Martinho (1787-1930)*. Santa Maria: Editora Pallotti, RS, p.171. Ver também: FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João B. S. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1963.

essa “múltipla abertura de novas áreas de fronteira agrícola, em várias regiões, [...] que imprimiu o ritmo da movimentação dos homens³” no Brasil. Esse deslocamento interno de indivíduos não foi um processo exclusivo dessa região, entretanto, podemos perceber através de estudos desenvolvidos sobre Santa Maria da Boca do Monte⁴, que esse lócus não ficou de fora desse processo.

A expansão demográfica desenhou um quadro de apropriação fundiária observado nos registros paroquiais de terras pelo historiador Luis Augusto Farinatti, em sua pesquisa sobre os lavradores nacionais estabelecidos em Santa Maria da Boca do Monte (1845-1880)⁵.

Atraídos por esta fronteira agrária ainda aberta, esses indivíduos abriram caminho para uma nova conjuntura sócio-econômica que foi se modelando no desenrolar do século XIX. O lócus era marcado tanto pelo trabalho na lavoura quanto no campo, onde a maioria dos indivíduos se concentrava, de uma forma ou de outra, ligados à terra ou às atividades vinculadas a esta.

Esse cenário socioeconômico oitocentista reforça o reconhecimento da similaridade dos processos já verificados pela historiografia⁶ atual, para o Brasil colônia, tais como o movimento de ocupação das fronteiras agrárias abertas sob a vigência do trabalho escravo e familiar e a mobilidade de homens livres.

É através destas situações vividas por um grupo de indivíduos envolvidos em acontecimentos locais, ao mesmo tempo, interligados a fatos econômicos e sociais

³ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p.26

⁴ BELTRAO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria...*,1979; BELINAZZO, Terezinha. *População da paróquia de Santa Maria da Boca do Monte (1844-1882)*. 1981, (dissertação de mestrado); FARINATTI, Luis Augusto. *Sobre as cinzas da mata virgem: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880)*, 1999 (dissertação de mestrado); CARVALHO, Daniela Vallandro de. *“Entre a solidariedade e a animosidade”: Os conflitos e as relações interétnicas populares. Santa Maria – 1885 a 1915*, 2005 (dissertação de mestrado).

⁵ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem: os lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845-1880)*. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica, [1999].

⁶ Historiografia da colônia: FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura*, 1998. MATTOS, Hebe. *Ao Sul da História*, 1987. FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*, 1998; OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. 2007. ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural no século XIX*, 2002; Historiografia do Império: SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. *Sistema Agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*. 1994, (dissertação de mestrado). FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem*. 1999, (dissertação de mestrado). CARVALHO, Daniela Vallandro de. *“Entre a solidariedade e a animosidade”*. 2004, (dissertação de mestrado). GARCIA, Graciela. *O domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. 2005 (dissertação de mestrado). GUIMARÃES, Arlene Foletto. *Dos campos junto ao Uruguai aos matos em cima da Serra: a paisagem agrária na Paróquia de São Patrício de Itaqui (1850-1889)*. 2003 (dissertação de mestrado). CHRISTILINO, Cristiano. *Estranhos em seu próprio chão: a lei de terras, a imigração e a exclusão dos posseiros no Vale do Taquari*. 2004 (dissertação de mestrado).

que ocorreram no Brasil no período proposto por este estudo, que nos possibilitarão enxergar e compreender a dinâmica econômica de uma parcela importante da região sul do país.

Optamos por um estudo que prioriza o município de Santa Maria como um local apropriado para o entendimento da historicidade agro-econômica de fins do século XIX, uma vez que as pesquisas empíricas sobre este espaço têm nos demonstrado a existência de uma diversificada estrutura fundiária local. Para tanto, buscamos utilizar esta região como espaço de percepção do nosso objeto central de investigação. Procuramos vislumbrar os atores sociais presentes neste cenário e sua relação com a estrutura patrimonial.

Acreditamos que o nosso desafio não se limita em apontar a presença de uma gama populacional heterogênea etnicamente, composta de alemães, negros, luso-brasileiros e posteriormente italianos (pós 1877-1878, com a fundação de uma colônia de imigrantes), uma vez que alguns trabalhos recentes⁷ já demonstraram a presença desses sujeitos, revelando uma realidade social mais complexa e não simplesmente “bipolarizada” entre senhores e escravos. Interessa-nos determinar como estes atores sociais, interpretados aqui como agentes sociais⁸, são definidos, denominados, e qual sua hierarquia interna, à partir da posse de rebanhos, escravos e terras.

⁷ FARINATTI, Luis Augusto Ebling, *Sobre as cinzas da mata virgem*. 1999 (dissertação de mestrado). WINTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço: curadores e práticas de cura no sul do Brasil (Santa Maria: 1845-1880)*. 1999 (dissertação de mestrado). CARVALHO, Daniela Vallandro de “*Entre a solidariedade e a animosidade*”. 2004, (dissertação de mestrado). GUTIERREZ, Letícia Batistella Silveira. *Para além das fontes: im/possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos (Santa Maria – 1844-1882)*. 2005 (dissertação de mestrado).

⁸ Ao longo do trabalho usamos diversas expressões que definem nosso entendimento sobre os indivíduos aos quais procuramos evidenciar a sua existência: atores, agentes, personagens. Trata-los como *agentes sociais* nos parece mais adequado a sensibilidade historiográfica que estamos seguindo e nos baseando. Parece óbvio mencionar isso, mas os agentes *agem*, ou seja, se movem, escolhem, barganham, erram, casam, adquirem, tem filhos, vendem, compram, morrem. Salientar a agência destes personagens é procurar relativizar a opacidade aparente dos documentos que pesquisamos, dinamizar suas trajetórias, lembrar reiteradamente que são *gentes* os defuntos que nos legaram tão ricos materiais. Para não nos alongarmos nas referências historiográficas que respaldam esta visão, indicamos a introdução de: CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil - século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa.

Nosso intento inicial, neste primeiro capítulo, será descrever o cenário rural de nosso lócus de estudo – Santa Maria. Adjetivamos nosso cenário de análise como *rural*, pois as fontes evidenciam o peso e a importância das atividades relacionadas a terra. Descrever o cenário significa *contextualizar* o espaço que almejamos expor, entretanto, não investiremos em uma visão retrospectiva sobre a ocupação desta região, tarefa já desempenhada a contento por outros historiadores, já citados. Nossa proposta é enveredar pelos documentos em busca do *contexto específico* de nosso estudo, do tecido social, do palco por onde circularam e se instalaram nossos personagens, tanto os coadjuvantes como os principais. Abordar o *contexto* significar tratar das estruturas, sem esquecer das *gentes*, compondo gradualmente o quadro social e econômico onde habitava a família Pinto.

Existem várias vias empíricas por onde se buscar o contexto e talvez o mais apropriado seja o entrecruzamento de várias delas. Na busca deste contexto a que nos referimos, traçamos uma rota dividida em três momentos ou etapas. Não se trata de uma divisão hierárquica dos assuntos, mas de uma reconstrução baseada nas fontes empíricas que tivemos acesso.

Nossa primeira aproximação (item 2.1) será norteadada pela soma de algumas fontes de caráter bastante heterogêneo. Nossos guias iniciais serão os *famigerados* viajantes⁹, estrangeiros que passaram pela região e que nos legaram narrativas diversas sobre a Vila de Santa Maria.¹⁰ O que estas testemunhas viram e nos relataram servirá de porta de entrada para esta região central da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Seus textos e os, mesmo que incertos, dados dos

⁹ Os viajantes são fontes assaz conhecidas dos historiadores e seu caráter narrativo já foi bastante discutido. Entre os pensadores que já argumentaram sobre os usos desta fonte, citamos penas alguns: LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da Viagem - Escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de Viagem 1803/1900*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Ed. da Universidade do Sagrado Coração, 1999. BARREIRO, J. C. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. FLECK, Eliane. De Terra de Ninguém á terra de Muitos – Olhares viajantes e imagens fundadoras (do século XVII ao XIX). In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloisa (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul – Colônia*. Passo Fundo: Editora Méritos, 2006, pp. 273-307.

¹⁰ A partir desse momento passamos a utilizar apenas Santa Maria, para nos referirmos a Santa Maria da Boca do Monte. Os relatos de viajantes estão em MARCHIORI, Jose Newton Cardoso; FILHO, Valter Antonio Noal. *Santa Maria: Relatos e Impressões de viagem*. Santa Maria: Editora da UFSM. 1997. As obras dos memorialistas são: BELÉM, João. *História do Município de Santa Maria. 1797-1933*. Santa Maria: Editora da UFSM, 1889. BELTRÃO, Romeu. *Cronologia Histórica de Santa Maria...*, 1979; BEBER, Cirilo Costa. *Santa Maria 200 anos: história da economia do município*. Santa Maria: Pallotti, 1998.

censos estatísticos populacionais de 1859 e 1872, nos permitem perceber um espaço onde houve um importante crescimento no número de habitantes¹¹.

Em um segundo momento, partimos da análise de um mapa estatístico que foi realizado em Santa Maria no ano de 1858. Este levantamento foi solicitado pelo Presidente da Província Ângelo Muniz da Silva Ferraz às Câmaras de Vereadores de diversos municípios, entre eles Santa Maria¹². Nessa *Relação de 1858*¹³ estão listados os nomes de 90 criadores de Santa Maria, trazendo as seguintes informações: a relação jurídica com a terra onde tem seu rebanho (se proprietário, arrendatário, etc.), extensão de suas terras, número de reses de gado bovino, eqüino, ovino e muar que possuía. Além disso, traz o número de trabalhadores regulares (se escravos, peões livres, capatazes, etc) de cada propriedade.

Na terceira etapa de nossa aproximação ao contexto de nossa análise, centraremos a análise no uso da nossa principal fonte de pesquisa – os inventários post-mortem. Mesmo que as idéias de uma história total sejam absurdas, pela própria impossibilidade de descrever integralmente a realidade histórica, esta fonte tem sido reiteradamente usada como base de uma série de investigações. Foram catalogados 292 inventários *post-mortem* para o período de 1858-1889. Destes, 33 não tiveram prosseguimento, um foi retirado do arquivo público do Rio Grande do Sul (APERS) em 1950¹⁴, cinco destes não possuem bens em Santa Maria e dois foram encontrados em anexo aos Processos de Autos de Legitimação de Posses¹⁵. Assim, para fins de análise, foram computados 253 inventários *post-mortem*.

¹¹ Ainda nesta primeira etapa nos serviremos de outra fonte documental de rara riqueza - um mapa estatístico da população colonizadora de Santa Maria, que se refere a algumas famílias de teuto-alemães que migraram da Colônia São Leopoldo para esta região. Analisando este mapa e relacionando-o com os inventários post-mortem de Santa Maria, verificamos a presença de cinco indivíduos, possibilitando traçar um perfil desses personagens. E ainda recortando uma amostragem de 51 inventários de teuto-alemães do total de 253 inventários catalogados para Santa Maria, que representava 20% dos inventários, pode-se analisar o perfil econômico deste grupo, através das faixas de fortunas.

¹² Ferraz foi presidente da Província entre 16.10.1857 e 22.04.1859. Ver: Relatório do Presidente da Província Ângelo Muniz da Silva Ferraz à Assembléia Legislativa Provincial na 1.^a sessão da 8.^a legislatura em 5 de novembro de 1858. AHRS – A .7.06.

¹³ Termo utilizado por diversos historiadores FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem...*, 1999. GUIMARÃES, Arlene Foletto. *Dos campos junto ao Uruguai aos matos em cima da Serra...*, 2003.

¹⁴ Este inventário *post-mortem* deixou de fazer parte do acervo do APERS em 1950, quando foi requerido por uma autoridade judicial.

¹⁵ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS).

2.1 DANDO COR AO CENÁRIO: A CONFIGURAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DE SANTA MARIA

Um vilarejo rural, com pequenas casas comerciais distribuídas em torno da Igreja Matriz e a praça. O vai-e-vem de carretas trazendo e levando mercadorias disputavam espaço com homens e mulheres que lá viviam ou estavam apenas de passagem. Negros, índios e pardos davam cor a esse cenário. Se pudéssemos nos transportar no tempo e fôssemos a Santa Maria da Boca do Monte em meados do séc. XIX é muito provável que nos deparássemos com uma imagem como a descrita nestas primeiras linhas.

A historiadora Cacilda Machado, em trabalho dedicado a observar São José dos Pinhais, na Província do Paraná, na passagem do século XVIII para o XIX verificou: "o predomínio de pequenas escravarias e domicílios com famílias nucleares de brancos e pardos pobres sem escravos¹⁶". Tal visão se assemelha ao espaço sócio-econômico de Santa Maria de meados do século XIX. Entretanto, coexistia ainda nesse cenário uma minoria de brancos detentores de grandes fortunas, uma exceção se comparado à maioria dos indivíduos livres e pobres que viviam neste lócus.

Nos apontamentos dos viajantes do século XIX, encontram-se informações dos fragmentos da vida cotidiana dos sujeitos históricos, particularidades da própria dinâmica de sustentabilidade, do viver e do sobreviver desses agentes históricos e, sobretudo, uma descrição do espaço geográfico e de suas peculiaridades. Os moradores locais conduziam os viajantes pelas cercanias interioranas, orientando e decodificando minuciosamente pelos caminhos uma natureza diversificada e nova de um cenário desconhecido para esses ilustres visitantes europeus que "reencenavam [...] o deslumbramento, o estranhamento, frente a um mundo

¹⁶ MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social. (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX)*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, PPGH, UFRJ, Rio de Janeiro. [2006] p.25.

desconhecido¹⁷”. Estes viajantes “posicionavam-se como atores no palco do mundo tropical, cenário de suas descobertas e explorações¹⁸”.

Não são poucos os relatos de viajantes que cruzaram essa Vila durante o século XIX e que produziram escritos sobre a paisagem e o cotidiano de sua gente comum. Estas informações continuam sendo fontes importantes para que possamos nos aproximar do nosso objeto de estudo e compreender como viviam esses agentes históricos através dos seus olhares e das suas experiências.

Entre os indivíduos que requereram uma posse de terra na região, por volta de 1817, estava Constantino José Pinto, que se fixou entre os campos do Arenal e Banhado de Santa Catharina. Estabelecido e com uma casa de moradia erguida, passou a dedicar-se à criação de gado, utilizando-se de escravos herdados, na labuta diária e difícil da vida no campo. Anos depois se tornaria um dos maiores estancieiros do local e também o patriarca de uma das famílias mais tradicionais, dando origem a um dos cabedais mais importantes da região.

No ano de 1821, a Capela de Santa Maria recebeu um ilustre viajante francês, August de Saint-Hilaire, que realizou uma expedição botânica no interior do Rio Grande de São Pedro, no período de junho de 1820 a maio de 1822. Fora ele um dos célebres viajantes que, ao pisar no solo desta região, definiu-a “como um lugar alegre e agradavelmente entrecortado de pastagens e bosques”¹⁹.

Da mesma forma, Robert Ave-Lallemant, quando esteve em visita à região no ano de 1858, relatou sobre Vila de Santa Maria:

Sobre belos vales e desfiladeiros descortina-se a aprazível Santa Maria e, mais ao longe, através dos imensos campos da Província, cujas ondulações, vista do alto, quase desaparecem e se transformam numa planície aparentemente perfeita, em que se alternam os pastos e as matas.

O cotidiano dessa nascente Vila era profundamente enraizado no mundo rural à sua volta, regida pelo ritmo dos plantios e das colheitas. A maior parte da

¹⁷ FAYET. Ana Luisa. Imagens Etnográficas de viajantes alemães no Brasil do século XIX. In: *Revista Chilena de Antropologia Visual*, Santiago do Chile, n.7, p.31-59, 2006. Disponível em: <<http://www.antropologiavisual.cl/fayet.htm#Layer1>>. Acesso em: 10 out.2008. p.32.

¹⁸ Fayet. Ana Luisa. Imagens Etnográficas de viajantes alemães..., 2006. <<http://www.antropologiavisual.cl/fayet.htm#Layer1>>. Acesso em: 10 out.2008. p.32.

¹⁹ SAINT-Hilaire, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora USP, 1974.

população exercia atividades agrárias – agricultura e pecuária. Essas atividades eram desenvolvidas, sobretudo, em pequena propriedade que estava, na maioria das vezes em “mãos de lavradores nacionais, que viviam de subsistência em pequenas lavouras nas áreas florestais²⁰”.

Ave-Lallemant quando chegou a Vila de Santa Maria em março de 1858 verificou também modificações importantes na paisagem agrária da região. Disse ele: “a floresta sofreu desesperadamente do ferro e do fogo. De pé ou caídos se vêem, à esquerda e à direita, troncos carbonizados, horrível quadro de feroz destruição com que, quase em toda a parte, começa a agricultura no Brasil²¹”. Ao mesmo tempo contemplava “o verde jovem que, como bem cuidadas plantas de cultura, brota entre os montes de cinza e montanhas de carvão²²”. Este ilustre visitante foi testemunha da transformação de um cenário verde coberto por uma “mata virgem” em lavouras e campos. O ato de derrubar e queimar a floresta tinha como um dos principais objetivos a plantação de milho, feijão, mandioca e outros gêneros que davam a sobrevivência a inúmeros indivíduos que para essa região migraram e estavam determinados a prosperar.

Ao contrário do cenário da campanha, formado predominantemente por campos, a região central da Província em que se localiza Santa Maria, caracterizava-se pela “dicotomia de campo e floresta²³”. De um modo geral pode-se afirmar que nos campos existentes na Vila de Santa Maria – configurava, sobretudo, a pequena e média criação de animais -, integrado a pequenas lavouras de alimentos, desenvolvendo o comércio interno provincial.

Quanto “as gentes” que viviam em Santa Maria, a grande maioria descendia de luso-brasileiros; apesar do francês Ave-Lallemant ter comparado à uma “aldeia suíça” - descrevendo-a como “uma rica aldeia à margem da estada de Darmstadt a Heidelberg²⁴”. Com certeza, seu olhar seletivo observou somente os teuto-alemães

²⁰ KARSBURG, Alexandre de Oliveira. *Sobre as ruínas da velha matriz: religião e política em tempos de ferrovia (Santa Maria, 1884-1897)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História das sociedades ibéricas e americanas, PPGH, PUC, Porto Alegre. [2007] p.147.

²¹ Robert Ave-Lallemant. In MARCHIORI, Jose Newton Cardoso; FILHO, Valter Antonio Noal. *Santa Maria: Relatos e Impressões de viagem*. Santa Maria: Editora da UFSM. 1997.p.46.

²² Robert Ave-Lallemant. In MARCHIORI, Jose Newton Cardoso; FILHO, Valter Antonio Noal. *Santa Maria...*, 1997.p.47.

²³ ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: as transformações no Rio Grande do Sul do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUI. 2002.

²⁴ Robert Ave-Lallemant. In MARCHIORI, Jose Newton Cardoso; FILHO, Valter Antonio Noal. *Santa Maria...*, 1997.p.45

que prosperam nessa terra. Mas, será que todos prosperaram? É o que veremos no decorrer deste estudo.

Ainda nesta região percebemos a utilização de mão-de-obra cativa. Assim, como em diversas outras áreas do Brasil, o escravo esteve presente, em maior ou menor número, desempenhando inúmeras atividades. Figuravam na labuta das propriedades, além dos escravos a mão-de-obra familiar e ainda era possível perceber a presença de trabalhadores livres pobres.

Estes trabalhadores livres (muitos deles certamente ex-escravos) eram, muitas vezes, responsáveis pelo trabalho na lavoura, pela fabricação de farinha de mandioca, cachaça e manejo com os animais. Alguns proprietários de terras da Vila de Santa Maria tinham diversas propriedades em várias regiões da Província, onde criavam vacas, bois, cavalos, ovelhas e plantavam milho, feijão e mandioca, e para manter suas posses utilizavam destes trabalhadores livres (alguns na condição de agregadoS) para conservar suas terras. Esses indivíduos podiam ser homens livres ou libertos, por vezes também possuíam uma pequena criação e até plantação na terra do seu patrão.

A Vila de Santa Maria oferece um cenário privilegiado para a análise da estrutura sócio-econômica da província sulina, devido à diversidade de grupos sociais presentes²⁵, onde é possível perceber que uma expressiva parcela desta população estava voltada à atividade econômica em áreas nas quais a produção destinava-se à subsistência e ao abastecimento interno. A produção historiográfica recente tem apontado para estas considerações²⁶.

Entre esta produção historiográfica recente existem trabalhos realizados para o mesmo lócus sobre o qual nos debruçamos. Destes, destacamos o estudo da historiadora Daniela Vallandro de Carvalho²⁷, que teve como objeto principal a diversidade cultural e os conflitos étnicos entre grupos populares. A autora analisa as experiências desses grupos populares na região de Santa Maria no período entre 1885-1915, tendo como fonte principal os processos crimes. Abordou, através das modificações da cidade (como a construção da ferrovia) o processo de atração de

²⁵ FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888)*. São Paulo: Editora UNESP, 2005. Trata-se de realidade históricas similares.

²⁶ FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de poucos escravos...*, 2005.

²⁷ CARVALHO, Daniela Vallandro de. *“Entre a solidariedade e a animosidade”...*, 2005.

uma massa diversa de populares para este lócus, resultando no que a autora chama de “um caldeirão étnico” o qual gerou uma série alterações estruturais neste espaço.

Essa região caracterizava-se como um espaço de fixação e atração populacional. Essa oportunidade derivava principalmente da fronteira agrária aberta, até meados do século XIX e posteriormente a construção da malha ferroviária. Esses processos intensificaram e motivaram homens livres que buscavam terras para a lavoura de subsistência e/ou culturas comerciais (fumo, mandioca) em regime de pequena propriedade, para criação de gado, instalar uma casa comercial ou como mão-de-obra operária na construção da ferrovia.

A região destava-se por situar-se geograficamente próxima alguns dos maiores centros comerciais da Província do Rio Grande do Sul (como Rio Pardo e Porto Alegre), além de ser passagem obrigatória de viajantes e carreteiros seus “caminhos que levavam do leste da província, aonde chegavam produtos do restante do país, para as longínquas regiões das Missões e do Planalto Gaúcho²⁸”.

Esses caminhos, além de transportarem produtos, também trouxeram muita “gente” para a região de Santa Maria. Entre elas, estava Maria Rosalina de Jesus, que em seu testamento firmado em Santa Maria, no ano de 1859 declarou que era “natural da Vila de Triunfo, e batizada na igreja da mesma Vila, filha legítima de José Custódio da Silva e de Maria Francisca de Quadros e casada com Manoel Nunes de Miranda²⁹”.

Apropriando-nos do levantamento de 287 registros paroquiais - batismos, casamentos e óbitos - de Santa Maria do ano de 1810 realizados por Romeu Beltrão,³⁰ verificamos que esse movimento atraiu um contingente de indivíduos livres e, compulsoriamente, de escravos. Estes últimos, atrelados à vontade e/ou necessidade de seu senhor, provinham do interior da Província de São Pedro, de outras Províncias e também de fora do Brasil. Entre eles destacamos:

²⁸ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem...*, 1999. p.147.

²⁹ Testamento 5/12/1859, em anexo ao inventário *post-mortem*, Santa Maria. Cartório: Órfãos e Ausentes, M.02, N. 57, A. 1864, APERS.

³⁰ Romeu Beltrão, médico pesquisador memorialista, escreveu em sua Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho: 1787-1930 um panorama geral de Santa Maria da Boca, passando por vários momentos historicamente vividos pelos seus diversos habitantes e também para o município. Nessa obra encontramos variadas informações sobre Santa Maria, relato de viajantes, a relação de proprietários rurais e cópia dos assentamentos de batismos, casamentos e óbitos de Santa Maria (1810), entre outras.

Paraguai, Argentina, Uruguai, Espanha, Portugal, Ilha dos Açores, São Paulo (...), Paraná (...), Minas Gerais, Santa Catarina (...), Rio Grande do Sul (Triunfo, Missões, Viamão, Santo Antonio da Patrulha, Rio Grande, Porto Alegre, São Francisco de Paula, Osório, Gravataí (...)) e Colônia Sacramento.³¹

Dando continuidade ao levantamento de Beltrão, Terezinha Belinazzo³², organizou uma análise serial de dados extraídos também dos registros de batismos, casamento e de óbitos da capela curada de Santa Maria dos anos de 1814 a 1884. O que se destaca nos levantamentos de Belinazzo é o alto percentual de pessoas de condição livre, representando mais de 80% dos batismos, casamentos e óbitos. Observou também o fator “nascimento” através da análise dos registros de casamento (no total de 353), em que - 86% dos homens e 75% das mulheres - nasceram em outras localidades. De posse dessas informações a autora nos contempla com a relação das principais localidades da Província do Rio Grande de São Pedro em que esses cônjuges pertenciam, entre elas estão – Cachoeira, Taquari, São Leopoldo, Rio Pardo, Alegrete, São Martinho, Porto Alegre, São Borja, São Gabriel e Viamão, etc.

Aqui como exemplo, voltamos a falar sobre Constantino José Pinto, natural de Viamão³³. Não sabemos ao certo o ano em que Constantino migrou para a região; a informação que dispomos é que ele obteve uma sesmaria no ano de 1817. Sua história ilustra que o:

[...] recurso da mobilidade espacial era comum a “ricos” e “pobres”, mesmo considerando-se as expressivas diferenças que a posse de alguns escravos ou outros bens móveis podia representar nas oportunidades abertas de reinserção social. Era um recurso da liberdade, primeira e fundamental marca de seu exercício³⁴.

Constantino José Pinto era filho de Antônio José Pinto e Felícia Maria de Oliveira, membros da elite de Viamão, grande estancieiro e oficial da Câmara. Antônio José era cunhado e compadre de Francisco Pinto Bandeira, pai de Rafael

³¹ BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica ...*, 1979, p.62.

³² BELINAZZO, Terezinha. *A População da Paróquia de Santa Maria ...*, 296f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História do Brasil, UFPR, Curitiba, [1981].

³³ 2º Livro de Batismo de Viamão (1759-1765) folha 27, A. 1763. Transcrição gentilmente cedida por Vanessa Campos, AHCMPA.

³⁴ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio...*, 1998. p.28.

Pinto Bandeira e genro de Antonio de Souza Fernando. Todos esses indícios apontam que a família de Constantino José possuía uma destaca posição, tanto financeira como uma grande rede de relações, o que provavelmente favoreceu a mobilidade espacial e também a construção de seu patrimônio em outras terras da Província de São Pedro, o que veremos posteriormente.

O acesso à mobilidade espacial possibilita verificarmos a teia de relações sócio-econômicas entre os diversos indivíduos e também compreender o reflexo desta dinâmica na sociedade escravista em suas variadas dimensões e escalas.

Belinazzo levantou outra informação importante em seu estudo: o percentual dos cônjuges que nasceram em outras Províncias e que se casaram em Santa Maria perfaz 31% de homens e 16% de mulheres, sendo a maioria proveniente das Províncias de São Paulo, Curitiba, Santa Catarina e em menor número da Bahia, Ceará, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Esse é o caso do lavrador Manoel Gonçalves Chaves morador no segundo distrito da Vila de Santa Maria da Boca do Monte, no lugar denominado Rincão do Sarandi. Em seu testamento, escrito no ano de 1858, Manoel, revela que era “natural da Província de São Paulo, batizado na matriz da cidade de Curitiba, filho legítimo de Salvador Gonçalves Chaves e de sua mulher Quitéria Luisa, estes já falecidos³⁵”.

Apesar deste estudo realizado por Belinazzo não contemplar todo marco temporal que trabalhamos, é de grande importância para o nosso trabalho, pois nos permite verificar que o ato de migrar significava poder tentar reproduzir as práticas sociais dos antepassados em outras regiões³⁶. Nesse sentido, esta pesquisa demográfica realizada pela autora³⁷, possibilitou demonstrar a forma intensa com que esta região emergente agregava indivíduos de várias localidades - brancos, negros, libertos, mestiços pobres e livres e imigrantes europeus. Igualmente revela a grande diversidade social deste lócus que implicou na ação cotidiana destes sujeitos em reelaborarem continuamente atos e escolhas que preservassem a mobilidade, favorecendo, assim, condutas que recriavam seu viver e as relações sociais.

³⁵ Testamento em anexo ao inventário *post-mortem* de Santa Maria. Cartório: Órfãos e Ausentes, M.05, N. 112, A. 1871, APERS.

³⁶ KUNH, Fábio. *Gente da Fronteira...*, 2006. p.21.

³⁷ Registros Paroquiais de Casamento (1850-1882). In BELINAZZO. Terezinha Maria. *População da paróquia de Santa Maria...*, 1981. pp.172-175.

Construímos o gráfico abaixo com base nos dados de dois recenseamentos (1859, 1872) e com a informação do viajante Henry Lange, do ano de 1885, a fim de perceber através do tempo o crescimento da população de Santa Maria. Esses dados populacionais representam uma importante fonte para o estudo demográfico do período imperial. Conforme Jovani de Souza Scherer: “independente da qualidade [...], os recenseamentos fornecem ao historiador aproximações do total da população, enquanto os inventários *post-mortem*, informações de um segmento restrito da população: aqueles que tinham acesso a propriedade de bens móveis e imóveis³⁸”. Os números destes recenseamentos confirmam que houve um crescimento populacional bem representativo neste lócus em grande parte atribuído a migração interna.

O censo de 1859 é um observatório importante se pensarmos que ele foi realizado no ano de 1858, exatamente o ano em que Santa Maria se desvinculou do município de Cachoeira e passou a ser Vila. Assim, pode-se verificar que esta região no ano de 1858 possuía um contingente de 5.110 habitantes. Esse dado serve de parâmetro para comparar com os anos de 1872 e de 1885. Isso possibilitou verificarmos os percentuais deste crescimento ao longo de vinte seis anos. Indo além, esses dados também nos permitem verificar alguns fatores que influenciaram este crescimento. Entre eles destacamos a existência, até meados do século XIX, de uma fronteira agrária aberta, a formação de um núcleo colonial de imigrantes italianos em 1877/78 e também o início da construção da linha férrea entre 1885 e 1900. A influência desses fatores revela que, de 1859 a 1885, houve um crescimento de 154% da população em Santa Maria. Esse crescimento populacional não foi exclusivo desta região e sim um movimento comum que ocorreu em outras regiões do Brasil³⁹.

³⁸ SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, UNISINOS, São Leopoldo, RS, [2008].p.31

³⁹ EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil. Século XVIII e XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989. MATTOS, Hebe Maria. *Ao Sul da história*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

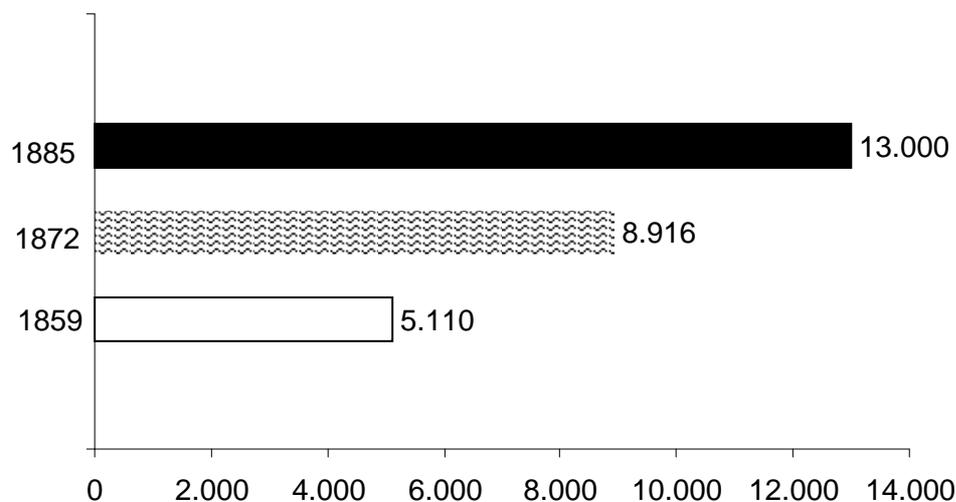


Gráfico 1 – População de Santa Maria da Boca do Monte (RS) 1859-1885.

Fonte: os dados do censo de 1859 e 1872 são da: Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981; Henry Lange in: MARCHIORRI, 1997, p.70.

Creemos que é importante falar da população em termos totais. Para isso, recorreremos a uma pequena análise da composição populacional em dois momentos importantes da história regional de Santa Maria e da Província do Rio Grande de São Pedro – após o final do tráfico internacional de escravos em 1850 e também com a Lei do Ventre Livre de 1871. Assim, priorizamos analisar os dados dos censos de 1859 e 1872, a fim de compararmos as categorias sociais presentes – homens livres e escravos e também observar como essa sociedade se estruturou nesse período de treze anos. Vejamos a tabela 1:

Tabela 1 - População livre e escrava de Santa Maria, século XIX

Ano	Livre	%	Liberto	%	Escravo	%	Total
1859	4.124	80,7%	20	0,4%	966	18,9%	5.110
1872	7.054	85,4%	Não consta		1.204	14,6%	8.258

Fonte: Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981.

É importante salientar que a população do século XIX não era dividida somente entre livres e escravos, havia também os libertos. Conforme o historiador Paulo Moreira: “os libertos estavam imersos em variadas situações de vida que os aproximavam do mundo do cativo, com o qual muitas vezes ainda estavam presos

por condições variadas⁴⁰”. Estes, no entanto, são computados em separado somente no censo de 1859. Enquanto, no censo de 1872, são listadas em separado somente as pessoas “livres” e os escravos. É possível que a população “liberta” tenha sido incluída sob a classificação de “livres”. No entanto, segundo Paulo Moreira: “as estatísticas do período Imperial, principalmente as anteriores a 1872, apresentam dados duvidosos, principalmente quanto ao plantel de escravos⁴¹”.

No ano de 1859 o percentual de escravos em Santa Maria era de 19% sobre o total da população. Comparando com os percentuais da população escrava com outras regiões da Província verificamos que na região Missioneira - São Borja apresentava 14%, Uruguiana 22%, Cruz Alta 13% sobre o total da população. Enquanto em Pelotas, Jaguarão e Rio Grande, a população escrava compunha respectivamente 27%, 28% e 18% do total, regiões estas ligadas as charqueadas e a atividade urbanas⁴². Se compararmos com a região da Campanha tem-se Alegrete com 23%⁴³, Bagé com 25%, Itaqui com 15%⁴⁴. Estes números indicam, que Santa Maria aproxima seu percentual das regiões de Cruz Alta, Rio Grande, Itaqui, São Borja.

Devemos considerar que estes números apontam regiões pouco urbanizadas e/ou sem charqueadas, onde a mão de obra escrava aparece em menor proporção que em áreas tradicionalmente vistas como de excelência do trabalho escravo sulino. Contudo, embora estejamos tratando aqui de uma área que não está entre as primeiras da província em termos de população escrava, nem de longe estes 19% de habitantes cativos pode ser desprezado. Tal afirmativa baseia-se na idéia de que modelos pré-concebidos para uma estrutura agrária, e, por conseguinte, para o tipo de mão-de-obra empregada em uma determinada região não pode ser levemente utilizado para o enquadramento de outra, visto que possuem especificidades e dinâmicas sociais distintas.

Neste sentido, podemos afirmar que a região de Santa Maria desenvolvia uma atividade econômica ancorada na agricultura de subsistência e praticava uma pecuária de pequena escala, apesar de existirem alguns poucos grandes criadores.

⁴⁰ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: Edições EST, 2003, p. 29.

⁴¹ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem ...*, 2003, p.29

⁴² ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno ...*, 2002. pp.120-123

⁴³ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Tese (Doutorado em História) Rio de Janeiro, PPGH, UFRJ, [2007], p.46

⁴⁴ GUIMARÃES, Arlene Foletto. *Dos campos junto ao Uruguai aos matos em cima da Serra...*, 2003, p. 157

Temos uma parcela de 55% da população rural inventariada que depende de alguma forma, da mão-de-obra escrava⁴⁵.

No ano de 1859 a proporção de cativos representava 19% da população, enquanto que no censo de 1872 esta proporção da população escrava era de 15%.

Cabe salientar que a referência a população efetiva de escravos é necessária, pois os censos não fazem menção aos cativos ainda presos a alforrias condicionais (principalmente de prestação de serviços), ingênuos e outros casos. Ou seja, o número de escravos diminuiu, mas provavelmente não tanto como se pensava anteriormente⁴⁶.

Esse declínio refletia-se de maneira geral na Província do Rio Grande de São Pedro. A proibição do tráfico atlântico de africanos efetivada em 1850, pela Lei Eusébio de Queiroz,⁴⁷ deu início à ruptura do sistema escravista brasileiro, uma vez que extinto o tráfico (a principal fonte de abastecimento) exigiu-se alternativas que mantivessem o acesso aos cativos, uma vez que a demanda por escravos era uma característica da economia brasileira. Com a interrupção do tráfico internacional para o Brasil seguiram-se vários problemas: a crescente dificuldade em adquiri-los, a escassez de braços para o desenvolvimento das regiões cafeeiras do centro do país e a instabilidade econômica das charqueadas rio-grandenses, cuja mão-de-obra era, principalmente, escrava⁴⁸. Portanto, a preocupação era a manutenção do direito sobre a propriedade existente; ou seja, mesmo com o fim do tráfico a escravidão deveria ser mantida e garantida.

Se anteriormente a atividade dos traficantes de escravos era considerada “normal” para aquela sociedade, a partir de 1850 essa atividade passou a ser identificada como um comércio ilegal, “pirataria”. Mesmo com a proibição do tráfico internacional de escravos esse comércio ilegal encontrou maneiras para burlar a fiscalização.

⁴⁵ Consideramos aqui todos os inventários, tanto os urbanos como rurais, uma vez que a mão-de-obra era utilizada em todo o tecido social.

⁴⁶ ZUBARAN, Maria Angélica. *Slaves and Contratados: the politics of freedom in Rio Grande do Sul, Brasil, 1865-1888*. Tese (Doutorado em História) – New York, State University of New York at Stony Brook [1998]. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os Cativos e os Homens de Bem ...*, 2003.

⁴⁷ Lei n° 581, de 04 de setembro de 1850: “Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império.”

⁴⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ª Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1977, pp. 80-82.

O historiador Vinicius de Oliveira contemplou a historiografia brasileira com um estudo de amplo fôlego reconstituindo a trajetória de um africano *ladino*⁴⁹ – Manoel Congo – que desembarcou clandestinamente na praia de Tramandaí, no norte do Rio Grande do Sul, no ano de 1852. Segundo o autor este foi o último desembarque clandestino de escravos africanos conhecido na Província do Rio Grande de São Pedro:

No dia 11 de abril de 1852, domingo, um navio vindo da África encalha no litoral norte [...] na região da praia de Tramandaí, então ligada a Conceição do Arroio, distrito de Santo Antônio da Patrulha. Percebendo ter sido vítima desse traçoeiro litoral, o capitão “desampara” o navio e põe-se a desembarcar a valiosa “carga” humana composta de diversos africanos que, em breve, seriam vendidos como escravos na região de Conceição do Arroio e nos Campos de Cima da Serra. Entre eles, estava o africano Manoel, natural do reino do Congo, com cerca de 20 anos, personagem deste último desembarque clandestino de escravos africanos conhecidos na Província⁵⁰.

O autor utilizando-se desse processo crime inicia a reconstrução da trajetória de Manoel Congo. Cabe salientar que esse fato ocorreu em um momento em que o tráfico estava proibido (desde 1850), e dessa forma Manoel “não seria, teoricamente, escravo, mas africano livre⁵¹”. Além de o tráfico ser uma atividade arriscada, segundo Vinicius de Oliveira “os traficantes necessitavam de alguma forma de crédito para obter divisas necessárias para bancar a aquisição de cativos, as atividades da tripulação e dos membros da rede de recepção⁵²”. Para isso era importante que as ‘mercadorias’ transportadas tivessem destino certo.

Conforme afirma Vinicius de Oliveira: “as elites provinciais tiveram que buscar formas alternativas de acesso à mão-de-obra para a produção local⁵³”. No caso da Província do Rio Grande de São Pedro Vinicius de Oliveira revela ainda que:

⁴⁹ Interrogado, Manoel Congo disse ser *ladino*, que na linguagem na época significava: “Homem ladino; não rude, esperto, fino, passado. Escravo ladino opõe-se a boçal, e é o que já sabe a língua e o serviço ordinário de casa”. Dicionário Moraes Silva, Apud: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Ousando conceber esperanças de justa liberdade: Dimensões de Justiça e Cidadania no século XIX (o caso do Promotor de Santo Antonio da Patrulha - 1868) In *Diversidade e Políticas Afirmativas: Diálogos e intercursos*. Novo Hamburgo / RS: FEEVALE, 2005, pp. 134-153.

⁵⁰ OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: Edições EST, 2006, p.13

⁵¹ OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula...*, 2006, p.11

⁵² OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula...*, 2006, p.37

⁵³ OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula...*, 2006, p.30

[...] seqüestros de negros livres do Uruguai que eram escravizados pelas “califónias” gaúchas, formas disfarçadas de escravidão (como a libertação por contrato de prestação de serviços e o uso do trabalho dos ingênuos), o controle de “vagabundos” e “vadios”, imigração, etc⁵⁴.

Outro mecanismo adotado pela sociedade escravista, procurando a manutenção e reprodução do contingente cativo fora o comércio intraprovincial, através de compra e venda de cativos. Como observou Eduardo Silva, a expansão do café no sudeste paulista resultou na transferência de escravos para aquela região, principalmente cativos da Bahia⁵⁵. O Rio Grande de São Pedro também contribuiu neste processo e foi se tornando gradualmente fornecedor de escravos para as províncias do centro do país, em um tráfico interprovincial de relativo peso. O impacto, conforme alguns estudos clássicos como o de Robert Conrad, Margaret Bakos e de Fernando Henrique Cardoso, se deu principalmente na década de 1860 do século XIX, quando a população efetiva de escravos diminuiu consistentemente.⁵⁶

Outrossim, temos que considerar que ainda não temos pesquisas que nos expliquem a dinâmica interna da província, com relação à compra e venda de escravos. Quer dizer, muito provavelmente algumas regiões se tornaram compradoras e outras vendedoras, em um dinamismo interno ainda desconhecido. Daí a importância de investigações baseadas na micro-análise, para que algumas grandes explicações sejam testadas⁵⁷.

Deve-se ressaltar que em Santa Maria, no ano de 1859, havia um total de 966 escravos e no ano de 1872, 1.194 escravos. Verifica-se um crescimento de 24% de escravos no município. Em termos reais o aumento é deveras interessante, pois tem a ver com a reprodução endógena do plantel, mas também pode indicar que Santa

⁵⁴ OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula...*, 2006, p.30. Apud. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Boçais e malungos em terras de brancos – o último desembarque de escravos nos arredores de Santo Antônio da Patrulha: 1852. In BEMFICA, Corália Ramos; et. al. (Org.) *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*. Porto Alegre: Edições EST, 2000.

⁵⁵ SILVA, Eduardo. *Dom Obá II d'África, o Príncipe do Povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p.63-65.

⁵⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional...*, 1977. BAKOS, Margaret. *RS: Escravidão e Abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro. Brasília: Civilização Brasileira, 1975.

⁵⁷ Uma fonte privilegiada para o estudo da dinâmica interna do tráfico de escravos provincial, seria certamente as escrituras de compra e venda de cativos, registradas nos cartórios locais. Raros foram os historiadores que investigaram estas fontes, ver: CARATTI, Jônatas Marques. Comprando e vendendo escravos na fronteira: uma possibilidade de análise a partir de escrituras públicas de compra e venda (Jaguarão, 1860-1880). In *Anais: ANPUH / IX Encontro Estadual de História*, São Leopoldo, 2008.

Maria se tornou um pólo de compra de escravos. Isso demonstra que o crescimento populacional, como já falamos, indica que algumas localidades em função do crescimento econômico, não estão sendo fornecedoras, mas sim consumidoras de braços escravos.

Se compararmos com os dados para outras localidades da Província do Rio Grande de São Pedro observa-se que:

Tabela 2 - Número de escravos em Porto Alegre, Alegrete e Santa Maria, através dos censos de 1859 e 1872.

Censo	Porto Alegre	Alegrete	Santa Maria
1859	5.070	2.525	966
1872	8.155	2.318	1.194

Fonte: Os dados foram retirados das seguintes fontes: os de Porto Alegre da tese de doutoramento de Paulo Roberto Staudt Moreira (2003, p.29); os de Alegrete da dissertação de Graciela Graciela (2005, p.66); os de Santa Maria dos censos publicados pela Fundação de Economia e Estatística (1981).

Verifica-se que Porto Alegre possui o maior número de cativos computado nos censos de 1859 e 1872 do que Alegrete e Santa Maria. Pode-se verificar através dos dados fornecidos pelos censos de 1859 e 1872 que no município de Porto Alegre houve também um crescimento do número de cativos, assim como em Santa Maria e Alegrete.

No entanto, observando os dados dos censos para o município de Alegrete a historiadora Graciela Garcia verificou que o índice de 25% de escravos no cômputo geral da população, verificável no censo de 1859 caiu para 12% em 1872⁵⁸. Luis Augusto Farinatti referiu que os dados do censo de 1872 para Alegrete: “aponta não apenas uma redução relativa dos escravos que, [...] formavam apenas 12,6% da população, como também [...] que o número total de pessoas escravizadas havia baixado para 2.308 indivíduos⁵⁹”. Assim, para Graciela Garcia: “a escravidão em Alegrete, além de não ser atípica, acompanhou o movimento da província e entrou em crise na mesma proporção e no mesmo momento⁶⁰”. Dessa forma, a autora considera que Alegrete absorveu a crise da mão-de-obra escrava, reflexo da proibição do tráfico internacional de escravos. Assim, frente à escassez de cativos “a reprodução endógena parece ter sido uma das estratégias adotadas, já que o índice

⁵⁸ GARCIA, Graciela Bonassa. *O Domínio da Terra...*, 2005.

⁵⁹ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária...*, 2007, p.46

⁶⁰ GARCIA, Graciela Bonassa. *O Domínio da Terra...*, 2005, p.63

de cativos com até 10 anos de idade cresce de 15%, na década de 1830, para 27% na década de 1870, entre a população inventariada⁶¹.

Com relação aos dados que já apresentamos para Santa Maria, lembramos que eles apontam que 86 % da população de Santa Maria era considerada livre. Sendo que neste censo não estão computados em separado os “libertos”, pensamos na possibilidade destes estarem inseridos na categoria de “livres”. Isso indica que esses ex-escravos conseguiram, de formas diversas, romper com o cativeiro.

Como destaca Peter Eisenberg, esse crescimento populacional durante o século XIX era um fenômeno em todo o Brasil, assim:

O crescimento da população livre, fosse por reprodução natural, por emancipação de escravos ou por imigração, era tanto no século XIX, que em quase todas as províncias do Império o número de pessoas livres era sempre maior do que o número de escravos⁶².

Sabemos que muitos desses homens livres eram provenientes de outras regiões da Província do Rio Grande de São Pedro, através do estudo realizado por Belinazzo, anteriormente mencionado. Esse crescimento populacional, em Santa Maria, provavelmente deve-se a migração interna, uma vez que os imigrantes italianos só iriam começar a chegar à região pós 1877.

Cabe mencionar que nem todos os indivíduos que passaram por esta migração interna rumo a Santa Maria eram nacionais. Muitos alemães⁶³, anteriormente instalados na Colônia de São Leopoldo (fundada em 1824), mudaram-se para o centro da província em busca das oportunidades de uma fronteira agrária em expansão. Esse grupo de teuto-brasileiros não fazia parte de um projeto articulado do governo imperial, como era o caso da colônia de São Leopoldo, mas originaram-se de um movimento *espontâneo* de indivíduos em busca de recursos

⁶¹ GARCIA, Graciela Bonassa. *O Domínio da Terra...*, 2005, p.63

⁶² EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos...*, 1989. p.224

⁶³ Quando nos referimos ao grupo étnico “alemães”, estamos somando a este grupo seus descendentes, forma do qual lançam mãos trabalhos semelhantes em estudo de imigração. Ver: TRAMONTINI, Marcos Justo. *A Organização Social dos Imigrantes: A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2000. ALVES, Eliege Moura. *Presentes e Invisíveis – escravos em terras de alemães*. São Leopoldo 1850-1870. Dissertação (Mestrado em História) – São Leopoldo, PPGH, UNISINOS, [2004].

que garantissem a sobrevivência para e si e para suas famílias⁶⁴. Nossa pesquisa encontrou considerável substrato documental sobre a presença de teuto-brasileiros em Santa Maria e, de certa forma, nos sentimos forçados (ou tentados) a estudá-los, o que faremos no item seguinte.

2.1.1 Uma Linda Aldeia Suíça: os Alemães na Boca do Monte

Em 1828, a paz da povoação de Santa Maria foi alterada por um evento que ficou marcado na memória local até a atualidade. Curiosos nas ruas e janelas, todos espantados com o pelotão de soldados que se aproximava. De repente a informação chegou aos ouvidos da população: eram soldados estrangeiros que estavam de passagem por Santa Maria, mais precisamente era o 28º Batalhão de Estrangeiros, compostos por alemães, contratados para lutar na Guerra Cisplatina. Após a dissolução da tropa, talvez estimulados pela possibilidade de crescimento econômico, alguns militares optaram por se estabelecer na região.

Por outro lado, alguns imigrantes alemães e seus descendentes, que haviam chegado à região de São Leopoldo por volta de 1824, começaram a migrar para Santa Maria, ao longo das décadas de 1829 e 1845⁶⁵.

No ano de 1827, Heinrich Trachler, natural de Zürich, nascido a 24 de janeiro de 1811, deixou a Europa pelo porto de Bremen, com 16 anos, para engajar-se como soldado, no 28º Batalhão de Caçadores, no Rio de Janeiro. Após uma curta permanência na corte, partiu juntamente com a tropa para Santa Catarina, a bordo do navio Dom Pedro I, seguindo por terra, para Torres e Porto Alegre, aonde chegou a nove de julho de 1828. Após alguns dias, prosseguiu viagem pelo rio Jacuí, passando por Rio Pardo, Cachoeira e chegando a Santa Maria.

Henrich foi um dos homens que resolveu desertar, ao invés de retornar para a Corte no final do conflito. “Passou a viver de expedientes, em cinco anos de

⁶⁴ Outro agrupamento de alemães, constituído a revelia dos interesses das autoridades imperiais, formou-se em Porto Alegre, conforme investigado por GANS (2004). Ver: GANS, Magda Rosvita. *Presença Teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

⁶⁵ BRENNER, José Antonio. *Imigração alemã: a Saga dos Niederaurer*. Santa Maria: Editora da UFSM, 1995. p.95.

andanças pelo Rio Grande de São Pedro e Uruguai⁶⁶”. De retorno à Santa Maria, Henrich declarou:⁶⁷

Mais ou menos uma hora após o meio-dia alcançamos a famosa localidade de Santa Maria da Serra, nosso antigo acampamento militar, onde nos hospedamos em casa de um soldado da nossa Companhia, que permaneceu no povoado para tentar a sorte como mestre-alfaiate. Nós aqui permanecemos três dias completos e tentamos, em vão, conseguir trabalho junto aos agricultores locais, pois todos os postos já estavam ocupados por aventureiros alemães que nos haviam precedido⁶⁸.

Quando ele se refere que “se hospedou na casa de um soldado da nossa Companhia e que permaneceu no povoado para tentar a sorte como mestre-alfaiate”, segundo Romeu Beltrão o viajante possivelmente estaria se referindo ao alemão João Appel, que no ano de 1830 chegou à povoação de Santa Maria, e estabeleceu-se como alfaiate:

Fora também soldado do 28º Batalhão de Alemães. Esta corporação militar sabe-se ter sido dissolvida no Rio de Janeiro em 1830. É lógico supor que João Appel, tendo estado em Santa Maria quando aí acantonou o dito batalhão, tivesse feito boas relações com as pessoas do lugar, vindo ele domiciliar-se logo que foi dispensado do serviço do exército brasileiro⁶⁹.

Após um ano, casou-se com Ana Maria de Oliveira, com quem teve cinco filhos. Ana Maria era filha de Maximiano José de Oliveira, proprietário de terra e gado na região.

Foi assim, através “de alianças de casamento, de relações de “*compadrio*” e laços políticos com os criadores de gado local⁷⁰”, que muitos *teutos* inseriram-se

⁶⁶ MARCHIORI, José Newton; FILHO NOAL, Valter Antonio. *Santa Maria: Relatos e Impressões de viagem*. Santa Maria: Editora UFSM. 1997, p.33

⁶⁷ Não sabemos ao certo o ano de retorno de Henrich à Santa Maria, mas possivelmente tenha sido após 1830.

⁶⁸ TRACHSLER, Heinrich. In MARCHIORI, José Newton; FILHO NOAL, Valter Antonio. *Santa Maria: Relatos e Impressões de Viagem...*, 1997.p.34

⁶⁹ BELÉM, João. *História do município de Santa Maria (1797-1933)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2000.

⁷⁰ CARVALHO, Daniela Vallandro de. “*Entre a solidariedade e a animosidade*”..., 2005.p.45

favoravelmente entre os nacionais e obtiveram alguma prosperidade. Pratica essa que não fora exclusiva desse grupo étnico⁷¹.

João Appel, natural da Baviera, apelidado de João Alfaiate devido a sua profissão, montou alfaiataria na esquina das atuais ruas Dr. Bozano e Serafim Vallandro. Com boa freguesia⁷², provavelmente acumulando capital resolveu ampliar seus negócios investindo numa casa comercial - como veremos no item 1.3 deste capítulo.

Os alemães que se estabeleceram em Santa Maria passaram a atuar em várias profissões, tais como: lavradores, comerciantes, alfaiates, curtidores, marceneiros, ourives, entre outras. Assim, conforme Belém, no ano de 1858, quem chegasse a Santa Maria: “enganar-se-ia supondo a localidade fundada por alemães em razão dos nomes germânicos que ostentavam as tabuletas e letreiros de todos os estabelecimentos comerciais e oficinas que se mostravam aos olhos do forasteiro⁷³”.

Vemos que vários relatos não resistem a atribuir a Santa Maria a imagem de vilarejo europeu. Consideremos que, na segunda metade do século XIX, a intelectualidade brasileira passava por um momento interessantíssimo de discussão sobre o futuro nacional. Mudanças estruturais como o fim do sistema escravista e o crescimento do fluxo imigrante, provocavam projeções sobre o *povo* que se queria para esta nação emergente. A recepção de idéias diversas, que versavam sobre noções de progresso, evolucionismo, racismo científico⁷⁴, carregava de negatividade as *gentes* que abundavam em terras nacionais, principalmente negros (em suas várias matizes) e índios. Cobrir Santa Maria de um *verniz* europeizante, através do exagero sobre a presença de alemães em seu espaço, foi um estratagema adequado para viajantes e memorialistas que queriam elogiar o vilarejo no qual residiam ou por onde passavam, atribuindo-lhe um cenário *embranquecido* e

⁷¹ Abundam os casos de *mercenários* alemães que vieram para o Brasil e acabaram por aqui ficando. Ver: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Traído por uma mulher malvada, assim como Judas vendeu a Cristo: O abominável José Ramos e a História social de Porto Alegre. In ELMIR, Cláudio; MOREIRA, Paulo. *Abomináveis Crimes: O Processo 5616 e os crimes da Rua do Arvoredo*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2009 (no prelo). Sobre o assunto, ver: LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Os Mercenários do Imperador. A primeira corrente imigratória alemã no Brasil*. Porto Alegre: Palmarinca, 1993. HÜNSCHE, Carlos Henrique. *O Biênio 1824/25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: A Nação, 1975.

⁷² BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria...*, 1979.p. 92

⁷³ BELÉM, João. *História do município de Santa Maria...*, 2000. p.91

⁷⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

germanizado. Tais relatos acabaram jogando sobre a cidade um véu que invisibilizou não só as categorias de indesejados, como negros e índios, mas também aqueles alemães que não adquiriram a projeção social e econômica que lhes era destinada pelos arautos da imigração européia, vista como regeneradora da raça e promotora do progresso.

Felippe Normann em 1856, explorando os matos na região de Santa Maria concebeu o projeto de estabelecer uma colônia de imigração alemã, no alto da Serra Geral, por iniciativa particular. Em 1858 envia à Presidência da Província um relatório revelando a situação da suposta Colônia, na expectativa de auxílio governamental, para 32 famílias alemãs ou teuto-descendentes (que, em sua maioria, afluíam da Colônia de São Leopoldo). Estes alemães começaram a migrar para Santa Maria, atraídos pela disponibilidade de terras devolutas. Nas palavras de Normann:

Se é admissível chamar-se de colônia a uma aglomeração de famílias estrangeiras, que estão estabelecidas – não em posses coloniais medidas e demarcadas, e sim sem ordem em posses pela maior parte mal discriminadas em suas divisas (...) sobre as cabeceiras dos Arroios Grande e Vaccacahy-mirim, pouco distante da Vila de Santa Maria (...). Há poucos lugares na Província, que acenam tantas condições para a prosperidade de 1 colônia, como essa região da serra geral; as suas férteis terras são atravessadas pela excelente estrada do Pinhal, a limpesa do rio Vaccacahy-grande franqueará a colônia 1 porto de embarque, para os seus gêneros de exportação que não lhe ficará em maior distância de 5 léguas, e um ótimo mercado lhe oferece não somente a vizinhança e florescente Santa Maria, com uma população toda comerciante e industrial de mais de 1.200 almas, mas também a vasta campanha, cujos habitantes quase todos entregues a industria pastoril e pouco afeitos ao trabalho rural, vem a porta das casas dos colonos para abastecer-se das suas produções, que lhe compram por subidos preços (...).⁷⁵

Em suas observações, Normann destaca que Santa Maria possuía plenas condições para estabelecer uma colônia de imigrantes, devido a suas terras férteis e a expectativa do mercado consumidor. Ainda enfatiza a importância de uma colonização mista: “de nacionais e estrangeiros [...] evitando-se, assim, a formação

⁷⁵ Relatório de Felipe Normann. Câmara Municipal de Santa Maria. Correspondência Expedida. 1858, AHRS.

de um elemento estranho no meio da população nacional, como acontece na colônia de São Leopoldo⁷⁶”.

No entanto, a primeira tentativa de formação de um núcleo colonial de imigrantes na região não teve sucesso. Um efetivo núcleo colonial somente viria existir no município no final da década de 1870, com a instalação da colônia italiana de Silveira Martins, com auxílio governamental - como veremos no capítulo três.

A narrativa de Normann possibilita-nos ir além do fato relatado – da ajuda governamental para instalar uma colônia alemã -, que jamais foi recebida. Permite verificar que os alemães desta região não se dedicavam somente ao comércio, mas que também exerciam a atividade de lavradores/pastores.

Podemos procurar entender a colonização germânica na província rio-grandense, descrevendo-a como composta de três fases distintas. A primeira de 1824-1845 (fase da subsistência), foi marcada por conflitos militares (Guerra da Cisplatina e Revolta dos Farrapos)⁷⁷. É nesta fase inicial que São Leopoldo concentra os primeiros imigrantes alemães que, a partir de 1846, se espriam pelos vales dos rios dos Sinos e do Caí.

Na segunda fase, entre 1845 e 1870, ocorre uma certa estabilização do núcleo inicial de imigrantes germânicos, que começam a produzir um excedente agrícola, que é principalmente canalizado comercialmente através da capital da província, Porto Alegre. A colônia diversifica-se econômica e socialmente, e muitos de seus membros começam a pensar em migrar para outros pontos. Na terceira fase, a partir de 1870, a presença alemã já está consolidada e gradualmente os teuto-brasileiros adquirem participação política.

É na segunda fase que muitos alemães começam a chegar a Boca do Monte, em uma expansão pelos vales do Taquari e Rio Pardo, a partir do núcleo original de São Leopoldo e arredores. Entretanto, como já vimos nos casos citados acima, muitos indivíduos desta procedência já habitavam o lugarejo, após saírem das tropas imperiais, seja por desmobilização de seus regimentos ou por deserção. São, podemos dizer, dois movimentos que se entrelaçam de uma forma que ainda não estamos aptos a aprofundar. Quais as relações destes primeiros alemães (se é que

⁷⁶ Relatório de Felipe Normann. Câmara Municipal de Santa Maria. Correspondência Expedida. 1858, AHRS.

⁷⁷ Ver AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil: A revolta dos Mucker*. São Paulo: Edições Símbolo, 1978. SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: USP, 1969. e TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes...*, 2000.

se consideravam assim), com este fluxo mais numeroso de migrantes? Estes últimos teriam se sentido entrando em uma *aldeia suíça* quando por lá aportaram? Teriam as relações forjadas pelos primeiros cimentado uma adaptação mais fácil para os seguintes? São interrogações cabíveis, mas que não temos a ambição de responder.

Em 1859 foi produzido um mapa populacional de alguns desses moradores de Santa Maria, considerados precursores da imigração alemã nessa região, chamado de *mappa statistico*, elaborado por Joaquim Edolo de Carvalho, então subdelegado de Santa Maria da Boca do Monte⁷⁸. Esses dados permitem, mesmo com limitações, obter informações tais como: os nomes dos chefes dos domicílios e abaixo seguem os nomes dos outros membros da família, esposa (quando casado), filhos. As colunas seguintes à descrição dos nomes informam a idade, estado civil, ano que vieram para o Brasil, naturalidade, grau de instrução, religião e profissão. A profissão, ou seja, a atividade produtiva dos membros, na maior parte das vezes, apenas se referiu ao chefe do domicílio.

Neste mapa populacional encontramos os nomes de 26 famílias alemãs, sendo que 25 tinham seus “fogos” chefiados por homens e apenas 1 chefiado por uma mulher, sendo que essa era viúva e tinha 5 filhos solteiros.

Um exemplo é o domicílio de Elizabeta Rese, chefe de família, viúva, foi casado com Henrique Rese, que faleceu no ano de 1856. Após o seu nome segue a relação dos seus cinco filhos: Elizabeta, Jacob, Luis, Frederico e João, todos solteiros. Consta que Elizabeta Rese chegou no Brasil em 1832, natural da Prússia, de religião protestante e se dedicava a atividade de lavradora, assim como sua filha Elizabeta e seu filho Jacob aparecem como sapateiro⁷⁹.

Podemos considerar esse mapa populacional semelhante às listas nominativas e mapeamentos de população, que apontam os moradores por “fogos”, muitas vezes indicando sua ocupação, sexo, estado civil, cor, estatuto jurídico, etc., freqüentes em outras épocas e áreas do Brasil colonial e do século XIX⁸⁰.

⁷⁸ Correspondências Expedidas. Câmara Municipal de Santa Maria, Ano 1858/1867, M.208, caixa 111. O mapa estatístico da população colonizadora de Santa Maria. 1858, AHRs.

⁷⁹ Correspondências Expedidas. Câmara Municipal de Santa Maria, Ano 1858/1867, M.208, caixa 111. O mapa estatístico da população colonizadora de Santa Maria. 1858, AHRs.

⁸⁰ MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos...*, 1996. NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do Dote...*, 2001. BACELLAR, Carlos. *Os Senhores da Terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento...*, 1998. LIMA, Carlos A.M. *Sobre posses de cativos e o mercado de escravos em Castro (1824-1835): perspectivas a partir da análise de listas nominativas*. Encontro Nacional de História Econômica, 2003, ABPHE.

Quanto à religião, verificamos que entre os “fogos” chefiados por homens 14 eram protestantes e 11 eram católicos, e a única família chefiada por uma mulher era protestante. Com relação à atividade profissional exercida por essas famílias alemãs observamos que 58% dedicavam-se a profissão de lavrador. Outra vez percebemos que esse grupo era muito ligado à terra, isso somente confirmando a tendência da região. Dos chefes de família, 27% dedicavam-se a atividades como pedreiro, curtidor, lombilheiro, ferreiro, criador de abelhas, enquanto que 12% exerciam a atividade de negociantes. Somente um chefe de família possuía um engenho de madeira, correspondendo a 4% do total.

Neste mapa estatístico não consta a composição da riqueza de cada unidade doméstica. Assim, buscamos cruzar esse mapa nominal com os *inventários post-mortem*. No primeiro, verificamos o nome dos atores sociais e no outro o grau de riqueza e a composição da unidade doméstica. Dos 253 inventários catalogados para Santa Maria, 51 inventários são de teuto-alemães. Destes, encontramos somente cinco indivíduos que foram listados no mapa estatístico da população colonizadora de Santa Maria. Mesmo uma amostra muito pequena como a que utilizamos nos permitiu fazer algumas afirmações sobre família e o perfil produtivo. No entanto, não é nosso intuito generalizar tais informações para todo o período, ou mesmo para toda a população de teuto-alemães de Santa Maria.

Tabela 3 - Patrimônio dos teuto-alemães de Santa Maria

Nome	Ano	Monte-mor em libras esterlinas	% escravos	% bens rurais e benfeitorias	% bens urbanos	% animais	% equipamentos	% outros	% mercadoreias	% dívidas ativas	% dívidas passivas
Henrique Rese	1859	23,35	-	62%	-	27%	-	11%	-	-	-
Maria Eva Albrecht	1873	1.626,14	1%	58%	-	7%	2%	20%	-	12%	51%
Margarida Schreiner	1883	390,96	-	84%	-	14%	2%	-	-	-	-
Jacob Albrecht	1885	2.206,67	-	46%	14%	2%	1%	-	-	37%	-
Miguel Kroeff	1888	843,96	-	5%	56%	0,5%	0,5%	2%	29%	7%	8%

Fonte: Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório: Órfãos e Ausentes. M.1, N.28. A.1859; Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório: Órfãos e Ausentes. M.5, N.130. A.1873; Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório: Cível e Crime. M.1, N.43. A.1883; Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório: Cível e Crime. M.2, N.47. A.1885; Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório: Órfãos e Ausentes. M.10, N.244. A.1888

Observa-se, nos inventários da Tabela 3, que os bens rurais e benfeitorias tinham o maior peso sobre o valor total do patrimônio na maioria dos inventários. Em apenas um os bens urbanos configuravam o percentual mais importante seguido das mercadorias. Trata-se do inventário de Miguel Kroeff, pequeno comerciante de Santa Maria.

No inventário de Henrique Rese os bens declarados por sua viúva, Elizabete Rese, foram os seguintes: 8 reses de criar mansas, 5 porcos, 1 casa com arvoredos e 125 braças de terra. Consta no seu inventário que seu filho Frederico havia nascido em São Leopoldo, no local denominado Picada Nova, no ano de 1845, tendo como padrinhos Frederico Méier e Maria Elisabetha Clapz⁹². Outra informação que o inventário nos trás refere-se a que local o inventariado e viúva eram procedentes “Henrique Rese, nascido em Halsdorf na Kurhepia e sua mulher Elizabeth Rese, ex-familia de Agne, nascida de Frohendofer em Bavária⁹³”. Analisando os dados deste inventário podemos verificar que se trata de pequenos proprietários, provavelmente viviam de suas plantações e que utilizavam-se da mão-de-obra familiar.

Cabe salientar analisando os dados do mapa populacional e relacionando com os inventários *post-mortem* de Santa Maria, verificarmos que grande parcela desta população teuta-alemã movimentou-se internamente. Muitos destes indivíduos se deslocaram da Colônia alemã de São Leopoldo, em busca de sobrevivência e de terras férteis para se estabelecerem. Conforme salientou Vinicius de Oliveira:

a região colonial do Vale dos Sinos conheceu, em poucos anos, um crescimento demográfico e econômico considerável [...]. Esse incremento populacional desdobrar-se-ia no avanço rumo a novas frentes de ocupação, especialmente em direção à encostas da Serra Geral, por meio de abertura de novas colônias oficiais e particulares. Além da migração externa, pela chegada de sucessivas levas de alemães, a própria característica fundiária do empreendimento colonial – pequenas propriedades para uso familiar – fez com que, em pouco tempo, as propriedades se tornassem insuficientes para proverem o sustento das famílias e estimulassem um processo de migração interna. Os filhos que casassem e dependessem do uso da terra para sobreviver eram impelidos a buscá-la em novas frentes de ocupação, transformando São Leopoldo “em importante pólo irradiador de colonização”.

⁹² Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório de órfãos e ausentes, M.1, N.28, a.1859, APERS.

⁹³ Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório de órfãos e ausentes, M.1, N.28, a.1859, APERS.

Santa Maria foi uma das regiões que atraiu migrantes alemães. Era uma região caracterizada pela agricultura de subsistência e por uma pecuária em pequena escala, com uma fronteira agrária aberta até meados do século XIX.

Entre os precursores da colonização alemã de Santa Maria localizamos (no mapa estatístico de 1858) o nome de Jacob Albrecht bom exemplo dessa migração interna. No ano de 1828, este partiu de Bremen, juntamente com sua mãe Maria Albrecht. Chegou ao Rio de Janeiro no ano de 1829 e em São Leopoldo em 1835, São Leopoldo. Jacob Albrecht estabeleceu-se como curtidor em Campo Bom e transferiu-se para Santa Maria no ano de 1857, fixando-se na localidade de Pinhal, hoje Itaára. Foi casado com Maria Eva Müller e teve 12 filhos⁹⁴.

Helga Piccolo revela que o imigrante alemão Philipipp Elicker escreveu algumas cartas. Nelas ele cita o nome de alguns conhecidos, mandando (como era comum entre os imigrantes) informações sobre eles para os seus parentes que ficaram na Alemanha, entre esses conhecidos está Jacob Albrecht, que chegou ao Brasil no mesmo veleiro que Elicker - trimastro Olbers – e ambos eram naturais de Niederlinxweiler, na margem esquerda do Rio Reno⁹⁵.

Em 26 de dezembro de 1845, Elicker⁹⁶ escrevia ao seu irmão Johann Georg Eliker, que vivia na Alemanha, informando que Jacob Albrecht:

estava indo muito bem, pois aprendeu em 1832 a profissão de curtidor e se sustenta muito bem com ela. Pode dizer que é um dos alemães que está em melhor situação. Já tem diversos negros que o ajudam no curtume, além de praticar a agricultura. Em 1834 casou-se com a filha de Nikolaus Müller (...) como resultado de seu feliz matrimônio já tem 6 filhos. Sua mãe ainda está com saúde e bem disposta como quando saiu da Europa.⁹⁷

⁹⁴ HUNSCHE, Carlos H. *O biênio 1824/25 da Imigração e Colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação, 1975, 2ª Edição, pp.393-394.

⁹⁵ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Cartas: Recordações e testemunhos do vivenciado. In *Anais do Congresso IBERO-Americana Pragensia*, Supplementum 17/2006, pp.95-102.

⁹⁶ Elicker “deixou, em maio de 1828, a sua pátria que era o Principado de Lichtenberg [...] e em 26 de setembro partia do Porto de Bremen no veleiro trimastro Olbers. Em 17 de dezembro chegava à capital do Brasil – Rio de Janeiro – de onde saiu em 08 de fevereiro, para Porto Alegre, capital da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Dali seguiu para a Colônia alemã de São Leopoldo (fundada em 1824), aonde chegou em 18 de março”. PICCOLO, Helga Iracema L. Cartas: Recordações e testemunhos do vivenciado. In *Anais do Congresso IBERO-Americana Pragensia*, Supplementum 17/2006, pp.97-99.

⁹⁷ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Cartas: Recordações e testemunhos do vivenciado. In *Anais do Congresso IBERO-Americana Pragensia*, Supplementum 17/2006, p104.

Consta no mapa estatístico da população colonizadora de Santa Maria que Jacob Albrecht possuía um engenho de serrar madeira e que seu filho Jacob era lavrador⁹⁸. Portanto, ao transferir-se para Santa Maria com sua família adquiriu terras florestais e trocou de profissão. Sua esposa Maria Eva Albrecht faleceu no ano de 1873 em Santa Maria com 55 anos. No seu inventário consta que o casal possuía: 40 bois, 20 reses, 6 cavalos e 12 porcos, todos avaliados em 118,71 libras. Dentre os móveis, avaliados em 273,00 libras, destacamos: 2 carretilhas, 1 carreta de conduzir madeira, 1 carroça. As benfeitorias foram avaliadas em 336,00 libras, e entres essas salientamos: duas terças partes de um engenho de serrar madeira, duas terças partes de 1 alambique e 1 moinho de moer⁹⁹.

Através dos dados do inventário de Maria Eva Albrecht, é possível estimar como era o dia-a-dia dessa família. Percebemos que Jacob e Maria Eva possuíam um patrimônio econômico diversificado, dos quais retiravam o sustento para a família. Possuíam: “uma casa coberta de telhas, assoalhada¹⁰⁰” situada nas terras de matos em um lugar denominado Pinhal. Eram senhores de dois escravos: “Carolino, com 60 anos, e Maria, também com 60 anos”. Escravos com idade avançada, sendo que ele provavelmente cuidava dos animais e ela dos serviços domésticos. Os dois cativos estavam avaliados em 22,40 libras.

O casal Jacob e Maria Eva concedeu dotes de casamento para as suas filhas: Catharina, casada com Jacob Adamy; Isabel, casada com Adolfo Mauricio Morgenstern; Maria, casada com Luis Ilges; Barbara, casada com André Lied e a Sofia, casada com Andre Beck Sobrinho, no valor de 168,00 libras para cada uma. Consta no inventário de Dona Maria Eva que deveria ser descontado de cada filha herdeira em suas legítimas o valor de meio dote 84,00 libras.

No ano de 1885, morreu Jacob Albrecht, com 76 anos. Entre os bens que possuía no momento de sua morte: 27 bois, 6 reses, 2 cavalos, 3 mulas avaliados em 68,38 libras. Possuía também: 2 carretas de conduzir madeira, 2 carroças avaliadas por 33,11 libras. E as terras de mato no lugar denominado Pinhal avaliada em 924,00 libras. Todas as benfeitorias foram avaliadas por 719,18 libras, e entre elas destacamos: 1 moinho, duas terças partes do engenho de serrar madeira e alambique de fabricar vinho com parreiras. Consta ainda 1 casa com terreno na

⁹⁸ Mapa estatístico da população colonizadora de Santa Maria da Boca do Monte, 14/09/1859- Correspondências Expedidas: Câmara Municipal de Santa Maria, ano 1858/1867, m 208, caixa 111, AHRS

⁹⁹ Inventário *post-mortem* Santa Maria. Cartório de órfãos e ausentes, M.5, N.130, a.1873, APERS.

¹⁰⁰ Inventário *post-mortem* Santa Maria. Cartório de órfãos e ausentes, M.5, N.130, a.1873, APERS.

cidade de Santa Maria e 1 potreiro avaliado por 500,50 libras. Somando ainda as dívidas ativas no valor de 1.309,35 libras, totalizando um patrimônio de 3.092,40¹⁰¹. Observamos que houve um crescimento no total do patrimônio total de Jacob Albrecht, se comparado ao inventário realizado em 1873, no momento da morte de sua esposa, Maria Eva. Verificamos também que Jacob manteve a maior parte dos bens descritos no inventário de sua esposa. Destacamos aqui a aquisição de bens urbanos na cidade de Santa Maria: casa e terreno, e também o aumento do percentual de dívidas ativas.

Na amostra de 51 inventários de teuto-alemães, a maioria (35%) dedicava-se a atividades vinculada a terra, 16% atuavam no comércio, 5% eram negociantes, 2% exerciam atividades militares, 12% englobava uma variada gama de atividades, tais como curtumes, sapataria, ferraria, cervejaria, lombilharia, entre outras e finalmente 31% não foi possível identificar a quais atividades estavam vinculados.

Traçamos o perfil econômico dos inventariados teuto-alemães de Santa Maria. Através da análise da fortuna dos 51 inventários selecionados buscamos contabilizar a concentração da riqueza entre os teuto-alemães de Santa Maria.

Dentre os resultados da análise das fortunas deste grupo destaca-se que apenas 1,9% dos inventariados com mais de 10.000 libras esterlinas contralavam 22% da riqueza. Constatou-se ainda que as duas menores faixas de renda (1-500 libras esterlinas) representadas por 51% dos indivíduos concentravam apenas 8% da riqueza, em todo o período. Tais números ganham um significado ainda mais expressivo, ao lembrar que a morte da grande maioria das pessoas não gerava inventários, por não possuir bens a legar. O quadro abaixo apresenta dados referentes a distribuição da riqueza entre os teuto-alemães de inventariados:

¹⁰¹ Inventário *post-mortem* Santa Maria. Cartório cível e crime, M.2, N.47, A.1885, APERS.

Tabela 4 - Distribuição da Riqueza Inventariada pelos teutos-alemães de Santa Maria por faixas de Fortunas, em libras esterlinas (£) (1858-1889).

Faixas de Fortunas em libras esterlinas (£)	N. inventários	(%)	Valor dos Inventários da faixa em libras esterlinas (£)	(%)
1-200	15	29,4%	1.220,61	1%
201-500	11	21,6%	3.550,40	6%
501-1.000	11	21,6%	7.572,24	12%
1.001-2.000	6	11,8%	7.443,50	12%
2.001-5.000	6	11,8%	19.743,88	31%
5001-10.000	1	1,9%	7.501,51	12%
Acima de 10.000	1	1,9%	16.651,18	26%
Total	51	100	63.683,32	100

Fonte: 51 inventários *post-mortem* de Santa Maria, 1858-1889, APERS.

Dos dados acima, podemos constatar que a maior parte dos inventariados teuto-alemães (73%) se fixavam na faixa entre 1 a 1.000 libras, perfazendo apenas 19% da riqueza. Os indivíduos que perteciam à faixa situada entre 1.001 a 10.000 libras e acima de 10.000 libras representavam apenas 27% dos inventariados possuindo 81% da riqueza. Esses dados revelam que a maioria dos teuto-alemães que realizaram inventários em Santa Maria no período entre 1858-1889 não possuía grande fortuna.

No período analisado, consideramos a faixa, acima de 10.000 libras, representativa de uma grande fortuna. É o caso, de um único inventário com um cabedal de 16.651,18 libras que detinha sozinho 26% da riqueza total.

Voltamos a falar de João Appel, um bem sucedido comerciante de Santa Maria, uma rara exceção, quando comparado aos outros teuto-alemães e também aos comerciantes luso-brasileiros. A fortuna desse senhor integrava o seletto grupo de apenas cinco indivíduos dos 253 inventários, com um monte bruto superior a 10.000 libras.

O comerciante João Appel chegou a Santa Maria por volta do ano de 1830. Após um ano casou-se com Dona Ana Maria de Oliveira, com quem teve cinco filhos. Dona Ana Maria era filha de Maximiano José de Oliveira, proprietário de terra e gado na região. Tratava-se, certamente, de um *bom casamento*. O casamento aqui é visto como um negócio promissor, pois mesmo que não representasse o acesso a bens, poderia estabelecer ou reforçar laços, como bem destaca Hebe Mattos:

O casamento ou mesmo a relação consensual com uma 'caseira' significava estabelecer relações com uma família da região. Significava deixar de ser estrangeiro ou estranho à comunidade. [...] constituir família retirava o sentido de provisoriedade daquela situação e abria as portas¹⁰².

João Appel iniciou na atividade de alfaite, em Santa Maria. No entanto ignorase o ano em que passou a atuar como comerciante. Ao considerarmos a afirmação de Hebe Mattos de que o estabelecimento de laços possibilitaria “abrir as portas” para a sociedade, pressupomos que esse fato poderia ter auxiliado João Appel em suas estratégias, fornecendo condições para que o mesmo passasse a atuar como comerciante na região.

Analisando os dados do inventário de João Appel observamos que seu patrimônio estava distribuído da seguinte forma:

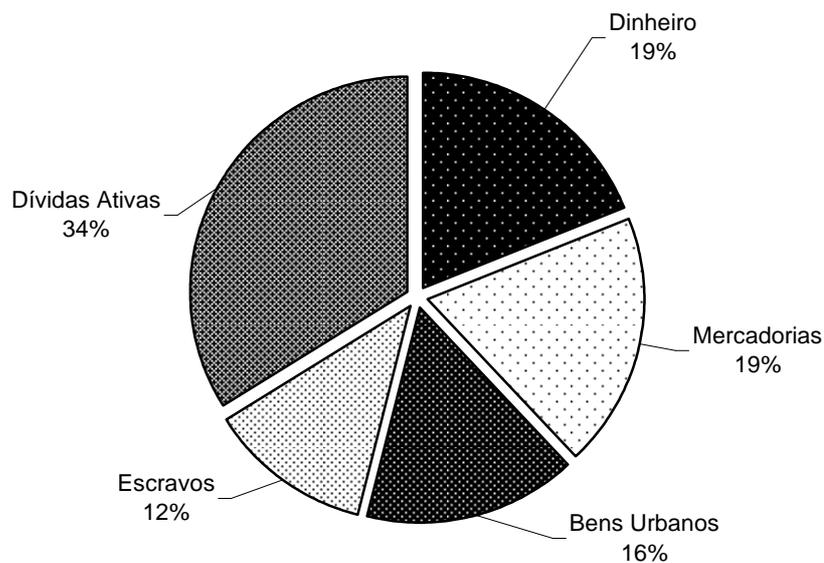


Gráfico 2 - Composição (%) do Patrimônio do Inventário de João Appel, 1864.

Fonte: Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório: Órfãos e Ausentes. M.1 N.2 A.1864, APERS.

¹⁰² MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio...*, 1998. p.58.

A maior parte do capital de João Appel concentrava-se nas dívidas ativas (34%), seguido de mercadorias (19%) e dinheiro (19%). Os bens urbanos representavam 16% e os escravos 12%. Segundo Helen Osório: “ao comparar o perfil da composição média das fortunas dos negociantes aos dos estancieiros [...] os itens dívidas ativas [...] e prédios urbanos [...] definiam o cabedal dos primeiros¹⁰³”. Neste caso, também as dívidas ativas e os bens urbanos concentram grande parte da riqueza deste comerciante, quando comparado aos grandes proprietários/criadores inventariados de Santa Maria.

Verificamos que João Appel, além de detentor de um grande crédito, possuía grande valor em mercadorias, dinheiro e 23 escravos (os quais representam 12% de sua riqueza). Esse percentual de 12% de cativos faz-se representativo para a região de Santa Maria. No entanto, ignora-se como João Appel tenha adquirido esses escravos. Uma possível hipótese sugere que teria recebido em troca de pagamentos de dívidas ou ele poderia ter resolvido investir nesse ramo da economia. Conforme João Fragoso esse fato demonstra: “o caráter múltiplo de sua atuação empresarial¹⁰⁴”. Para Helen Osório, no entanto, diversificação no ramo de negócio foi:

[...]uma das principais características da elite mercantil, uma das explicações de seu sucesso e uma necessidade [...]. A rapidez das mudanças conjunturais e a instabilidade do mercado pré-capitalista obrigavam o negociante a diversificar suas atividades, como medida de segurança¹⁰⁵.

Concordamos com essa afirmação de Helen para o caso de João Appel, visto ter sido ele o comerciante mais bem sucedido de seu tempo na região de Santa Maria, não constando dívidas passivas e nem bens rurais em seu inventário.

* * * * *

¹⁰³ OSORIO, Helen. *O império português no sul da América...*, 2007, p.301.

¹⁰⁴ FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura...*, 1998, p.324.

¹⁰⁵ OSORIO, Helen. *O império português no sul da América...*, 2007, p.302.

Assim, nesse primeiro momento demonstramos a construção do cenário da Vila Santa Maria e também a diversidade de atores sociais neste universo. Através dos dados do censo estatístico populacionais de 1859 e 1872, podemos verificar que houve um importante crescimento populacional em Santa Maria. Esse espaço foi receptor de homens livres que detinham o recurso da mobilidade espacial, profundamente relacionada com a propriedade da terra, já que esta região manteve sua fronteira agrária aberta até meados do século XIX. Esses atores sociais provinham de diversas regiões da Província e também de outras Províncias do Brasil.

Relacionando os inventários com o mapa estatístico da população colonizadora de Santa Maria¹⁰⁶, verificamos o perfil econômico dos teuto-alemães. A maioria era indivíduos com uma baixa concentração de riqueza e que se dedicavam, sobretudo, à atividade agrícola. Poucos indivíduos dedicavam-se ao grande comércio, a maioria era de pequenos comerciantes ou lavradores. Um apenas destacou-se como um grande comerciante, tratava-se, de João Appel, senhor de uma fortuna maior que 10.000 libras. Este integrou o seletivo grupo, de apenas cinco indivíduos (2%) dos 253 inventários, com um montante superior a 10.000 libras.

No decorrer analisaremos a formação das categorias de pequenos, médios e grandes proprietários.

2.2 O CENÁRIO FOTOGRAFADO: O CENSO AGRÁRIO DE 1858

Para a construção desta análise, partimos de um mapa estatístico que foi realizado em Santa Maria no ano de 1858, por solicitação do Presidente da Província às Câmaras de Vereadores dos diversos municípios, dentre eles Santa Maria. Essa lista foi elaborada pelo Delegado de polícia, o senhor Joaquim Edolo de Carvalho. Em virtude desta solicitação, contam hoje os historiadores com a possibilidade de vislumbrar mais uma fonte para pesquisar o universo rural nos meados do século XIX.

¹⁰⁶ O mapa estatístico da população colonizadora de Santa Maria, que se refere a algumas famílias de teuto-alemães que migraram da Colônia São Leopoldo para esta região. "Correspondências Expedidas: Câmara Municipal de Santa Maria, ano 1858/1867, m 208, caixa 111 – AHRs".

Nesse *Censo Agrário*¹⁰⁷ estão relacionados os nomes de 90 criadores de Santa Maria, trazendo as seguintes informações: a relação jurídica com a terra onde tem seu rebanho (se proprietário, arrendatário, etc.), a extensão de suas terras, o número de reses de gado bovino, eqüino, ovino e muar que possuía. Além disso, traz o número de trabalhadores regulares (se escravos, peões livres, capatazes, etc) que exerciam atividade de manutenção em cada propriedade.

Esse documento vem sendo utilizado por vários historiadores¹⁰⁸, já que para a Província do Rio Grande de São Pedro infelizmente ainda não foi possível localizar censos econômicos detalhados, listas nominativas¹⁰⁹, censos sócio-profissionais¹¹⁰, fazendo com que a relação de 1858 se amplie em importância.

Essa informação constitui-se em um dado excepcional para o estudo da economia e da sociedade de um espaço regional, sobretudo, para reconstituição das trajetórias individuais ou coletivas. Essa fonte nos permite ainda verificar, para cada criador, a produtividade do rebanho, a extensão das posses, e também de relacionar os escravos e peões livres que estavam efetivamente envolvidos no trato da pecuária em um determinado momento da vida desses indivíduos.

Correlacionando esses dados com outros, no caso, com inventários, pode-se obter um quadro geral (e com divisões regionais) dos grandes, médios e pequenos criadores e sua relação com a força de trabalho no Rio Grande de São Pedro nos meados do século XIX.

Porém, conforme cita o historiador Luis Augusto Farinatti, este como qualquer outra fonte histórica, também apresenta limitações:

¹⁰⁷ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. Um Campo de Possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul – século XIX). *História – Unisinos*. São Leopoldo: v.8, agosto-dezembro de 2003, pp. 253-276.

¹⁰⁸ ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno...*, 2002. OSORIO, Helen. *O império português no sul da América...*, 2007. FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária...*, 2007.

¹⁰⁹ Estes estudados por historiadores paulistas a exemplo de BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra...*, 1997. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em Movimento...*, 1998.

¹¹⁰ Estes analisados pelos historiadores argentinos: FRADKIN, Raúl; GARAVAGLIA, Juan Carlos; GELMAN, Jorge; GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. Cambios y permanencias: Buenos Aires en la primera mitad del siglo XIX. In *Anuário I.E.H.S. "Prof. Juan Carlos Grosso", nº. 12. Tandil: UNCPBA.* 1997. GELMAN, Jorge. Unos Números Sorprendentes. Cambio y continuidad en el mundo agrario bonaerense durante la primera mitad del siglo XIX. In *Anuário I.E.H.S, nº. 11. Tandil: UNCPBA.* 1996 pp.123-145.

Um documento preocupado apenas com a pecuária e com os trabalhadores nela envolvidos, não nos traz notícias sobre eventuais outras atividades econômicas dos criadores (agricultura de alimentos, por exemplo), nem sobre os trabalhadores nela envolvidos, como certamente era o caso dos escravos roceiros. As *Relações* correm, ainda, a exemplo dos inventários *post-mortem*, o risco de sobre-representarem os criadores mais abastados¹¹¹.

Cabe salientar que a atividade pecuária, sob o olhar da historiografia tradicional, era praticada quase que exclusivamente por grandes produtores, com o auxílio de um pequeno número de escravos. No entanto, novos estudos que tem lançado mão da redução da escala de análise, aliado a uma gama variada de fontes primárias que demonstraram a diversidade dos grupos que praticavam essa atividade, além da presença mais efetiva dos escravos nas *lides* do campo¹¹².

Um grupo de historiadores gaúchos comprometidos com o estudo do universo rural e inspirados nos trabalhos já desenvolvidos¹¹³ inovou a historiografia agrária gaúcha ao diversificar os ângulos de suas análises. Destacam-se Paulo Afonso Zarth e Helen Osório¹¹⁴, enfatizando a existência de uma configuração agrária complexa na Província e tornando-se inspiração para os muitos outros estudos que priorizem a complexidade do mundo rural sulino.

Entre estes estudos cita-se de Luis Augusto Farinatti¹¹⁵, o qual aborda os lavradores nacionais em Santa Maria. O autor observou que, ao lado dos criadores, os lavradores nacionais também ocupavam o espaço agrário de Santa Maria. Analisando a pecuária local e o grupo social dos criadores de gado, a fim de compreender a posição ocupada pelos lavradores naquele contexto, demonstrou que naquele espaço também habitavam pequenos e médios criadores. Como base para essa análise, o autor utilizou-se dos inventários *post-mortem* no período de 1845 a 1880 bem como da já citada *relação de 1858*, o que lhe permitiu verificar a diversidade entre o grupo de criadores nesta região.

¹¹¹ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Um campo de Possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária...*, 2003.p.3.

¹¹² ZARTH. Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno...*, 2002. Helen Osório, *O império português no sul da América....*,2007. GARCIA, Graciela. *O domínio da Terra...*, 2005. GUIMARÃES, Arlene Foletto. *Dos campos junto ao Uruguai aos matos em cima da Serra...*, 2003. FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais: família de elite e sociedade agrária...*, 2007.

¹¹³ Principalmente, no Rio de Janeiro e São Paulo e também pela historiografia argentina

¹¹⁴ ZARTH. Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno...*, 2002. Helen Osório, *O império português no sul da América....*,2007

¹¹⁵ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem...*, 1999.

A diversidade de grupos sociais (grandes criadores, pequenos, médios, lavradores nacionais, escravos), percebidas por Farinatti, no espaço sócio-agrário de Santa Maria estava em consonância com o que Paulo Afonso Zarth e Helen Osório haviam percebido para o Planalto Gaúcho do século XVIII e para todo o Rio Grande de São Pedro, no período colonial, respectivamente.

Buscando contribuir com esses estudos, analisamos, de forma mais intensa, a estruturação da configuração sócio-econômica dos vários grupos sociais de Santa Maria, sejam eles grandes criadores, pequenos e médios criadores, lavradores/pastores.

A Vila de Santa Maria, em meados do século XIX, se caracterizava por ser uma região que associava a criação de gado, a produção de alimentos com um pequeno comércio regional. A base de sua economia estava vinculada fundamentalmente a produção de alimentos, havendo, porém atividades ligadas à pecuária, que não constituíam o eixo principal da economia local.

O naturalista francês Auguste Saint-Hilaire, deixou registrado em seu diário que na Vila de Santa Maria e nos seus arredores:

Existem muitos estancieiros, os quais além da criação de gado dedicam-se à agricultura. Os produtos da lavoura são consumidos aqui mesmo (...). Em quase todas as estâncias dos arredores de Santa Maria há índios desertados das aldeias. Os homens empregam-se como peões e tem consigo toda a sua família¹¹⁶.

Através do número do rebanho bovino, e das considerações de Saint-Hilare e dos dados da *relação de 1858* buscamos a qual grupo social esses criadores se identificavam. A *relação de 1858*, também, ajudou a identificar os indivíduos que possuíam o maior número de rebanho bovino. Dessa forma, foi possível verificar existência de uma família que dominava a atividade pecuária nesta região: a família Pinto.

Cabe salientar que poucos municípios responderam à solicitação do Presidente da Província. Na tabela abaixo podemos observar alguns municípios que atenderam positivamente a solicitação:

¹¹⁶ Auguste Saint-Hilaire In: MARCHIORI, José Newton; FILHO NOAL, Valter Antonio. *Santa Maria: Relatos e Impressões de viagem...*, 1997, p.26.

Tabela 5 - Número de Estâncias/rebanho bovino, em alguns municípios em 1858.

Município	N. Estâncias	Gado Vacum	Gado/Estâncias
Santa Maria	90	61.905	687,33
São Borja	568	128.025	225,36
Rio Pardo	40	138.296	3.457,40
Alegrete	391	772.232	1.975,02

Fonte: Os dados referentes aos municípios de Rio Pardo, Santa Maria, Alegrete, foram retirados do “Mapa numérico das Estâncias existentes de alguns municípios da província (dados oficiais), com declaração do número de animais que possuem (anual) e número de estâncias”. AHRs, Estatísticas, M.2 – 1858. In OSÓRIO, Helen. 1999. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p.160; Os dados referentes a São Borja foram retirados de ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora Unijui, 2002, p.118.

Verificam-se dois extremos nas informações contidas na tabela acima: o município de Alegrete, pertencente à região da campanha riograndense possui o maior rebanho, se comparado à outros municípios representados nesta tabela. Da mesma forma, torna-se visível que o município de Santa Maria (depressão central riograndense) é detentora do menor rebanho da Província, ao compararmos os dados dos municípios apresentados na tabela.

Devemos ainda considerar as características geográficas de cada município. Santa Maria e São Borja representam dois espaços onde sua paisagem rural apresentava importantes áreas de floresta, que “formavam um continuum no centro-oeste da província, apresentando uma paisagem onde os campos em coxilhas suavemente onduladas dividiam espaço com as áreas florestais de altitudes mais elevadas¹¹⁷”. Santa Maria, em especial, tinha uma área menor de campo próprio para ser explorada com a pecuária extensiva, se comparada a região de Alegrete, detentora de grandes áreas com pastos férteis para a criação do gado.

Observa-se também que no município de Rio Pardo, o número de Estâncias, era praticamente a metade das existentes em Santa Maria, porém o número de rebanho bovino era aproximadamente o dobro. Da mesma forma que, nos outros municípios o número de estâncias, como o número de rebanho bovino era consideravelmente maior, demonstrando, assim que o município de Santa Maria, não possuía a pecuária, como a sua principal atividade econômica (aqui sempre pensada se forma relacional).

¹¹⁷ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Um campo de Possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária...*, 2003. p.5.

Tabela 6 - Distribuição do Rebanho por faixas de tamanho – 1858

Número de reses	Número de criadores	Total de rebanho	% total do rebanho
Até 200 reses	21	3.315	5%
201 à 1000 reses	52	25.040	41%
Acima de 1000 reses	17	33.550	54%
Total	90	66.905	100%

Fonte: Mappa estatístico do numero de estâncias tipo de criação, numero de animais e empregados. Estatística. Diversos. AHRM M.01 E.85 Ano 1859.

Em Santa Maria, do total de 90 criadores listados, 73 possuíam um rebanho bovino de até 1.000 reses, o que os tornava médios e pequenos criadores de gado. Vale ressaltar que somente 17 criadores eram proprietários de mais de 1.000 cabeças de gado. Isso confirma o que Farinatti, já havia percebido para Santa Maria, isto é, havia uma diversidade sócio-econômica entre o grupo dos criadores neste lócus. Podemos perceber na tabela acima que a maior parte dos criadores de Santa Maria era de médios criadores e possuíam 41% das cabeças de gado, enquanto o restante dividia-se entre pequenos e grandes criadores. Os grandes criadores concentravam 54% do rebanho bovino. Dentro desta categoria observamos os que possuíam acima de 2.000 reses, podemos verificar a existência de somente oito indivíduos, que detinham 21.800 cabeças de gado, ou seja, 35% do rebanho bovino, uma média de 2.725 reses por criador. Essa situação apresenta um quadro em que havia poucos senhores detentores de uma grande parte do rebanho bovino.

No processo de redução do campo de observação verificamos, para nossa surpresa, que entre os oito criadores cinco pertenciam à família Pinto: quatro irmãos e um cunhado: Capitão Tristão José Pinto, Francisco José Pinto, Tenente Clarimundo José Pinto, José Constantino Pinto e Capitão Olivério Antonio de Athaydes, cunhado dos quatro primeiros, casado com Joaquina Maria de Oliveira. Assim, elaboramos um quadro com o nome destes indivíduos que pertenciam a uma mesma família para que pudessemos observar os dados listados na *relação de 1858*.

Tabela 7 - Criadores da família Pinto, conforme a Relação de 1858.

Nome do Criador Acima de 2.000 reses	Extensão da propriedade	Mão-de-Obra	Total rebanho bovino
Capitão Tristão José Pinto	2 e meia léguas de campos (10.890 há)	4 escravos; 1 peão e 1 capataz	3.800
Francisco José Pinto	3 léguas de campos (13.068 ha)	12 escravos; 1 filho (capataz)	5.000
Tenente Clarimundo José Pinto	1 e meia légua de campos (6.534 há)	3 escravos; 1 peão livre e 1 capataz	2.000
Capitão Olivério Antonio Athaydes	1 e meia légua de campos (6.534 há)	6 escravos; 1 filho (capataz)	2.000
José Constantino Pinto	1 e meia légua de campos (6.534 há)	6 escravos 2 peões livres e José Constantino (administrador)	2.400
Total			15.200

Fonte: Mappa estatístico do numero de estâncias tipo de criação, numero de animais e empregados. Estatística. Diversos. AHRM M.01 E.85 Ano 1859.

Observamos na tabela acima que estes cinco indivíduos detinham 62% do rebanho bovino e 76% dos escravos em relação aos oito criadores com mais de 2.000 reses. Além disso, todos eram grandes proprietários de terras. Esta família pode ser vista como exemplo de grandes criadores para a região. Tratava-se de uma das mais abastada desta região que, além de possuir um grande rebanho bovino também era proprietária de terras em outras regiões fora de Santa Maria.

Francisco José Pinto foi o maior criador de sua época em Santa Maria, e também o mais destacado da família Pinto. Tinha o maior rebanho - 5.000 reses - e também a maior extensão de terra cerca de 13.068 hectares¹¹⁸. Analisando o seu inventário verificamos que no momento de sua morte ainda era ele que possuía o maior rebanho bovino entre os seus irmãos, com 5.342 reses. Por essa época, continuava sendo o maior criador de Santa Maria, conforme análise dos inventários de 1858 à 1889.

Entretanto, essa configuração não era a predominante em Santa Maria. Além destes grandes criadores, existiam pequenos e médios. Como veremos no próximo item 1.3, ao analisarmos de forma genérica os inventários *post-mortem* desta região verificamos uma diversidade destes grupos.

¹¹⁸ Mapa numérico das estâncias existentes nos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem, e criam por ano, e do número de pessoas empregadas no seu costeio. Estatísticas, M.02, A.1858, AHRGS.

2.3 DEFUNTOS ESTANCIEIROS: SER CRIADOR NA BOCA DO MONTE

A partir da distribuição do rebanho bovino, buscaremos verificar a presença de grandes, médios e pequenos criadores. Tal verificação nos possibilitará estabelecer uma tipologia sócio-profissional entre estes indivíduos. Para tanto, o rebanho bovino foi dividido em seis faixas. Para cada faixa, contabilizamos a quantidade de reses que cada indivíduo possuía. Tal divisão fez-se operacional para fins de análise da atividade pecuária de Santa Maria. Cabe salientar que esta divisão não foi inventada, mas que faz parte de uma metodologia largamente utilizada em trabalhos que priorizam a história sócio-econômica.

Para dar prosseguimento à análise sobre os grupos sociais que exerciam a atividade pecuária neste lócus foi necessário recorrer aos inventários *post-mortem* de Santa Maria. Foram catalogados 292 inventários *post-mortem* para o período de 1858-1889, mas, como já dissemos antes, por motivos diversos, pudemos contar com 253 destes processos: 54% eram de homens (135 livres e 3 libertos), 41% eram de mulheres (102 livres e 2 libertas), 4% eram de casais. Foi elaborado um banco de dados no *MS-Access* direcionado especificamente para a pesquisa, inserindo as informações coletadas nos inventários *post-mortem*. Através deste banco de dados tornou-se possível buscar e cruzar informações, estabelecer comparações e verificar as transformações no cenário estudado. A quantificação desses dados permitiu a elaboração de tabelas e gráficos que ao longo da dissertação serão analisados.

Utilizando-se da análise micro-histórica pretende-se investigar a atividade pecuária na região de Santa Maria. Para a realização deste estudo foram analisadas, de forma serial, todos os inventários, buscando informações sobre a quantidade do rebanho bovino que cada indivíduos possuiu e associou-se a divisão das faixas de rebanhos com as faixas de fortuna de acordo com o monte-mor, buscando, situá-los de acordo com os seus respectivos grupos sociais. Trabalhando com esses dois critérios – faixas e grupos – conseguiu-se demonstrar que, dentro de um mesmo grupo social, havia diversidade nas estratégias de composição de suas riquezas.

A análise dos 253 inventários *post-mortem* permitiu conhecer mais profundamente o perfil da estrutura econômica e social de Santa Maria no período

de 1858-1889 e identificar quais eram os grupos sociais que exerciam a atividade pecuária e o grupo que dominava essa atividade neste espaço.

Um dos trabalhos pioneiros sobre as unidades de produção é o de Helen Osório¹¹⁹. A autora, ao estudar uma das regiões de ocupação mais antiga do Rio Grande de São Pedro, demonstra a existência de pequenos, médios e grandes criadores para o período colonial. O referido estudo abriu espaço na historiografia rio-grandense para novos estudos sobre a temática da estrutura agrária de diferentes regiões do Rio Grande do Sul. Destaca-se o trabalho de Arlene Guimarães Foletto¹²⁰, (1850-1889) cuja análise da estrutura fundiária e produtiva do município de Itaqui demonstra que aquele espaço era habitado também por pequenos e médios criadores de gado. Igualmente Graciela Bonassa Garcia¹²¹, em seu estudo sobre o município de Alegrete, no período de 1830 e 1870, verificou que a sociedade oitocentista não era composta apenas por grandes produtores e grandes rebanhos, mas por uma expressiva camada de pequenos produtores com seus miseráveis rebanhos bovinos. Luis Augusto Ebling Farinatti¹²², analisando a composição social e as estratégias da elite agrária de Alegrete para o período de 1825-1865, verificou a complexidade das unidades de produção, uma vez que, a instabilidade da guerra e a situação de fronteira condicionavam a produção pecuária extensiva. Observou também que, além dos grandes estancieiros coabitavam esse cenário: mediano e pequenos criadores, que mesmo concentrando uma parcela minoritária do rebanho, eram socialmente representativos. Sua Análise vem contribuir definitivamente para o rompimento de uma visão que por muito tempo permaneceu inalterada sobre a estrutura fundiária da região de campanha: de que esta região era reduto exclusivo de grandes estancieiros.

Desta forma buscamos nos aproximar da metodologia dos trabalhos acima citados para aprofundar a análise sobre o universo sócio-econômico de Santa Maria. Para tanto, iniciamos nossa investigação quantificando os dados dos inventários quanto a presença do rebanho bovino entre os inventariados de Santa Maria, uma vez que este era a principal espécie de rebanho de criação no município, da mesma que em outros locais da Província do Rio Grande. Cabe ressaltar que nos inventários encontramos em menor quantidade outros rebanhos, entre eles eqüinos,

¹¹⁹ OSORIO, Helen. *O império português no sul da América...*, 2007.

¹²⁰ GUIMARÃES, Arlene Foletto. *Dos campos junto ao Uruguai aos matos em cima da Serra...*, 2003 .

¹²¹ GARCIA, Graciela. *O domínio da Terra...*, 2005.

¹²² FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais: família de elite e sociedade agrária...*, 2007.

ovinos, muares, suínos e caprinos, estes descritos em apenas dois inventários, ao longo de todo o período estudado.

Assim, inspirados por estes trabalhos, buscamos aproximar as metodologias para aprofundar a análise sobre a região central do Rio Grande de São Pedro oitocentista. Neste sentido, os dados dos 253 inventários pesquisados para a região foram distribuídos em cinco faixas, sendo que para cada faixa passamos a verificar a quantidade de reses que possuíam. Os critérios adotados para definir as faixas - grandes criadores (mais de 1.001), médios (501-1000) e pequenos criadores (101 a 500), lavradores pastores (1 a 100), e nenhum – baseia-se no entendimento que: “não podem ser atemporais, mas sim, adequados a cada conjuntura histórica”¹²³. Cabe também salientar que os dados aqui apresentados referem-se aos *produtores* e não às unidades produtivas. Assim, nos casos dos que possuíam mais de um estabelecimento rural, o gado destes foi somado para se alcançar o total de gado possuído pelo inventariado no momento da avaliação de seus bens.

Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 8 - Distribuição do Rebanho Bovino entre os inventariados - Santa Maria, 1858-1889.

Faixa do rebanho bovino	Inventários (N=)	%		Total rebanho bovino	%		Soma do valor do Monte em libras esterlinas	Média Monte em libras esterlinas
Nenhum	78	31		0			67.266,19	862,39
1 a 100	101	40		2.957	5		88.318,70	874,44
101 a 500	44	17	22%	9.934	16	31%	53.731,05	1.211,16
501 a 1.000	13	5		8.843	15		28.821,38	2.217,03
Mais de 1000	17	7		38.866	64		110.674,30	6.510,25
Total	253	100	100	60.600	100	100	348.811,68	1.378,70

Fonte: 253 inventários *post-mortem*. Santa Maria, APERS.

Observamos na tabela acima que dos 253 inventários apenas 17 indivíduos possuíam acima de 1.000 cabeças de gado, ou seja, apenas 7% controlavam 64% do rebanho. Esses grandes criadores possuíam uma média de 2.286 cabeças de gado por criador além da maior parte da fortuna estar concentrada neste grupo uma média de 6.510,25 libras esterlinas por indivíduo. Enquanto, os pequenos e médios criadores de gado, contando com rebanho entre 101 e 1.000 reses, constituíam 22%

¹²³ GARCIA, Graciela. *O domínio da Terra...*, 2005.p.47.

dos inventariados e possuíam 31% do gado com média de 329 reses por criador, com uma fortuna média de 1.448,29 libras esterlinas.

Verificamos a presença dos lavradores/pastores (não superavam as 100 cabeças de gado), representados por 101 indivíduos 40%, dos inventariados que concentrava apenas 5% do total de rebanho bovino. Esses números indicam que esta parcela de inventariados concentrava a maior parte dos indivíduos que possuíam em média de 29 reses cada com média de fortuna de 874,44 libras esterlinas. Farinatti, em seu estudo sobre os lavradores nacionais em Santa Maria demonstrou que: “suas poucas reses, quando existiam, eram criadas, provavelmente sob permissão, em campos alheios. Esses donos de terras florestais não eram criadores, mas, sim, lavradores nacionais¹²⁴”. Pensando nesta perspectiva, destacamos o inventário de Christovão Pereira, procedido pelo senhor Feliciano Gonçalves Borges, proprietário da Fazenda Ramada localizada no segundo distrito de Santa Maria, que trouxe ao conhecimento que em sua casa:

Falecera em setembro de 1875, depois de ter ali residido por alguns anos, Christovão Miguel Pereira, homem livre, de cor preta, viúvo, e que se dizia natural da Corte, ou Província do Rio de Janeiro, sem testamento e sem deixar herdeiro algum conhecido (...), afim de que por este juízo se providencie a arrecadação e venda em hasta pública do espólio do (...) finado (...), que consta de treze reses de criar, que ficaram no campo da Fazenda (...), onde até hoje se conservam sob seu cuidado (...)¹²⁵.

No entanto, este inventário não teve seqüência, levando o senhor Feliciano Gonçalves Borges, a abrir um novo processo em mil oitocentos e setenta e oito, tendo como curador dos bens o senhor Manoel Bento de Simas. Agora declarando que além do falecimento de Christovão Pereira houve também o de Antonio Africano¹²⁶. Neste documento, consta que, Christovão Miguel Pereira e Antonio Africano, eram seus agregados e provavelmente ambos libertos. Assim, após o juramento, o senhor Feliciano Gonçalves Borges comunicou o falecimento de: “seus agregados Christovão Miguel Pereira, natural do Rio de Janeiro, cor preta e Antonio natural da Costa da África, de cor preta”. Revelou também que:

¹²⁴ FARINATTI, Luis Augusto. *Sobre as cinzas da mata virgem...*, 1999. p.57.

¹²⁵ Inventário *post-mortem* de Santa Maria. Cartório: Órfãos e Ausentes, M.7, N.152, A.1877, APERS.

¹²⁶ No entanto este documento não nos permite averiguar o motivo da morte de Christovão Pereira e de Antonio Africano.

Christovão Miguel Pereira, faleceu no dia 11 de setembro de 1875 (...). E que o outro seu agregado, Antonio Africano, faleceu no dia 04 de novembro de 1877, tendo também falecido sem fazer disposição alguma, ignorando quem sejam seus herdeiros (...) que por seu falecimento deixou os bens seguintes: 224\$000rs¹²⁷, 1 carreta ferrada em mau estado, 4 bois mansos, 16 reses de criar xucras, 4 animais cavaleiros xucros, que também acham-se em seu campo¹²⁸.

Neste contexto, as atividades desempenhadas por Christovão e Antonio, possibilitaram acumular capital durante suas vidas. Ambos não possuíam terras, no entanto, eram proprietários de gado, e pertenciam a categoria de lavradores/pastores que representavam 40% dos inventários pesquisados. Talvez esse fato tenha sido possível devido a ambos serem agregados e terem assim, acesso a terra, no caso campo, para criar seus animais, parte importante das concessões firmadas entre eles e o senhor Feliciano Gonçalves Borges. Infelizmente este documento não nos possibilita ir além, a fim de averiguar essas possibilidades. Contudo, podemos verificar que os bens de Christovão e Antonio foram avaliados pelo valor total de 332\$000 réis e que em 13 de junho de 1879, o curador da herança, senhor Manoel Bento Simas, apresentou as despesas feitas para a conservação dos bens da mencionada herança:

Despesa que fiz para ir ao 2º Distrito arrecadar a herança: 30\$000rs; jornal de um peão para tomar conta do gado e mais bens, desde 23 de julho de 1878 até 14 de maio de 1879, em que este quis ao arremate de 9 meses e meio a 15\$000rs mensais, totalizando 142\$500rs, tendo como total final o valor de 172\$500rs¹²⁹.

Neste inventário, não foi possível verificar se este valor referente às despesas da herança foi descontado do valor em dinheiro que Antonio Africano possuía ou se os bens foram vendidos para pagar as despesas. Também, não foi possível verificar como terminou este processo, já que a última coisa que este documento nos apresenta é esta despesa do curador dos bens, o senhor Manoel Bento Simas. Apesar de pouco dizer sobre a vida de Christovão e Antonio Africano, esta documentação traz dados interessantes: negros livres (ou libertos) que acumularam

¹²⁷ Este valor não foi mais mencionado no inventário.

¹²⁸ Inventário *post-mortem* de Santa Maria. Cartório: Órfãos e Ausentes, M.7, N.165, A.1878, APERS.

¹²⁹ Inventário *post-mortem* de Santa Maria. Cartório: Órfãos e Ausentes, M.7, N.165, A.1878, APERS.

um certo capital e que, no caso específico, tiveram acesso a mobilidade, prova disso é que Christovão não era de Santa Maria, conforme mencionou o senhor Feliciano.

Neste momento da pesquisa ainda nada sabemos destes dois indivíduos negros – Cristóvão e Antonio -, além do que escrevemos acima. Mas duas características importantes da vida em liberdade para ex-escravos eles haviam obtido – a mobilidade espacial e o acesso a terra.¹³⁰ A partir desta constatação pode-se repensar uma série de estratégias desenvolvidas por estes sujeitos livres e/ou ainda cativos, como formas sutis, porém não menos eficientes e importantes, para suas conquistas de liberdade e inclusão social. Neste caso a de se considerar que a permissão de agregados na terra seria uma importante estratégia do proprietário, que por necessidade de ocupá-la contemplava seus interesses em legitimá-la ao mesmo tempo mantendo o domínio sobre estas. Certamente estes *agregados* não estavam nas terras *de graça* e que deveriam prestar alguns serviços na produção do proprietário e talvez auxiliassem na defesa da mesma.

É conveniente que no presente os historiadores se sintam à vontade para usar expressões como *talvez, quem sabe*, pois assim expomos os limites de nosso saber histórico¹³¹. As lacunas e os vazios documentais acompanham o ofício do historiador e temos que aprender a com eles conviver. *Talvez* Cristóvão e Antonio tivessem sido cativos de Feliciano Gonçalves Borges, pois estudos recentes sobre comunidades remanescentes de quilombos, mostraram como fazia parte dos planos dos senhores a criação de *camadas de dependentes* compostas de ex-escravos¹³². Mas é claro que os libertos participavam destas delicadas negociações, pois muitas vezes um bom relacionamento com os ex-senhores poderia significar proteção e acesso a uma série de recursos fundamentais, principalmente o acesso a posse fundiária.

¹³⁰ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio ...*, 1998.

¹³¹ DAVIS, Natalie Zemon. *O Retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. GINZBURG, Carlo. Provas e Possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Davis. *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

¹³² LEITE, Ilka Boaventura. *O legado do testamento: a Comunidade de Casca em perícia*. 2. ed. Porto Alegre/Florianópolis: Editora da UFRGS/NUER/UFSC, 2004. (Série Comunidades Tradicionais). BARCELLOS, Daisy Macedo de (et. al.). *Comunidade Negra de Morro Alto. Historicidade, Identidade e Territorialidade*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004. Série Comunidades Tradicionais.

Tabela 9 - Lavradores/pastores (%) nos Inventários *post-mortem* de alguns municípios da Província.

Municípios	N. Inventários	Inventários (%)	Rebanho	Rebanho (%)
Santa Maria ¹	101	40%	2.957	5%
Itaqui ²	25	36%	1.201	3%
Alegrete ³	43	24%	940	2%
Alegrete *	19	23%	16.007	2%

Fonte: ¹ 253 Inventários *post-mortem* de Santa Maria (1858-1889), APERS; ² FOLETTTO, 2003, analisou 69 Inventários *post-mortem* de Itaqui (1851-1886), p.121; ³ FARINATTI, 2007, analisou 181 Inventários *post-mortem* de Alegrete (1831-1870), p.89; * GARCIA, 2005, analisou 82 Inventários *post-mortem* de Alegrete (1870-1879), p.47.

A primeira percepção que verificamos analisando os dados da tabela 9 é que Santa Maria possuía o maior número de indivíduos inventariados (101) e que estes concentravam-se na faixa de 1 a 100 cabeças de gado, com uma média de 29 reses. Enquanto o município de Alegrete no período entre 1870-1879 possuía apenas 19 indivíduos nesta faixa com uma média de 843 reses por pessoa.

Comparando nossa análise com o estudo realizado por Arlene Guimarães Foletto, para o município de Itaqui, na região das missões, no período de 1851-1886, constata-se que os pequenos criadores representam 36% dos inventariados, que dominam 3% do rebanho total¹³³. Comparando com os dados compilados por Graciela Garcia nos inventários do município de Alegrete, na região da Campanha gaúcha, nessa mesma faixa verificou-se a presença de 19 indivíduos, que representavam 24% do total de inventários para o período de 1870-1879, detendo apenas 2% do rebanho bovino¹³⁴. Já no estudo de por Luis Augusto Farinatti, para o município de Alegrete, no período de 1825-1865, esse grupo representa 24% dos inventariados e possuía em torno de 4% do rebanho¹³⁵.

Apesar desses trabalhos não contemplarem todo nosso período de análise, são significativos para este estudo, pois demonstram que Santa Maria tem uma característica marcadamente de pequena criação ou criação em pequena escala se compararmos ao município de Alegrete.

¹³³ FOLETTTO, Arlene, *Dos campos junto ao Uruguai aos matos em cima da Serra...*, 2003.p.121. A autora considera para o município de Itaqui como pequenos criadores os inventariados que possuem até 100 reses. Para fim comparativo utilizo os dados coletados pela autora nesta faixa de até 100 cabeças de gado considerando neste estudo como lavradores/pastores.

¹³⁴ GARCIA, Graciela. *O domínio da Terra...*, 2005.p.47. A historiadora considera para o município de Alegrete como pequenos criadores os indivíduos que possuem até 500 reses. Para fim comparativo utilizo os dados coletados pela autora nesta faixa de até 100 cabeças de gado considerando neste estudo como lavradores/pastores.

¹³⁵ FARINATTI, Luis Augusto Ebling *Confins Meridionais...*, 2007. p.90. O autor também considera para o município de Alegrete como pequenos criadores os indivíduos que possuem até 500 reses. Para fim comparativo utilizo os dados coletados pela autora nesta faixa de até 100 cabeças de gado considerando neste estudo como lavradores/pastores.

Salienta-se que, entre todos os inventários pesquisados para o período de 1858 à 1889, verifica-se que a maior proporção dos inventariados concentravam-se entre lavradores/pastores, pequenos e médios criadores; somando 158 indivíduos (que representavam 62% detentores de 36% de todo o rebanho). A maior parcela dos indivíduos se concentrava nestes grupos. Apesar de possuidores de uma parcela minoritária do rebanho eram socialmente muito representativos. Isso reafirma que a região de Santa Maria era um local onde a atividade pecuária desenvolveu-se em pequena escala.

A historiadora Graziela Garcia verificou, em seu estudo sobre o município de Alegrete que: “ao lado dos grandes rebanhos, já abordados pela historiografia, existiram pequenos produtores com seus miseráveis rebanhos de 5, 15, 22 cabeças de gado vacum¹³⁶”. Esta característica também foi confirmada no trabalho de Farinatti, para o mesmo município de que mais da metade dos criadores pequenos e medianos já se faziam presente ao lado dos grandes criadores de gado na década de 1830. Para Santa Maria, esta paisagem também se reproduz, uma vez que mais da metade dos inventários catalogados (1858-1889) constam de lavradores/pastores, pequenos e médios criadores.

Graciela Garcia analisando a presença do grupo despossuído de rebanho bovino nos inventários do município de Alegrete constatou a presença de apenas “7 indivíduos cerca de 9% do total de inventários não possuíam gado¹³⁷”. No entanto, podemos verificar que a presença deste grupo nos inventários de Santa Maria (1858-1889) era bem mais representativa: 78 inventariados (31% da população inventariada) não possuíam uma cabeça de gado sequer. Porém 17 destes inventariados eram proprietários de cavalos e 2 possuíam mulas, o restante não possuía nenhum rebanho; 36% não tinham escravos e 10% não possuíam terras próprias. Comparando aos grandes criadores (com acima de 1.000 cabeças de gado) todos eram proprietários de terras e apenas 15% não possuíam escravos.

Cabe salientar aqui, que os dois grupos de indivíduos – os despossuídos de rebanho bovino e os que possuíam entre 1 a 100 reses – são representados nos inventários por exatamente 179 indivíduos, como podemos verificar no quadro acima. Demonstrando que Santa Maria dos meados do século XIX possuía uma

¹³⁶ GARCIA, Graciela. *O domínio da Terra...*, 2005.p.43

¹³⁷ GARCIA, Graciela. *O domínio da Terra...*, 2005.p.47.

sociedade bem diversificada, além de reafirmar que a paisagem rural do Rio Grande de São Pedro não se resumia, portanto, ao latifúndio pecuarista.

Porém percebemos a presença neste universo rural de um grupo de grandes criadores, mas, quem eram esses indivíduos? Analisamos primeiramente a *relação de 1858*: através das informações nela contidas observamos também a presença deste grupo (um pequeno número de indivíduos) isso se manteve na estrutura sócio-econômica de Santa Maria, como podemos averiguar nos inventários do período de 1858-1889. Esse grupo era formado por 17 indivíduos que acumulavam 64% do rebanho bovino.

Localizamos o inventário do Coronel Feliciano Gonçalves Borges, falecido em 01 de fevereiro de 1882, na sua fazenda Ramada. Representava a categoria dos grandes criadores com 4.078 cabeças de gado. Além disso, possuía duas léguas e meio quarto de campo de criação, uma atafona, uma casa de moradia, uma casa para hospedes, e mais duas casas de moradia (uma localizada na extremidade norte do campo e outra na extremidade sul). Possuía também uma chácara com casa de moradia, um terreno de cultura também no segundo distrito e ainda, um terreno a Rua Coronel Valença na cidade de Santa Maria, todos esses bens de raiz aqui descritos foram avaliados por 4.477 libras esterlinas. No inventário pôde-se verificar que utilizava como mão-de-obra 12 escravos, entre eles havia: 6 campeiros, 2 roceiros, 1 costureira, 1 lavadeira, 1 engomadeira e 1 de todo o serviço. Com relação a idade destes percebe-se que 7 tinham entre 15-35 anos, 1 tinha 40 anos, 1 tinha 14 anos e 3 tinham acima de 60 anos, assim, a maioria do seu plantel estava configurado em plena idade produtiva, e foram avaliados por 360,80 libras esterlinas.

Ao analisarmos os inventários de Santa Maria não só quantitativamente, mas, também qualitativamente percebe-se que neste cenário rural havia uma grande diversificação entre os indivíduos que exerciam a atividade pecuária. Levamos em conta que essa não era a principal nem a única atividade desenvolvida neste lócus, porém através da divisão destes grupos que criavam rebanho bovino foi possível perceber o grupo que concentrava a maior riqueza.

Partindo desta evidencia nos propomos a analisar esse grupo e verificar se estes, além de grandes proprietários de rebanho bovino, também eram proprietários de terras, assim, como o exemplo relatado acima, do senhor Feliciano Gonçalves Borges um grande proprietário/criador.

De acordo com que fora apresentado neste capítulo a atividade econômica de Santa Maria estava vinculada a diferentes grupos, todos estes ligados majoritariamente a atividades rurais. Entretanto, havia uma pequena parcela que se dedicava ao pequeno comércio, voltado ao abastecimento interno.

Vimos que entre suas principais características havia uma grande diversificação interna entre os grupos. Havia uma minoria de criadores que concentravam uma grande quantidade de rebanho bovino, enquanto a maioria dos indivíduos detinha pequenos e medianos rebanhos, ou até mesmo eram desprovidos de gado. Estes não se dedicavam exclusivamente à pecuária e sim, mesclavam a produção econômica com a atividade agrícola.

3 MEMÓRIAS PÓSTUMAS - INVENTARIANDO BENS E TRAJETÓRIAS

Neste capítulo, pretende-se analisar a composição do patrimônio dos diferentes grupos sociais existentes em Santa Maria, observados no capítulo anterior, compreender a importância de cada bem na formação da estrutura econômica utilizando as informações coletada nos inventários *post-mortem*, de forma quantitativa.

Os inventários *post-mortem* são processos judiciais que legalizam a transmissão de bens através da partilha aos herdeiros ou beneficiários. Os bens são descritos um a um e subdivididos em itens: bens móveis, bens de raiz, bens semoventes, dívidas ativas e passivas¹. Para cada bem é atribuído um valor que somado forma o conjunto patrimonial do indivíduo. Analisar essas informações nos dá a oportunidade de pesquisar patrimônios formados por diversas atividades relacionadas ao comércio, agricultura e à pecuária. Conforme Farinatti os inventários permitem: “uma visão de conjunto das unidades produtivas, uma ‘radiografia’ dos patrimônios e dão acesso à composição de fortunas, ensejando a percepção da concentração da riqueza no local²”. Estudar esses aspectos permite a percepção da dinâmica de grupos específicos, das trajetórias de vida, dos padrões de conduta e de produção de uma sociedade.

Muito já se discutiu sobre a importância dos inventários para a pesquisa histórica, mas também sobre as limitações que apresenta. Trata-se de fonte imprescindível para a história social, que reiteradas vezes tem sido taxadas de estática, já que apresenta uma *fotografia* dos bens dos defuntos, cujos bens são dados a rol. Mas parece-nos exagerado atribuir a esta fonte primária o caráter de inerte. Para começar os inventários são autos, ou seja, composições de vários documentos, onde podemos encontrar testamentos, listas de bens diversos, discussões entre herdeiros, cartas de alforria, atestados de óbitos, batismos e casamentos. Mas mesmo usando esta fonte de uma maneira quantitativa, como faremos a seguir, ela não perde completamente a capacidade de nos dar a entender

¹ Os bens semoventes constituem-se em animais e escravos; os bens de raiz constituem em bens imóveis; As dívidas ativas referem-se ao que o inventário tem a receber (crédito) e as dívidas passivas referem-se o que deve ser pago pelo inventário a terceiros (débito).

² FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária...*, 2007.p.35

o *dinamismo* daquela sociedade. Neste sentido é que forjamos o título deste capítulo: pensamos os inventários post-mortem como *memórias póstumas*. Quer dizer, lacunares e parciais como qualquer suporte de memória, mas uma via possível por onde podemos coletar apontamentos sobre as trajetórias individuais dos finados e dos grupos aos quais pertenciam.³

Saber os bens que os finados legaram aos seus herdeiros serve-nos para visualizar, mesmo que com falhas, no que trabalhavam de onde tiravam o seu sustento, no que investiram seus capitais. Construindo com esta fonte uma visão mais ampla de nosso lócus de pesquisa, podemos localizar estes indivíduos em grupos socioeconômicos, esboçando mais densamente a *realidade histórica* em que estavam inseridos.⁴

Primeiramente, de forma genérica, buscou-se analisar a partir da distribuição do patrimônio a composição da fortuna dos indivíduos inventariados a fim de perceber o perfil agro-econômico deste espaço. E posteriormente verificar o peso relativo dos bens no conjunto da riqueza do grupo dos grandes proprietários/criadores, procurando investigar o perfil sócio-econômico desses homens.

Essa discussão será importante para posteriormente compreender as estratégias adotadas por alguns indivíduos para se manter ou até mesmo ocupar novas posições na estrutura sócio-econômica nesta sociedade de meados do século XIX, seja por investimentos próprios, seja pela rede de relações sociais em que estavam inseridos ou, mais corretamente, pela mistura de ambas variáveis.

A investigação dos bens que compunham o patrimônio desses indivíduos possibilitou a decodificação do significado da posse de determinados itens, além do conhecimento dos padrões de riqueza, de acumulação e de investimento dos diferentes grupos sociais.

³ Obviamente parafraseamos neste título o livro publicado em 1881, pelo romancista mulato Machado de Assis, contemporâneo de nossos inventários. Vide: ASSIS. Machado. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. In: *Obra Completa, de Machado de Assis*. Volume 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

⁴ Levaremos mais a fundo esta potencialidade dos inventários em nos fornecerem reminiscências suficientes para a percepção de trajetórias individuais e/ou familiares no capítulo seguinte.

3.1 O ROL DAS FORTUNAS: O PATRIMÔNIO OBSERVADO ATRAVÉS DOS INVENTÁRIOS

A fim de investigar a participação dos bens de produção na formação da estrutura agro-econômica de Santa Maria recorreremos aos dados coletados em 253 inventários *post-mortem* (1858-1889). No entanto, restringimos a análise aos inventários que possuíam bens rurais, além disso, consideramos apenas os bens relacionados com a produção: terras, escravos, animais, instrumentos e equipamentos, excluindo todos os inventários urbanos, o que totalizou em 211 inventários⁵.

Seguindo o procedimento adotado por Helen Osório partimos da análise quantitativa dos dados coletados nos inventários, para que pudéssemos verificar o peso de cada bem de produção na formação do patrimônio dos diversos grupos presentes no universo social de Santa Maria. Cabe salientar que verificamos entre o conjunto de homens e mulheres livres proprietários dos bens inventariados, a presença de dois libertos que possuíam bens rurais. Apesar de ser um pequeno indício, certamente na população de Santa Maria, encontravam-se muitos homens e mulheres forros que possuíam um pequeno patrimônio.

Conforme João Fragoso e Renato Pitzer os inventários fornecem informações básicas sobre os diversos aspectos da vida rural e de seus personagens. São fundamentais para analisar: “o tamanho da propriedade, a produção e a produtividade, o número de escravos e animais, os instrumentos e equipamentos de trabalho, despesas e dívidas [...] detalhes sobre o modo de viver⁶”. No entanto, essa fonte como as outras possuem limitações e diferenças de região para região. Por exemplo, nos inventário de Santa Maria, poucos são os que descrevem com exatidão a extensão das propriedades, na maioria constam “mais ou menos duas léguas, parte de um campo, uma data de terras, etc.”, dificultando a análise de sua extensão. Outra dificuldade é em relação a descrição da produção agrícola, na sua

⁵ Mesmo que saibamos do grau de arbitrariedade que existe na determinação do que era *urbano* e *rural* nesta sociedade meridional dos oitocentos, acreditamos que esses números caracterizam uma sociedade cuja base econômica era, predominantemente, ligada a terra: 16,6% (42 inventários) e 83,4% (211 inventários), respectivamente.

⁶ FRAGOSO, João Luis; PITZER, Renato Rocha. Barões, Homens Livres Pobres e Escravos: notas sobre uma fonte múltipla – Inventários post-mortem. *Revista Arrabalde*, Niterói, n.2, set./dez, 1988, p.32

maioria “não consta o tipo de cultura e nem a quantidade da produção”. Levando em conta as limitações dos inventários, estes continuam sendo a fonte mais segura para apanhar a totalidade do patrimônio de uma família ou indivíduo em um determinado momento. Esta fonte contempla com informações pertinentes para desenvolver um estudo da família e de todas as suas ramificações: composição, reprodução, herança, processo de acumulação de fortuna, entre outros.

O que pretendemos é verificar a participação dos bens de produção no patrimônio produtivo dos inventariados de Santa Maria. Para tanto, somamos estes bens: terra, animais, escravos, equipamentos e instrumentos de todos os 211 inventariados do período (1858-1889) e calculamos percentuais sobre cada bem, desta forma temos a representação de como era a estrutura agrária da região.

A sua composição se concentrava, sobretudo, em três bens: terras, animais e escravos. Essa tendência ocorreu de forma semelhante para todo o período estudado (1858-1889), como podemos verificar no gráfico abaixo. Boa parte do patrimônio estava aplicada em terras, desde os primeiros anos em que Santa Maria passou a categoria de Vila. Como podemos observar, na década de 1860, a terra já ocupava uma posição majoritária, compondo 48% do valor do patrimônio produtivo, 59% na década de 1870 e 64% na de 1880, seguindo-se dos investimentos em animais e escravos. Na década de 1860 as três categorias de bens somavam juntas, 98% da fortuna e 97% na década de 1870 e 98% na última década 1880 percebemos um equilíbrio comparada a década anterior.

A terra, portanto, constituía-se no principal referencial de riqueza desta sociedade de meados do século XIX, sendo os recursos, secundariamente, investidos em animais e escravos. Vejamos no gráfico abaixo:

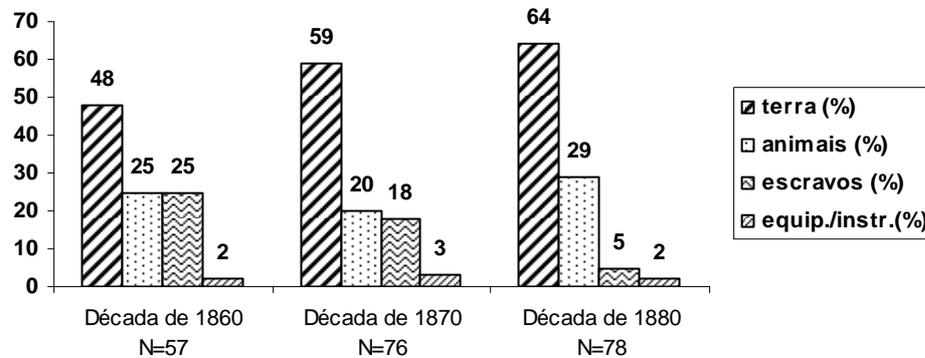


Gráfico 3 - Participação dos bens de produção (%) no patrimônio total dos inventários post-mortem de Santa Maria, 1858-1889

Fonte: 211 inventários *post-mortem*. Santa Maria. Cartórios de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime e da Provedoria. APERS.

Os escravos e animais ocupavam o segundo e terceiro lugar, respectivamente, somados chegavam a 50%, na década de 1860. Verifica-se uma situação de equilíbrio entre esses bens neste primeiro período. Na próxima década, de 1870, observa-se que a terra representa 59% do patrimônio produtivo, ou seja, mais da metade da riqueza, se somados os demais bens – animais, escravos e instrumentos/equipamentos – que representam 41%.

Salientamos que o investimento em terras, animais e escravos estavam ligados mais diretamente à própria manutenção e reprodução do sistema agrário desta região, em que a força de trabalho escravo se mostrava bastante difundida na organização sócio-econômica local. Percebe-se ao longo do período estudado uma maior participação da terra no patrimônio e do gado, enquanto os escravos perdiam espaço na composição da fortuna dos inventariados acompanhando uma tendência da economia brasileira como um todo. Farinatti também verificou essa tendência ao analisar os inventários do município de Alegrete para o período de 1825-1865⁷.

Os equipamentos e instrumentos se mantiveram em relativo equilíbrio ao longo do período de 1858-1889, não ultrapassando 3%, demonstrando a manutenção de um baixo nível tecnológico da região.

* * * * *

⁷ Ver: FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais...*, 2007.

A partir deste momento passamos a analisar a composição do patrimônio do grupo de proprietários/criadores que possuíam mais de 1.000 cabeças de rebanho bovino em Santa Maria, conforme percebemos no capítulo anterior no item 1.3.

O caráter massivo dos inventários permite: “não apenas recuperar um personagem, mas sim vários personagens. Isto é, diversas vidas de diferentes grupos sociais [...]. Com as suas contradições, formam uma sociedade⁸”. O que nos permite verificar algumas trajetórias familiares, sua dimensão material e a composição de suas fortunas.

Dessa forma passamos a analisar a composição patrimonial do grupo dos proprietários/criadores. Para tanto investigamos o perfil de seus investimentos, os tipos de bens que compunham seu patrimônio e o grau de importância de cada um deles entre os inventariados. A partir do critério de faixas de rebanho verificado no capítulo 1, subitem 1.3, deveriam possuir acima de 1.000 cabeças de gado e ser proprietários de terras.

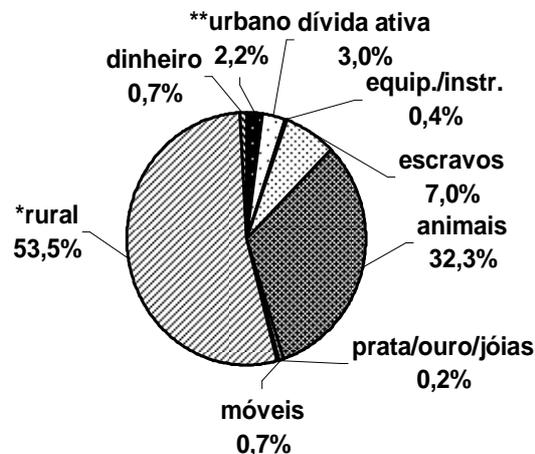


Gráfico 4 - Composição do patrimônio (%) do grupo de proprietários/criadores com mais de 1.000 cabeças de gado, inventários post-mortem, Santa Maria, 1858-1889.

Fonte: 17 Inventários *post-mortem*. Santa Maria. Cartórios de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime e da Provedoria, APERS. *rural: consideramos terras e casas, galpões; urbano: consideramos: terrenos e casas.

No gráfico acima observa-se para o município de Santa Maria através da leitura dos inventários uma grande concentração de recursos investidos em terras ao

⁸ FRAGOSO, João Luís; PITZER, Renato Rocha. *Barões, homens livres pobres e escravos...*, 1998,p.30.

longo do período analisado. Sendo este grupo mais abastado verificamos um investimento em propriedade agrária superior a de criação, correspondendo a mais de 53% total do patrimônio. Observa-se que o patrimônio do grupo dos grandes proprietários/criadores era composto principalmente por bens rurais: terra e benfeitorias, seguido dos animais e escravos. Os demais bens são considerados pouco relevantes para nossa análise. Somados os percentuais dos animais e dos escravos temos 39% enquanto os bens rurais ocupavam 54% do patrimônio deste grupo social.

De acordo com Simona Cerutti: “sob um mesmo rótulo profissional são assim reunidos vários indivíduos. [...] a experiência individual, em suma torna-se a tradução subjetiva da condição objetivamente vivida e compartilhada pelos membros do mesmo grupo⁹”. Assim, a descrição dos grupos nos ajudou a contextualizar o ambiente socio-econômico de nosso lócus, nos permitindo situar às experiências individuais. Uma análise mais ampla, que da conta dos perfis dos grupos que viviam na Boca do Monte na segunda metade do século XIX, é de fundamental importância, mas não podemos com isso olvidar que o coletivo é composto de indivíduos, cujas vivências traduzem entre si similaridades e particularidades.

Nesse sentido busca-se analisar, a partir de um estudo de caso, a trajetória da família Pinto, a fim de demonstrar com maior exatidão a diversidade desse grupo de grandes proprietários/criadores. A análise se inicia pelo estudo de alguns indivíduos pertencentes a essa família, a partir das partilhas de bens e a construção dos seus patrimônios. É provável que heranças, dotes e empréstimos familiares tenham ajudado na formação dos cabedais que permitiram a eles comprarem terras em vários locais da Província, engajarem-se nas milícias e/ou reunir as condições para receber posses de terras.

⁹ CERUTTI, Simona. Processo e Experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998. p.185.

3.2 TUDO COMEÇOU COM ANTÔNIO JOSÉ PINTO: HERANÇA, FORTUNA E PATRIMÔNIO IMATERIAL

Recorrendo ao procedimento sugerido por João Fragoso de seguir *o nome* o que: “inevitavelmente, leva a mais nomes, a se afogar em nomes¹⁰” partimos para analisar os inventários de Santa Maria. Nos influenciámos também pela metodologia proposta por Carlo Ginzburg em seu texto “*O Nome e o Como*”, em que o autor mostra a importância das denominações (individuais e/ou familiares) como fios condutores da pesquisa¹¹. Assim chegamos ao nome de Francisco José Pinto, um dos grandes proprietários/criadores desta região. Mas, porque escolhi recuperar a história de Francisco José Pinto e não outro grande proprietário/criador?

Diferentes documentações consultadas apontaram Francisco José como o maior criador/proprietário do seu tempo e, além disso, possuía características importantes que nos conduz a compreender a estrutura sócio-econômica da região de Santa Maria. A trajetória de, Francisco, nosso fio condutor permitiu que analisássemos o perfil da elite de criadores/proprietários desta região através da formação do patrimônio da família Pinto e ao mesmo tempo compreendermos como se estruturou esta sociedade de meados do século XIX, no aspecto sócio-econômico. Lendo o inventário de Francisco José percebemos que não se tratavam de apenas dados econômicos agregados e sim um documento preñado de possibilidade de seguir os indícios, detalhes e reconstruir a história de várias pessoas ligadas por laços e assim, nos aproximarmos da sociedade observada. Carlo Ginzburg propõe fazer do *nome* a direção para se construir uma história social atenta aos indivíduos, percebendo suas relações com outros indivíduos¹².

Jacques Revel destaca que optar pelo individual não contradiz o social e sim serve de alicerce para: “uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a

¹⁰ FRAGOSO, João Luís. Afogando em Nomes: temas e experiências na história econômica. In *Topóji, Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 5, 2002. p.62.

¹¹ GINZBURG, Carlo. O Nome e o Como: troca desigual no mercado historiográfico. In GINZBURG, Carlo e PONI, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. pp.169-178.

¹² GINZBURG, Carlo. O Nome e o Como: troca desigual no mercado historiográfico..., 1989. pp.169-178.

multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve¹³”.

Podemos citar como exemplo de estudos de trajetórias o caso do moleiro Menocchio, de Carlo Ginzburg, e o de Chiesa, de Giovanni Levi. Estes autores propõem outra forma de conceber a história social, destacando em um destino individual, ou de um grupo, a complexa rede de relações nos quais se inscrevem.

Em a Herança Imaterial Giovanni Levi começa seu livro com a história de vida do padre Giovan Batista Chiesa, que inicia uma empreitada exorcista a partir de 1697. Através da trajetória de um homem, de um vilarejo no sul da Itália, Levi ilumina questões mais abrangentes, como as formas hierárquicas de poder do Antigo Regime, o funcionamento do mercado de terras ou ainda as relações entre centro e periferia, partindo da hipótese de uma racionalidade específica do mundo camponês. O personagem principal de sua história vai desaparecendo ao longo do livro para dar lugar às relações sociais, às regras econômicas, à vida política, enfim, tudo o que há de “normal” no vilarejo em questão. Assim a obra não segue os passos de uma biografia tradicional, ao menos de que geralmente se espera de uma narrativa de trajetória de vida, com certa linearidade de começo ao fim.

Neste debate pode-se inscrever o trabalho de Benito Schmidt, que através do estudo da biografia de Francisco Xavier da Costa e Carlos Cavaco analisa o tema do socialismo no Brasil, e em especial no Rio Grande do Sul em fins do século XIX e início do XX. Inspirado pelo método da micro-história, Schmidt transcende as trajetórias individuais de seus dois personagens focando nas particularidades destes militantes envolvidos - no meio cultural e político - a fim de compreender as motivações que levaram muitos indivíduos a seguir o movimento socialista.

¹³ REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In REVEL, Jaques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.21.

Dessa forma Benito seguindo o exemplo de Levi, considera a construção de uma trajetória biográfica partindo das experiências de um indivíduo abordando: “questões mais gerais relacionadas à época na qual o mesmo viveu¹⁴”.

Seguindo esta linha de produção historiografia, fazendo uso da biografia histórica, Regina Xavier, reconstituiu a trajetória de vida de Tito de Camargo Andrade – o mestre *Tito*. Este africano foi escravo em São Carlos, casou e comprou a sua liberdade e de sua esposa. Além de ter enfrentado a vida de cativo também aprendeu a arte da cura. A trajetória deste indivíduo serviu de fio condutor para a compreensão mais ampla sobre os significados da liberdade para homens e mulheres cativos e libertos que viveram nesta região e as suas experiências no Brasil do século XIX¹⁵.

Outro trabalho importante que podemos destacar é do historiador Vinicius de Oliveira que, ao reconstruir a trajetória de um africano ilegalmente escravizado – Manoel Congo – , que desembarcou clandestinamente na praia de Tramandaí no ano de 1852, analisa a experiência histórica afro-brasileira e as dificuldades que esses sujeitos enfrentavam na sociedade do século XIX. Segundo o autor:

Apesar de utilizarmos a trajetória de Manoel como fio narrativo [...] não nos propusemos a escrever uma biografia histórica. A trajetória de vida deste africano será adicionada como recurso narrativo a partir do qual adentramos a sociedade de uma época, possibilitando que uma série de aspectos da

¹⁴ SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Editora Palmarinca, 2004, p.20. Deste autor, ver também: SCHMIDT, Benito Bisso. O Gênero Biográfico no Campo do Conhecimento Histórico: Trajetória, Tendências e Impasses atuais e uma proposta de investigação. In *Revista Anos 90. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*. Nº 06, dez, 1992; _____. A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de “contexto”. In GUAZZELLI, César B., PETERSEN, Sílvia R. F., SCHMIDT, Benito B. e XAVIER, Regina C. L. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. _____. (Org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000; _____. Biografia e regimes de historicidade. MÉTIS: História & Cultura. *Revista de História da Universidade de Caxias do Sul*. Jan/jun, 2003.

¹⁵ XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão, século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. A historiografia nacional já possui vários exemplos de ótimas pesquisas que tratam do gênero biográfico; citamos apenas alguns: SILVA, Eduardo. *Dom Obá II d'África, o Príncipe do Povo. Viva, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997. AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na Imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999. GRINBERG, Keila. *O Fiador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. SOUZA, Antônio Cândido de Mello e. *Um Funcionário da Monarquia: Ensaio sobre o Segundo Escalão*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2002. .

experiência escrava no Brasil meridional sejam abordados, e outros fragmentos de vivências negras, incorporados¹⁶.

Queremos destacar que nosso intento em pesquisar a família Pinto e torná-la ponto nodal de nossa dissertação não foi produto de nosso capricho ou de alguma proximidade genealógica que tenhamos com a mesma. Trata-se de uma família que se materializou gradualmente em nossos esforços junto as fontes primárias, chamando nossa atenção, alterando a rota de nossa investigação, mas também enriquecendo nossa perspectiva inicial de observação dos oitocentos. Pensamos na família Pinto, mas principalmente Francisco José Pinto – o maior criador de Santa Maria, segundo os inventários analisados -, como representante do que se entende por *excepcional-normal*¹⁷. Como salienta Paulo Moreira em seu estudo sobre a liberta da Costa da Mina, Joana Guedes de Jesus:

[...] parece assim ilustrar o que podemos chamar de “excepcional normal”. Ela torna-se excepcional pela quantidade de pistas documentais que falam a seu respeito e que permitem que ela surja para nós de uma maneira quase palpável, materializando/corporificando trajetórias que caracterizaram indivíduos como ela. Nossa sensibilidade foi atizada pela possibilidade de uma aproximação com um personagem tão rico, mas a complexidade de sua excepcionalidade reside justamente nas luzes que ela projeta sobre as vidas de outros de seus pares [...] Assim [...] é excepcional, pois nos leva a compreender (e visualizar) um pouco melhor a normalidade da situação social de seus contemporâneos.¹⁸

A projeção social e econômica de Francisco José Pinto, aliada a quantidade considerável de fontes que tratam de sua família, seduz qualquer pesquisador, assim como deveria causar muita inveja em seus contemporâneos. Mas a sua

¹⁶ OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula...*, 2006, p.20

¹⁷ REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social...*, 1998. GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. _____. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. GINZBURG, Carlo. *Provas e Possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Davis. A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: DIFEL/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1991. p.183.

¹⁸ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Lealdades Compartilhadas: Famílias Negras e Etnicidades no Espaço Urbano (Porto Alegre – Século XIX)* In PESAVENTO, Sandra (org.). *Leituras de História Cultural*. São Paulo: HUCITEC, 2008. Para o Rio Grande do Sul temos ainda dois bons exemplos do uso de trajetórias individuais. ver: WADI, Yonissa Marmitt. *Louca pela Vida: A História de Pierina*. São Paulo: PPGH-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tese de Doutorado, 2002; e MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; VARGAS, Jonas Moreira; SANTOS, Sherol dos; CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Entre Irmandades e Palácios: a trajetória de um negro devoto e burocrata (o caso Aurélio Viríssimo de Bitencourt - 1848/1919)*. In *Anais da V Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do RS*. Porto Alegre: CORAG, 2007, p.169 – 180.

importância para nossa investigação transcende a sua individualidade, pois o que nos interessa, reconstituindo os seus percalços biográficos e de sua família, é entender um pouco melhor as vivências do grupo social dos grandes proprietários/criadores, suas trajetórias, a constituição de seus patrimônios.

Os estudos biográficos desenvolvidos a partir da terceira geração dos *Annales* não se limitavam em somente narrar os acontecimentos da vida de um indivíduo e sim examinar as relações sociais dentre um processo mais amplo¹⁹.

Essa perspectiva historiográfica norteou a construção desta dissertação. Assim, buscamos reconstruir a trajetória da família Pinto, partindo da região de Santa Maria, tomando como fio condutor o inventário de Francisco José Pinto, utilizando-o como recurso narrativo a fim de compreendermos a construção deste espaço sócio-econômico.

Francisco José primogênito da família Pinto, quando morreu em 1858 deixou um grande patrimônio no valor de 18.476,11 libras esterlinas, a ser dividido entre sua esposa, Dona Joaquina Pereira da Natividade e seus 11 filhos: seis mulheres e cinco homens.

Francisco José pertencia ao topo da hierarquia social e econômica de meados do século XIX de Santa Maria. No entanto sua família já vinha ocupando posições de destaque desde o período colonial. É o entendimento dessas estratégias adotadas por alguns indivíduos para manter o prestígio social e a riqueza que nos interessa observar.

Tive acesso a quatorze inventários *post-mortem* de membros da família Pinto, incluindo o de Antônio José Pinto que iniciou essa “prole” o que nos possibilitou verificar o perfil produtivo, e a sua riqueza.

Deixemos por enquanto Francisco José Pinto, para recuar um pouco no tempo e voltar para o período colonial até a freguesia de Viamão²⁰, no ano de 1730. Conforme Fabio Kühn, naquele anos ocorria a chegada da primeira onda migratória da Colônia de Sacramento em direção aos Campos de Viamão e que possivelmente Antônio José Pinto tenha se estabelecido naquela região. Desta forma pretendemos contextualizar de maneira rápida esse cenário já analisado por Helen Osório e

¹⁹ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In REVEL, J. *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

²⁰ Para saber sobre a formação da Freguesia de Viamão, criada em 1747, ver: KÜHN, Fabio. *Gente da Fronteira...*, 2006.

também por Fabio Kühn a fim de recuperar alguns aspectos importantes das experiências de vida do patriarca da família Pinto, quando de sua chegada no Brasil Meridional em busca das oportunidades que existiam naquela fronteira aberta.

* * * * *

O estudo de Helen Osório para o período colonial (1765-1825) do Rio Grande de São Pedro²¹ tornou-se referência neste trabalho quando pretendemos analisar o período em que viveu Antônio José Pinto. Através da conjuntura da guerra a autora apresenta um cenário de incerteza vivenciado no dia-a-dia dos homens coloniais. Apresentou-nos uma sociedade colonial que desenvolvia uma economia diversificada, uma vez que os estabelecimentos produtivos exerciam a atividade pecuária associada à agrícola. Indicou também a presença destas atividades em pequena escala, assim como revelou a presença e a importância do trabalho familiar e da mão-de-obra escrava nas atividades pecuárias e agrícolas desenvolvidas nas propriedades sulinas. Desmistificando a imagem tradicional apresentada do cenário rio-grandense. E, sobretudo, demonstrou a importância da “fronteira”, da “guerra” e dos “momentos de paz” como pontos de influência na formação da estrutura agrária, devido às situações de instabilidade que estas geravam na construção da sociedade colonial sulina, focando sua análise nos patrimônios produtivos (gado, terras e escravos).

Devido à instabilidade da fronteira meridional do império português, durante o século XVIII, muitos indivíduos se deslocavam continuamente a procura de um local seguro para estabelecer-se. Os períodos de guerra e a possibilidade de novos conflitos geravam insegurança nos indivíduos, pois havia o risco iminente de perder tanto a terra, como os bens que nela existiam.

A Vila de Rio Grande fora tomada pelos espanhóis no ano de 1763 e reconquistada pelos portugueses em 1776. Entretanto, no início de 1777 os espanhóis ocupam a ilha de Santa Catarina e a Colônia de Sacramento. Deixam a região de Santa Catarina somente após a assinatura do tratado de Santo Idelfonso, em outubro de 1777, sob a condição manter o domínio da Colônia de Sacramento.

²¹ A autora utilizou uma amostragem dos inventários post-mortem de cinco em cinco anos no período de 1765-1825 de três cartórios: Rio Grande, Rio Pardo e Porto Alegre e à medida que os cartórios desdobraram-se, a autora foi incorporando os inventários das novas divisões administrativas, sua amostra é de 541 inventários, dando conta de todo o território do Rio Grande do Sul, naquele período.

De acordo com a autora: “a paz foi restabelecida, mas a demarcação de limites prevista no Tratado iniciou-se apenas em 1784²²”. É neste cenário que Antônio José Pinto viveu a maior parte de sua vida, provavelmente quando migrou para a Vila de Viamão por volta de 1830. O historiador Fábio Kühn revelou que o Continente de São Pedro:

foi objeto de acirradas disputas pelas Coroas Ibéricas, [...] o que resultou em diversos momentos de apreensão para sua população. Nesses momentos de crise, parte da população emigrava, como durante os ataques castelhanos de 1735-1737 e 1762-63.

Fábio Kühn analisou o impacto da primeira onda migratória, ocorrida em meados da década de 1730. Segundo o autor: “os primeiros povoadores luso-brasileiros [...] ao chegar ao Presídio foram antigos povoadores da Colônia de Sacramento, atraídos pela posição mais segura do Rio Grande e pelas amplas possibilidades de acesso à terra que se oferecia, em comparação com a praça da Colônia, limitada pela vigilância constante da administração espanhola²³. O autor salienta também que: “dali, alguns acabaram vindo para os Campos de Viamão, dando origem a algumas das principais famílias locais²⁴”. Entre os membros da elite local citados por Fábio Kühn estava: “Antônio José Pinto, que tinha suas origens familiares na Colônia de Sacramento, filho de Manuel Pinto Santiago, capitão da infantaria na Colônia de Sacramento, e de sua mulher D. Luiza Escócia Rodrigues²⁵”.

Antônio José Pinto se estabeleceu em Viamão após ganhar de seu padrinho uma grande estância. Por volta do no de 1756 casou-se com Felícia Maria de Oliveira, filha de Antônio de Souza Fernando, que foi: “tronco de um importante ‘clã’, do qual se originam algumas das mais ilustres famílias do Continente²⁶”. Antonio de

²² OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América...*, 2007. p.69.

²³ KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira...*, 2006. p.107 Apud QUEIROZ, Maria Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande: FURG, 1987, p.58. Sobre o século XVIII no continente de São Pedro. Ver também: PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento. O Extremo Sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: FAPERGS/F. Prado, 2002. SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul – Século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, INL, 1984. (Brasiliana, V. 379) Apud QUEIROZ, Maria Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande: FURG, 1987, p.58.

²⁴ KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira...*, 2006. p.107

²⁵ KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira...*, 2006. p.107

²⁶ KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira...*, 2006. p.107

Souza Fernando era natural do Valongo (Portugal), casado com Apolônia de Oliveira e um dos pioneiros povoadores da Colônia de Sacramento.

A primeira filha desse casal Antonio de Souza Fernando e Apolônia nasceu em 1718 na Colônia de Sacramento o que pressupõem que já estavam estabelecidos neste período e ali permaneceram por dezoito anos. Por volta dos anos de 1735 a 1737 houve um ataque castelhano na Colônia obrigando Antonio de Souza Fernandes, sua esposa, filhos e genros a passarem para o novo povoamento que se fundava às margens do Canal da Lagoa dos Patos²⁷. De acordo com a historiadora Marta Hameister:

Seis de seus filhos já haviam nascido junto ao Rio da Prata, a filha mais velha, Maria de Oliveira, [...]. Apenas sua filha mais nova, **Felícia Maria de Oliveira, nasceu em Rio Grande [...] Felícia foi batizada no dia 29 de dezembro de 1738 e teve como padrinho Francisco de Barbuda e Maldonado, solteiro, e madrinha Maria de Oliveira, filha mais velha de Antonio de Souza Fernando**²⁸.

Francisco de Barbuda e Maldonado, padrinho de Felícia era um homem de patente, exerceu a atividade de Comandante da Artilharia em 1737, durante o grande cerco pelos espanhóis foi um dos destacados indivíduos daquela sociedade²⁹. Conforme Martha Hameister os laços de amizade, parentesco, rompem as fronteiras geográficas, vão junto da família, são indicativo de uma *herança imaterial*. Segundo Giovanni Levi: “a rede formal das relações de consangüinidade ou de aliança tinha um papel igualmente importante na complexa estratégia das escolhas, das exclusões e das integrações que tornavam o organismo familiar mais elástico³⁰”.

Fabio Kühn analisou o rol de confessados do ano de 1778 de Viamão e verificou que existia uma sociedade ruralizada com uma minoria de grandes estancieiros, uma maioria de lavradores e pequenos criadores. Antônio José Pinto

²⁷ Informações retiradas de HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1863)*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS-PPGH, 2006, (Tese de Doutorado). p262

²⁸ Informações retiradas de HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação...*, 2006. p. 262 – ADPRG – Livro de Batismos número 1 de Rio Grande 1738-1753 – Registro de Batismo Felícia, filha de Antônio de Souza Fernando, 29/12/1738).

²⁹ Informações retiradas de HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação...*, 2006. p.263

³⁰ LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.96.

era um destes personagens senhor de terras, escravos e animais, “chegando ao ano de 1778 a ser o maior proprietário de escravos de Viamão, possuindo 20 cativos naquele ano³¹”.

Antônio José Pinto tinha parentesco com Francisco Pinto Bandeira, ambos eram genros do referido Antonio de Souza Fernando, por haver o primeiro casado com Felícia Maria e aquele com Clara Maria de Oliveira. A família constituída por Francisco Pinto Bandeira foi um dos membros da elite fundiária de Viamão, estudada por Fabio Kühn³².

O Capitão dos Dragões Francisco Pinto Bandeira foi membro da elite colonial de Viamão. Exerceu cargos de procurador e vereador na Câmara local (1720 e 1730). No ano de 1738 casou-se com Clara Maria de Oliveira, filha de Antonio de Souza Fernando³³. Foi um líder militar e estancieiro de expressão no processo inicial de conquista, ocupação e povoamento do extremo-sul da América portuguesa³⁴. Francisco Pinto Bandeira e seu primogênito Rafael Pinto Bandeira³⁵, “acumularam fortunas significativas em uma terra em que o normal era nada ou quase nada ter de sólido³⁶” devido a instabilidade da fronteira e das guerras no período colonial.

A elite agrária formada por grandes proprietários/criadores de gado vacum reforçava suas alianças com diversas estratégias, entre elas, o compadrio. Segundo o historiador Fabio Kühn a relação de compadrio possuía dupla função:

³¹ KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira...*, 2006. p.131.

³² Em 10 de janeiro de 1776 foi passada, em Porto Alegre, uma carta de alforria para Inácio, escravo de Evaristo Pinto Bandeira. A carta foi concedida mediante o pagamento de 128\$000, por Antonio de Souza Fernando, valor em que foi avaliado o escravo no inventário de seu senhor. O escravo foi recebido de herança do falecido pai do senhor, o Coronel Francisco Pinto Bandeira. Lago. APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Transmissões e Notas, Livro 5, folha 33. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani. *Que com seu Trabalho nos Sustenta: As Cartas de Alforria de Porto Alegre (1748 / 1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

³³ Informações retiradas de KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira...*, 2006.

³⁴ SILVA, Augusto. *Rafael Pinto Bandeira: de Bandoleiro a Governador, relações entre os poderes privado e público em Rio Grande de São Pedro*. Dissertação (Mestrado em História) – Porto Alegre, PPGH, UFRGS, [1999].

³⁵ Para saber mais sobre Rafael Pinto Bandeira ver: SILVA, Augusto. *Rafael Pinto Bandeira: de bandoleiro a governador...*, 1999. GIL, Tiago. *Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

³⁶ HAMEISTER, Marta. *Para dar calor à nova povoação...*, 2006. p.381.

Por um lado, ele reforça os vínculos prévios existentes entre as pessoas (o caso dos cunhados que também eram compadres, por exemplo); por outro lado, ele cria laços entre as famílias de elite e indivíduos de prestígio naquela sociedade [...]. Reforço e ligação: assim as redes familiares iam-se armando³⁷.

Sheila Faria salienta que: "havia certas regras que regiam a escolha de padrinhos e, dada a origem das fontes, a fortuna e o prestígio social são variáveis que não podem ser desprezadas, principalmente pela uniformidade que elas apresentam". Utilizando-se deste mecanismo, Antônio José Pinto e sua esposa, convidam seu sobrinho, Rafael Pinto Bandeira, para batizar seu primogênito, Antonio, no ano de 1760³⁸. Da mesma forma, Francisco Pinto Bandeira e D. Clara Maria de Oliveira, convidaram Antônio José Pinto e D. Felícia Maria de Oliveira para serem padrinhos de Francisca, a filha mais nova do casal, no ano de 1762³⁹. Pode-se observar que a proximidade desse parentesco reforçado no ato do batismo, estabeleceu ações de reciprocidades entre os compadres e entre padrinhos e afilhados, uma vez que o ato do casal de Francisco Pinto Bandeira permite pensarmos na idéia de retribuição, oferecendo a sua última filha para o casal de Antônio e Felícia Maria batizar.

As ligações entre Francisco Pinto Bandeira (e seu filho Rafael), Antonio José Pinto e Antonio de Souza Fernando (e suas respectivas trajetórias) são ilustrativas da forma de ocupação dos Campos de Viamão no século XVIII. Segundo Fabrício Prado o Continente de São Pedro foi ocupado e povoado através do avanço de duas frentes interligadas: uma delas iniciativa (não exclusiva) da Coroa Português e que gerou a fundação da Colônia da Sacramento, em 1680; e outra frente foi uma iniciativa *vicentina familiar*, na qual *bandos* compostos de parentes e aliados *desceram* pelo litoral em busca das oportunidades de uma fronteira agrária em expansão⁴⁰.

³⁷ KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira...*, 2006. p.173.

³⁸ HAMEISTER, Marta. *Para dar calor à nova povoação...*, 2006. p.306.

³⁹ KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira...*, 2006. p.238.

⁴⁰ Esta *descida* ocasionou a fundação de São Francisco (1660), da Ilha de Santa Catarina (1675), Laguna (1680), a expedição de João de Magalhães em 1725, etc.

Estas duas frentes atendiam a **interesses complementares da Coroa e grupos locais**, interessados em terras e acesso aos rebanhos (motivo principal do avanço desde São Paulo), além do acesso á prata potosina (escoada para a América portuguesa pelo comércio) e aos couros (principais atrativos para a manutenção da Colônia de Sacramento). As duas frentes articuladas constituíram a estratégia luso-americana de avançar sobre as terras do sul durante a primeira metade do século XVIII⁴¹.

Estas duas *frentes* que, como já dissemos estavam simbioticamente interligadas, se *encontram* definitivamente no século XVIII, quando a entrega de Sacramento aos espanhóis coincide com a instalação efetiva do aparato administrativo da Coroa Portuguesa no Brasil meridional e com a distribuição das primeiras sesmarias nos Campos de Viamão.⁴²

As individualidades que destacamos na nossa análise são, portanto, representativos das *gentes* que por aqui aportaram e dos processos distintos que efetivaram a ocupação do território. Souza Fernando (português) instalou-se em Sacramento, para onde foi também Antonio José Pinto. Quando ambos tiveram que de lá retirar-se em função dos atritos entre as Coroas Ibéricas, rumaram para os Campos de Viamão. Neste local chegou o português Francisco Pinto Bandeira, o que mostra como não tratava-se apenas de uma *frente vicentina* que descia pelo litoral. Francisco Pinto Bandeira estava na expedição do Comandante José da Silva Pais, também português, mandado pela Coroa Lusa para fundar o Presídio de Jesus, Maria José, o que foi realizado em 1737. Rafael Pinto Bandeira, talvez o mais emblemático dos primeiros povoadores, nasceu em Rio Grande.

As estratégias das famílias mais abastadas incluem aspectos que, muitas vezes, independem da fortuna. Conforme Sheila Faria:

⁴¹ PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento...*, 2002. p. 36.

⁴² Sobre este processo ver: MIRANDA, Márcia Eckert. *Continente de São Pedro: Administração Pública no Período Colonial*. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do RS / Ministério Público do RS / CORAG, 2000. (Série História Administrativa do RGS). Segundo Márcia “No período colonial, a presença do Estado, através de suas instituições, coloca em evidência o caráter do empreendimento colonial. Por isso, a constituição da administração pública na colônia não pode ser analisada como mera transferência das instituições metropolitanas. O estabelecimento do domínio político e econômico sobre os territórios coloniais, e do Rio Grande do Sul em particular, deu-se através da associação entre os poderes públicos e privados.”p.19.

A brancura da pele, a existência de fortuna anterior e parentes próximos ricos podem definir um lugar social melhor do que teriam, caso somente a fortuna individual fosse considerada. [...]. Para caracterizar o grupo que se reconhecia e era reconhecido enquanto “homens bons” ou “principais”, é necessário levar em conta condições fundamentais: brancura da pele, prestígio familiar, ocupação de postos administrativos importantes, atividades agrárias, acesso à escolaridade e fortuna anterior ou no presente, se não dos envolvidos pelo menos de parentes próximos, principalmente no caso de serem herdeiros⁴³.

Antônio José Pinto se encaixa no perfil descrito pela historiadora Sheila Faria. Foi proprietário de terras, animais e escravos. Através do matrimônio criou laços com um dos grupos familiares mais enriquecidos e prestigiados da região de Viamão e posteriormente alcançou o cargo de Oficial da Câmara de Viamão. Conforme Fabio Kühn: “uma elite social pode ser definida por, pelo menos, três atributos essenciais: riqueza, *status* e poder⁴⁴”. Antônio José era senhor de terras e, ao casar com Felícia Maria, ampliou seus laços e sua rede, uma vez que sua esposa era filha de um homem de *status*.

Segundo Fabio Kühn no ano de 1778, Antônio José, foi vereador da Câmara de Porto Alegre, o que lhe deu acesso ao poder local, indício de sua destacada posição. Fabio Kühn revela que: “à ocupação de cargos nas instituições coloniais conferia, por seu turno, o acesso a um estatuto social diferenciado, que se cristalizava na formação do grupo dos “homens bons” ou ainda da ‘nobreza da terra’⁴⁵”.

A família chefiada por Antônio José Pinto possuiu uma numerosa *prole*, condizente com os padrões da época, totalizando onze filhos, sendo cinco homens e seis mulheres - Domiciana Maria, Antônio José, Teodora Clara, Constantino José, Desidério Antônio, Ana Felícia, Inácio Antônio, Joaquina, Matilde Eufrásia, Felisberto José e Maria da Conceição. Ao morrer Antônio José deixou dois filhos homens, solteiros de maior idade, sete filhos de menor idade e duas filhas casadas.

Quando da realização do inventário de Antônio José Pinto, em 1784 verificamos que ele possuía um potreiro grande com um rincão pequeno chamado

⁴³ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*, 1998.p.207.

⁴⁴ KÜNH, Fábio. *Gente da Fronteira...*, 2006. p.174.

⁴⁵ KÜNH, Fábio. *Gente da Fronteira...*, 2006 p.174. Ver o primeiro capítulo de: LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Ver também: BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o império. O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. BICALHO, Maria Fernanda; FERLINE, Vera Lúcia do Amaral. (Org.) *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império Português*. São Paulo: Alameda Editorial, 2005.

dos Ouveiros e outro dos Burros com uma légua de comprimento e meia légua de largura, avaliada no valor de 1:600\$000 réis. Mais uma estância de campo, fora do potreiro, com duas léguas de comprimento e três léguas de largura, confrontando parte com a estância de Luis Ferreira Velho e outra com o Rio Gravataí e ainda faz divisa com o potreiro grande antes referido, avaliada em 2:000\$000 réis. No entanto, no inventário não há referencia alguma a forma de aquisição das terras.

Ainda consta no inventário uma morada de casas de pedra e telha, forrada e assoalhada em que vive e mora a inventariante, a viúva, Felícia Maria, com pomar de laranjeiras, macieiras, romeiras, marmeleiros, pessegueiros e outras árvores, além de currais e lavouras avaliada em 300\$000 réis. No auto de partilha aparece que esta casa ficava situada na Fazenda em que morava o casal. Consta também uma morada de casa de pedra, coberta de telha, forrada e assoalhada, com três quartos na frente, situada na Capela de Viamão, avaliada por 153\$600 réis⁴⁶.

A história agrária do Brasil, desde os tempos coloniais, conforme Ligia Osório não apresentou padrões distintos nas Províncias. No caso do Rio Grande do Sul a sua localização estratégica e as disputas territoriais com a Espanha constituíram: peculiaridades na sua história, mas, não alteraram substancialmente as características da apropriação⁴⁷. A autora salienta também que, a partir de 1777 distribuíram-se propriedades em grande quantidade para garantir a posse portuguesa, apesar dessa época já estar em vigor a cláusula que limitava as doações de sesmarias a três léguas. No entanto, muitas sesmarias foram concedidas sem levar em conta essa restrição.

Durante o período colonial, ainda que a ordenação jurídica da apropriação territorial fosse baseada pelo sistema de sesmarias, o apossamento da terra foi a forma dominante. Com o fim do regime de sesmarias em 1822, até 1850, com a assinatura da Lei de Terras, a única forma de se adquirir domínio sobre a terra foi por meio da posse. Entre as transformações no período colonial, no que tange a questão da apropriação territorial, o que ocorreu foi a disseminação de outra forma de apropriação – a posse pura e simples da terra.

⁴⁶ Informações retiradas do: Inventário *post-mortem*. Porto Alegre. Cartório da 1° Vara de Família (ex-órfãos), M.08, N.110, A.1784, APERS – gentilmente cedido pelo historiador Fábio Kühn.

⁴⁷ OSÓRIO, Ligia. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 58.

Segundo Graciela Garcia em seu estudo sobre o município de Alegrete, havia diversas formas de um produtor ter acesso a terra. Na década de 1830, as doações de sesmarias já não eram permitidas, no entanto, muitos produtores de Alegrete haviam adquirido a terra desta forma “sem exigência de maior desembolso monetário a não ser o referente ao processo burocrático de solicitação [...] poucos eram os sesmeiros que haviam se preocupado em cumprir as determinações legais de medição e legitimação [...]”⁴⁸. Outro caminho tomado por aqueles indivíduos foi a ocupação das terras devolutas ou estabelecer uma unidade produtiva sobre a terra alheia, conforme Graciela esta última foi muito difundida no município de Alegrete, uma vez que: “praticamente a metade dos produtores inventariados na década de 1830 não eram proprietários de terras [...] a posse de um título legal não era prerrogativa para estabelecer-se com seus rebanhos, roçados e casas”⁴⁹. E ainda existia a possibilidade de adquirir essa terra através do mecanismo da compra, uma vez que a terra nesse período tinha um valor irrisório.

No entanto, não sabemos qual foi a prática adotada por Antônio José Pinto para a aquisição de suas propriedades. Porém consta no seu inventário, além de terras, escravos, e animais; como pode-se observar no ano de 1784 seu patrimônio encontrava-se assim distribuído:

⁴⁸ GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra...*, 2005. p.21

⁴⁹ GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra...*, 2005, p.22

Tabela 10 - Especificação do patrimônio de Antônio José Pinto (1784)

Especificação dos bens	Quantidade/ extensão	Valores em réis	%
Bens de Raiz		4:053\$600	68,6%
Potreiro do Ouveiros e Rincão dos Burros	1 légua de comprimento e ½ légua de largura	1:600\$000	
Estância de moradia do casal em Viamão	2 léguas de comprimento e 3 de largura	2:000\$000	
1 casa na Estância – moradia da viúva		300\$000	
1 casa na Capela de Viamão	Com 3 quartos	153\$600	
Ouro e prata		22\$800	0,4%
Móveis, utensílios e vestuário		115\$640	2%
Instrumentos *		4\$040	0,1%
Equipamentos**		19\$680	0,3%
Escravos	13	736\$000	12%
Animais		862\$400	15%
Vacuns	317	290\$000	
Cavalares	941	522\$000	
Muare	19	50\$400	
Dinheiro	Venda de 18 mulas	72\$000	1,2%
Dívidas Ativas (crédito)		24\$580	0,4%
Total Monte Mor		5:910\$740	
Dívidas Passivas (Débito)		1:828\$521	31%
Meios Dotes		206\$400	4%

Fonte: Inventário *post-mortem*. Porto Alegre. Cartório: 1º Vara de Família (ex-órfã o). M.8, N.110, A.1784, APERS

* Instrumentos: considera-se (machado, foices de roçar mato, foices de cortar trigo, enxadas)

** Equipamentos: considera-se (atafona, moinhos, roda, prensa e forno para preparo da farinha de mandioca)

Helen Osório, a partir dos dados da amostra de inventários (1765-1825), demonstrou o perfil dos indivíduos pertencente a elite econômica sulina através das fortunas inventariadas. A autora verificou que de: “1765 a 1795, as fortunas máximas estavam no patamar de 2.000 libras (ou 7 contos de réis), quantia bastante modesta. As fortunas até 500 libras, que representavam os mais pobres, oscilaram entre 60 e 100% dos inventariados⁵⁰”. Observando o inventário de Antônio José, que apresenta um patrimônio de 5:910\$740 acumulado ao longo de sua vida e confrontando com as informações computadas pela historiadora Helen Osório pode-se perceber que a fortuna acumulada por Antônio José estaria localizada entre média e grande neste período. Assim, apesar do cenário de guerra e incerteza vivido por Antônio José – que inclusive o fez mudar-se de Sacramento para os Campos de Viamão -, a composição de sua fortuna indica que 31% de sua riqueza estava comprometida com dívidas. Provavelmente essa situação se explica novamente pelos conflitos permanentes na região. Segundo Martha Hameister: “as posses dessas famílias,

⁵⁰ OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América...*, 2007, p.264.

devido às migrações que tiveram como motor as instabilidades da diplomacia ibérica refletida em guerras de fronteira, possivelmente foram perdidas e refeitas, algumas por mais de uma vez⁵¹. Apesar destas migrações os laços e as redes permaneciam e extrapolavam os limites geográficos.

Os bens de raiz (69%) constituíam a maior parte do patrimônio capital de Antônio José, seguido dos animais (15%) e dos escravos (12%). Talvez pela situação de risco eminente de guerra esses bens (terra, gado e escravos) sofressem um impacto na alteração de seus preços, isso justificaria, neste caso, o alto percentual da terra neste patrimônio. Helen Osório observou através de 135 inventários para o período de 1765-1825 as estâncias que possuíam uma propriedade na faixa de “101 a 1.000 cabeças de gado em que o patrimônio produtivo era representado por 40,8% de terras, 29,9% escravos e 26,6% animais.⁵²”

O inventário de Antônio José indica que ele desenvolveu simultaneamente a atividade pecuária à agricultura, uma vez que a presença de bois lavradores, atafona, foice de trigo, enxadas e outros equipamentos agrícolas permitem constatar a presença dessa atividade. Observam-se os meios de produção representado no quadro abaixo:

Tabela 11 - Meios de produção descritos no inventário de Antônio José Pinto

Meio de Produção	Quantidade
Vacas leiteiras	25
Bois carreiros e lavradores	6
Carros	1
Machados	3
Foices de roçar	3
Foices de cortar trigo	5
Enxada	6
Forno de cobre	1
Roda	1
Atafona	1

Fonte: Inventário *post-mortem*. Porto Alegre. Cartório: 1º Vara de Família (ex-órfã o). M.8, N.110, A.1784, APERS.

Helen Osório analisando os inventários correspondentes aos anos de 1765 a 1825 de Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo, verificou que apesar da: “pequena participação dos equipamentos no montante total do patrimônio não significa, de forma alguma, que eles estivessem ausentes das estâncias, ou que a agricultura não

⁵¹ HAMEISTER, Martha. *Para dar calor à nova povoação...*, 2006. p.374.

⁵² Informações retiradas de OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América...*, 2007, p.107.

fosse praticada⁵³”. A autora revela que a presença de: “bois mansos, utilizados como animais de tração para carretas, atafonas e arados, são um dos indicativos da prática de agricultura e estavam presentes em 87% das estâncias⁵⁴”.

A presença de enxadas, foices de trigo, forno de cobre (para preparar a farinha de mandioca), a roda responsável por ralar a mandioca, carros (necessário para o transporte da produção de trigo e mandioca) e 6 bois carreiros e lavradores, utilizados para tração e transporte, na atafona e na lavoura demonstram que o casal de Antônio José mantinha uma produção diversificada em sua propriedade. Havia ainda 25 vacas leiteiras, sua produção de leite e derivados servia para o sustento da família e possivelmente o excedente era destinado ao comércio local. Assim, verificamos que Antônio José Pinto possuía no ano de 1784 uma unidade mista: agricultura/pecuária confirmando o que Helen Osório identificou analisando as unidades produtivas do período colonial que: “a estância do último quartel do século XVIII e das duas primeiras décadas do XIX não pode mais ser tomada como sinônimo exclusivo de atividade pecuária⁵⁵”.

Helen Osório analisando o período de 1765 a 1825 verificou que as reses mansas constituíam entre 13 a 26% do gado vacum existente no Rio Grande⁵⁶. Saliencia também que o predomínio de reses xucras indicava uma estratégia de ampliação do patrimônio de alguns proprietários/criadores, uma vez que mantendo seu rebanho sem “marca” este poderia ser confundido com os que eram permanentemente introduzidos no território gaúcho neste período. Assim, observa-se que no inventário de Antônio José, o seu rebanho era composto por 28% de reses mansas, e 74% de reses xucras, o que confirma a análise de Helen.

Com relação aos escravos, estes também constituíam parte importante do patrimônio do casal Antônio José e Felícia. Eles eram senhores de treze cativos, o que leva a considerá-lo como médios proprietários de escravos. No referido inventário não foi possível verificar quais as ocupações de cada cativo. Entretanto, podemos observar o nome, a idade, origem e mais algumas informações, como podemos verificar no quadro abaixo:

⁵³ OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América...*, 2007, p.108

⁵⁴ OSÓRIO, Helen, *O império português no sul da América...*, 2007, p.162

⁵⁵ OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América...*, 2007, p.164

⁵⁶ Informações retiradas de OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América...*, 2007, p.63.

Tabela 12 - Plantel de escravos de Antonio José Pinto (1784)

Nome	Idade	Cor	Origem	Valor	Dados
Manuel André	60	Mulato	-	32\$000	
Maria	42	-	Angola	44\$800	Mulher de Manuel André
Vitória	19	-	-	102\$400	Filha de Maria e Manuel André
Felipe	9	-	-	51\$200	Filho de Maria e Manuel André
Jacinta	4	-	-	32\$000	Filha de Maria e Manuel André
Antônio	71	-	Angola	12\$800	
Isabel	61	-	Angola	12\$800	Mulher de Antônio
Ana	36	-	-	89\$600	Filha de Isabel e Antônio
Cecília	5 meses	Mulata	-	12\$800	Filha de Ana
José	28	-	Crioulo	128\$000	
Francisco	26	-	Crioulo	102\$400	
Calisto	24	-	Crioulo	102\$400	
Antônio	80	-	Congo	12\$800	

Fonte: Inventário *post-mortem*. Porto Alegre. Cartório: 1º Vara de Família (ex-órfã o). M.8, N.110, A.1784, APERS.

Hebe Mattos demonstrou com seu estudo referente ao sudeste brasileiro que em meados do século XIX as referências a cor da pele eram raras, sobretudo em fontes judiciais⁵⁷. Aqui, no entanto, estamos analisando um inventário realizado no ano de 1784, percebemos que essa variável também não foi descrita, talvez essa informação não fosse importante no momento de avaliar o escravo. Porém, verificase que os treze cativos descritos no inventário estão acompanhados da idade. Acreditamos que esta variável pesava no momento de dar o valor para cada cativo, já era considerado como uma mercadoria. Para tanto verificamos na tabela acima que entre os treze cativos pertencentes ao casal, Antônio José e Felícia Maria, somente quatro concentravam-se na faixa de idade dos 15-35 anos considerada pela historiográfica como a de maior vigor físico e aptidão profissional. E é nesta faixa de idade que os escravos possuem o maior valor. No caso do inventário de Antônio José é nítido, uma vez que os quatro cativos na faixa de 15 – 35 anos também eram os que tinham maior valor, somando-os totalizava-se 435\$200 réis, ou seja, representavam 59% do valor total dos escravos inventariados.

Helen Osório analisou a relação apresentada pela Câmara do Continente de Rio Grande de São Pedro no ano de 1765 ao Rei em que foram descritos os prejuízos que os *vassalos* tiveram com a guerra. Entre as demais informações destacadas pela autora essa em especial se torna importante ao nosso estudo, quando na relação é apresentado o valor do escravo em 128\$000. Helen faz uma

⁵⁷ MATTOS, Hebe. *Ao Sul da história...*, 1998.

comparação com o preço: “de 100 reses (1\$280 cada uma), ou 200 éguas (\$640 cada). A exatidão da relação leva a crer que o preço do escravo era calculado em função desses dois tipos de animais, os mais abundantes⁵⁸”. Partindo deste pressuposto e observando a avaliação dos escravos e dos animais chegamos a seguinte conclusão: o escravo de maior valor entre todos os cativos de Antônio José foi avaliado em 128\$000 (estranha coincidência) com 28 anos (plena idade produtiva) teríamos – 128 reses (1\$000 cada uma) ou 267 éguas (\$480), o que poderia indicar a valorização do preço do cativo.

Observa-se que entre os treze escravos havia duas famílias escravas. Segundo a historiadora Sheila Faria: “os laços familiares tendiam a estabilizar o indivíduo, e com isto contavam os senhores, ao reconhecer, socialmente, por meio de casamento legal, casais escravos”⁵⁹. Dessa forma, a organização familiar do trabalho escravo nas propriedades fora uma estratégia adotada por grande parte dos senhores da época para impedir as fugas e para “adequá-los ao cativo e ao trabalho⁶⁰”.

Porém na ocasião da morte de um dos senhores e a conseqüente partilha dos seus bens era um momento de apreensão para as famílias dos escravos, uma vez que a incerteza do destino estava instaurada. Aqui ressaltamos a importância do estudo das partilhas dos inventários, pois permite verificar o impacto da morte do senhor ou dos senhores sobre o núcleo familiar dos cativos. Pode-se verificar se há ou não separação da família cativa e também nos permite em alguns casos fazer um mapeamento dos grupos de parentescos, verificando os destinos destes personagens. É também nesse momento também que muitos cativos possuindo algum pecúlio podem conseguir a alforria.

Cabe salientar que o inventário é uma fonte que possuem informações além do caráter econômico. Contém diversos fragmentos da vida do inventariado e de suas relações. Conforme Jovani Scherer:

⁵⁸ OSORIO, Helen. *O império português no sul da América...*, 2007.p.263

⁵⁹ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*, 1998.p.327

⁶⁰ FARIA, Sheila de Casto. *A colônia em movimento...*, 1998 p.327

a anotação da família escrava dependeria da capacidade, boa vontade, ou interesse do avaliador ou familiar do defunto que descreve os bens, o pesquisador deve se questionar sobre se aqueles momentos únicos instantâneos, tal um retrato, podem revelar as ligações familiares de um plantel de escravos, os quais não eram, necessariamente, objetivos do inventário revelar⁶¹.

No inventário de Antônio José Pinto temos duas famílias escravas constituídas reconhecidas pela inventariante, a viúva D. Felícia Maria. Nenhum casal foi separado na partilha. Entretanto, três crianças com menos de 10 anos de idade e uma adulta de 36 anos foram dadas a herdeiros diferentes. Esses cativos fizeram parte da legítima dos herdeiros de menor idade, que ficaram sob os cuidados da mãe, Felícia Maria, viúva de Antônio José. Os pais (cativos) ficaram com a viúva. Dessa forma podemos dizer que na prática não houve a separação das duas famílias, tendo em vista a coabitação entre os herdeiros, pelo menos até atingirem a maior idade.

Esta *memória póstuma* que usamos de Antonio José Pinto, relativa ao ano de 1784, mostra como a *família escrava* fazia parte de sua *política senhorial*⁶². Política senhorial que era importante para se preservar da perda de seus cativos pela fuga, já que a evasão familiar era sempre mais complicada e rara, e o uso dos escravos em tarefas que envolviam deslocamentos espaciais (transporte de tropas, etc.). Além disso, os agrupamentos familiares de cativos fomentam a reprodução endógena do plantel, o que pode ser verificado pela quantia de crioulos neste inventário de 1784. É claro que, conforme mostrou Slenes, a família escrava não era só uma concessão dos senhores, mas também uma conquista dos cativos. A família cimentava alianças entre os escravos, gerava parentescos, criava ou reforçava identidades, tornando a senzala uma comunidade, fortalecendo-a para o diálogo com os senhores.⁶³ Família e alforria são faces do diálogo (da negociação) entretido entre senhores e seus escravos.

⁶¹ SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca da liberdade...*, 2008, pp.33-34.

⁶² SLENES, Robert W. Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. FLORENTINO, Manolo; GOÉS, José Roberto. A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004.

⁶³ Conforme MATTOS, Hebe (1998), a comunidade negra gerada nas senzalas, por ser uma comunidade composta de seres humanos, naturalmente possuía cisões internas.

Documentos redigidos, na imensa maioria dos casos, pelos senhores, as cartas de alforria devem ser lidas com muito cuidado. Nelas, salvo em algumas maravilhosas exceções, não encontramos a tensão da relação entre desiguais, mas discursos enaltecendo atos de senhores *bondosos* que reconheciam e recompensavam seus bons trabalhadores. Se aceitarmos passivamente, através de uma análise superficial do texto das alforrias, a visão que os senhores de escravos queriam veicular, então veremos a realidade histórica do escravismo unicamente através da janela da Casa Grande. A visão benevolente transmitida nestes textos obscurece o antagonismo cotidiano entre as partes envolvidas e esvazia a luta dos escravos e a vitória contida no rompimento do cativo, mesmo que de forma *legal*. - [...] lo que es (desde arriba) um 'acto de concesión', es (desde abajo) um 'acto de lograr'.⁶⁴

Como já dissemos, segundo Fabio Kühn, Antonio José Pinto assumiu acento na Câmara de vereadores de Porto Alegre em 1778⁶⁵. Talvez por estar em Porto Alegre, Antonio José tratou de registrar no cartório local, em 2 de outubro de 1779, uma carta de alforria que havia redigido em 21 de setembro de 1776, na Capela de Nossa Senhora da Conceição de Viamão. Tratava-se da libertação da cabrinha Quitéria, concedida mediante o pagamento de 51\$200 réis por Juliana (mãe de Quitéria, e escrava do mesmo senhor), quantia entregue pelo Capitão José Pinheiro Soares de Lago.⁶⁶ Tratava-se de mais um núcleo familiar existente entre os escravos de Pinto, cujas relações auxiliaram o rompimento do cativo, com a mãe Juliana pagando a liberdade de sua filha, a cabrinha Quitéria. A quantia paga – 51\$200 – é exatamente a avaliação de Felipe, filho de Maria e Manuel André, no inventário de 1784. Como Juliana não aparece no rol daquele ano, podemos supor que pode ter conseguido também se alforriar ou, quem sabe, faleceu.⁶⁷

A sociedade para a qual Antônio José Pinto e sua família viveram estava acostumada com o cotidiano da guerra, com a instabilidade financeira imersa em um

⁶⁴ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani. *Que com seu Trabalho nos Sustenta: As Cartas de Alforria...*, 2007, ver no capítulo 1. A frase final da citação, que questiona a imparcialidade da análise que muitas vezes se faz das relações paternalistas é de THOMPSON, E. P. *¿Lucha de Clases Sin Clases?.* In: Tradición, Revuelta y Conciencia de Clase. 2ª edição, Barcelona, Crítica, 1984: p. 40.

⁶⁵ KÜHN, Fabio. *Gente da fronteira...*, 2006.p.174.

⁶⁶ 1º Tabelionato de Porto Alegre, Transmissões e Notas, livro 6, folha 20v., APERS. In MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani. *Que com seu Trabalho nos Sustenta: As Cartas de Alforria...*, 2007.

⁶⁷ Torcemos pela primeira hipótese, pois mostra como o esforço que teve em libertar sua filha, foi depois recompensado pela sua própria alforria. O fato de Juliana ter conseguido acumular um pecúlio significa que tinha alguma forma de *economia própria*. Não sabemos qual o exato papel do Capitão José Pinheiro Soares nesta ocasião, se ele serviu de *padrinho* de Juliana, intermediando o pagamento da alforria, se adiantou o capital (em troca de uma retribuição futura da cativa em serviços ou dinheiro) ou quem sabe foi o depositário do pecúlio que ela acumulou, talvez auxiliada pelo pai de Quitéria.

cenário de incertezas a cerca de seus destinos. Nesse sentido Giovanni Levi mencionou que:

Todas as estratégias pessoais e familiares talvez tendam a parecer atenuadas em meio a um resultado comum de relativo equilíbrio. Todavia, a participação de cada um na história geral e na formação e modificação das estruturas essenciais da realidade social não pode ser avaliada somente com base nos resultados perceptíveis: durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais⁶⁸.

Esse clima de incerteza motivou a criação de estratégias familiares que visavam à manutenção do *status* social e econômico. Neste sentido Jonas Vargas revela que:

As diferentes escolhas individuais e as estratégias familiares eram feitas dentro de um campo de ações possíveis, cujos caminhos e normas podiam ser mais ou menos elásticos ou restritivos de acordo com os recursos materiais e imateriais disponíveis aos atores históricos⁶⁹.

Entre as estratégias elaboradas pelas famílias da elite destacam-se os arranjos familiares através da prática costumeira do *dote*⁷⁰. Essa prática foi analisada por Fabio Kühn, que demonstrou através do estudo da trajetória de três famílias pertencentes à elite local de Viamão, a importância ainda no século XVIII da prática dotal. Segundo o autor este mecanismo não pode ser reduzido a um mero adiantamento da herança uma vez que selavam alianças matrimoniais e uniam

⁶⁸ REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial...*, 2000. p.18

⁶⁹ VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em História), PPGH, UFRGS, 2007, p.26.

⁷⁰ O dote foi utilizado como estratégia de algumas famílias para arregimentar casamentos com indivíduos pertencentes à elite. O mecanismo do dote, portanto, poderia servir de amparo a aqueles que iniciavam uma vida conjugal e assim propiciar o incremento das unidades domésticas recém construídas. A respeito, ver mais: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz Ed./ EDUSP, 1984. SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres, o poder e a Família. São Paulo – Século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1989. BRUGGUER, Sílvia. *Minas Patriarcal – família e sociedade (São João Del Rey, século XVIII e XIX)*. Niterói: UFF / PPGH Social, 2002. (Tese de doutorado); CORREA, Marisa. *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. *Casamentos Mistos. Liberdade e escravidão em São Paulo Colonial*. São Paulo: ANNABLUME/ FAPESP, 2004; NADALIN, Sergio Odilon. *História e Demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais/ ABEP, 2004.

famílias e facções políticas. Reforçando essa idéia que também é colocada por Farinatti em sua tese, o dote e outras formas de antecipação de herança estão relacionados às estratégias familiares “as alianças matrimoniais, as formas de proteção do patrimônio e de sua transferência entre gerações⁷¹”.

Buscamos analisar esses mecanismos utilizados pelos atores sociais no ato da transmissão patrimonial. Através do inventário de Antônio José Pinto podemos verificar algumas de suas atitudes e escolhas com relação ao seu patrimônio. As informações sobre os dotes ou outros tipos de antecipações de herança podem ser percebidas no momento da realização da partilha no inventário *post-mortem*: “a partilha é o meio pelo qual se faz cessar o estado de comunhão da herança, como a ação de divisão é o meio de fazer cessar o condomínio⁷²”. Segundo Dora Isabel da Costa:

A legislação Imperial obrigava o juiz de órfãos, quando do falecimento do marido ou da esposa, à realização do inventário dos bens daquele grupo familiar, com o objetivo de arrecadar impostos de transmissão de bens à fazenda imperial. Por outro lado, assegurava a continuidade do processo de produção agrícola e a sucessão através dos herdeiros com o recolhimento de futuros impostos⁷³.

Interessa a esta pesquisa, sobretudo, observar a realização da partilha localizada normalmente no final do inventário. Ao iniciá-la, em primeiro lugar divide-se o monte (total) líquido do inventário por dois, para que assim se possa pagar a metade (meação) devida ao cônjuge do inventariado. Logo depois, dividi-se a outra metade restante pelo número de herdeiros, para que se possa pagar o que de legítimo pertence a cada um. É neste momento em que são mencionados os nomes completos de cada herdeiro ou beneficiários, o grau de parentesco com o inventariado, o valor que cada herdeiro irá receber e também se houve concessão de dotes ou outros tipos de antecipações de herança ao herdeiro. Conforme Farinatti: “[...] os herdeiros precisavam ‘trazer à colação’ seu ‘meio-dote’, ou seja,

⁷¹ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Os confins Meridionais...*, 2007.p.244.

⁷² FRAGOSO, João; PITZER, Renato. *Barões, homens livres pobres e escravos...*, 1998. p.36

⁷³ COSTA, Dora Isabel Paiva. Crescimento econômico em uma economia de abastecimento interno: Araraquara, São Paulo, século XIX. In Anais do XVIII Encontro Regional de História – *O historiador e seu tempo*. São Paulo: ANPUH- UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom.p.3.

deviam declarar todos os bens que haviam recebido durante a vida dos pais [...]”⁷⁴. De posse dessa informação, o passo seguinte seria do total recebido pelo herdeiro descontar-se a metade na partilha que este deveria receber. Constava na partilha de cada herdeiro uma relação dos bens, sendo descrito sua quantidade e respectivo valor até atingir o total que de direito pertencia a este. Assim, a partilha nos permite observar a presença de qualquer forma de antecipação de herança. Além disso, podemos verificar o que cada herdeiro recebeu e que provavelmente serviria de amparo ou incremento para iniciar a construção do seu próprio patrimônio.

Analisando a partilha realizada no inventário de Antônio José percebe-se que as duas filhas casadas e respectivos genros (herdeiros), *devolvem* seus “meio dotes”. Os dotes recebidos pelos dois genros de Antônio José variavam entre 185\$600 a 230\$800 réis. A sua composição era basicamente de escravos - três para cada genro - e alguns animais. Não receberam nenhuma terra. Conforme Farinatti as antecipações de herança representavam: “[...] uma vantagem sobre a herança porque permitiam que os futuros herdeiros tivessem acesso aos bens no [...] momento de iniciar a construção de um patrimônio [...] muitas vezes bem antes do falecimento de um de seus pais”⁷⁵.

O quadro abaixo lista as filhas de Antônio José, seus nomes e seus respectivos cônjuges. Igualmente os bens que receberam em dote (que fora elencado no inventário de seu pai).

Tabela 13 - Composição dos Dotes concedidos por Antônio José Pinto

Nome	Dotes
1. Domiciana Maria de Oliviera , casada com Manuel de Santa Bárbara e Basto	1 escrava crioula, Bárbara – 76\$800 1 escrava crioula, Maria – 76\$800 1 cabrinha, Florinda, 4 anos – 32\$ Total: 185\$600
2. Teodora Clara de Oliveira , casada com o Tenente Alexandre de Souza Pereira da Fontoura	1 escrava crioula, Rosa, 20 anos, 76\$800 1 escrava crioula, Felizarda, 15 anos, 64\$000 1 crioulinho, Eugênio, 9 anos, 38\$000 100 éguas xucras, \$480 cada e todas 48\$000 4 cavalos pastores, 1\$000 cada e todos 4\$000 Total: 230\$800

Fonte: Inventário *post-mortem*. Porto Alegre. Cartório de: 1ª Vara de Família (ex-órfãos). M.8, N.110, A.1784, APERS.

⁷⁴ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Os confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária...*, 2007.p.245.

⁷⁵ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Os confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária...*, 2007.p.247

Conforme Farinatti: “mesmo que a expressão ‘dotes’ se referisse àqueles bens doados quando do casamento, na prática eles tinham exatamente os mesmos efeitos que qualquer outro adiantamento de herança feito em qualquer época da vida dos herdeiros⁷⁶”.

Podemos perceber que a composição dos dotes das duas filhas de Antônio José eram compostas, predominantemente, por bens que poderiam auxiliar o desempenho de uma atividade produtiva, agricultura ou pecuária.

Ao comparar com o valor recebido pelos herdeiros em suas legítimas paternas de 183\$699 réis para cada um, o valor dos dotes recebidos se equiparava. Fabio Kühn, analisando o inventário de Francisco Pinto Bandeira, concunhado de Antônio José, verificou que a composição dos dotes para os seus três genros era, sobretudo, de escravos. Entretanto, o valor recebido era considerável variando entre 1:614\$000 a 2:121\$200 réis, superior ao valor das legítimas dos herdeiros (1:040\$938)⁷⁷.

Sheila Faria, em suas observações, denota que: “casar com a filha de um proprietário tornava-se, portanto, certeza de se ter acesso (em vida ou após a morte dos sogros) a terras em locais já ocupados, quase sempre as melhores⁷⁸”. Seguindo essa linha de pensamento Fabio Kühn enfatiza que o ato de receber um bem por doação era: “[...] a própria reprodução e continuidade da riqueza e posição social da família [...]”.

Dora da Costa revela que a historiografia recente vem desenvolvendo estudos sobre a herança no Brasil colonial apresentando resultados importantes. Entre os estudos destacados pela autora está a da historiadora Muriel Nazzari que analisando São Paulo no século XVII, percebeu que os dotes recebidos pelos genros, via de regra eram maiores do que as legítimas de suas esposas. Porém o autor percebeu que no século XVIII, esta situação começara a mudar. Essa análise indicava que a proporção dos dotes nos montes, declinava aproximando-se dos valores das legítimas, estabelecendo uma maior igualdade entre os herdeiros, eliminando o grau de favorecimento entre estes. No caso aqui analisado também percebemos que o valor do dote que Antônio José Pinto doou as suas filhas se

⁷⁶ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Os confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária...*, 2007. p.248

⁷⁷ KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira...*, 2006. p. 211

⁷⁸ FÁRIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*, 1998. p.192.

aproxima do valor que elas e os demais herdeiros receberam na partilha realizada em 1784.

Entre os onze filhos de Antônio José Pinto e Felícia Maria de Oliveira, estava Constantino José Pinto⁷⁹ o quarto filho dessa família. Partimos dele para dar continuidade ao estudo sobre a transmissão do patrimônio dessa família. Natural de Viamão, Constantino José casou-se com Ricarda Gomes dos Santos nascida em Cachoeira e filha de Salvador Gomes Lisboa e Francisca Maria dos Santos. Deste enlace matrimonial nasceram sete filhos: Francisco José, Maria Constantina, Joaquina Maria, Tristão José, Francisca Maria, José Constantino e Clarimundo José.

Constantino e sua esposa Dona Ricarda possuíam bens na Capela de Santa Maria e em outras localidades da Província. Deram origem a um dos patrimônios mais importantes da região.

As estratégias adotadas por Constantino José promoveram a formação de um grande patrimônio fundiário. Ignorando-se o ano em que migrara para a região de Santa Maria, Constantino não montara o seu cabedal a partir do zero, e sim é muito possível que herança paterna que recebera por volta do ano de 1784 no valor de 183\$699 réis tenha auxiliado na construção do seu próprio patrimônio.

⁷⁹ 22/06/1763; Constantino; filho legítimo de Antônio José Pinto e de Felícia Maria de Oliveira; não consta; neto paterno de Sargento-mor da Colônia Manuel Pinto Santiago e de dona Luzia Escócia Rodrigues; neto materno de Antônio de Souza Fernando e de Apolônia de Oliveira, naturais de Oliveira de Azemeis, Bispado do Porto; Padrinhos: o Capitão de Dragões Antônio Pinto Carneiro; batizado pelo Padre Francisco de Lima Pinto, em casa por necessidade. Constantino José Pinto em 1784, ano da morte de seu pai, Antônio José Pinto, tinha 21 anos. Inventário *post-mortem*. Porto Alegre. Cartório da 1ª Vara de Família (ex-órfãos), M.08, N.110, A.1784, APERS – gentilmente cedido pelo historiador Fábio Kühn, APERS.

Tabela 14 - Especificação dos bens da herança de Antônio José Pinto (1784)

Nome- Filho	Bens herdados (1784)
Constantino José Pinto, casado com Ricarda Gomes dos Santos.	<ul style="list-style-type: none"> - Metade do valor dos Campos, 125\$000 - Haverá de seu irmão Antônio José, o valor de 1\$959 - 1 véstia de baetão, 3\$200 - Da venda de 18 mulas somente o valor de \$909 - 50 éguas xucras, 24\$000 - 6 crias de éguas xucras, \$960 - 1 cavalo pastor, 1\$000 - 1 burro hechor, 4\$000⁸⁰ - 1 burra, 2\$000 - 1 vaca mansa leiteira, 1\$200 - 16 vacas xucras, 16\$000 - 1 cria de vaca xucra, \$240 - 1 touro, 1\$000 - Deve repor ao seu irmão Desidério o valor de 1\$769, a fim de completar a sua legitima paterna. <p style="text-align: right;">Total: 183\$699</p>

Fonte: Inventário *post-mortem*. Porto Alegre. Cartório de: 1ª Vara de Família (ex-órfãos). M.8, N.110, A.1784, APERS.

Os dez irmãos de Constantino José receberam o mesmo valor de 183\$699 réis em suas legítimas paternas. E, como já vimos, de suas duas irmãs, fora deduzido o valor do dote na partilha que tinham por direito. Cabe salientar que entre os bens que receberam de herança de seu pai, Antônio José, houve diferenças na quantidade de animais, escravos nos bens de raiz. Por exemplo, Domiciana Maria, Theodora Clara e Antônio José, não receberam bens de raiz, somente animais e escravos. Porém, Constantino José, Desidério, Ana Felícia, Inácio, Joaquina Maria, Matilde, Felisberto e Maria receberam o mesmo valor 125\$000 cada um no potreiro, entretanto, a exceção de Constantino José, Inácio e Felisberto, os demais receberam escravos em suas legítimas. Quanto aos animais, todos receberam em proporções diferentes. Cabe salientar que nenhum herdeiro recebeu em sua legitima paterna dívidas à pagar, pois estas foram sanadas com a arrematação da metade da Estância localizada em Viamão, sendo que a outra metade, ficou com a viúva Dona Felícia Maria.

A herança recebida por Constantino José, pelo menos em termos quantitativos, não chega a ser expressiva se considerarmos o montante de seu patrimônio acumulado no momento de sua morte. O valor recebido no ano de 1784, de 183\$669 réis, representava apenas 0,1% comparando com o capital acumulado ao longo de sua vida, que foi totalizado em 193:448\$728 réis.

⁸⁰ O burro hechor, reprodutor usado na cruzada com as éguas, era garantia de que Constantino poderia produzir mulas. Note-se a valorização deste animal, que foi avaliado por um preço quatro vezes maior do que o cavalo pastor.

Passados 49 anos (1784-1833) desde a morte de seu pai até a morte de Constantino em 1833, notamos que seu capital aumentou em 105.324,7%. Provavelmente os privilégios advindos do capital simbólico e social de seu pai pesaram mais do que o material deixado por este no ano de 1784. As teias de relações conquistadas por seu pai, Antonio José Pinto, auxiliaram Constantino José ao recurso da mobilidade e a desbravar novos caminhos em outros locais da Província em busca de terra e assim, aumentar o patrimônio material da família. Para Sheila Faria a decisão de migrar e abandonar o lugar de origem e de escolher determinada região, no século XVIII se dava, por já estarem ali pessoas conhecidas. Não foi possível obter essa informação, devido a limitação da fonte trabalhada, no entanto, acreditamos que seja muito provável que os contatos da família Pinto extrapolavam as fronteiras de Viamão.

Seguindo este princípio Dora da Costa analisando as estratégias de herança da elite campineira demonstrou que era uma estratégia da família: “mandar os filhos varões para a fronteira aberta, dominada pela mata virgem, ainda a ser desbravada⁸¹”. Fabio Kühn revelou ainda que entre as estratégias adotadas pelos membros da elite colonial estava: “a apropriação privada da terra ou as corridas de gado, conseguiam multiplicar sua riqueza [...]”⁸². Provavelmente, Constantino, utilizou de muitas estratégias para conseguir acumular capital.

Em 1817, Constantino José Pinto requereu uma sesmaria na Capela de Santa Maria. Juntamente com outros tantos homens, fora um dos primeiros a requerer terras na nova fronteira agrária que se evidenciava. Na sua justificativa, ele diz ser morador da Freguesia da Cachoeira (Termo da Vila de Rio Pardo) e possuir um campo de sobras da Fazenda São Lourenço, comprado de Pedro de Oliveira, como mostra a escritura abaixo:

Digo eu Pedro de Oliveira e minha Mulher Maria Salome, que entre os mais bens que possuímos é bem assim umas sobras de campo da Fazenda de São Lourenço que foi do Capitão Antonio Gomes de Campos, cuja Fazenda [possuiu] o dito Capitão, e eu na mesma ocasião, recolhi os meus animais para esta Fazenda donde me estabeleci nela com casas e currais por me pertencer as sobreditas sobras como consta do requerimento e da

⁸¹ COSTA, Dora Isabel Paiva da. Estratégias de Herança nos Estratos Superiores da Elite Campineira e a Formação da Liderança de Família no Século XIX. In *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*, 2000, Porto Alegre. Anais das Primeiras Jornadas de História Regional Comparada. Porto Alegre: PUCRGS, 2000. v. CD-ROM. p.5.

⁸² KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira...*, 2006. p.209.

informação que deu o sobre dito Capitão desde a era de 1780 e até o presente, estive na posse e domínio do Rincão denominado Santa Bárbara como se pode ver o estabelecimento que estive formando e não continuei, por não saber as divisas verdadeiramente que só estas se podem saber medindo judicialmente e como o não posso fazer nem requerer pela grande distancia em que se acha a justiça e minhas posses, o não permitirem, o **vendi a Constantino José Pinto, pelo preço e quantia de duzentos e cinqüenta mil réis** que ao fazer disse **recebi cinqüenta e cinco mil e quinhentos e os mais fica restando para me dar em gado de criar na sua estância do que me passou a obrigação para ir receber logo que eu o procure** e ficando eu desonerado da despesa da medição, e alguma mais que for precisar em [atentas] lhe dou por este preço, e não segurando haver [comp.t.] certo de sobras mas sim houver o tenho vendido, de hoje para todo o sempre [...] Cachoeira 21 de maio de 1807⁸³.

Ao analisar as informações acima, percebe-se que Constantino José Pinto comprou a posse de terra pagando uma parte em dinheiro e outra em gado. O texto do documento passado por Pedro de Oliveira pode induzir a erro, mas o seu conteúdo parece indicar que Constantino já residia na região e possuía uma estância na época do documento (1807), na qual poderia pagar a seu credor assim que ele o procurasse – “logo que eu o procure”. Constantino tinha na época 41 anos, idade em que geralmente os estancieiros já estavam estabelecidos. No entanto, a sesmaria foi efetivamente obtida em 1817, por doação assinada pelo Governador da Capitania, o Marques de Alegrete⁸⁴.

Constantino faleceu em 1833, deixando sete filhos - três eram casados e quatro solteiros e menores de idade. Era senhor de muitas propriedades, um grande rebanho de gado e numerosos escravos.

Em seu inventário não consta a descrição detalhada de sua casa e dos bens móveis que nela continha, entretanto, era um criador de grande porte, possuía 17.652 cabeças de gado, distribuídos entre as propriedades localizadas na Vila de Cachoeira, no distrito da Capela de Santa Maria e em São Francisco de Borja, possuía também 52 escravos e outros bens, que somavam 193:448\$728 réis. Não possuía dívidas passivas.

Constantino José Pinto possuía uma chácara no local denominado Rincão da Serraria, local da moradia do casal e contava com meia légua de campo com uma casa coberta de telha⁸⁵. Na Vila de Cachoeira possuía ainda duas casas cobertas de

⁸³ Sesmaria, M.97, N.1178, Caixa 35, A.1817. AHRS. (grifos nossos).

⁸⁴ Trata-se do Marechal de Campo **Luiz Telles da Silva Caminha e Menezes (1775/1828)**, que governou a Capitania entre 1814 e 1818.

⁸⁵ Esse estabelecimento localizava-se no município de Cachoeira.

telha. Em Santa Maria tinha uma sesmaria de campo com três léguas de comprimento no Rincão de Santa Catarina, no Distrito de Pau Fincado, onde se achava instalado seu filho Francisco José Pinto. É possível que esta tenha sido a sesmaria que ele recebeu no ano de 1817, além de um rincão com duas léguas, ligada à sesmaria de campo e mais dois campos. Tudo isso totalizava três léguas. Em São Francisco de Borja possuía três campos com uma légua cada um e mais 2 léguas de campo localizado no Rincão da Cruz. E ainda meia sesmaria de campo na costa do rio Uruguai, em um local chamado Assunção. Em Porto Alegre era proprietário de quatro casas contínuas, situada no caminho novo⁸⁶.

No entanto, não sabemos a data da compra de cada área de campo. A informação constante no inventário atesta que Constantino adquiriu o restante de suas terras por compra. Conforme Farinatti: “a posse de casas na vila ou de chácaras suburbanas era uma exigência para aquelas famílias que desejavam se tornar ‘as principais’ do lugar e exercer cargos militares, políticos e administrativos de relevo⁸⁷”. Esse foi o caso da família Pinto, afinal o patrimônio acumulado por Constantino José e o crédito adquirido devem ter sido essenciais para que as futuras gerações adquirissem colocações e alianças importantes dentro desta sociedade de *status*. Por exemplo, dois de seus filhos conseguiram angariar postos militares, seu neto formou-se médico e entrou para a política, como veremos mais adiante.

Todas as propriedades adquiridas ao longo da trajetória de Constantino José Pinto permitem constatar a riqueza que esse indivíduo acumulou. Ele fora um exemplo de grande poder econômico na região. Esta afirmativa adquire maior importância ao detectar que poucos foram os que como ele, conseguiu acumular importante fortuna na região. Percebe-se, através da análise deste caso o nível de influência que os seus filhos possivelmente conquistaram;

Os bens de raiz que representavam não só capital material, mas também simbólico, visto que deles decorriam o prestígio do nome de família. como

⁸⁶ Dados retirados do Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório: Órfãos e Ausentes, M.5, N 82 A.1834, APERS. O Caminho Novo foi uma das primeiras vias da Capital da Província, sendo o nome mudado em 1870 para Voluntários da Pátria. **Este caminho onde se localizavam estas casas de Constantino foi descrito pelo viajante** Nicolau Dreys, em 1839, como “bordado de ricas chácaras, de jardins aparatosos, abundantes de flores e de frutos”. DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1961; FRANCO, Sérgio da Costa. *Guia Histórico de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS)/Prefeitura Municipal, 1992.

⁸⁷ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Os confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária...*, 2007.

acrescenta Fabio Kühn “a aquisição de terras, seja por compra ou concessões régias, deve ser entendida não exclusivamente do ponto de vista econômico, mas sim enquanto estratégia de prestígio, componente fundamental em sociedade de Antigo Regime⁸⁸”. No quadro abaixo observamos a composição do patrimônio de Constantino José Pinto, estava distribuído, sobretudo, entre bens de raiz 41%, animais 36% e escravos 9%.

Para termos uma idéia do nível de fortuna de Constantino, é bom destacarmos que o monte mor atingiu a cifra de 193:448\$728 réis, e, em libras seria o equivalente a 31.145,24 libras. A viúva ficou com 96:724\$364 réis, o equivalente a 15.572,62 libras e cada herdeiro, 13:817\$766 réis, ou seja, 2.224,66 libras. Se compararmos com o valor do patrimônio que seu pai Antônio José Pinto, acumulou até o momento de sua morte no ano de 1784 (5:910\$740), podemos dizer que Constantino foi um homem bem sucedido.

Tabela 15 - Especificação do patrimônio de Constantino José Pinto (1834)

Especificação dos bens	Quantidade/ extensão	Valores em réis	%
Bens de Raiz		79:100\$000	41%
Chácara na Vila de Cachoeira	½ léguas de campo	5:000\$000	
casa na Vila de Cachoeira	1 casa	1:400\$000	
Terreno com casa na Vila de Cachoeira	1 terreno e 1 casa	500\$000	
1 sesmaria de Campo – Estância Santa Catharina - no Distrito de Santa Maria	3 léguas de comprimento e 1 léguas de largura	26:000\$000	
1 rincão em forma de Potreiro – no Distrito de Santa Maria	2 léguas de comprimento e ¾ de léguas de largura	4:000\$000	
1 campo – no Distrito de Santa Maria	2 léguas de comprimento	8:000\$000	
1 campo – no Distrito de Santa Maria	1 léguas de comprimento e ½ léguas de largura	2:000\$000	
1 sesmaria de campo – no Rincão da Cruz – no Termo de São Borja	3 léguas de comprimento e 1 léguas de largura	6:400\$000	
1 sobra de campo – no Rincão da Cruz – no Termo de São Borja	3 léguas de comprimento e 1 léguas de largura	6:400\$000	
1 sesmaria – no Rincão de Santa Maria – no Termo de São Borja	3 léguas de comprimento e 1 léguas de largura	6:400\$000	
1 sobra de sesmaria – no Termo de São Borja	2 léguas de comprimento	4:200\$000	

Continua

⁸⁸ KÜHN, Fabio. *Gente da Fronteira...*, 2006. p.320.

Continuação

½ sesmaria de campo na costa do Rio Uruguai – Termo de São Borja		1:600\$000	
Casas em Porto Alegre	4 casas contínuas	7:200\$000	
Escravos	51	17:400\$000	9%
Animais		70:025\$600	36%
Vacuns	19.463	63:415\$000	
Cavalares	1.388	5:453\$600	
Muare	175	1:712\$400	
Ovinos	241	144\$600	
Dinheiro		11:200\$000	6%
Venda da produção de novilhos das estâncias		11:200\$000	
Moeda - Prata		7:200\$000	4%
Dívidas Ativas (crédito)		7:823\$128	4%
Total Monte Mor		193:448\$728	100%

Fonte: inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório de: Órfãos e Ausentes. M.5 N.82 A.1834, APERS

Conforme se pode verificar no inventário do senhor Constantino José que até o momento de sua morte, este mantivera sua atividade econômica ativa. A viúva, Dona Ricarda Gomes dos Santos, declarou que havia ficado: “em moeda de prata a quantia de 7:200\$000 e da produção dos novilhos que vendera das Estâncias da safra passada obteve a quantia de 11:200\$000⁸⁹”. Pode-se dizer que uma das atividades econômica da família Pinto, nesse período, fora a venda de gado provavelmente para as charqueadas.

Apresentamos no quadro abaixo a distribuição dos escravos de Constantino José Pinto, segundo sexo e de acordo com seis faixas etárias. Com base neste inventário, verificamos que Constantino possuía 51 cativos no ano de 1834, sendo 27 homens (53%) e 24 mulheres (47%). Entre os cativos arrolados no inventário, observa-se o predomínio daqueles com idades entre 15 e 35 anos: 33% dos homens e 38% das mulheres.

Tabela 16 - Distribuição dos escravos segundo sexo e faixa etária

Faixa etária	Homens	%	Mulheres	%
Menor de 10 anos	3	11	6	25
10-14 anos	5	19	5	21
15-35 anos	9	33	9	38
36-45 anos	2	7	2	8
46-59 anos	3	11	2	8
60 ou mais	5	19	-	-
Total	27	100	24	100

Fonte: inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório de: Órfãos e Ausentes. M.5. N.82 A.1834, APERS.

⁸⁹ Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório: Órfãos e Ausentes, M.5, N 82 A.1834, APERS.

Levando em conta ainda a faixa etária dos cativos pode-se verificar que entre os 51 cativos descritos no inventário somente 18 concentravam-se na faixa de idade dos 15-35 anos considerada pela historiográfica como a de maior vigor físico e aptidão profissional. E é nesta faixa de idade que os escravos possuem o maior valor. No caso do inventário de Constantino percebe-se que nesta faixa também eram os que tinham maior valor, somando-os totalizava-se 8:470\$000 réis, ou seja, representavam 47% do valor total dos escravos inventariados. Observa-se que na faixa 15-35 anos as mulheres possuíam um valor maior (4:250\$000), enquanto os homens 3:950\$00.

Tabela 17 - Plantel de escravos de Constantino José Pinto (1834)

Nome	Idade	Cor	Origem	Valor	Dados
Francisco	60	-	Da Costa	200\$000	
João	60	-	-	50\$000	Doente
Francisco	30	-	-	200\$000	Enfermo
Leandro	21	Pardo	-	600\$000	
Gracio	18	-	Da Costa	450\$000	
Marçal	14	-	Da Costa	450\$000	
Manoel	10	Pardo	-	350\$000	
Cristino	60	-	Crioulo	350\$000	
Tiburcio	8	-	Crioulo	300\$000	Filho da escrava Ignacia
Reginaldo	7	-	Crioulo	300\$000	
Bazilio	1 ano e meio	-	Crioulo	100\$000	
José	60	-	-	500\$000	Oficial do ofício de Carpinteiro
Domingos	60	-	Da Costa	200\$000	
Sabino	34	-	Da Costa	500\$000	
Maria	56	-	Crioula	150\$000	
Sebastiana	52	Parda	-	300\$000	
Nazaria	44	-	Crioula	300\$000	
Ana	40	Mulata	-	400\$000	
Ignacia	28	-	Crioula	400\$000	
Rufina	18	Mulata	-	600\$000	
Luzia	18	-	Da Costa	500\$000	
Joana	13	Mulata	-	350\$000	
Quitéria	5	-	Crioula	200\$000	
Manoela	15	-	Crioula	400\$000	
Magdalena	1 ano e meio	Mulata	-	150\$000	
Maria	20	-	Da Costa	400\$000	
Rita	4 meses	-	-	50\$000	Filha da escrava Maria
Cezilia	12	-	-	300\$000	
Maria	19	Mulata	-	600\$000	
Efigenia	10	Mulata	-	250\$000	
Marta	31	-	Crioula	250\$000	
Catharina	11	-	Crioula	300\$000	
Vitória	9	-	Crioula	150\$000	
Ângela	7	-	-	200\$000	
Euzébia	8	-	-	250\$000	
Balbina	15	Parda	-	600\$000	

Continua

Continuação					
Gregório	10	-	-	250\$000	
Andreza	10	-	-	300\$000	
Izabel	20	-	Da Costa	500\$000	
Ignacio	43	-	Crioulo	800\$000	Campeiro
David	26	Pardo	-	600\$000	Campeiro
Thomé	25	-	Da Costa	400\$000	
Geronimo	12	-	Crioulo	300\$000	Do serviço da estância
Lourenço	18	-	Da Costa	400\$000	Do serviço da estância
Francisco	43	-	Crioulo	400\$000	Do serviço da estância
Ilário	14	-	Da Costa	400\$000	
Pedro	20	-	Da Costa	400\$000	
Antonio Dias	50	-	-	200\$000	
Felippe	50	-	-	200\$000	
Felix	27	-	-	400\$000	
Antonio	50	-	-	200\$000	
Total				17:400\$000	

Fonte: inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório de: Órfãos e Ausentes. M.5 N.82 A.1834, APERS

Foi possível ainda verificar que os nove escravos homens na faixa etária de 15 – 35 anos possuíam um valor médio de 438\$888 réis. Entre estes, o pardo David, avaliado por 600\$000 réis. Neste caso, o elevado preço devia-se, certamente, a sua ocupação como campeão. Enquanto os cinco escravos homens na faixa etária acima de 60 anos possuíam um valor médio de 260\$000, porém verificou-se que apenas um escravo nesta faixa foi avaliado acima da média, no valor 500\$000, isso provavelmente deve-se ao dito escravo possuir um ofício de carpinteiro, o que o tornava mais valorizado.

Não foi possível verificar para todos os cativos do senhor Constantino em que atividades se dedicavam, no entanto, acreditamos que a grande maioria dos escravos exercia atividades ligadas ao mundo rural.

Quando Dona Ricarda Gomes dos Santos faleceu, no ano de 1852, Santa Maria da Boca do Monte era Paróquia, desde 1837, ou seja, já haviam passado 15 anos. Esta deixara um patrimônio no valor de 106:353\$410 réis, que novamente fora repartido entre os sete herdeiros. Tal divisão levou a ampliação do patrimônio de seus filhos, uma vez que cada herdeiro teria recebido o valor de 14:479\$058 réis.

Embora não esteja tratando de uma sociedade nos moldes coloniais, acredita-se que seus traços não podem ser ignorados, tendo permanecido além dos marcos temporais que estabeleceram o fim de uma época e início de outra. Como ensinava Carlo Ginzburg no prefácio de o “Queijo e os Vermes” afinal “a cultura existe para

além do gesto que a elimina”⁹⁰. A permanência de elementos de prestígio, embora ancorados na materialidade do patrimônio adquirido, em geral apresentava-se revestido de uma aura de imaterialidade, transmitida através de crenças, hábitos, costumes. Esta considerável fortuna, no sentido lato, fora legado aos seus sete filhos.

Dora da Costa mencionou em seu trabalho que, a maioria dos casamentos, eram realizados por regime de comunhão de bens e para isso basta observar as partilha dos inventários nas quais: “a presença da figural legal da meeira ou do meeiro sobrevivente, configurava a comunhão de bens”⁹¹. Tal situação também é observada nos inventários que selecionamos para analisar. Dona Ricarda foi meeira de seu falecido marido senhor Constantino José Pinto. Esta faleceu no ano de 1852, deixando um capital no valor de 106:353\$410 réis, que seria novamente dividido entre os sete filhos. No quadro abaixo especificamos o patrimônio de Dona Ricarda, buscando demonstrar em percentuais o peso de cada bem material que ela possuía:

Tabela 18 - Especificação do patrimônio de Ricarda Gomes dos Santos (1852)

Especificação dos bens	Quantidade/ extensão	Valores em réis	%
Bens de Raiz		51:800\$000	48,8%
Campo no Pau Fincado – Paróquia de Santa Maria	7 léguas pouco mais ou menos	35:000\$000	
1 morada de casas coberta com telha, forrada e assoalhada, com paredes de pedra – no Campo descrito acima – Pau Fincado – na Fazenda Pinheiro - Paróquia de Santa Maria		1:400\$000	
Campo no Rincão da Cria	½ légua	1:000\$000	
1 morada de casas – em Cachoeira		1:300\$000	
1 terreno ao lado da casa – em Cachoeira		100\$000	
1 chácara em Cachoeira		5:000\$000	
Casas em Porto Alegre	4 casas	8:000\$000	
Escravos	11	3:776\$000	3,5%
Animais		18:807\$000	17,7%
Vacuns	3.564	17:910\$000	
Cavalares	330	820\$000	
Muare	77	77\$000	
Móveis		86\$000	0,1%
Dívidas Ativas (crédito)		31:872\$410	29,9%
Total Monte Mor		106:353\$410	100%
Terça (doação)		5:000\$000	
Total Monte Mor		101:353\$410	

Fonte: inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório de: Órfãos e Ausentes. M.9, N.162, A.1852, APERS

⁹⁰ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.p.16.

⁹¹ COSTA, Dora Isabel Paiva da. *Estratégias de Herança nos Estratos Superiores da Elite Campineira ...*, 2000. p.7.

Observa-se no inventário de Ricarda Gomes dos Santos, que a terra continuava representando a maior parte do seu capital, seguido de dívidas ativas 30%, animais 28% e escravos 4%. Era comum constar no inventário a lista com os nomes e valores das dívidas que o inventariado teria a receber. Segundo Dora da Costa: “[...] o controlador do fundo patrimonial comum do casal, torna-se credor dos empreendimentos da prole [...]”. Porém, é notável o percentual que as dívidas ativas ocupam no patrimônio de Dona Ricarda 30%. Partimos, então, a verificar quem devia para Dona Ricarda. Das sete dívidas ativas declaradas no inventário, quatro pertenciam aos filhos herdeiros, e três aos genros, também favorecidos na herança. O montante de 31:872\$410 réis descrito como dívidas ativas, já estava nas mãos dos herdeiros, isso representa uma forma de antecipação de legítimas as quais atingiam cerca de 30% do capital partível. O fato dos herdeiros poderem contar com o auxílio do capital material da família, indica que estes tinham a possibilidade de manter, zelar e até mesmo ampliar o patrimônio de sua nova família.

No entanto, não temos possibilidade de recuperar, por ausência de fontes adequadas, o que foi feito por cada herdeiro da soma de dinheiro que recebeu antecipadamente. Porém, podemos afirmar que todos os filhos listados no inventário possuíam seu próprio domicílio e propriedade.

O estudo específico da trajetória da família Pinto nos permitirá investigar as estratégias desenvolvidas por uma família em mais de uma geração, incluindo os aspectos relativos a antecipação de herança e, sobretudo, a sucessão familiar. Esta família possui características pertinentes para o estudo da “interseção do ciclo de vida de alguns membros da prole com o ciclo de desenvolvimento da família⁹²”.

No caso desta segunda geração da família Pinto (Constantino e Ricarda) pode-se observar a composição patrimonial que os filhos receberam em suas legítimas a partir dos inventários de seus pais, que foram realizados em diferentes períodos do século XIX, 1834 e 1852 respectivamente. Mais do que isso, permitirá também verificar as estratégias de investimento deste capital. Onde estavam imobilizadas a manutenção da família escrava, as formas de controle senhorial e a valorização da posse da terra.

Percebe-se a partir dos inventários deste casal que seus sete filhos, quando da morte de sua mãe (Ricarda), todos eram adultos e emancipados. Uma de suas

⁹² COSTA, Dora Isabel Paiva da. *Estratégias de Herança nos Estratos Superiores da Elite Campineira ...*, 2000. p.3.

filhas, Dona Francisca Maria de Oliveira, já tinha falecido, deixando como seus herdeiros, os quatro filhos: Egidio, Tristão, Ricardo e Lino, que receberam a sua legítima materna.

A fim de analisar a transmissão dos bens desta segunda geração (Constantino e Ricarda) elaboramos um quadro com a composição dos bens recebidos pelos herdeiros em suas legítimas paterna e materna:

Tabela 19 - Bens legados por Constantino José Pinto (1833) e Ricarda Gomes dos Santos (1852) aos filhos.

Nome	Bens legados de Constantino (1834)	Bens legados de Ricarda (1852)
<p>1. Francisco José Pinto, já era casado com Joaquina Pereira da Natividade em 1834. – Francisco faleceu em 20 de outubro de 1857, na Fazenda da Cria.</p>	<p>No campo de Santa Catharina, somente a quantia de 8:000\$000; 1 escravo, Pedro, 400\$000 1 escravo, Gregório, 250\$000 1 escravo, Noé , 250\$000 1 escrava, Andreza, 300\$000 Animais 1:453 reses, 4:359\$000 Em dinheiro: 1\$624 para completar sua legítima e ainda o valor de 57\$142 do escravo falecido Gregório. Total: 13:817\$766</p>	<p>-A quantia de 2:000\$000 referente a uma dívida com a mãe, D. Ricarda Gomes dos Santos -Nas casas da Vila da Cachoeira, a quantia de 1:300\$000 - 1 terreno imediato as mesmas casas, com frente à praça na Vila da Cachoeira, 100\$000 -No campo de Santa Catharina somente a quantia de 5:000\$000 1 escravo, Thomé, 450\$000 1 escrava, Luzia, 450\$000 -Animais: 980 reses de criar, 4:930\$ 60 éguas de potro, 60\$000 10 cavalos mansos, 80\$000 11 burros, 11\$000 - Móveis: 1 dúzia de cadeiras, com assento de palinha, 50\$000 2 aparadores, 20\$000 2 mesas pequenas, 16\$000 1 armário grande, 12\$000 -Valor para completar sua legítima materna de \$058. Total: 14:479\$058</p>
<p>2. D. Maria Constantina de Oliveira, já era casada com Joaquim Correia de Oliveira em 1834.</p>	<p>-No Campo do São João no Rincão da Cruz, casas e benfeitorias, somente a quantia de 4:266\$666 -Nas casas de chão na rua Santo Antonio desta Vila de Cachoeira, a quantia de 500\$000 - 1 escrava, Martha, 250\$000 - 1 escrava, Balbina, 600\$000 - 1 escrava, Vitória, 150\$000 - 1 escrava, Euzébia, 250\$000 - 1 escrava, Ângela, 200\$000 - 1 escrava, Catharina, 300\$000 -Animais: 1.050 reses de criar, 3:150\$000 953 reses de criar, 3:043\$000</p>	<p>A quantia de 8:623\$160 referente a uma dívida com a mãe, D. Ricarda Gomes dos Santos -A importância na chácara desta Vila, na quantia de 5:000\$000 -1 escravo, Garcia, 600\$000 -1 escravo, Francisco, 170\$000 Animais: 17 reses de criar, 85\$000 -Valor para completar sua legítima materna de \$048. Total: 14:479\$058</p>

	<p>30 novilhos, 180\$000 30 novilhos, 240\$000 6 cavalos de primeiro porte, 60\$000 18 cavalos, 126\$000 10 mulas, 100\$000 1 burro hechor, 12\$800 2 bois mansos, 12\$800 2 bois mansos, 20\$000 40 éguas, 160\$000 40 éguas, 80\$000 6 potros, 18\$000 3 redomões, 15\$000 Para completar sua legitima e ainda o valor de 57\$142 do escravo falecido Gregório. Em dinheiro, 29\$358 Total: 13:817\$766</p>	
<p>3. D. Joaquina Maria de Oliveira, já era casada com Olivério Antonio de Athayde em 1834. - o Capitão Olivério Antonio de Athayde faleceu em 7 de junho de 1893 e Dona Joaquina Maria de Oliveira, faleceu em 10 de junho de 1896.</p>	<p>-No Campo do São João no Rincão da Cruz, casas e benfeitorias, somente a quantia de 4:266\$666 - 1 escrava, Maria, 600\$000 - 1 escrava, Maria, 400\$000 - 1 escrava, Cecília, 300\$000 - 1 escrava, Eugenia, 250\$000 -Animais: 1.050 reses de criar, 3:150\$000 950 reses, 3:040\$000 50 novilhos de corte, 300\$000 50 novilhos, 400\$000 6 cavalos de primeiro porte, 60\$000 18 cavalos, 126\$000 10 mulas, 100\$000 1 burro eixor, 12\$800 6 bois mansos, 38\$400 2 bois mansos, 20\$000 40 éguas, 160\$000 40 éguas, 80\$000 8 potros, 32\$000 6 capões, 18\$000 3 redomões, 15\$000 Para completar sua legitima e ainda o valor de 57\$142 do escravo falecido Gregório. Em dinheiro, 391\$758 Total: 13:817\$766</p>	<p>-Pagamento da terça que D. Ricarda Gomes dos Santos lhe dera por doação: 1 légua de campo que compreenderá o Rincão denominado Luis Marques na forma de escritura publica de doação que lhe foi feita na terça [...] junto a estes autos a folhas 33, na quantia de 5:000\$0000 -A quantia de 13:077\$000 referente a uma dívida com a mãe, D. Ricarda Gomes dos Santos -Nas casas em Porto Alegre, somente a quantia de 1:300\$000 -Animais: 10 cavalos, 80\$000 11 burros, 11\$0000 11 éguas, 11\$000 -Valor para completar sua legitima materna de \$058. Total: 14:479\$058 Mais 5:000\$000 (doação), total de: 19:479\$058</p>
<p>4. Coronel Tristão José Pinto, tinha 21 anos em 1834. No inventário de sua mãe em 1852 aparece como casado com Maria da Glória Barreto de Albuquerque. Alcançou a patente de Coronel, lutou na guerra do Paraguai. Faleceu em 12 de julho de 1868 à serviço da Nação na República do Paraguai.</p>	<p>-No Campo do São João no Rincão da Cruz, casas e benfeitorias, somente a quantia de 4:266\$666 - 1 escravo, David, 600\$000 - 1 escravo, Luiz, 400\$000 - 1 escravo, Reginaldo, 300\$000 -Animais: 1.050 reses de criar, 3:150\$000 950 reses, 3:040\$000 50 novilhos de corte, 300\$000 50 novilhos, 400\$000 6 cavalos de primeiro porte, 60\$000 18 cavalos, 126\$000 10 mulas, 100\$000 1 burro eixor, 12\$800</p>	<p>A quantia de 4:112\$980 referente a uma dívida com a mãe, D. Ricarda Gomes dos Santos. -A importância do Campo no Rincão da Cria, somente a quantia de 6:000\$000. - A importância nas casas da Cidade de Porto Alegre, somente a quantia de 1:000\$000. -Animais: 482 reses de criar, 2:480\$000 10 bois mansos, 140\$000 6 cavalos mansos, 48\$000 9 éguas, 9\$000 9 burras, 9\$000</p>

	<p>6 bois mansos, 38\$400 2 bois mansos, 20\$000 40 éguas, 160\$000 40 éguas, 80\$000 6 potros, 24\$000 6 capões, 18\$000 3 redomões, 15\$000 Para completar sua legitima e ainda o valor de 57\$142 do escravo falecido Gregório. Em dinheiro, 649\$758 Total: 13:817\$766</p>	<p>1 escravo, Antonio, 600\$000 1 escravo velho, José, 150\$000 Valor para completar sua legitima materna de \$058. Total: 14:479\$058</p>
<p>5. D. Francisca Maria de Oliveira, tinha 18 anos em 1834. No inventário de sua mãe no ano de 1852 consta a informação que fora casada com Manoel de Almeida Barboza e que ela já tinha falecido, deixando quatro filhos menores.</p>	<p>-No Campo de Santa Maria no Rincão da Cruz, somente a quantia de 3:888\$888 - 1 escravo, Manoela, 400\$000 - 1 escrava, Joana, 350\$000 - 1 escrava, Quitéria, 200\$000 - 1 escravo, Ilário, 400\$000 -Animais: 1.050 reses de criar, 3:150\$000 950 reses, 3:040\$000 50 novilhos de corte, 300\$000 50 novilhos, 400\$000 6 cavalos de primeiro porte, 60\$000 18 cavalos, 126\$000 10 mulas, 100\$000 1 burro eixor, 12\$800 6 bois mansos, 38\$400 2 bois mansos, 20\$000 40 éguas, 160\$000 40 éguas, 80\$000 8 potros, 32\$000 6 capões, 18\$000 3 redomões, 15\$000 Para completar sua legitima e ainda o valor de 57\$142 do escravo falecido Gregório. Em dinheiro, 969\$536 Total: 13:817\$766</p>	<p>Pagamento ao herdeiro neto Egidio de sua legitima. A quantia de 667\$067 referente a uma dívida que devem seus pais a herança. -No Campo da Tapera, somente a quantia de 1:500\$000 -No Campo do Rincão da Cruz, somente a quantia de 83\$250 -Animais: 153 reses de criar, 765\$000 22 éguas de potro, 22\$000 6 cavalos mansos, 48\$000 8 burros, 8\$000 - No lance de casas de Porto Alegre a quantia de 526\$851, mais a quantia de \$404 de repôs o herdeiro Tristão. Total: 3:620\$472</p> <p>Pagamento ao herdeiro neto Tristão de sua legitima. A quantia de 667\$067 referente a uma dívida que devem seus pais a herança. - No Campo da Tapera, somente a quantia de 1:500\$000 - No Campo do Rincão da Cruz, somente a quantia de 83\$250 - No lance da casa de Porto Alegre, somente a quantia de 526\$851 - Animais: 153 reses de criar, 765\$000 22 éguas de potro, 22\$000 6 cavalos mansos, 48\$000 8 burras, 8\$000 Mais a quantia de \$802 de repôs o herdeiro Lino. Total: 3:619\$764</p> <p>Pagamento ao herdeiro neto Ricardo de sua legitima. A quantia de 667\$067 referente a uma dívida que devem seus pais a herança - No Campo da Tapera, somente a quantia de 1:500\$000 - No Campo do Rincão da Cruz,</p>

		<p>somente a quantia de 83\$250</p> <ul style="list-style-type: none"> - No lance de casas de Porto Alegre, somente a quantia de 419\$447 - 1 escrava crioula, Joana, 200\$000 <p>-Animais: 150 reses de criar, 750\$000</p> <p style="text-align: right;">Total: 3:619\$764</p> <p>Pagamento ao herdeiro neto Lino de sua legitima. A quantia de 667\$067 referente a uma dívida que devem seus pais a herança</p> <ul style="list-style-type: none"> -No Campo da Tapera, somente a quantia de 1:500\$000 -No Campo do Rincão da Cruz, somente a quantia de 83\$250 -No lance de casas de Porto Alegre, somente a quantia de 526\$851 <p>-Animais: 153 reses de criar, 765\$000 21 éguas de potro, 21\$000 6 cavalos mansos, 48\$000 8 burros, 8\$000</p> <p>Mais a quantia de \$208 de repôs aos herdeiros: Dona Maria, \$092; Dona Joaquina, \$058; Clarimundo, \$058.</p> <p style="text-align: right;">Total: 3:619\$764</p>
<p>6. José Constantino Pinto tinha 16 anos no ano de 1834. No inventário de sua mãe aparece casado com Dominciana Oliveira Pinto de Moraes.</p> <p>- José Constantino fez testamento em 06 de abril de 1863, deixando sua esposa como sua herdeira universal (n.98 m.3 ano 1890, Cartório Provedoria, APERS). Faleceu no ano 1890.</p>	<ul style="list-style-type: none"> -No Campo de Santa Maria no Rincão da Cruz, somente a quantia de 3:888\$888 - 1 escravo, Marçal, 450\$000 - 1 escravo, Lourenço, 400\$000 - 1 escravo, Manoel, 350\$000 <p>-Animais: 1.050 reses de criar, 3:150\$000 950 reses, 3:040\$000 50 novilhos de corte, 300\$000 50 novilhos, 400\$000 6 cavalos de primeiro porte, 60\$000 18 cavalos, 126\$000 10 mulas, 100\$000 1 burro eixor, 12\$800 2 bois mansos, 12\$800 2 bois mansos, 20\$000 40 éguas, 160\$000 40 éguas, 80\$000 6 potros, 28\$000 6 capões, 18\$000 3 redomões, 15\$000</p> <p>Para completar sua legitima e ainda o valor de 57\$142 do escravo falecido Gregório. Em dinheiro, 1:149\$136</p> <p style="text-align: right;">Total: 13:817\$766</p>	<p>A quantia de 552\$000 referente a uma dívida com a mãe, D. Ricarda Gomes dos Santos</p> <ul style="list-style-type: none"> -As casas na Fazenda Pinheiro, na quantia de 1:400\$000 -No campo da Fazenda Pinheiro, somente a quantia de 7:000\$000 -No campo do Rincão da Cruz, somente a quantia de 334\$000 - No lance de casas em Porto Alegre, somente a quantia de 1:000\$000 <ul style="list-style-type: none"> - 1 escravo, Affonso, pardo, 400\$000 - 1 escravo, Francisco, crioulo, 150\$000 <p>-Animais: 65 éguas, 65\$000 6 cavalos mansos, 48\$000 11 burros, 11\$000 704 reses de criar, 3:530\$000</p> <p>-Valor para completar sua legitima materna de \$058.</p> <p style="text-align: right;">Total: 14:479\$058</p>
<p>7. Clarimundo José Pinto tinha 14 anos em 1834. No</p>	<ul style="list-style-type: none"> -No campo da Capela de Santa Maria, no Rincão da Cruz, somente a quantia 	<p>-A quantia de 839\$000 referente a uma dívida com a mãe, D. Ricarda</p>

<p>inventário de sua mãe em 1852 aparece casado com Maria Helena da Fontoura Pinto. - Clarimundo chegou a patente de Capitão. Lutou na guerra do Paraguai. Morreu em 22 de novembro de 1865 durante o cerco a Uruguaiana.</p>	<p>de 3:888\$883 -Escravos: 1. Jerônimo, 300\$000 2. Tiburcio, 300\$000 3. Bazilio, 100\$000 -Animais: 1.050 reses, 3:150\$000 950 reses, 3:040\$000 50 novilhos, 300\$000 50 novilhos, 400\$000 6 cavalos, 60\$000 18 cavalos, 126\$000 10 mulas, 100\$000 1 burrico, 12\$800 2 bois mansos, 20\$000 40 éguas, 160\$000 40 éguas, 80\$000 7 potros, 28\$000 6 potros, 18\$000 3 redomões, 15\$000 -Para completar sua legitima e ainda o valor de 57\$142 do escravo falecido Gregório. Total: 13:817\$766</p>	<p>Gomes dos Santos -No campo do distrito do Pau Fincado, na Capela de Santa Maria, somente a quantia de 6:000\$000 -A importância do campo do Rincão da Cruz, na Capela de Santa Maria, somente a quantia de 333\$000 -Nas casas de Porto Alegre a quantia de 2:700\$000 1 escrava, Rufina, parda, 256\$000 -Animais: 756 reses de criar, 3:780\$000 50 éguas, 50\$000 20 cavalos mansos, 160\$000 11 burros, 11\$000 - Valor para completar sua legitima materna de \$058. Total: 14:479\$058</p>
---	--	--

Fonte: inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório de: Órfãos e Ausentes. M.5 N.82 A.1834; inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório de: Órfãos e Ausentes. M.9, N.162, A.1852, APERS.

Analisando primeiramente a partilha realizada no inventário de Constantino José no ano de 1834, verifica-se que estas foram bastante específicas e equilibradas na distribuição dos bens: terra, escravos e animais a cada herdeiro. Com relação às propriedades como já foi observado este era a parte do capital mais importante (41%) do inventariado⁹³. Na análise realizada por Graciela Garcia para o município de Alegrete utilizando os inventários da década de 1830 e de 1870, observou que a participação dos bens de raiz no patrimônio dos inventariados era de 28% e no período de 1835 a 1839, e de 25%. Assim, a autora conclui que houve um equilíbrio apesar do início da guerra dos Farrapos em 1835⁹⁴.

As terras arroladas no inventário de Constantino, em sua maioria foram divididas em partes iguais entre os herdeiros, com exceção de Francisco José Pinto que recebeu em sua partilha o maior valor em terras 8:000\$000 réis na Fazenda Pinheiro, localizada na Capela de Santa Maria. A Fazenda Pinheiros foi avaliada por 26:000\$000 réis, sendo parte dela foi herdada por Francisco José (8:000\$000 réis) e

⁹³ Sabemos das possíveis disparidades no mercado fundiário regional, mas infelizmente não possuímos uma pesquisa sobre o preço das terras na vila de Cachoeira do Sul, nos oitocentos. Portanto, mesmo que este inventário se refira a algumas propriedades localizadas naquela vila, consideraremos como preços de referência os que levantamos a partir dos inventários de Santa Maria, no mesmo período.

⁹⁴ GARCIA, Graciela. *O domínio da terra...*, 2005. pp.24-25.

o restante, equivalente a 18:000\$000 réis permaneceu com a viúva e mãe Dona Ricarda em sua meação.

Consta ainda no inventário de seu pai que este já se achava estabelecido nesta Fazenda, antes de 1834, ano do falecimento de Constantino, e como Francisco já era casado é muito provável que estava estabelecido com sua mulher e filhos. Conforme Farinatti: “quando os patrimônios eram compostos por mais de uma propriedade, de forma, descontínua, aconteciam acordos sobre algumas áreas de campo, mas as outras eram divididas em partes iguais⁹⁵”. No inventário de Constantino José, a Fazenda Pinheiros foi avaliada por 26:000\$000 réis, sendo parte dela foi herdada por Francisco José (8:000\$000 réis) e o restante, equivalente a 18:000\$000 réis permaneceu com a viúva e mãe Dona Ricarda em sua meação.

Farinatti analisando as sucessões hereditárias nos inventários *post-mortem* do município de Alegrete (1825-1865) também observou que havia acordos entre os herdeiros em que alguns legassem uma porção maior de terras em algumas das propriedades do espólio, em geral propriedades onde esses herdeiros já tinham arranchamentos. No entanto, autor salienta que verificou na maior parte das partilhas a forma de transmissão em “partes ideais, representada por uma fração do valor da terra. Mesmo no caso em que constavam extensões, não havia discriminação de limites exatos sobre onde começavam e terminavam as terras herdadas por eles⁹⁶”.

Quanto a distribuição entre os herdeiros dos escravos, verifica-se que foi equilibrada entre os herdeiros, com exceção do herdeiro mais novo, Clarimundo José, de 14 anos, que recebeu em sua legítima três escravos, todos menores de idade Tiburcio (8 anos), Jerônimo (12 anos) e Bazilio (1 ano e meio). Enquanto, a maioria dos herdeiros recebeu em suas legítimas escravos com diversas idades, mas, sobretudo, idades de alta produção. Com o mesmo equilíbrio foi distribuído entre os herdeiros os animais.

Com relação a partilha realizada no inventário de Dona Ricarda Gomes dos Santos no ano de 1852, percebe-se também que houve doação da terça para uma herdeira, no valor de 5:000\$000 referente a uma légua de campo. Assim, esse valor deveria ser deduzido do total do inventário de Ricarda e posteriormente foi dividido

⁹⁵ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária...*, 2007. p.259.

⁹⁶ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária...*, 2007. p.259.

entre os sete filhos. Cabe salientar que essa doação não foi deduzida da legitima da herdeira, Joaquina Maria de Oliveira. Como podemos observar através da escritura de doação em anexo ao inventário de Ricarda Gomes dos Santos:

Escritura pública de doação de uma légua de campo que foi de Dona Ricarda Gomes dos Santos a sua filha Dona Joaquina Maria de Oliveira, casada com Olivério Antonio de Athayde, como abaixo se declara. [...] 16 de fevereiro de 1852 no Distrito desta Vila de Cachoeira [...] Sou dona e possuidora da Fazenda denominada Pinheiros sito no Distrito de Santa Maria da Boca do Monte com sete léguas de campo e das quais uma légua por sua própria vontade doava a sua filha – Joaquina Maria de Oliveira, casada com Olivério Antonio de Athayde – no lugar onde tem um arranchamento principiado a dois anos dentro de cuja légua, compreenderá o Rincão denominado Luiz Marques e qual arranchamento e dita légua **doará sem ser sua importância deduzida de sua terça ficando a saber liquida a legitima de sua dita filha com a condição [...] que a [...] sua filha e seu marido nunca poderão dispor desta doação para pagamento de dívida contraída antes desta escritura ou depois e nem ser vendida para esse ou para outro fim, em caso contrário perderá a beneficiada a doação que ficará sem vigor algum e [...] e com a mesma condição passará o benefício para seus netos, filhos daquela sua dita filha Joaquina Maria de Oliveira** para que desde hoje lhe transfere todo o direito, digo, todo o domínio direito e [...] que sita a mencionada légua de campo tinha para que desde já entre o beneficiado seu marido na posse do referido campo [...]⁹⁷.

Através desta escritura de doação podemos perceber que Joaquina Maria foi beneficiada na herança de sua mãe, recebendo um posse de terra, que fora avaliada no inventário em 5:000\$000 réis, assim, somando-se a sua legitima materna, Joaquina recebeu o valor de 19: 479\$058, conforme pode-se observa no quadro abaixo. No entanto, não sabemos por que somente esta filha foi beneficiada com essa doação. Porém, Dona Ricarda, impôs a condição a sua filha e genro: “nunca poderão dispor desta doação para pagamento de dívida contraída antes desta escritura ou depois e nem ser vendida para esse ou para outro fim, em caso contrário perderá a beneficiada a doação⁹⁸”. No ano de 1858, o Capitão Olivério Antonio de Athayde apareceu na, *relação de 1858*, como proprietário de uma légua e meia de campo, 6.534 hectares, possuindo seis escravos e ainda tinha um filho

⁹⁷ Escritura em anexo ao inventário, folhas 33-34, Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartórios Órfãos e Ausentes, N.162, M.9, A.1852, APERS. Inventário gentilmente cedido por Roselaine

⁹⁸ Escritura em anexo ao inventário, folhas 33-34, Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartórios Órfãos e Ausentes, N.162, M.9, A.1852, APERS. Inventário gentilmente cedido por Roselaine

que exercia a atividade de capataz nesta propriedade. Ainda consta que possuía 2.000 reses, 300 éguas e 200 ovelhas⁹⁹.

No ano de 1897 foi realizado o inventário de Joaquina Maria de Oliveira e seu marido Olivério Antonio de Athayde, falecidos em 1893 e 1896 respectivamente. Os únicos bens de raiz descritos no inventário são “1 parte de campo, na Fazenda Pinheiro, no lugar denominado Rincão Luiz Marques, no município de Santa Maria com 2.777 hectares, avaliado no valor de 20:841\$690 réis e uma casa de madeira, avaliada em 1:000\$000 réis ¹⁰⁰”. Constatamos que trata-se do mesmo campo recebido por doação no ano de 1852 e que a filha e o genro cumpriram com o que se comprometeram por escritura, de não vender o dito campo em hipótese alguma. Verificamos também que no momento da realização do inventário do casal, estes já não possuíam mais nenhum tipo de animais. Possivelmente já tivessem doado aos filhos.

* * * * *

Giovanni Levi, ao estudar a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII, apontou para o fato que Chiesa, chefe do vilarejo, o primeiro dos notários, construiu seu capital “para uma espécie de crédito generalizado sobre a comunidade, feito de serviços prestados, de fidelidade reconhecida, de respeito e dependência. É, ao pé da letra, imaterial¹⁰¹”. Transmitiu ao seu filho mais velho, Giovan Battista, o padre, o prestígio como uma espécie de herança imaterial. No entanto, diferentemente Constantino José Pinto, um dos maiores proprietários/criadores de gado da sua época, proprietário de grandes extensões de terra, tivera como principal bem do seu patrimônio a terra. Analisando sua trajetória verifica-se que investiu principalmente na aquisição de terra, legando aos seus filhos um bem material sólido. Francisco José, o seu filho mais velho, também fora um grande estancieiro, assim como seus irmãos.

Ao converterem suas fortunas em bens agrários, tais criadores acabavam por gerar, na área rural, uma grande diferenciação freqüente em locais cuja fronteira agrícola encontrava-se aberta. Além disso, veremos que os herdeiros de

⁹⁹ Relação de 1858, Estatísticas, M.02, A.1858, AHRs.

¹⁰⁰ Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório Civil e Crime. M.3, N.97, A.1897, APERS.

¹⁰¹ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial...*, 2000. pp.32-33.

Constantino e Ricarda utilizaram-se do cabedal recebido para permanecerem no topo da hierarquia social e se possível amplia-lo. Obviamente, a utilização desta estratégia perpetuava perpetuação o aprofundamento da estrutura hierárquica existente em tal sociedade. Convém lembrar o que Sheila Faria enfatiza em sua obra que e que se aplica também para o período que trabalhamos:

Os inventários *post-mortem* são uma fonte interessante para o conhecimento das transformações do modo de vida da população colonial. Individualmente, mostram determinados momentos do ciclo de vida familiar. Em conjunto, entretanto, permitem a visualização do movimento¹⁰².

Verificamos que dois filhos homens de Constantino José e Ricarda Gomes dos Santos, desempenharam cargos militares: o Tenente Clarimundo José Pinto (Santa Maria) e o Coronel Tristão José Pinto (São Gabriel), ambos lutaram na Guerra do Paraguai. Conforme consta em um artigo publicado no jornal no ano de 1867 'A Sentinella do Sul', Tristão José Pinto participou da Guerra do Paraguai. Percebe-se através destas informações que Tristão José conquistou uma posição importante na Guarda Nacional:

Entre os bravos que no Paraguai pelejam pela causa da pátria ultrajada, acha-se este rio-grandense. Tipo de honra, dignidade, patriotismo e abnegação. Na guerra civil fez um papel brilhante, como Capitão do 3º Corpo de Guarda Nacional ao mando do então, Tenente Coronel João Propício Menna Barreto; e com o seu sangue sustentou a causa da ordem e integridade do Império. **Fazendeiro abastado, foi nomeado pelas suas muitas distintas qualidades Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional de São Gabriel em 1858** e nunca desmentiu o conceito que dele formou o governo. Quando foi invadida a província pelos 'blancos' foi um dos primeiros que correu em defesa de seu torrão [...]; reuniu em 15 dias, armou e marchou à frente de uma brigada de 1.200 homens! Assistiu à tomada da Vila de Uruguaiana aonde fez uma brilhante figura [...].¹⁰³

¹⁰² FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*, 1998.p. 175.

¹⁰³ Jornal 'A Sentinella do Sul' de 29/09/1867, p.98, Arquivo da Biblioteca de Rio Grande.

Enquanto os outros dois filhos: Francisco José Pinto e José Constantino Pinto seguiram a mesma atividade do pai destacando-se na sociedade de Santa Maria como proprietários/criadores. Essa mescla de atividades e as múltiplas atuações destes membros pertencentes à família Pinto tinham raízes coloniais como já vimos e estendeu-se para dentro do século XIX. Segundo Farinatti: “o fato dos filhos homens seguirem os passos do pai era francamente facilitado pela existência de um patrimônio previamente construído pela atuação paterna¹⁰⁴”.

A propriedade da terra era a base da riqueza na sociedade sul rio-grandense, baseada na criação de animais. No entanto, ampliar a rede e ‘facilitar’ o acesso para os filhos ao exercício de outras atividade mostrava-se igualmente importante na estratégia de garantia da posição econômica de vulto da família. Segundo Farinatti: “as carreiras e áreas de atuação dos membros da família tinham muita relação com os caminhos que eram bem valorizados pela família em um contexto incerto e contingente. Elas ajudavam a construir as estratégias empregadas pela família¹⁰⁵”.

Embora Constantino José Pinto viesse a desfrutar de prestígio e projeção mais destacados que seus antecessores (devido à conjuntura da época em que viveu) é importante destacar que a posição sócio-econômica que lhe permitiu auxiliar seus filhos provinha de gerações anteriores (dependendo do ramo da família analisado). Seus filhos herdaram terras, animais e escravos de seus genitores, mas igualmente recebia uma herança imaterial, na forma de prestígio social e de alianças com diversos segmentos sociais, já que seu pai, Constantino José, era primo de Francisco Pinto Bandeira. Na manutenção da riqueza e do *status* ambos os tipos de riqueza se equiparavam, como iremos observar no capítulo 4.

¹⁰⁴ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária...*, 2007. p.224.

¹⁰⁵ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária...*, 2007. pp.214-215.

Segundo Adriano Comissoli:

a família desempenhava desta forma um papel central na reprodução social da elite ao construir alianças e inserir as novas gerações nos instrumentos de poder, por exemplo, ao insistir numa determinada instância de poder como a Câmara ou as Ordenanças. Desta forma, a condição de elite não era uma posição a ser herdada, constituída por um sobrenome e pelo conseqüente pertencimento a uma família, mas sim qualidade a ser estimulada nas novas gerações, um aprendizado a ser desenvolvido. Como não poderia deixar de ser, o fluxo social em constante movimento colocava elite numa situação dinâmica lutando constantemente para manter seu domínio¹⁰⁶

Assim, a preocupação com a continuidade e a transmissão de determinados valores ao longo de gerações contribui para a perpetuação do sistema social.

¹⁰⁶ COMISSOLI, Adriano. Perpetuação e continuidade: estratégias familiares e redes de poder da elite sul rio-grandense no início do século XIX. *Brasil e Portugal: nossa história ontem e hoje: Anais do I Colóquio de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco*. p.12. Acessado em outubro/2008 <http://www.pgh.ufrpe.br/brasilportugal/anais/11/Adriano%20Comissoli.pdf>

4 BAFEJADOS PELA FORTUNA: MALHAS SOCIAIS E FORTUNAS DA ELITE DA BOCA DO MONTE

Neste capítulo buscou-se verificar a concentração da riqueza dos inventariados de Santa Maria através de faixas de fortunas. Analisamos mais profundamente o perfil dos indivíduos que possuíam acima de 10.000 libras esterlinas em seu monte mor¹, assim como a composição do patrimônio produtivo deste grupo denominado elite regional. Ainda neste capítulo, analisou-se outras temáticas: a valorização da terra, a posse de cativos e também as experiências escravas e suas relações. Por fim, buscou-se verificar o processo de transmissão do patrimônio de Francisco José Pinto aos seus filhos e as estratégias adotadas por este indivíduo para a manutenção do *status* sócio-econômico da família.

Através da agregação em grupos de fortuna, podemos apreender a distribuição da riqueza pelos diferentes grupos sociais e estabelecer um perfil aproximado dessa sociedade, bem como das relações estabelecidas entre os diversos grupos ali reunidos. Conforme João Fragoso e Renato Pitzer essa fonte cartorial possibilita também: “ver a região [...] em movimento [...] passando pelo tempo, com as suas permanências e mudanças. [...] o que era inicialmente uma fotografia torna-se, devido ao caráter serial do inventário, um filme²”.

O ponto de partida para essa análise foi à confecção de uma hierarquia econômica por faixas de fortunas utilizando os inventários. Poderemos observar a participação dos níveis de riqueza de cada indivíduo, sejam eles pertencentes a qualquer grupo social, já que seus personagens “não se resumem ao grande político ou empresário, mas onde aparece também o homem anônimo, o homem das ruas³”. Essa forma de pensar a fonte insere-se na concepção de história proposta pela *escola dos Annales*, que redireciona a atenção dos historiadores para a análise dos diferentes segmentos de uma sociedade no tempo observando os fios de sua trama⁴.

¹ Cabe salientar que utilizamos como uma opção metodológica a conversão do valor dos bens em libras esterlinas, moeda estrangeira mais estável que o real, moeda nacional no período trabalhado.

² FRAGOSO, João Luís; PITZER, Renato Rocha. *Barões, homens livres pobres e escravos...*, 1988. p.30.

³ Certamente sabemos que os *homens da rua* não são os mais representados nesta fonte documental, mas sim aqueles que mais tinham a legar. FRAGOSO, João Luís; PITZER, Renato Rocha. *Barões, homens livres pobres e escravos...*, 1988. p.30.

⁴ BURKE, Peter. *A escrita da história: Nova perspectiva*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

Uma possibilidade metodológica para a apreensão destas tramas sociais, que já mencionamos na introdução e no capítulo 2, vem a ser a pesquisa nominal. Foi a partir do nome que chegamos ao inventário de Francisco José Pinto, um dos grandes proprietários/criadores da região. Conforme Jovani Scherer: “em um único inventário é possível obter informações de várias pessoas⁵”. Este processo na maioria das vezes é aberto em nome de apenas um indivíduo, algumas vezes encontramos um processo em nome do casal ou de dois irmãos ou irmãs. Esta fonte possibilita verificar através dos bens relacionados o patrimônio da família e também perceber as relações pessoais que estes mantinham, fossem na esfera econômica ou na afetiva. A análise do inventário de Francisco José forneceu-nos os nomes dos integrantes da família Pinto e possibilitou-nos buscar mais nomes e, assim, construirmos suas vivências.

Giovanni Levi foi outra fonte de inspiração e de direção dessa pesquisa. Após reconhecer a importância do nome, e de procurar os nomes semelhantes que formavam famílias, como fez Levi, procuramos elaborar uma ficha nominativa de cada membro que encontramos e que nos pareceram mais representativas dos grupos que pretendíamos estudar. Procurei informações sobre os membros dessas famílias em vários tipos de documentos e tive, também, a mesma satisfação a que Levi se referiu, quando encontramos informações que serviram para compor lacunas nas histórias das famílias:

Reconstruir uma história de família com base em documentos pouco discursivos, como compras, vendas e testamentos, exerce um fascínio semelhante ao de quebra-cabeça. As coerências e os encaixes, que aos poucos vão sendo encontrados, causam uma satisfação que talvez não seja automaticamente transmitida ao leitor. De qualquer forma, graças a esses pequenos acontecimentos familiares, é possível observar aspectos relevantes da lógica social.

Seguindo a metodologia apontada por Levi, aliada a conjugação das informações fornecidas, sobretudo, pelos inventários *post-mortem*, reconstruirmos uma série de destinos inscritos num cenário local (rural), e através dessas histórias percebemos os caminhos que esses indivíduos percorreram formando parte da estrutura sócio-econômica de Santa Maria.

⁵ SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca da liberdade...*, 2008, p.32.

Helen Osório analisando a distribuição da riqueza estabeleceu uma hierarquia por faixas de fortuna em libras esterlinas seguindo o procedimento realizado por João Fragoso. De acordo com a autora esse critério possibilita perceber como a hierarquização das fortunas desenvolve-se ao longo de um período⁶ e também expressar os níveis diferenciados de riqueza. Seguindo este procedimento buscou-se estabelecer para a região de, Santa Maria, faixas de fortunas através dos os valores patrimoniais que se apresentam nos inventários *post-mortem*. A proposta deste capítulo é fazer uma análise do grupo que possuía fortuna acima de 10.000 libras esterlinas – uma espécie de *elite da elite* - a fim de verificar o seu perfil econômico e investigar a participação dos bens na formação do capital.

Levando em conta as limitações da fonte analisada, deve-se ponderar que os bens avaliados nos processos de inventário poderiam, eventualmente, ser subvalorizados devido ao peso dos impostos cobrados pela a coleta de impostos.

Nosso universo documental é formado por 253 inventários (1858-1889). Procuramos classificá-los conforme os valores de suas fortunas (montes-brutos)⁷, a partir de uma hierarquia de faixas de riqueza elaborada fixando seus valores em libras esterlinas, o que significa dizer que transformamos os valores originais dos montes-brutos de mil-réis em libras esterlinas⁸. Para isso separou-se em sete faixas de fortuna conforme o valor da riqueza total do inventariado em libras esterlinas (£): £1 - £200; £201 - £500; £501 - £1.000; £1.001 - £2.000; £2.001 - £5.000; £5.001 - £10.000 e mais de £10.000.

Os inventários são usualmente utilizados como uma fonte meramente econômica, porém, possuem um caráter plural que ajuda a incrementar a história social. Esta fonte cartorial possibilita estudar e reconstruir a história de homens e mulheres. A estrutura dessa fonte é bastante recorrente possibilitando perceber diversas informações além de apenas números. Como salienta João Fragoso e Renato Pitzer: “encontramos os nomes e a relação de parentesco entre o inventariante [...] e o inventariado [...]; a data do falecimento, a localidade onde

⁶ OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América...*, 2007.

⁷ Representa o total de bens deixado pelo inventariado.

⁸ A conversão do mil-réis em libra esterlina baseou-se em Westphalen; Bach; Krohn. Centenário 1828-1928, Bahia, 1928, p.87, Apud. MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp.254-255.

residia o finado e, [...] na declaração dos herdeiros [...] os nomes, idade, sexo, estado civil e residência dos filhos e cônjuges deste⁹”.

Assim, com o auxílio da micro-história passamos a enxergar os inventários como uma fonte que nos possibilita perceber a sociedade estudada em movimento, ancorada pelos números. Após, verificarmos a existência dos diversos grupos sociais, portadores de escalas diferentes de riqueza, foi possível constatar a presença de uma elite majoritariamente ocupada com atividades agropastoris, que concentrava em suas mãos consideráveis fortunas.

4.1 FAVORECIDOS DA FORTUNA: A CONCENTRAÇÃO DA RIQUEZA NA BOCA DO MONTE

Somaram-se os valores totais dos montes brutos em libras esterlinas¹⁰ da riqueza inventariada, a fim de avaliar o nível da riqueza nos inventários de Santa Maria. Calculou-se a média destes, determinando a concentração da riqueza por década. Em estudo recente sobre a elite regional do município de Alegrete, Farinatti utilizou esta mesma metodologia. Analisou os montes brutos dos inventários e percebeu que a década de 1840 foi difícil para a economia de Alegrete devido aos efeitos simultâneos da guerra, da situação de fronteira, da seca e da peste sobre a principal produção pecuária daquela economia: o gado. De forma análoga analisamos os inventários de Santa Maria para verificar a evolução da riqueza dos inventariados e o efeito da conjuntura macroeconômica neste espaço ao longo das décadas. O resultado da análise é sumarizado no quadro abaixo

Tabela 20 - Monte bruto médio nos inventários *post-mortem* de Santa Maria (1858-1889)

Décadas	1860*	1870	1880	Total
Total da riqueza inventariada em libras esterlinas (£)	117.274,64	94.591,14	136.945,91	348.811,69
% da riqueza sobre o Monte bruto	34%	27%	39%	100%
Número Inventários (N=)	N=71	N=91	N=91	N=253
Monte bruto médio em libras esterlinas (£)	1.651,76	1.039,46	1.504,90	1.378,70

Fonte: 253 inventários *post-mortem* de Santa Maria (1858-1889), APERS. * Para a década de 1860 foi somado os inventários dos anos de 1858 e 1859, que corresponde a (N=11) inventários¹¹.

⁹ FRAGOSO, João Luís; PITZER, Renato Rocha. *Barões, homens livres pobres e escravos...*, 1988. p.32.

¹⁰ Consideramos a riqueza bruta dos montes mores a soma de todos os bens.

¹¹ Os 60 inventários *post-mortem* de Santa Maria referente à década de 1860 apresentam um valor total do monte bruto de 91.638,57 libras esterlinas com uma média de 1.527,31 libras esterlinas. Esse

Analisando o quadro acima percebe-se que a década de 1870 apresenta a média do monte bruto menor que as demais. No entanto, o universo de inventários para a década de 1870, se comparada a década de 1860 é maior e com a década de 1880 é igual. Constatamos então, que os inventariados da década de 1870 possuíam um capital menor que os demais.

Mas, somente esta explicação não basta. Os dados da tabela podem ser explicados se recorrermos a outras fontes documentais, que nos mostram que nesta década, mais precisamente no ano de 1877, a Província do Rio Grande sofreu uma grande seca, que atingiu vários municípios, entre eles Santa Maria.

Analisando os documentos da Câmara de Santa Maria (1860-1889), encontramos um ofício, de nove de junho de 1877, o qual os vereadores pediam a todos os Inspetores dos Quarteirões do município que enviassem uma lista com os nomes das pessoas que necessitavam de auxílio. O inspetor do quarteirão do Campestre, Joaquim de Oliveira Flores, respondendo ao ofício do dia nove dias depois, encaminha em anexo a lista dos moradores e descreve que: “[...] os que vivem da agricultura são todos os habitantes deste quarteirão. Contudo existe aqueles que [...] vivem de jornal para sustentar suas famílias, [...], se sair dinheiro que possa socorrer a mais algum [...]”¹². Assim, o senhor Joaquim solicitou que além de auxiliar os agricultores havia também a necessidade de ajudar outros indivíduos que apesar de não exercer a atividade agrícola, também encontravam-se com dificuldades. Recebendo a resposta a Câmara municipal encaminha a circular a Presidência da Província com as listas de nomes dos agricultores que estavam sofrendo com a estiagem. A demora a chegar auxílio para os agricultores do município, fez com que a câmara municipal enviasse uma correspondência no dia doze de setembro de 1877 à Presidência da Província solicitando: “a remessa de sementes de milho, feijão, e outros cereais, a fim de serem distribuídos pelos agricultores do município onde mais danos causou a seca”¹³. Assim, observa-se que a seca prejudicou a principal fonte de recursos econômicos do município, e explica

valor não altera o que pretende-se demonstrar, que a década de 1870 foi um período em que os inventariados possuíam baixa renda.

¹² Resposta enviada pelo inspetor do Campestre, Joaquim de Oliveira Flores, para Dr. Pantaleão José Pinto, vereador de Santa Maria. Fundo da Câmara Municipal de Santa Maria da Boca do Monte, livro 3, 1860 a 1889, 18/06/1877, Arquivo Municipal de Santa Maria.

¹³ Fundo da Câmara Municipal de Santa Maria da Boca do Monte, 1868-1889, livro 1, p.111, Arquivo Municipal de Santa Maria.

em parte a diminuição da riqueza desta população observada, nos inventários *post-mortem* da década de 1870.

Em fins da década de 1860, eclodiu um dos maiores conflitos armados do Império: a Guerra do Paraguai 1865-1870. No entanto, o que se busca aqui não é analisar esse conflito e sim, procurar realçar que seu efeito macro influenciou a economia brasileira e também a nível regional. Segundo Wilma Peres Costa esse enfrentamento militar contou com a força armada profissional e também com a milícia rio-grandense¹⁴. Com o aumento da demanda de homens para ir lutar deixavam suas propriedades e famílias ocasionando um prejuízo à produção agrícola e pecuária, o reflexo deste evento reorientou a economia imperial e seus efeitos se propagaram por toda a Província do Rio Grande, o que de certa forma explica a redução do capital dos inventariados de Santa Maria na década de 1870. Esse conflito envolveu indivíduos de várias regiões da Província, inclusive de Santa Maria. Tomamos como exemplo os irmãos, Theodoro José Pinto e Antônio José Pinto ambos solteiros, que faleceram durante a Guerra do Paraguai, o primeiro em maio de 1869 e o segundo em agosto de 1869, no entanto, o inventário foi aberto no ano de 1870¹⁵.

O sucinto parágrafo acima aponta para uma lacuna historiográfica que merecia o investimento por parte dos historiadores. Trata-se da participação de indivíduos desta região central da Província neste conflito de grandes proporções, além dos reflexos da Guerra da Tríplice Aliança na economia regional.

Na segunda metade dos oitocentos, a Província deu seguimento à fundação de Núcleos Coloniais, sendo que, na região de Santa Maria, o primeiro núcleo fora estabelecido por volta de 1877-1878, por imigrantes italianos, em Silveira Martins. Inaugura-se um novo momento na história da região, tornando evidente inúmeras transformações, principalmente com relação a propriedade da terra e a utilização a mão-de-obra. Na década de 1880 a região segue agregando mudanças econômicas e sociais. Iniciou-se a construção da ferrovia fazendo com Santa Maria

¹⁴ COSTA, Wilma Peres. *A espada de dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. Campinas: Editora HUCITEC e Editora da UNICAMP, 1996.

¹⁵ Theodoro José Pinto e Antônio José Pinto eram filhos de Francisco José Pinto e Joaquina Pereira da Natividade. Neto de Constantino José Pinto e Ricarda Gomes dos Santos e Bisneto de Antônio José Pinto e Felícia Maria de Oliveira. Fonte: Inventários *post-mortem*. Santa Maria. Cartório de: Órfãos e Ausentes. M.4, N.109, A.1870, APERS. Outros dois membros, da Família Pinto, que morreram na Guerra do Paraguai foram os irmãos Clarimundo José Pinto, que faleceu no dia 22 de novembro de 1865, durante o cerco a Uruguaiana, e Tristão José Pinto que faleceu no Paraguai no dia 06 de outubro de 1867; ambos eram tios de Theodoro José e Antônio José.

experimentasse um “inchaço” populacional, diversificando as atividades econômicas da região¹⁶.

Elaborou-se outra tabela com a intenção de ter uma imagem mais precisa da distribuição da riqueza, uma vez que agregando as informações encontradas nos inventários (1858-1889) e quantificando-as temos uma visão geral desta sociedade. Essa tabela pode, nas palavras de João Fragoso, “auxiliar na identificação da fração concentradora [da riqueza] na sociedade por nós aprendida¹⁷”. Uma das primeiras constatações, analisando a riqueza através dos inventários de Santa Maria é a que grande concentração da fortuna nas mãos de poucos indivíduos.

Os inventários foram agrupados de acordo com faixas de fortunas estabelecidas entre uma e mais de 10.000 libras esterlinas. A faixa 1 (de 1 a 200 libras esterlinas) representa 23% dos inventários e estes controlavam somente 2% da riqueza total de todos os inventários catalogados. Nas faixas 2 a 4 (201 – 2.000 libras esterlinas) encontram-se englobados 60% dos inventários, os quais possuem 33% das fortunas para o mesmo espaço de tempo. Por sua vez, as três últimas faixas (que incluem montes brutos acima de 2.001 libras esterlinas), correspondem a 17% dos inventários, os quais possuem 65% da riqueza. Veja a análise disposta no quadro abaixo:

Tabela 21 - Distribuição da Riqueza por faixas de Fortunas, em libras esterlinas inventários *post-mortem* de Santa Maria (1858-1889).

Faixas de Fortunas em libras esterlinas	Inventários (N=)	(%)	Valor dos Inventários da faixa em libras esterlinas	(%)
(Faixa 1) 1-200	58	23%	5.744,75	2%
(Faixa 2) 201-500	54	21%	17.902,93	5%
(Faixa 3) 501-1.000	57	23%	40.703,48	12%
(Faixa 4) 1.001-2.000	41	16%	56.082,86	16%
(Faixa 5) 2.001-5.000	29	12%	91.123,00	26%
(Faixa 6) 5001-10.000	9	3%	59.967,06	17%
(Faixa 7) Acima de 10.000	5	2%	77.287,60	22%
Total	253	100	348.811,68	100

Fonte: 253 Inventários *post-mortem* Santa Maria, APERS.

Durante o período analisado, 1858 a 1889, apenas 2% dos inventários, os com mais de 10.000 libras esterlinas, controlavam 22% da riqueza. Por outro lado, verificamos também que as duas menores faixas de renda (a primeira e a segunda, de 1 a 500 libras esterlinas), representadas por 44% dos indivíduos inventariados,

¹⁶ Para saber mais sobre as transformações urbanas em Santa Maria ver: CARVALHO, Daniela Vallando de. “Entre a solidariedade e a animosidade”..., 2005.

¹⁷ FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura...*, 1998. p.312.

concentravam apenas 7% da riqueza, em todo o período. Tais números ganham um significado ainda mais expressivo, quando se lembra que a grande maioria das pessoas não recorria aos inventários *post-mortem*, seja porque não tinha bens a legar, ou porque não possuía condições de pagar os custos com esse tipo de processo. Isso é, existia esta grande concentração de riquezas, considerando apenas os que tinham algo a legar aos seus e que neste processo geraram inventários. Ficam de fora desta análise os *despossuídos*, que se comutados aumentaria ainda mais a sensação de exclusão social e concentração da riqueza na Santa Maria da Boca do Monte oitocentista.

Estratificando-se as fortunas superiores a 10.000 libras tem-se um grupo de indivíduos que ocupavam uma fração concentradora de riqueza nesta sociedade de meados do século XIX. Mas, quem eram esses indivíduos? Quais atividades desenvolviam? Para que pudéssemos verificar essas informações recuperamos os inventários destes cinco personagens que compõem o que aqui definimos por elite regional a fim de verificar a composição do patrimônio de cada um deles. Analisar essas informações é de fundamental importância para desenharmos o perfil deste grupo social, considerando a possibilidade de trazer a luz da observação histórica esses indivíduos através do estudo da história das elites.

Segundo António Hespanha estudando as pessoas dava-se um “rosto” a esse grupo, e assim, verificar a natureza da formação deste poder local percebendo as diferenças de contextos e aproximando do cotidiano vivido “partindo do princípio de que os motores da história são os indivíduos¹⁸”. Consideramos que um indivíduo pertence ao grupo da elite regional quando este possui um rebanho bovino acima de 1.000 cabeças e também uma fortuna acima de 10.000 libras esterlinas. A opção por observar esses sujeitos está relacionada com necessidade de se examinar os estratos superiores da elite regional deste lócus

Verificamos que dos cinco inventariados que compõem esse grupo: um era comerciante e tinha sua fortuna assentada em mais de 30% em dívidas ativas¹⁹. Além de indicar uma das mais importantes possibilidades de investimentos indica que o falecido (no caso, a falecida, a Baroneza do Ibicui) era detentor de crédito

¹⁸ HESPANHA, António Manoel. Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites. In BICALHO, Maria Fernanda; FERLINE, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de Governar...*, 2005. p.40.

¹⁹ Crédito para o inventariado, ou seja, dívidas que outros indivíduos tinham com o falecido.

nesta sociedade, principalmente se levarmos em conta que o percentual das dívidas ativas no montante das fortunas dos demais inventariados de Santa Maria.

Os quatro restantes eram grandes proprietários/criadores de gado; concentravam seu patrimônio em bens de produção: bens rurais (terras e benfeitorias – com uma média de mais de 54%) e animais (com mais de 23% dos bens). Entre esses quatro últimos, identificamos três na *relação de 1858* (Euzébio Francisco Ilha, Manoel Teixeira Cezar e Francisco José Pinto) que neste período já se configuravam como grandes criadores de gado bovino de Santa Maria. Isso significa dizer que, das cinco maiores fortunas, quatro tiveram origem em atividades rurais, e apenas uma, em negócios mercantis, percebemos uma proeminência econômica em terras e animais controlada por um grupo social restrito, uma vez que no topo da hierarquia econômica desta sociedade concentravam-se estes cinco indivíduos, 2% dos inventariados, que possuíam 21% da riqueza no período analisado.

Passamos agora a analisar os indivíduos que possuem essas grandes fortunas elencadas no quadro abaixo. Entre os cinco inventariados, três possuíam bens (terras, animais e escravos) em outras localidades da Província, terras, animais e escravos, porém a maior parte de seus bens concentrava-se em Santa Maria, com exceção da Baronesa do Ibicuy, que não possuía bens rurais neste local. Outro membro deste grupo, Manoel Teixeira Cezar, era um caso exemplar de proprietário/criador, senhor de três fazendas, todas localizadas no município de Santa Maria²⁰.

Verificamos, entretanto, que a maior fortuna e o maior número de gado para todo o período (1858-1889) pertenceu a Francisco José Pinto. Conforme Graciela Garcia “legar, no momento da sua morte, o maior patrimônio entre todos os inventariados de uma década, era uma oportunidade que exigia perfis diferenciados de fortunas²¹”. Porém, no caso aqui analisado, Francisco José Pinto, se destaca entre todos os inventariados ao longo do período estudado. Os animais representavam o bem de maior peso no conjunto de sua fortuna que possuía em Santa Maria, diferenciando das demais, chegando a conformar 36% do total do seu patrimônio. Esse padrão não se repete ao longo do período analisado nos demais

²⁰ Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório de: Cível e Crime. N.63, M.2, A.1889, APERS.

²¹ GARCIA, Graciela. *O domínio da terra...*, 2005. p.30.

inventariados pertencentes a este grupo de fortuna: a terra passou a ter um peso maior no patrimônio desses indivíduos.

Analisando o inventário da Baronesa do Ibicui, realizado no ano de 1886, consta que possuía bens rurais nos municípios de São Martinho, Santo Ângelo e Cruz Alta, somando 7.208,16 libras esterlinas. Possuía ainda na Fazenda do Pinhal, município de São Martinho, animais (1.300 reses, 60 cavalos mansos e 64 éguas) avaliados por 1.103,86 libras esterlinas. Assim, o total dos bens em outros municípios, correspondia a 8.312,01 libras esterlinas, ou seja, 59% da riqueza acumulada. Consta no inventário que a Baronesa mudou-se para Santa Maria por volta do ano de 1882. Neste município ela possuía bens urbanos: uma casa de tijolos (coberta de telha, envidraçada, forrada e assoalhada, na Rua Coronel Valença), um terreno (na Rua Maximiano) e outro contínuo com uma casa de meia água e poço de água potável, avaliados por 530,04 libras esterlinas²².

²² Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório de: órfãos e Ausentes. N.221, M.9, A.1886, APERS.

Tabela 22 - Composição (%) das maiores fortunas inventariadas em (Montes-brutos acima de 10.000 libras esterlinas) Santa Maria, 1858-1889.

Ano	Nome	Rural	Urbano	Animais	Escravos	Instrumentos Equipamentos	Mercadorias	Dinheiro	Jóias prata	Dívida Ativa	Total Patrimônio em libras esterlinas	Dívida Passiva	Rebanho Bovino em Santa Maria (número de cabeças)	Escravos em Santa Maria (número)	Total de Bens em outros Municípios	%
1858	Francisco José Pinto	28%	0	35%	12%	0,3%	0	0	1%	4%	18.650,41	0	5.411	19	2.372,93	13%
1864	João Appel	0	15%	0	12%	0	19%	19%	0	34%	16.651,18	0	0	23	0	0
1865	Euzébio Francisco Ilha	55%	3%	16%	11%	1%	0	0	0,1%	4,4%	11.161,54	0	3.134	17	1.200,78	11%
1886	Baroneza do Ibicui	0	7%	0	0,3%	0	0	7%	0	30%	14.208,53	0	0	6	8.312,01	59%
1889	Manoel Teixeira Cezar	72%	0	27%	0	0,2%	0	1%	0	0	16.790,24	0	4.863	0	0	0

Fonte: 5 Inventários *post-mortem*. Santa Maria, 1858-1889, APERS.

Da mesma forma, o inventariado Euzébio Francisco Ilha, também possuía bens em outro município. O senhor Euzébio faleceu no dia 10 de fevereiro de 1865, deixando 16 filhos, 8 do primeiro casamento e 8 do segundo casamento com Dona Eufrázia Cândida Martins. Possuía um campo com oito quadras, no terceiro distrito do município de São Gabriel, na costa do Rio Santa Maria, com uma légua de fundos, avaliado em 232,96 libras esterlinas. Neste campo criava 1.089 reses xucras, 91 mansas, 147 novilhos, 5 bois, 37 cavalos mansos, 10 potros, 28 cavalos xucros, 2 mulas, avaliados em 702,62 libras esterlinas. E ainda, no Termo de São Gabriel tinha quatro escravos avaliados por 265,20 libras esterlinas. Todos os bens neste município somados representam 1.205,78 libras esterlinas (11%) do patrimônio acumulado por Euzébio¹.

Francisco José Pinto, quando veio a falecer em 20 de outubro de 1858, deixou um patrimônio no valor de 18.476,11 libras esterlinas, metade para a sua esposa, Dona Joaquina Pereira da Natividade, e o restante dividido entre seus 11 filhos: seis mulheres e cinco homens. Consta, no seu inventário, que Francisco morreu em “sua Fazenda de criar, ausente de sua família, que esta vinha residindo em outra Fazenda melhor, sita no Rincão de Santa Catharina, a 20 léguas distantes desta Vila”.

Francisco também possuía bens no município vizinho de Cachoeira: uma casa térrea, forrada e assoalhada, com quintal e muro, na Rua da Igreja com um terreno contínuo, avaliado em 164,78 libras esterlinas. Já seus bens rurais, também em Cachoeira foram avaliados em 2.140 libras esterlinas: uma légua de campo e matos no local denominado, Estância Velha, no primeiro distrito de Cachoeira, com casa térrea, de tijolo, forrada e assoalhada, coberta de telha e 1 chácara com meia légua de campo, no Rincão da Serraria, com uma casa térrea, coberta de telhas e uma casa de atafona. Na chácara havia 24 reses (30,82 libras esterlinas) e um escravo (africano) de nome Vicente, com 40 anos (85,60 libras esterlinas). Todos esses bens foram avaliados em 2.372,93 libras esterlinas representando 13% do patrimônio de Francisco naquele município.

Já em Santa Maria, verificamos que o maior peso na composição do seu patrimônio produtivo eram os animais, enquanto a terra assumia a segunda posição. Porém, comparando com os demais inventários percebemos que a terra assumiu

¹ Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório de: órfãos e Ausentes. N.61, M.61, A.1865, APERS.

maior importância, capital neste grupo, analisados em relação aos outros bens². Também identificou-se na análise genérica dos inventários esse comportamento ao longo do século XIX. Graciela Garcia comparando o preço da terra entre as décadas de 1830 e 1870 no município de Alegrete verificou que o aumento do preço: “não modificou apenas a composição do patrimônio produtivo das camadas mais afortunadas, mas o de todos os produtores fossem eles modestos chacareiros ou grandes estancieiros³”.

4.2 PERFIS DE BEM-AFORTUNADOS: TRAJETÓRIAS E PATRIMÔNIOS

Para examinar este grupo da elite regional de Santa Maria reduziu-se nossa escala de observação e passamos a analisar somente os inventários post-mortem que possuíssem uma fortuna superior a 10.000 libras esterlinas. Verificamos que havia cinco processos, ou seja, apenas 2% dentro todos os inventários pesquisados para o período de 1858-1889. Analisamos estes cinco processos a fim de perceber a composição do seu patrimônio e concluímos que dentre estes, quatro tinham o perfil de proprietários/criadores. Observamos que mais uma vez destaca-se o nome de Francisco José Pinto, já apreendido como um grande criador na “relação de 1858”, juntamente com três irmãos e um cunhado. Dentre o grupo da elite regional, Francisco José era o maior criador e mais bem-afortunado entre os membros. A partir desta constatação pretende-se compreender através do estudo da trajetória da família Pinto como se forma uma elite regional? Qual a origem deste patrimônio que possibilitou ascender ao grupo seleto de grandes criadores em Santa Maria. Para estudar este personagem foi necessário combinar uma análise serial ao estudo inspirado na micro-história italiana, através da redução de escala de observação conduzindo-nos a reconstituir a trajetória da Família Pinto em Santa Maria, que a exemplo de que fez Giovanni Levi em *Herança Imaterial*, ao analisá-las em Santena, buscou ir: “além da unidade de residência [...] no sentido de grupos não-co-residentes, mas, interligados por vínculos de parentela consanguínea ou por

² No inventário de Manoel Teixeira Cezar (1889) a terra representava 50% do seu patrimônio. Fonte: Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório de: Cível e Crime. M.2, N.63. A.1889, APERS

³ GARCIA, Graciela. *O domínio da terra...*, 2005. p.37.

alianças e relações fictícias⁴”. Ciente de que Francisco José fez parte do seletivo grupo da elite agrária regional, buscou-se apreender sua estrutura familiar, para tanto utilizamo-nos do conceito de família sugerido pela historiadora Sheila Faria que considera que o termo: “aparece ligado a elementos que extrapolam os limites da consangüinidade – entremeia-se à parentela e à coabitação, incluindo relações rituais⁵”. Fabio Kühn demonstra que os estudos sobre família estão situados entre “quatro diferentes enfoques: o demográfico, o econômico-sociológico, o antropológico e o genealógico⁶”. Baseado em alguns destes enfoques, Kuhn privilegiou em sua tese o viés antropológico social e a genealogia.

Sob influência destes autores, passamos a perceber a importância de compreender o processo de transmissão patrimonial, a formação da fortuna e as estratégias familiares para manter o *status* e os padrões de riqueza da Família Pinto. Assim, além de analisar economicamente um grupo familiar se faz necessário estudar a sociedade em que este grupo está inserido. Como ressalta o historiador Fabio Kühn é essencial fazer um estudo:

Que articule as redes sociais, as relações de parentesco, residência e vizinhança; as estratégias matrimoniais e os sistemas de herança; o papel dos vínculos de amizade e solidariedade; enfim, todo o universo de sociabilidade em que se insere o indivíduo⁷.

Com o auxílio dos inventários *post-mortem*, podemos reconstruir trajetórias de indivíduos e também partir em busca de outros personagens pertencente à rede de relacionamentos do mesmo, a fim de verificarmos a lógica da construção ou desconstrução do patrimônio desses atores sociais, como sugere Sheila de Castro Faria: “ressaltando o que elas têm em comum, buscando, sempre, procurar o “exemplo” e não o “exemplar⁸”. Assim, partimos do inventário *post-mortem* de Francisco José Pinto e deste procuramos o inventário de sua mulher, Joaquina Pereira da Natividade, analisamos as informações destes dois processos, seguimos em busca de outros inventários da família, dos ascendentes e descendentes de

⁴ LEVI, Giovanni, *A herança imaterial...*, 2000. p.98.

⁵ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*, 1998.p.21.

⁶ KÜHN, Fabio. *Gente da Fronteira...*, 2006. p.16.

⁷ KÜHN, Fabio. *Gente da Fronteira...*, 2006. p.16.

⁸ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*, 1998.p.21.

Francisco José. Deste esforço localizamos 12 inventários *post-mortem* e 1 testamento - o primeiro inventário é do ano de 1784 e o último é de 1897.

Conforme Giovanni Levi: "a rede formal das relações de consangüinidade ou de aliança tinha um papel igualmente importante na complexa estratégia das escolhas, das exclusões e das integrações que tornavam o organismo familiar mais elástico⁹". Assim, o sentido de família não necessariamente consangüínea conferiu aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no *status* e na hierarquia social.

Residiam em Santa Maria da Boca do Monte, em meados do século XIX, nas propriedades da Família Pinto, Francisco José e seus irmãos: Clarimundo José, José Constantino e Joaquina Maria¹⁰, enquanto, Tristão José residia em São Gabriel, Maria Constancia e Francisca Maria de Oliveira provavelmente residiam no município vizinho, Cachoeira. Localizamos os inventários de três irmãos de Francisco José (Clarimundo, Tristão e Joaquina).

Elaboramos a tabela abaixo a fim de examinar as informações coletadas destes inventários *post-mortem*. Pretende-se ter um panorama um pouco mais amplo da situação de alguns membros da família em questão, após a partilha dos bens de seus antecessores, seus pais, Constantino José Pinto e Ricarda Gomes dos Santos. Observaremos, sobretudo, o peso dos bens rurais (terra e escravos) na composição dos patrimônios.

⁹ LEVI, Giovanni. *A herança Imaterial...*, 2000.p. 96.

¹⁰ Em anexo o mapa em que se pode observar a região de Pau Fincado, onde se localizava as propriedades da Família Pinto em Santa Maria.

Tabela 23 - Patrimônio de Constantino José Pinto e seus descendentes

Inventariado e ano	Patrimônio em Santa Maria									Patrimônio em outro Município					
	Total do Patrimônio em mil réis	Total do Patrimônio em libras esterlinas	Terra	Animais	Escravos	Bens urbanos	% dívidas ativas	% dívidas passivas	*outros	Terra	Animais	Escravos	% dívidas ativas	% dívidas passiva	** outros
Francisco José Pinto – 1858	174:302\$640	18.650,41	28%	35%	12%	0	4%	0	2%	6%	0,2%	4%	0	0	
Clarimundo José Pinto – 1866	47:455\$473	4.793,01	25%	14%	9%	0	7%	0	1%	31%	8%	0	0	0	
Tristão José Pinto – 1868*	131:214\$399	9.316,22	0	0	0	0	0	0	0	40%	0	6%	0	13%	
Joaquina Maria de Oliveira e Olivério Antonio de Athayde– 1897	21:921\$690	701,49	95%	0	0	0	0	9%	1%	0	0	0	0	0	

Fonte: Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório: Órfãos e Ausentes. M.1, N.25, A.1858; Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório: Órfãos e Ausentes. M.3, N.66, A.1866; Inventário *post-mortem*. São Gabriel. Cartório: Órfãos e Ausentes. M.10, N.207, A.1868; Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório: Cível e Crime. M.3, N.97, A.1897, APERS.

Examinando os dados inseridos no quadro acima verifica-se que entre os irmãos, Francisco José, primogênito da Família Pinto foi o mais afortunado, casado com Joaquina Maria da Natividade, natural de Cachoeira do Sul, filha do Capitão Joaquim Gomes Pereira, também natural de Viamão e de Dona Luísa Joaquina da Natividade, natural de Rio Pardo¹. O principal patrimônio produtivo dos irmãos Pinto fora a terra com 56% do capital, seguido dos animais 14% e escravos 9%, ao longo do século XIX. Em Santa Maria os irmãos Pinto possuíam seu capital distribuído em 49% de terras, 16% animais e 7% de escravos.

Analisando os inventários *post-mortem* de Santa Maria a terra constituía a maior parte do patrimônio produtivo ao longo do período de 1858-1889 nunca tendo uma participação inferior a 48%, principalmente quando nos aproximamos ao final do período imperial em que a terra atinge 64% do valor patrimonial. Quando Constantino José Pinto migrou para esta região no início dos oitocentos este cenário era de um amplo processo de apropriação de terras virgens. Como vimos no capítulo dois. No entanto, o que nos interessa salientar é que estas propriedades foram legadas aos seus filhos e que essa Família participou do processo de configuração da estrutura agrária e do crescimento demográfico, observado no capítulo um, nesta região, vivenciando transformações importantes do cenário nacional e regional.

Conforme Farinatti “a configuração agrária de Santa Maria [...] deu-se [...] sob o signo da fronteira. Em meados do século XVIII, a região tornou-se fronteira de fato entre os impérios coloniais ibéricos no sul da América²”. Por sua vez, Carlos Barcellar, estudando o processo de apropriação de terras do oeste paulista, apontou que a expansão territorial projetou-se como indispensável para: “fixar ao solo, maiores contingentes humanos, quer para fornecer homens em armas, quer para produzir os gêneros básicos necessários à manutenção das tropas³” e assim, sustentar as incursões para ampliar as fronteiras do Império português, frente às intensas disputas com os espanhóis no território sulino.

Em fins dos setecentos “a expansão portuguesa para oeste na depressão central da Província do Rio Grande penetrava para além do Jacuí, até os campos

¹ Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório de: órfãos e ausentes. M.4, N.109, A.1870, APERS.

² FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem...*, 1999. p.41.

³ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Herança em Família: a partilha dos engenhos de açúcar no Oeste Paulista, 1765-1855. In *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo: ABEP, 1986. v.1 p.125.

localizados ao pé da Serra Geral, entre os rios Vacacaí-Mirim e Toropí⁴”. No entanto, as investidas portuguesas não cessaram e sua persistência fez com que em 1801 conquistassem a região dos Sete Povos e, portanto, Santa Maria deixou de atuar como fronteira política entre os impérios ibéricos. Assim, a região tornou-se elo de ligação entre as áreas portuguesas mais antigas do leste e as povoações nascentes do Planalto e da zona missioneira⁵. Esse processo deflagrou a ampliação do movimento de demanda por terra na região de Santa Maria e além.

Um novo ciclo se instalou e uma diversidade de “gentes” migrou em busca de terras. Conforme Ligia Osório as características internas da produção, geravam “uma fome permanente de terras que, por sua vez, acarretava uma grande mobilidade” de pessoas. Entre estes personagens, estava Constantino José Pinto, o precursor desta Família na região. Podemos constatar que Constantino recebeu em sua legítima paterna o valor de 183\$699 réis (1784) entre os bens estavam poucos animais 16 vacas xucras, 1 vaca leiteira, 50 éguas xucras, 1 touro, 2 burros e parte de um campo no valor de 125\$000 réis em Viamão⁶, não recebeu escravos. Nada que o transformasse em um grande proprietário. Porém, Constantino migrou para esta região, solicitou uma sesmaria no ano de 1817 e em seu inventário realizado em 1834, deixou um capital avaliado em 193:448\$728 réis - 41% eram terras, 36% animais e 9% em escravos. Constantino acumulou um grande cabedal e passou a pertencer ao grupo socialmente mais elevado da sociedade local. Possuía terras de campo na Vila de Cachoeira, no distrito de Santa Maria e na Vila de São Borja (na costa do Rio Uruguai).

O espaço geográfico de Santa Maria configurava-se em áreas de campo e florestas que segundo Farinatti obedeceram a um ritmo diferenciado de apropriação. As áreas de campo, utilizadas para criação de gado, foram apropriadas mais rapidamente, fazendo com que a fronteira agrária fechasse, porém, nas áreas florestais deu-se um processo de ocupação mais lento, permanecendo a fronteira agrária aberta até a segunda metade do século XIX. Assim, aqueles que migraram para esta região executaram “uma política de ampliação fundiária na primeira metade do século XIX, quando ainda era possível apropriar-se de boas terras a baixos custos, tiveram vantagens em relação aos que procuraram fazê-lo de meados

⁴ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem...*, 1999, p.42.

⁵ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem...*, 1999, p.42.

⁶ Todos os bens que foram legados para Constantino José Pinto foi descritos no capítulo 2. Inventário *post-mortem*. Porto Alegre. Cartório: 1ª Vara de Família (ex-ór fãos). M.8, N.110, A.1784, APERS.

do século em diante⁷”. Boa parte da ampliação fundiária foi respaldada pelo regime de sesmarias que regulamentava a doação de terra, até 1822. Porém Farinatti destaca que “ao lado das doações de sesmarias, as posses por ocupação simples, as compras e as usurpações também marcaram presença naquele contexto⁸”. Constantino José Pinto enquadra-se neste contexto, uma vez que em 1817 recebeu uma parte de terra por sesmaria, no seu inventário (1834) consta que parte das propriedades que possuía foi adquirida por compra. Porém, não temos certeza dessa informação, devido à fonte não ser adequada para esta verificação. Assim, Constantino legou para sua esposa Dona Ricarda Gomes dos Santos, e seus filhos essas propriedades. Após o falecimento desta, novamente essas terras foram divididas entre sete filhos.

A partir do ano de 1850, com o advento da Lei de Terras, regulamentada em 1854⁹, foi instituída a compra como único meio legal de aquisição de terras e também considerou terras devolutas as não cultivadas em poder do Estado ou as posses não legitimadas. Assim, o governo imperial se preocupou: “em legitimar as antigas posses e medições, criar registros e títulos, além de enquadrar na nova ordem o novo sistema de colonização vigente desde as primeiras décadas do século XIX¹⁰”. Por sua vez todos os proprietários de terras deveriam declarar suas posses ao vigário da freguesia. Após 1854 ficou definido que os prazos eram determinados pelo presidente da Província, e aqueles que não declarassem a posse deveriam pagar multas de 25\$000 réis à 100\$000 réis. A cobrança de tais multas era atribuição dos vigários. Cabia a eles [...] depois de registradas as terras, enviar uma cópia do livro de registro à Diretoria Geral de Terras¹¹. Paulo Afonso Zarth, ao analisar os reflexos da Lei de terras na região do Planalto rio-grandense, constatou que a aplicação desta lei deu-se de forma diferenciada na Província do Rio Grande de São de Pedro:

⁷ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais...*, 2007.p.99.

⁸ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais...*, 2007.p.99.

⁹ O Registro Paroquial de Terras foi realizado entre 1854 e 1856. Obras importantes acerca do processo de apropriação de terras devolutas no Brasil, dos tempos coloniais até a Lei de Terras (1850), contemplando análises diferentes sobre o processo, são: LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História Territorial do Brasil. Sesmarias e terras devolutas*, 1988. SMITH, Roberto. *Propriedade da Terra e Transição: estudo da formação da propriedade privada e transição para o capitalismo no Brasil*, 1990. SILVA, Lígia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de 1850*, 1996. MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*, 1996. MOTTA, Márcia. *Nas Fronteiras do Poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil em meados do século XIX*, 1996. KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder: história da questão agrária*, 1986.

¹⁰ KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder...*, 1986, p.21.

¹¹ KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder...*, 1986, p.31.

O espírito de controle da terra, imposto pela lei de 1850, permitiu que as elites do Sul determinassem a política de ocupação das terras florestais, inclusive excluindo lavradores nacionais pobres do acesso à propriedade, em favor da política de colonização¹².

Farinatti analisou os registros paróquias de terras de Santa Maria e verificou que para as áreas de campo não foi registrada nenhuma terra obtida por ocupação primária, indício de que as terras nesta região tenham sido apropriadas muito cedo. A apropriação por doação de sesmaria teve apenas 3 casos do total de 131 parcelas declaradas de terra de campo. A forma mais freqüente de aquisição foi a compra com 52 casos. As parcelas em que foi declarada posse por herança somam 42 declarações, segunda forma de aquisição mais freqüente. Formas como aquisição mista entre herança e compra somam 06 casos. O autor concluiu que a presença de um alto número de declarações de terras de campo adquiridas por compra possivelmente devia-se a rápida apropriação destas áreas em Santa Maria. Com relação a segunda maior forma de aquisição: herança, o autor, destaca que os sesmeiros, provavelmente já chefes de família, haviam recebido terras no local, no mínimo, há mais de 30 anos possivelmente muitos já fossem falecidos, quando fora efetuado o registro¹³. E ainda o autor aponta que os Registros Paroquiais de Terras de Santa Maria não abrangem a totalidade dos estabelecimentos, sendo muito provável que pequenos posseiros, não tenham registrado suas posses, ou ainda tenham optado por não fazê-lo. Por sua vez Graciela Garcia analisando os Registros Paroquiais de Alegrete verificou que as principais parcelas de declarações indicavam que 89 eram por herança ou meação, 61 por compra, 13 eram mistas e apenas 1 por ocupação simples, e ainda 195 registros de posse da terra sem declarar como fora obtida¹⁴. Para a autora a apropriação da terra por posse simples deveria ter sido bem maior do que realmente as declarações apontavam. Concordando com isso, Farinatti enfatizou que:

¹² ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno...*, 2002.p.47

¹³ O total de Registros Paroquiais de Terras de Santa Maria analisados pelo autor somam 386. Em sua dissertação Farinatti dividiu estes registros em áreas de terras de campo (131) e área de terras de matos (255). FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem...*, 1999. pp.41-51.

¹⁴ GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra...*, 2005.p.80.

A ocupação simples deve ter sido mesmo muito comum, pois um campo ocupado primariamente por posse podia ser vendido, transmitido por herança ou mesmo, se isso ocorresse antes de 1822, embasar o requerimento de uma sesmaria. Ou seja, mesmo uma terra que aparecesse no registro paroquial como tendo sido adquirida por um dessas formas, ela podia ter tido origem em uma posse pré-existente¹⁵.

Verificamos nos Registros Paroquiais de Terras, realizados em Santa Maria que os herdeiros de Constantino e Ricarda, que legaram propriedades nesta região declararam suas posses: Francisco José, Clarimundo José, Tristão José, José Constantino, Olivério Antonio de Athayde, casado com Joaquina Maria de Oliveira e Manoel de Almeida Barbosa, tutor de seus filhos, netos de Constantino e Ricarda.

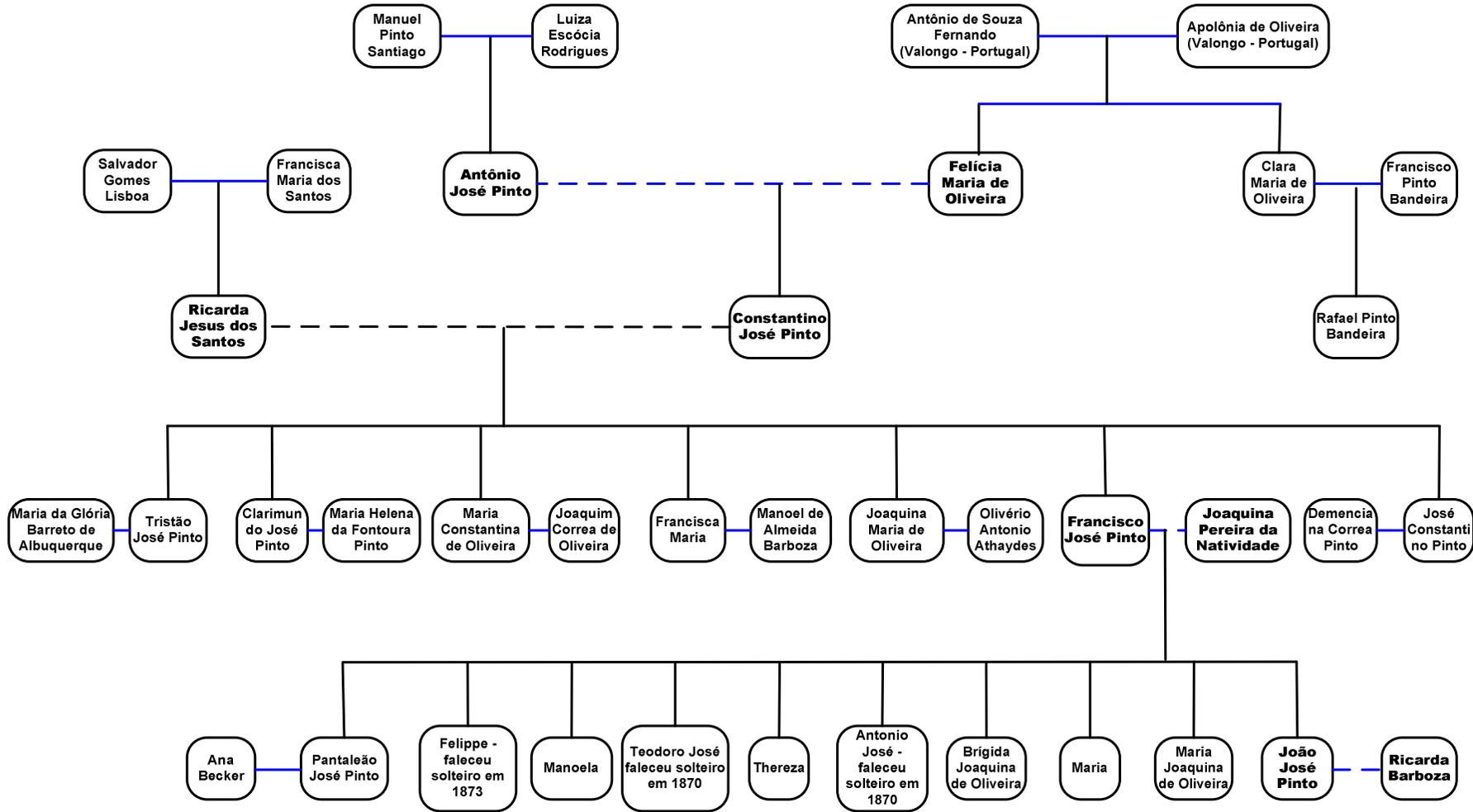
Observamos que Olivério Antonio declarou ter adquirido a posse por doação; Manoel de Almeida Barbosa declarou que seus tutelados adquiriram a posse por herança; Tristão José Pinto declarou que adquiriu a posse parte por herança e parte por compra; José Constantino Pinto declarou que adquiriu a posse por herança. No entanto, Francisco José Pinto e Clarimundo José Pinto, não mencionaram a origem das suas posses de terra¹⁶. Porém, consta no inventário de seus pais que estes receberam essas posses por herança, indicando que os registros paroquiais possuem omissões informativas importantes, que somente através de uma análise que cruze fontes diversas pode revelar.

A seguir segue a título de ilustração o diagrama genealógico da Família Pinto.

¹⁵ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais...*, 2007. p.108.

¹⁶ Registro Paroquial de terras (1854-1856), AHRs: N. 45, Francisco José Pinto; N. 46, Clarimundo José Pinto; N.71, Olivério Antonio de Athayde; N.73, Manoel de Almeida Barbosa; N.129, José Constantino Pinto; N. 168, Tristão José Pinto. Os Registros Paroquiais de Terras de Santa Maria, foram catalogados e cedidos gentilmente pelo Professor Luís Augusto Farinatti.

Diagrama 1. Família Pinto



4.2.1 A Valorização da Terra:

Acreditamos que diversos fatores foram responsáveis pela valorização da terra. Entre eles podemos destacar a influência da aplicação da lei de terras que passou a exigir de cada proprietário a medição da posse, independente da origem da sua aquisição. Essa lei também proibiu a posse das terras consideradas devolutas por ocupação simples, ou pelo menos tentou coibir essa prática difundida no Brasil. A princípio eram os vigários que registravam as terras e depois tinham que enviar cópia do livro de registros à Diretoria Geral de Terras. Segundo Luiza Kliemann “o método dificultou ainda mais a aplicação da lei, pois atribuiu, dessa maneira, um poder administrativo muito grande as paróquias, que na sua maioria não estavam preparadas para tais funções¹”. Conforme análise do historiador Paulo Zarth:

O acesso à terra, do ponto de vista legal, ficou difícil para as camadas pobres da população [...], mas nem tanto para as elites locais, que além de regularizar suas propriedades procuravam avançar ou incorporar novas áreas onde viviam muitos posseiros pobres sem poder para reagir².

Por sua vez, Márcia Motta reafirma que os registros paroquiais inauguraram “o processo de legitimação da posse e a revalidação das sesmarias em situação de comisso, mas, em ambos os casos, ele não significava que o mero registro tornar-se-ia prova de domínio – não era ainda um título de propriedade³”. O segundo passo foi à realização dos Autos de Legitimação de Posse, consistiam na busca do registro de propriedade da terra. Era um processo mais caro e demorado do que os registros paroquiais, já que havia necessidade de um agrimensor para fins de medição e legitimação do título. Assim, sistematizava-se a ocupação através da medição e comprovação do uso, visando acabar com a ocupação primária, como forma legítima de aquisição da propriedade de terras devolutas. Definia-se, assim, que a terra só poderia ser adquirida através da compra dificultando-se o acesso a terra a uma parcela menos abastada da população. A medição deveria ser feita por um

¹ KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder...*, 1986.p.31.

² ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao Moderno...*, 2002. p.60.

³ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder...*, 1996. p.171.

agrimensor, a partir do requerimento do possuidor do terreno e sob a coordenação do Juiz comissário local e assim o proprietário ou posseiro deveria provar sua posse (mansa e pacífica), seu cultivo e sua morada habitual; deveria delimitar a extensão e limites da propriedade.

Para Paulo Zarth, os ervateiros do Planalto rio-grandense, por exemplo, não puderam reivindicar a propriedade através dos processos de legitimação das posses: “para regularizar a propriedade eram necessários recursos financeiros para pagar a medição e demais encargos, coisa que estava longe do alcance daquela gente⁴”, os ervateiros. Isso significou que, o acesso a terra tornava-se expressamente mais oneroso, e assim, despendia de mobilizar uma parcela maior do cabedal para obtê-la. Nesses processos, afirma Márcia Motta vai além e evidencia “a importância do papel das testemunhas e a rede de relações pessoais e influência daquele que pretendia legitimar a terra⁵”. Segundo Helen Ortiz, “realizar e pagar a declaração de posse, custear a medição, ser reconhecido pelos confrontantes, contar com o apoio de testemunhas, resistir à pressão e força de grandes proprietários foram fatores que impediram o direito à terra por parte das camadas sociais mais despossuídas⁶”. Essa população vivia principalmente nas áreas florestais, e a privatização dessas áreas atingiu o grupo social dos lavradores nacionais e não os grandes criadores de gado. A Lei de Terras limitou o acesso terra para quem não tivesse condições financeiras para legitimá-la ou comprá-la e segundo Paulo Zarth:

Enquanto a Lei de Terras de 1850 tornava-se um instrumento para impedir o acesso a terra na região dos cafezais, obrigando o imigrante submeter-se aos cafeicultores, o governo do Rio Grande do Sul criava condições muito favoráveis no sentido contrário: pagava para os colonos terem suas propriedades⁷.

Assim, podemos verificar no gráfico abaixo essas transformações na estrutura agrária brasileira a partir dos dados coletados nos inventários *post-mortem* de Santa

⁴ ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao Moderno...*, 2002. p.91.

⁵ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder...*, 1996.p. 53.

⁶ ORTIZ, Helen Scorsatto. *O banquete dos ausentes: A Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul, Soledade – 1850-1889*. Dissertação (Mestrado em História) p.53 Universidade de Passo Fundo, 2006.

⁷ ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao Moderno...*, 2002. p.79.

Maria - embora não tenha sido possível fazer um acompanhamento em série dos preços nos inventários *post-mortem*, devido à ausência da discriminação do tamanho das propriedades.

No entanto, a elevação da participação (proporção) da terra na riqueza dos inventariados, com relação aos demais bens de produção (animais e escravos) ao longo do século XIX foi conseqüência em parte da redução da possibilidade ao acesso fácil a propriedade da terra, com a instauração da Lei de Terras e também com a efetivação do projeto de instalação do núcleo colônial de imigrantes italianos na região de Santa Maria, efetivado em 1877.

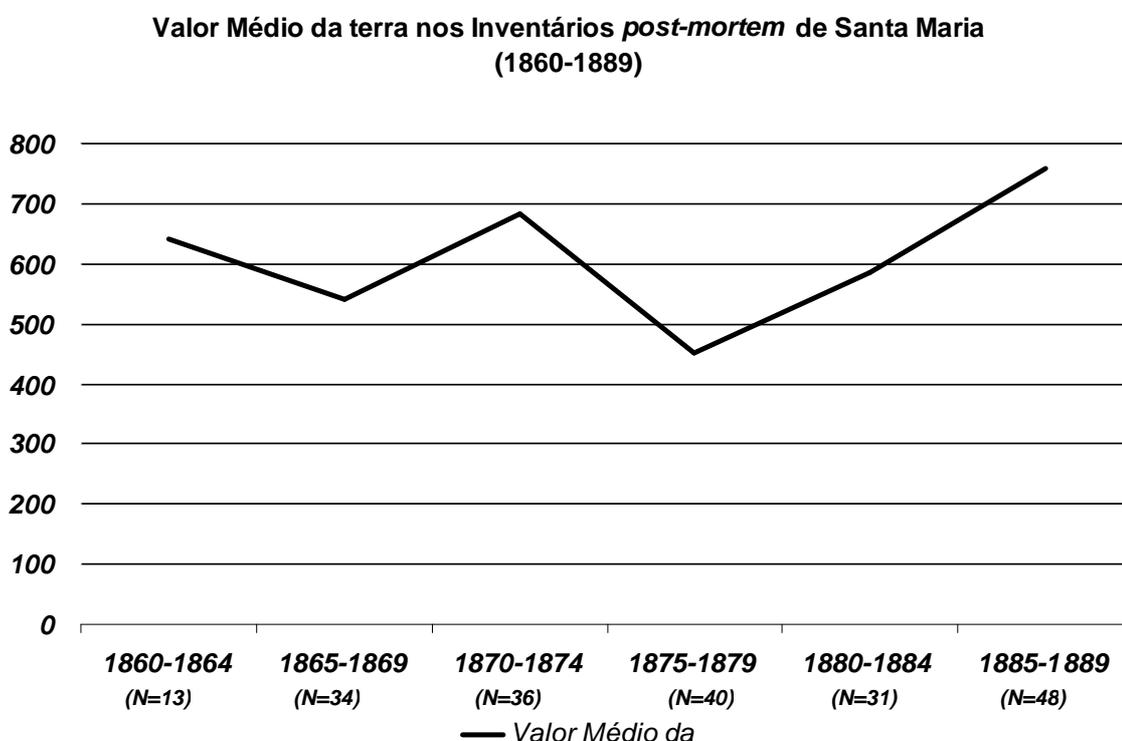


Gráfico 5 - Valor Médio da terra nos Inventários *post-mortem*
Fonte: Inventários *post-mortem* de Santa Maria, APERS

A partir da década de 1860 o processo de valorização fundiária também pode ser percebido em Santa Maria. Na segunda metade dos oitocentos, a província dá seguimento à fundação de Núcleos Coloniais⁸, sendo que, na região de Santa Maria,

⁸ A imigração italiana para o Rio Grande iniciou no ano de 1875, com as colônias Conde d'Eu (atual município de Garibaldi), Dona Isabel (atual município de Bento Gonçalves) e Colônia de Caxias; e da Colônia de Silveira Martins de 1877.

o primeiro núcleo fora estabelecido por volta de 1877-1878⁹, por imigrantes italianos, em Silveira Martins. Mesmo após a fundação da colônia de Silveira Martins o processo de medição e demarcação das terras continuou, ao mesmo tempo, que novos imigrantes italianos chegavam à região. Cada imigrante recebeu um lote de terra, chamados de colônia, com uma área de 25 hectares, vendido pelo governo a preços módicos, com um prazo de 5 anos para pagar. Observa-se no gráfico acima que a partir de 1875 o valor médio da terra nos inventários manteve uma taxa de crescimento estável até o final de nosso período de análise e provavelmente seguindo até o início de 1900. Esse crescimento da participação da terra nos inventários também deve-se as expectativas trazidas pela chegada da estrada de ferro em Santa Maria e a possibilidade dos trilhos chegarem até fronteira do Rio Grande do Sul, possivelmente contribuíram para estimular o aumento do valor das propriedades rurais na região, uma vez que diante da possibilidade do acesso ao transporte para a produção injetou uma dinamização na economia.

No início da década de 1890 inaugurou-se também um novo ciclo na região com a consolidação da prática de uma agricultura de pequena propriedade com a utilização de mão-de-obra livre, fazendo com que o ritmo em que a região de Santa Maria estava acostumada a vivenciar fosse transmutado, obrigando a população da região a se adaptarem à nova realidade.

4.2.2 A Posse de Escravos: Ligações Verticais e Vivências Cativas

Observa-se ainda neste lócus a presença significativa de negros, estes, aprendidos em nossas fontes como mão-de-obra utilizada nas mais diversas atividades econômicas desenvolvidas pelos grupos sociais lá existentes. Nas últimas duas décadas, os trabalhos dedicados à análise da economia, da demografia e das famílias escravas no Brasil evidenciaram a relevância da existência de escravos e seus descendentes em áreas cujas atividades econômicas não estavam diretamente ligadas à produção para a exportação, como no caso de Santa Maria em que a base da sua economia era o mercado interno. Como já verificamos no capítulo dois dessa

⁹ Este núcleo foi conhecido inicialmente como “Arroio Grande”, depois “Colônia de Santa Maria da Boca do Monte”, depois “Cittá Nuova” e finalmente “Silveira Martins”. TONDOLO, Rosane Bovolini. *A colonização de Silveira Martins*. (monografia de especialização, UFSM, Santa Maria, 1996, p.10).

dissertação os escravos representavam o terceiro bem mais valorizado do patrimônio produtivo dos inventariados de Santa Maria no período de 1858-1889. Partindo de uma análise genérica da presença escrava nos inventários observamos que estes ao longo do século XIX diminuem de valor e preço, como podemos observar no gráfico abaixo.

Dos 253 inventários catalogados 131 (52%) possuíam cativos, totalizando 678 escravos. Destes 131 inventariados, mais da metade possuíam até 5 cativos (69%), 20% tinham de 6 – 10 escravos e apenas 11% tinha acima de 10 cativos. A fim de vislumbrar as características mais gerais da posse de escravos entre os inventariados de Santa Maria elaboramos um gráfico distribuindo esses cativos em faixas etárias.

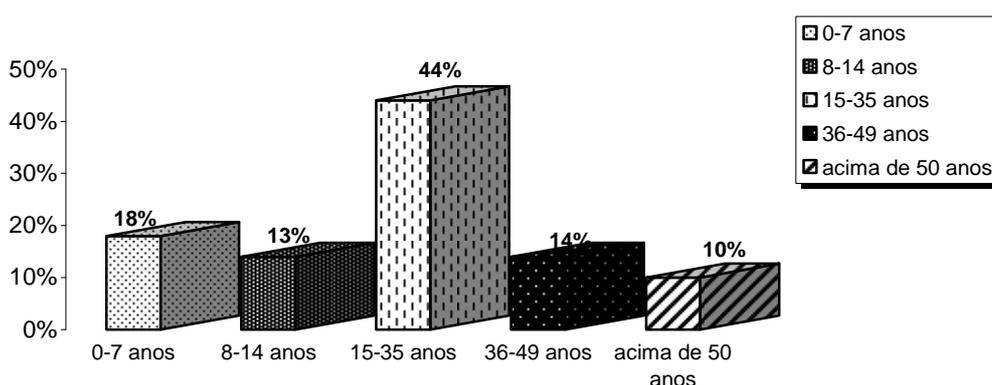


Gráfico 6 - Faixa etária dos escravos nos inventários post-mortem, Santa Maria (1858-1888).
Fonte: 131 inventários *post-mortem* de Santa Maria (1858-1887)

Verifica-se no gráfico acima que a pluralidade dos inventariados possuía cativos na faixa etária entre 15-35 anos, ou seja, 44% dos 131 inventariados possuíam escravos na faixa etária considerada plenamente produtiva. Isso não quer dizer que a faixa etária anterior ou a posterior era improdutiva, o que deve ser levado em consideração é que estas faixas etárias não possuíam a mesma capacidade produtiva da faixa etária de 15-35 anos.

Gabriel Berute estudando os números de cativos que entraram na Província do Rio Grande (1788 e 1802) verificou a “elevada participação de *infantes* ou

crianças entre a escravaria importada pelo extremo sul da América portuguesa¹⁰. O autor considera crianças os escravos pertencentes a faixa etária entre 0-14 anos. Berute revela que as guias de transporte de cativos para a Província do Rio Grande de São Pedro indicam que aproximadamente “32% dos escravos importados, tinham de 10 a 14 anos, ou seja, quase 91% das 1.180 crianças desembarcadas no período¹¹”. Observando os inventários de Santa Maria percebe-se que nesta faixa etária de 0-14 anos tem-se 31% do total de escravos. Segundo Gabriel Berute os escravos acima de 8 anos:

Passavam a desempenhar tarefas mais pesadas e regulares, ou passavam por um período de aprendizado no qual lhes ensinavam algum tipo de ofício. O início da etapa como aprendiz (por volta do oitavo ano de vida) era o momento em que o escravo deixava de ser considerada uma criança. Quando esse período se aproximava do seu final, por volta dos doze anos de idade, a criança escrava já não podia ser considerada como tal, segundo os padrões vigentes no sistema escravista: aos 14 anos, trabalhava-se como um adulto.¹²

A presença de escravos na faixa de 8 – 14 anos nos inventários de Santa Maria é de 13% sobre o total dos escravos arrolados. Indo além, verificamos uma concentração de escravos com faixa etária entre 0 – 35 anos de 75% do total de cativos o que nos permite concluir que os inventariados concentravam seus escravos nesta faixa jovem e produtiva, possivelmente estas unidades econômicas, incentivavam a reprodução endógena. Segundo Sheila Faria: “a organização familiar escrava foi uma das formas exploradas pelos senhores para manter e ampliar suas bases escravistas, não importando os padrões destas uniões, se ocidentais, africanas ou criadas pela vivência no cativeiro”.¹³ Quanto a reprodução natural ou endógena ela fica indicada por encontrarmos 18% de crianças, certamente essas crianças são "crias da casa", ou seja, filhas de escravas da casa, o que denota reprodução e existência de relações familiares, de diversos tipos.

Destes 678 escravos, selecionamos apenas os escravos que pertenciam à faixa etária entre 15-35 anos considerada idade produtiva dos cativos e também

¹⁰ BERUTE, Gabriel do Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825*. 2006 p.58 (dissertação de mestrado)

¹¹ BERUTE, Gabriel do Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul...*, 2006. p.61.

¹² BERUTE, Gabriel do Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul...*, 2006. p.63.

¹³ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*, 1998. p.300.

mais valorizada, assim, computou-se 297 escravos, ou seja, 44% do total. Conforme Paulo Moreira: “sendo esta faixa etária considerada a mais produtiva, também era a de maior desgaste físico e de exposição às causas das enfermidades¹⁴”. Ainda, dividiram-se os escravos por sexo e chegamos às cifras seguintes: 148 homens e 149 mulheres. Esse processo foi realizado para que pudéssemos verificar o valor médio dos cativos nos inventários ao longo do período de 1858-1888. Para tanto, estabelecemos seis períodos de cinco anos cada, como pode-se verificar no gráfico abaixo:

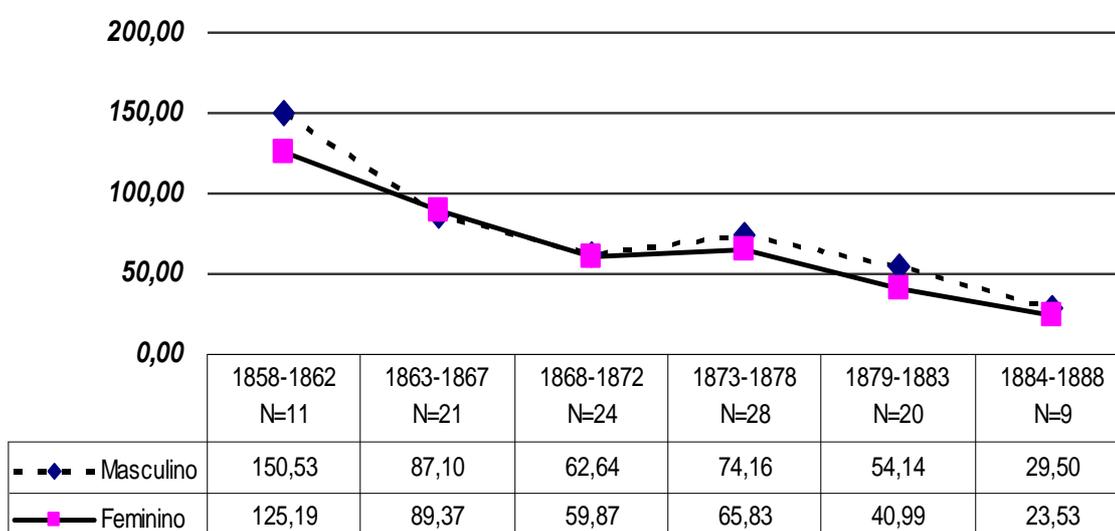


Gráfico 7 - Valor médio em libras esterlinas dos escravos segundo sexo e faixa etária produtiva (15-35 anos), inventários post-mortem Santa Maria 1858-1887.

Fonte: 113 inventários *post-mortem* de Santa Maria (1858-1887). (**N=**) Número de inventários/período

Verifica-se no gráfico acima que os escravos possuíam um valor maior que as escravas em praticamente todos os períodos analisados, com exceção do período de 1863-1867, em que as escravas mulheres com um valor médio de 89,37 libras esterlinas, ultrapassam o valor dos escravos homens. Observa-se também a diminuição do valor médio dos cativos de ambos os sexos, ao longo do período analisado. No final da década de 1850, provavelmente influenciado pelo fim do tráfico negreiro, os preços começaram a declinar gradativamente até a publicação da Lei do Ventre Livre em 1871. Percebe-se que no período de 1873-1878 uma pequena elevação do valor dos cativos, mas, nos próximos períodos volta a cair,

¹⁴ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Moléstias dos Pretos Corpos: Doença, saúde e Morte entre a População Escrava de Porto Alegre no Século XIX (1820/1858)*. MUHM, p.6

com a promulgação da Lei do Sexagenários, até a Lei Aurea em 1888, que determinou o fim da escravidão no Brasil. Assim, a participação deste bem no montante da riqueza dos patrimônios dos inventariados de Santa Maria, também foi diminuindo com o declínio e o fim da escravidão, passando a representar na última década (1880) somente 5% da riqueza inventariada.

O valor médio dos escravos masculinos no período de 1858-1862 era de 150,53 libras esterlinas comparando ao valor médio do escravo masculino no período de 1884-1888 (anos finais da escravidão) tem-se apenas 29,50 libras esterlinas, ou seja, uma redução no valor de 80%. Seguindo essa análise percebe-se que o valor médio das mulheres escravas sofre uma redução de 81% com relação ao primeiro período (1858-1862) e o último período (1884-1888).

Já foi analisado que a composição da fortuna dos proprietários/criadores de Santa Maria estava concentrada principalmente em bens de raiz, animais e nos escravos. Sua estrutura econômica era baseada no trabalho servil. Analisando de forma genérica a média de cativos do período de 1858-1869 constatamos que era de 7 escravos, enquanto que no período de 1870-1888 a média passou a ser de 4 escravos. Apesar de ter havido uma queda na média de escravos após 1870 neste locus, Regina Xavier revela que os escravos: “nunca deixaram de significar um parâmetro importante desta fortuna senhorial, um dos principais elementos de segurança patrimonial, sinal de distinção e garantia de um afastamento da pobreza¹⁵”. Assim, a escravaria correspondia a uma parte importante do capital da Família Pinto em Santa Maria. Analisando os inventários dos irmãos, Francisco José Pinto e Clarimundo José Pinto, que residiam nesta região, verificamos que ambos possuíam juntos 29 cativos e que estes exerciam diferentes atividades nas propriedades dos irmãos, como veremos a seguir. É importante analisar e compreender o papel ativo deste atores que viviam no cativeiro em uma região cuja economia não era charqueadora e sim combinava atividades mistas – agricultura e pecuária. Paulo Zarth foi um dos primeiros historiadores a chamar atenção para esse universo agro-social. Em seu estudo sobre a presença e a importância da escravidão nas missões demonstrou que “esses escravos não estavam trabalhando apenas nas

¹⁵ XAVIER, Regina. A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos. In SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (Orgs). *RS NEGRO: cartografia sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p.16.

charqueadas, pois os encontramos espalhados por todas as regiões da Província¹⁶ e nas diversas áreas produtivas do Rio Grande do Sul. Helen Osório também assinalou a coexistência de escravos campeiros e roceiros nas estâncias gaúchas, desmistificando uma visão de que nas propriedades gaúchas compostas de vastos campos só existiria espaço para a atividade pecuária. Farinatti em seu estudo sobre o município de Alegrete (1831-1870) revela que a maioria dos escravos relacionados nos inventários exerciam a atividade de campeiros, já que a pecuária era o carro chefe desta economia regional.

A fim de verificarmos o perfil dos escravos pertencentes a Família Pinto, iniciamos a análise pelo inventário de Francisco José Pinto (1858). Para tanto, elaboramos um quadro contendo: o nome, idade, origem, valor e profissão dos cativos. O senhor Francisco José tinha 20 escravos que trabalhavam na sua propriedade. Todavia quando fora realizada a *relação de 1858*, Francisco José, possuía de 12 escravos e um filho capataz para auxiliar no cuidado e manutenção das três léguas de campo no Rincão de Santa Catharina. Observa-se que no mesmo ano em que os dois documentos foram realizados existe uma diferença de oito cativos a mais declarados no inventário. Para que pudéssemos responder este questionamento distribuimos os cativos em faixas etárias para verificarmos quantos cativos estavam presentes na faixa etária produtiva (de 15-49 anos):

Tabela 24 - Plantel de escravos de Francisco José Pinto (1858).

Nome	Idade	Origem	Valor	Profissão	Dados
João	60	Nação	600\$000	Carpinteiro	
Feliz	40	Africano	1:400\$000	Sapateiro	
Manoel	28	Africano	1:900\$000	Pedreiro	
Pedro	56	Africano	800\$000	Carpinteiro e Roceiro	
Felisberto	34	Africano	1:800\$000	Carpinteiro e Roceiro	
Manoel	36	Africano	1:600\$000	Roceiro	
Benedicto	21	Crioulo	1:900\$000	Campeiro	
Jacinto	19	Crioulo	1:800\$000	Campeiro	
Noé	44	Africano	1:200\$000	Campeiro	
Gregório	35	Crioulo	1:600\$000	Campeiro	Casado
Thomé	56	Africano	550\$000	Campeiro	Casado
Luzia	40	Africana	300\$000		Casada
Benta	30	Africana	600\$000		Casada
Andreza	37	Crioula	1:000\$000		
Rita	48	Africana	500\$000		
Florinda	9	Crioula	1:400\$000		
Catharina	7	Crioula	1:000\$000		
Raquel	4	Crioula	600\$000		
Martha	2	Crioula	300\$000		
Vicente	44	Africano	800\$000	Chácaro	

Fonte: inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório de: Órfãos e Ausentes. M.1. N.25. A. 1858, Santa Maria, APERS.

¹⁶ ZARHT, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno...*, 2002. p.109.

Verificamos que o plantel de escravos do senhor Franciso José concentrava-se da seguinte forma: 20% (4) cativos na faixa etária entre 0-14 anos; os escravos em idade produtiva entre 15-35 anos, representavam 30% (6); os escravos em idade entre 36-49 anos, representavam 35% (7) e os escravos que tinham acima de 50 anos representavam apenas 15% (3). Assim, verificamos que este senhor possuía de fato 12 escravos em plena faixa etária de produção (15-49), conforme foi declarado na relação de 1858. Nossa hipótese, portanto, é que na lista de 1858 somente apareciam os trabalhadores cativos que *efetivamente* auxiliavam na manutenção da unidade produtiva de seus senhores. Assim, seja por algum tipo de incapacidade física (gerada por doença, velhice ou pouca idade) ou por não estarem na propriedade no momento da relação, foi omitida a presença de 4 africanos maiores de 45 anos (João, Pedro, Thomé e Rita) e 4 crioulos ainda crianças, provavelmente *crias da casa* (Florinda, Catharina, Raquel e Martha).

Observa-se que para as escravas não consta a descrição das atividades. Infelizmente a maioria dos inventários analisados raramente referem-se as especializações dos cativos avaliados. Uma exceção valiosa é do inventário de Francisco José Pinto, datado de 1858. Nele, figuram 20 escravos, 12 homens e 8 mulheres. Para todos os escravos do sexo masculino foram listadas as atividades que estes exerciam dentro da propriedade do senhor Francisco José. A maioria dos escravos do sexo masculino estava vinculada as lides pecuárias, com destaque os escravos campeiros.

Verifica-se também a presença de escravos masculinos com atividades especializadas: carpinteiro, sapateiro e pedreiro, estes possuíam uma média de valor de 1:300\$000 réis. Em suma o valor de um campeiro era maior do que de qualquer outro cativo especializado.

E ainda, a propriedade de Francisco José contava ainda com três escravos que exerciam a atividade de roceiros, segundo Paulo Zarth: “os roceiros encarregavam-se de abastecer a estância com produtos agrícolas e, certamente, auxiliavam nas horas de pico das atividades pastoris propriamente ditas¹⁷”. Assim, constatamos que a presença de roceiros e de campeiros no plantel do senhor Francisco José formava a maioria do contingente de cativos, demonstrando que

¹⁷ ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno...*, 2002.p.112.

paralelamente a produção pecuária também era desenvolvida a atividade agrícola nesta propriedade, possivelmente para consumo familiar.

Observa-se que no plantel do senhor Francisco José havia a presença de duas famílias escravas: Gregório e Benta e Thomé e Luzia. Estes dois parceiros do cativo, o crioulo Gregório e o africano Thomé, exerciam a atividade de campeiros, compartilhando o ofício com mais três cativos. Conforme Paulo Moreira, o fato de dois cativos ocupar-se como campeiros, “talvez tenha facilitado o estabelecimento de laços familiares. Como exercia um ofício que exige mobilidade, os laços familiares serviam, na ótica senhorial, como uma segurança, ou pelo menos como uma variável que dificultava os planos de fuga¹⁸”. Esse caso exemplifica exatamente o que Sheila de Castro Faria percebeu ao estudar a participação dos escravos na atividade pecuária nos Campos dos Goitacazes. A autora constatou que era significativa a incidência de famílias escravas, e, portanto, a organização familiar era considerada uma “estratégia satisfatória de coação ao trabalho¹⁹”. Gregório e Thomé exerciam uma atividade que lhes permitia percorrer à cavalo a vasta propriedade do senhor Francisco José e até mesmo ir além desta, e nestes trajetos de grande mobilidade possivelmente mantinham contato com outras pessoas livres e cativas, ampliando seu campo de relações. A fuga representaria o abandono de sua esposa e filhos, que certamente, ficariam à mercê de represálias da família do seu senhor, devido a perda de um escravo campeiro de grande valor produtivo. Outrossim, a fuga individual era a que apresentava a maior possibilidade de fuga, já que a familiar demandava um planejamento estratégico as vezes praticamente impossível.²⁰

Analisando o inventário verifica-se ainda a presença de um escravo Vicente, 44 anos, de profissão chacreiro. Vicente cuidava de uma chácara de Francisco José Pinto localizada em Cachoeira. Esta não era a única propriedade de Francisco José e ele não residia nesta propriedade com a família e ainda podemos dizer que não era desta propriedade que provinha sua renda. Certamente existia uma forte relação

¹⁸ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Joana Mina, Marcelo Angola e Laura Crioula: os parentes contra o cativo. Apud FÁRIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento. p.327. In SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (Orgs). *RS NEGRO: cartografia sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p.55.

¹⁹ FÁRIA, Sheila de Castro. *Colônia em Movimento...*, 1998. p.330.

²⁰ PETIZ, Silmei de Sant'ana. *Buscando a Liberdade: as fugas de escravos da Província de São Pedro para o além –fronteira (1815-1851)*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 2001; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Justiçando o Cativo: A cultura de resistência escrava*. In PICCOLO, Helga (Org. e outros). *História Geral do Rio Grande do Sul – Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, pp. 215-231.

de confiança entre o senhor Francisco José e o escravo Vicente, que cuidava desta média propriedade com certa autonomia, gozando provavelmente do acesso a um pequeno lote de terra e conseqüentemente a uma economia própria.

Entre os escravos relacionados no inventário de Francisco José verificamos a presença de alguns que foram legados por seus pais: Pedro, Gregório, Noé, Andreza, Thomé e Luzia. Estes dois últimos escravos recebidos pela sua herança materna. Thomé e Luzia eram casados, ambos de origem Africana, Thomé com 56 anos exercia a atividade de campeiro e sua esposa Luzia tinha 40 anos. Sobre a cativa Luzia não consta a atividade. Nos inventários post-mortem é comum encontramos descrito o nome e a idade dos escravos, dados importantes para poder realizar a avaliação, no entanto, a atividade que este cativo realizava não é uma informação freqüente. Concordamos com Hebe Mattos, quando se refere que os inventários “espelham um momento de diversas histórias de vida²¹”. Percebe-se que quando foi realizado o inventário do senhor Constantino José Pinto em 1834 estes dois escravos (Thomé e Luzia) foram legados para Dona Ricarda Gomes dos Santos. Em 1852 fora realizado o inventário desta e estes cativos foram legados para seu filho Francisco José Pinto. Segundo Hebe Mattos para os escravos: “as execuções de hipotecas, as partilhas nos inventários ou a perda das boas graças do senhor tendiam a concentrar os momentos mais comuns de tensão, produzidos pela condição de mercadoria que lhes era imposta²²”. Porém, neste caso verificamos que houve a partilha e respeitou-se a condição desta família escrava não separando o casal. Hebe Mattos revela que: “a prática de se respeitarem os grupos familiares nas partilhas e vendas de cativos pode ser registrada com alguma freqüência, mesmo antes que se transformasse em imposição legal, em 1869²³”. Consta ainda anexado ao inventário de Francisco José Pinto uma solicitação ao senhor Juiz de órfãos, feita pela escrava Luzia:

²¹ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio...*, 1998. p.57.

²² MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio...*, 1998. p.111.

²³ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio...*, 1988. p.111.

Diz a Africana Luzia escrava do casal do finado Francisco José Pinto que achando-se carregada de anos e (...) de bons serviços prestados ao longo do cativeiro, obteve dos interessados a permissão de vir ante a Vossa Senhoria impetrar o bem de mandar que depositado em mão de pessoa idônea a quantia de 300\$000 réis porque foi a suplicante avaliada seja ela considerada no respectivo inventário em lugar da pessoa da suplicante que implora sua liberdade, visto acharem-se os bens da herança de que a suplicante faz parte pro-indiviso.

A escrava Luzia com 40 anos solicitou sua liberdade em troca de pagar o valor pelo qual foi avaliada, 300\$000 réis. Isso foi realizado no dia 15 de abril de 1859 e ela recebeu a sua liberdade. No entanto seu marido Thomé continuou ainda sob o cativeiro, ele fora legado para viúva Dona Joaquina Maria da Natividade em 1858. No ano de 1864 foi realizado o inventário de Dona Joaquina Maria e o africano Thomé, com 62 anos permanecia cativo, enquanto sua esposa a ex-escrava Luzia já há sete anos gozava da liberdade. Juntamente com ele outros homens e mulheres conviviam no cativeiro, entre eles estavam: Gregório, Manoel, Pedro, Noé, Vicente, João, Benedita, Andreza, Rita e Maria. No momento da partilha (1864) o africano Thomé foi legado para a herdeira Luisa Joaquina de Oliveira, casada com Jose Alexandre de Souza, juntamente com os escravos Noé, João, Pedro e Rita. Porém, no ano de 1865 o senhor José Alexandre de Souza e Dona Luisa Joaquina concederam a liberdade aos escravos Thomé, Noé, João e Rita, mediante o pagamento dos valores pelo quais eles foram avaliados no inventário de Dona Joaquina:

Thomé, preto, Africano, 62 anos (...) a carta foi concedida mediante pagamento, pelo escravo de 100\$000 “moeda comercial” valor pelo qual foi avaliado no inventário (...); Noé, preto, Africano, 50 anos a carta foi concedida mediante pagamento, pelo escravo de 300\$000 “moeda comercial” valor o qual foi avaliado no inventário (...); João, preto, Africano, 66 anos a carta foi concedida mediante pagamento, pelo escravo de 100\$000 “moeda comercial” valor o qual foi avaliado no inventário (...); Rita, preta, Africana, 54 anos a carta foi concedida mediante pagamento, pelo escravo de 250\$000 “moeda comercial” valor o qual foi avaliado no inventário (...)²⁴

Observa-se que Pedro continuou no cativeiro. Quando José Alexandre de Souza faleceu no ano de 1877 deixou a esposa, Luisa Joaquina de Oliveira e

²⁴ Fundo Tabelionato do Município de Santa Maria da Boca do Monte. Livros Notariais de Transmissões, Livro 4 – 1871 a 1873.p.78r, p.78v, 79v e 80v, APERS.

Souza²⁵ e seis filhos, cinco homens e 1 mulher, todos solteiros. Analisando este inventário verificamos que o escravo Pedro com 74 anos fora avaliado por 25\$000 e ainda permanecia cativo, possivelmente tenha falecido no cativeiro.

Verifica-se ainda, no inventário de Francisco José Pinto (1858), a presença de mais uma família escrava: o crioulo Gregório (35 anos) casado com Benta, de Nação (30 anos). Analisando o inventário de Dona Joaquina Maria, viúva de Francisco José, foi possível identificar que este casal tivera um filho no cativeiro, “um crioulinho por batizar com nove meses²⁶”. Esse fato demonstra que o percentual de 18% de crianças escravas na faixa de 0-7 anos deve-se em parte a reprodução endógena, como bem demonstra esse caso.

No momento da partilha, esse núcleo familiar (composto do crioulo Gregório e a Africana Benta e seu filho), foi legado para João José Pinto, filho e herdeiro de Joaquina Pereira da Natividade. Quando fora realizado o inventário de seu pai Francisco José Pinto no ano de 1858, João José recebeu também o escravo Manoel de 28 anos (Africano e pedreiro). No entanto, em 24 de junho de 1869 (registrada no cartório em 27 de julho do mesmo ano), foi passada a carta de alforria de Gregório na Fazenda de Santa Catarina (2° Distrito de Santa Maria), mediante o pagamento por ele feito da quantia nada desprezível de 1 conto de réis²⁷. Cabe salientar que Gregório fora avaliado no inventário da Joaquina Pereira da Natividade (1864) pelo valor de 600\$000 réis. Porém, Benta e seu filho permaneceram no cativeiro.

João José Pinto casou-se com Ricarda Barboza Pinto e deste matrimônio tiveram três filhos: Manoela, Olympia e Licerio, porém no ano de 1870, Ricarda Barboza Pinto, faleceu. Em 1871 foi realizado seu inventário pelo viúvo, João José Pinto, fazendeiro, com 32 anos. Analisando o inventário verificamos que entre os doze escravos que possuía o casal (João José Pinto e Ricarda) estava Benta, com 42 anos, avaliada por 150\$000 réis e Cyriaco com 6 anos, filho de Benta e Gregório, este avaliado em 500\$000 réis. Observa-se também neste inventário que as dívidas passivas que o casal, João José Pinto e Ricarda, tinham somavam 14:236\$520 réis, entre essas 6:000\$000 réis deviam ao Doutor Egydio Barbosa de Oliveira Itaquy. Esta dívida foi paga com dez escravos (Benedito, Manuel, Firmino, Zacarias,

²⁵ Luisa Joaquina de Oliveira e Souza, filha dos finados: Francisco José Pinto e Joaquina Pereira da Natividade.

²⁶ Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório de: Órfãos e Ausentes. M.2, N.56, A.1864, APERS.

²⁷ Fundo Tabelaionato do Município de Santa Maria da Boca do Monte. Livros Notariais de Registro Diversos, Livro 1 – 1862 a 1874.p. 32r, APERS.

Victoria, Joana, Margarida, Lebonia, Sabina e Bazilio) totalizando 6:000\$000 réis. O senhor João José Pinto permaneceu somente com a escrava Benta e seu filho Cyriaco. Tudo indica que tenha ocorrido uma negociação entre o senhor e os escravos, já que Gregório tinha comprado sua liberdade e provavelmente estava pretendo comprar a alforria de sua mulher e filho, que permaneciam no cativeiro. Conforme Hebe Mattos: “o casamento (legal ou consensual) potencializava o acesso dos cativos à exploração de roças próprias²⁸” e neste caso poderiam acumular algum pecúlio que mais tarde seria revertido possivelmente na compra da alforria.

Os inventários permitem uma primeira aproximação à identificação das ocupações dos escravos. Embora nem todos os inventários apresentem essa informação, é possível afirmar que os escravos estavam presentes na maioria das atividades desenvolvidas nas áreas rurais e urbanas que se desenvolvessem na região. Sozinhos, em pequenos grupos ou trabalhando em conjunto com pessoas livres, libertas, familiares dos senhores ou até mesmo com agregados, uma expressiva parcela da comunidade cativa estava distribuída entre proprietários de pequenos plantéis, localizados também em áreas as quais a produção destinava-se à subsistência e ao abastecimento interno.

Também residiu em Santa Maria, Clarimundo José Pinto, irmão mais novo de Francisco José Pinto. O tenente Clarimundo José Pinto como era conhecido, sexto filho da abastada família Pinto, tinha apenas 14 anos quando seu pai Constantino José Pinto faleceu. Anos depois casou com Maria Helena da Fontoura, natural de Cachoeira do Sul, filha do Major João Gualberto da Fontoura e de Maria Eulália da Fontoura Vasconcelos, também de Cachoeira do Sul. Do enlace matrimonial entre Clarimundo José Pinto e Maria Helena, nasceram oito filhos: Marfina, Eulália, Constantina, João Gualberto, Delfino, Amabilia, Pedro Dinarte, Clarimundo José.

Clarimundo possuía uma légua de campo situada na margem direita do arroio Sarandy com uma casa coberta de telha onde o casal vivia. Neste campo o senhor Clarimundo Jose, tinha 1.270 reses, 100 cavalos, 213 éguas. Assim, como na propriedade do seu irmão, Francisco José, também nesta propriedade coexistia a atividade pecuária e agricultura. Analisando o seu inventário (1866) percebe-se que o senhor Clarimundo possuía 22 bois mansos, que segundo Helen Osório eram “utilizados como animais de tração para carretas, atafonas e arados, são um dos

²⁸ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...*, 1998. p.135

indicativos da prática de agricultura²⁹. Tinha nove escravos: cinco homens e quatro mulheres. No entanto, o inventário *post-mortem* do senhor Clarimundo José Pinto não consta a informação sobre as atividades que os escravos desenvolviam na propriedade. Apesar desta fonte ser limitada pode-se extrair delas outros dados, tais como o nome dos escravos, idades, origem. Foi de posse destes dados que construímos o quadro abaixo:

Tabela 25 - Plantel de escravos de Clarimundo José Pinto (1866)

Nome	Idade	Origem	Valor	Profissão	Dados
Bazilio	40	Crioulo	800\$000	-	
Luis	28	Crioulo	1:000\$000	-	
Damião	20	Crioulo	400\$000	-	Aleijado de uma perna
Thomaz	4	Crioulo	300\$000	-	
Ramão	2	Crioulo	100\$000	-	
Maria	50	Crioulo	350\$000	-	
Germannna	48	Crioulo	300\$000	-	
Maria	40	Crioulo	400\$000	-	
Theodora	13	Crioulo	800\$000	-	

Fonte: Inventário post-mortem. Santa Maria. Cartório de: Órfãos e Ausentes. M.3, N.66, A.1866, APERS.

Para dar seqüência a nossa análise e reconstituir o cenário rural em que viveu a família do senhor Clarimundo José Pinto e seus escravos, recorreremos, então, a análise de um processo crime. Este documento de cunho qualitativo propiciou o contato com o cotidiano da escravidão no cenário de uma propriedade rural, o que através dos números não seria possível perceber. A amplitude deste documento é especialmente importante, já, que permitem acompanhar as trajetórias de determinados sujeitos, possibilitando a construção de verdadeiras histórias de vida, ao mesmo tempo, que desvela os meandros de um crime. Assim, buscamos retirar desta fonte informações microscópicas, pistas, vestígios documentais que pudessem desenhar o cenário da experiência histórica do cativo em Santa Maria.

4.2.3 Sangue e Morte entre Parceiros: o Assassinato do Escravo Jerônimo

Corria o ano de 1855, quando por volta das duas horas da tarde de uma quarta-feira primaveril, do dia 12 do mês de setembro, a fazenda do senhor

²⁹ OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América...*, 2007.p.162.

Clarimundo José Pinto no distrito do Pau Fincado, em Santa Maria, foi palco de um conflito sangrento. O senhor Clarimundo, ordenou aos seus escravos, Bazilio, Tiburcio e Jerônimo, capinar a roça para preparar a terra para cultura. Encarregou o escravo Jerônimo como “capataz” daquele serviço naquela “roça distante de sua casa como duas quadras”. Por volta das duas horas da tarde, o escravo Bazilio, voltou a casa do seu senhor para dar parte do acontecido.

O escravo Tiburcio “dera um golpe com a enxada com que trabalhava” contra o “seu parceiro” o escravo Jerônimo. Em seguida, “puxando por uma faca que trazia na cintura deu uma facada”, mas, o escravo Jerônimo tentando se defender “conseguiu segurar a faca pela lâmina”. Persistindo a luta, o escravo Tiburcio, pegou “com a mão esquerda a faca que o escravo Jerônimo trazia na cintura” e “deu duas facadas no infeliz escravo” no lado esquerdo, “uma abaixo da mamica esquerda, que lhe penetrou o coração” e outra “logo abaixo da última costela, quase na boca do estômago” que instantaneamente morreu. O escravo Tiburcio fugiu para o mato.

O senhor Clarimundo ordenou que conduzissem o cadáver para sua casa e colocou “em um quarto que tem perto da cozinha”, para lá velarem o corpo do escravo Jerônimo. Ao anoitecer, no mesmo dia 12, no quarto junto da cozinha, estavam os escravos Marçal e Bazilio e uma china de nome Leonor, assalariada do senhor Clarimundo, velando o “cadáver de seu parceiro”, quando reaparece o escravo Tiburcio com mesma faca em punho. Na ocasião, o escravo Bazilio, estava na porta do quarto, quando, o escravo Tiburcio, “deu uma facada” em Bazilio e ferindo-o no “quadril do lado direito”. Após realizar o que pretendia, o cativo homicida fugiu novamente e apresentou-se “na casa do Capitão João David de Medeiros com o fim de apadrinhar-se”.

O cenário do crime foi a fazenda de Clarimundo José Pinto, na localidade de Pau Fincado em Santa Maria, onde Tiburcio era escravo. O réu Tiburcio era solteiro, filho da escrava Ignacia, tinha 31 anos, nascido na Vila de Cachoeira e exercia os ofícios camperio e roceiro.³⁰ Analisando o processo crime, não foi possível saber quais as circunstâncias que levaram Tiburcio a matar seu parceiro Jerônimo na roça da fazenda e atentar contra Bazilio, no fúnebre momento do velório. Porém, foi possível averiguar que Tiburcio, Jerônimo e Bazilio eram parceiros do cativo a muito tempo. Verificamos que estes três cativos foram legados para o senhor

³⁰ Processo Crime, 1º Cartório de Cachoeira do Sul, m aço 4, auto 3015, 1856, APERS.

Clarimundo na herança de seu pai, Constantino José Pinto em 1834. Naquele ano o crioulo Tibúrcio tinha 8 anos, o crioulo Jerônimo tinha 12 anos e o crioulo Bazílio tinha 1 ano e meio. Cabe salientar que o senhor Clarimundo naquele ano tinha apenas 14 anos. Podemos inferir neste caso que tanto cativos como o senhor Constantino conviveram desde cedo, em condições opostas, uns sob o jugo do cativo e o outro gozando a situação da liberdade e senhorio sobre seus trabalhadores, o que não os impedia de manter relações diversas. Ou seja, Bazílio, Tibúrcio e Jerônimo faziam parte da mesma comunidade escrava há muito tempo, compartilhando solidariedades, afetividades e divergências (já que disputavam os mesmos recursos); conforme Hebe Mattos revela:

A própria condição cativa, reforçada pela hegemonia da vida coletiva nos grandes plantéis, tenderia a reforçar as solidariedades horizontais entre os escravos e as próprias possibilidades da construção de uma comunidade cativa dotada de especificidade e autonomia cultural frente aos demais segmentos da sociedade. Por outro lado, as próprias condições que criavam esta possibilidade eram essencialmente frutos da violência do cativo. Desde que houvesse condições para tanto, afirmar-se enquanto pessoa no interior da condição cativa significava também diferenciar-se na homogeneidade artificialmente construída pela escravidão³¹.

Essa diferenciação dentro do plantel de escravos gerava tensões no interior da experiência do cativo, como podemos observar neste caso. O crioulo Bazílio acusou o crioulo Tibúrcio de ter matado com duas facadas o companheiro de cativo, o crioulo Jerônimo, na roça onde trabalhavam. No entanto, no depoimento do crioulo Bazílio, principal testemunha do crime, este disse:

[...] que indo chegando na roça em que trabalhavam o morto, com o réu [...] viu ele informante o réu levantar a enxada com que trabalhava e dar uma pancada em seu *parceiro* Jerônimo, o qual podendo defender-se da pancada agarrou a enxada, porém tropeçando em um pau caído sempre agarrado na enxada de barriga para cima, em cuja ocasião o réu puxando por um faca que trazia na cintura deu uma facada no dito *escravo Jerônimo*, mas este desviando-se da facada, conseguiu segurar a faca pela lâmina, então, ele ingorformante correndo ao lugar do conflito agarrou-se ao braço do réu, para vê se podia tirar-lhe a faca; porém ele *réu* lembrando-se que o falecido Jerônimo tinha uma faca na cintura, com a mão esquerda lhe tirou,

³¹ MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio...*, 1998. p.124.

e com ele deu duas facadas no infeliz *escravo Jeronimo* [...] Tendo já o réu fugido levando uma faca [...] ³².

Em seu depoimento o crioulo Bazilio não menciona o porque Tiburcio assassinou seu parceiro Jeronimo. No entanto, observa-se que no depoimento de Bazilio ele usa do termo “parceiro” e também “escravo” enquanto para Tiburcio, o assassino, refere-se como “réu”. Nos apropriando da análise feita pela historiadora Hebe Mattos quando se refere que a utilização dos termos - *parceiros* no sentido de pertencer ao mesmo senhor, enquanto, *escravo* aciona uma identidade negativa, mais do que isso, “tendia a reforçar uma identidade escrava ³³”. A autora revela ainda que em outros casos “o substantivo ‘parceiro’ perdia seu caráter generalizador (todos os escravos do mesmo senhor), para se referir mais especificamente aos companheiros de trabalho ou de infortúnio ³⁴”. No caso deste crime devemos considerar que o termo ‘parceiro’ utilizado no depoimento do escravo Bazilio seja no sentido de companheiro de trabalho, uma vez que todos trabalhavam na roça naquele momento. Agora com relação aos termos ‘réu’ e ‘escravo’ tudo indica que seja provável influência do escrivão judicial na transcrição do depoimento de Bazilio.

No depoimento do senhor Clarimundo José Pinto, branco, casado, 35 anos, profissão fazendeiro, este declarou que: “[...] mandou seus escravos capinar na roça; veio pelas duas horas da tarde [...] seu escravo Bazilio dar parte de que o réu [...] acometendo o escravo Jeronimo, a quem ele testemunha havia *encarregado daquele serviço da roça* [...]”. Em outro depoimento a testemunha, Jose Bento Chaves, branco, solteiro, 22 anos, carpinteiro disse que: “[...] sabe, porém por ouvir dizer que o réu [...] foi o matador do cabra Jeronimo seu parceiro, estando ambos trabalhando em uma roça em cujo serviço tinha o morto o caráter de capataz por lhe haver sido encarregado por Clarimundo [...]”. Percebe-se, portanto, através destes dois depoimentos que possivelmente esta diferenciação acionada pelo senhor Clarimundo em relação aos seus cativos, tenha sido o estopim da tensão e do crime ocorrido na fazenda. Segundo Hebe Mattos: “os senhores investiram na diferenciação interna da experiência do cativo, enquanto estratégia explícita de controle social de seus escravos ³⁵”. Em seu estudo Hebe Mattos verificou através

³² Processo Crime, 1º Cartório de Cachoeira do Sul, m aço 4, auto 3015, 1856, APERS.

³³ MATTOS, Hebe, *Das cores do silêncio...*, 1998. p.130.

³⁴ MATTOS, Hebe, *Das cores do silêncio...*, 1998. p.130.

³⁵ MATTOS, Hebe, *Das cores do silêncio...*, 1998. p.131.

dos depoimentos dos processos crimes que: “todos os feitores de roça (havia mais de um), eram também escravos³⁶”. Da mesma forma a autora menciona que os cativos também se esforçavam para conquistarem os cargos de feitores, no caso aqui capataz, pois, esta estratégia daria acesso à alguns privilégios, tais como a possibilidade de cultivar uma roça de subsistência e o acesso a unidade familiar. No momento do assassinato o escravo Jerônimo estava ocupando uma função superior era capataz daquele serviço. Porém, infelizmente, não foi possível verificar se Jerônimo exerceu essa função designada pelo seu senhor outras vezes. No entanto, verificamos que esta é uma diferenciação construída a partir da autoridade senhorial, conforme Hebe Mattos:

espera-se do escravo feitor que sua solidariedade aos interesses senhoriais se sobreponha à possível identidade com seus parceiros. **Conferem-se-lhes privilégios (até mesmo o porte de armas)**. E espera-se, ainda, que consiga, na sua condição, obter a colaboração e o respeito dos demais escravos. O que pressupõe que não apenas a vontade do senhor, mas, também as diferenciações internas dentro dos plantéis atuaram na seleção destes cativos especiais.³⁷

Outro ponto importante apontado por Hebe Mattos em sua análise é com relação aos privilégios concedidos a estes cativos especiais “até mesmo o porte de armas”. Voltando ao crime ocorrido na fazenda do senhor Clarimundo, percebe-se que os dois cativos: o réu Tiburcio e a vítima Jerônimo, estavam armados de faca na cintura!. Pode-se inferir que esses cativos andavam armados por consentimento de seu senhor. Segundo Ricardo Ferreira estudando crimes dos cativos no município de Franca (1830-1888) demonstrou que o porte de armas pelos escravos ocorria por intermédio dos próprios senhores e que 40% dos crimes eram utilizadas as facas. Para o autor os senhores davam armas aos cativos para: “[...] o cometimento de crimes, de forma menos recorrente; para que o cativo ‘corresse a roça’, ou seja, vigiasse a propriedade do senhor de visitas não autorizadas³⁸”.

Conforme o depoimento do escravo Bazilio logo depois do escravo Tiburcio ter dado duas facadas no seu parceiro, este “fugiu para o mato levando uma faca”.

³⁶ MATTOS, Hebe, *Das cores do silêncio...*, 1998. p.132.

³⁷ MATTOS, Hebe, *Das cores do silêncio...*, 1998. p.132.

³⁸ FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de poucos escravos...*, 2005. p.62.

Bazilio, então, correu para a casa de seu senhor e chegando lá encontrou a china Leonor, assalariada de seu senhor. Esta em depoimento disse que:

[...] estando em casa de seu patrão, Clarimundo José Pinto, [...] quando ela [...] via chegar o escravo Bazilio em casa a dar parte de que o réu [...] tinha matado com duas facadas ao escravo Jerônimo na roça em que trabalhavam, e saindo então ela [...] toda pressa foi a dita roça, que distará como duas quadras mais ou menos da casa e chegando ali viu já morto o escravo Jerônimo [...]³⁹.

Pode-se verificar que a primeira atitude tomada por Tiburcio após o crime foi a fuga para o mato levando consigo a arma prova de seu crime. Os espaços florestais também eram utilizados como estratégia de refúgio e proteção pela comunidade escrava. Possivelmente Tiburcio fugiu para o mato buscando refúgio e também para observar a atitude que o seu senhor tomaria. Enquanto o escravo Tiburcio estava foragido o senhor Clarimundo foi até:

[...] ao lugar do conflito e já não achou mais o réu por se ter evadido. E botando a mão no coração do corpo conheceu logo que ele tinha perdido a vida por isso o mandou logo conduzir para a sua casa onde o botou em um quarto que tem perto da cozinha, dando ele testemunha parte logo a este júízo do ocorrido [...]⁴⁰.

O escravo Tiburcio aguardou até o anoitecer e resolveu voltar a propriedade do seu senhor. Conforme depoimento do escravo Marçal, 35 anos, Africano, solteiro, disse que:

[...] não pode relatar este fato com todas as suas circunstâncias porque não estava nesse dia em casa do seu senhor, mas que voltando ao anoitecer e indo velar o morto viu repentinamente chegar o réu e dar uma facada no crioulo Bazilio que estava na porta do quarto em que o mesmo morto estava depositado, em cuja ocasião o agressor correu para o mato [...]⁴¹

³⁹ Processo Crime, 1º Cartório de Cachoeira do Sul, ma ço 4, auto 3015, 1856, APERS.

⁴⁰ Processo Crime, 1º Cartório de Cachoeira do Sul, ma ço 4, auto 3015, 1856, APERS.

⁴¹ Processo Crime, 1º Cartório de Cachoeira do Sul, ma ço 4, auto 3015, 1856, APERS.

Segundo o senhor Clarimundo:

[...] que o assassino vindo ao anoitecer em sua casa se dirigiu ao quarto em que velava o cadáver, uma china Leonor, um escravo de nome Marçal e outro de nome Bazilio, e aí [...] deu uma facada neste último escravo, o qual dando um pulo nesta ocasião e correndo teve por isso a felicidade de ser apenas ferido no quadril do lado direito, de cujo fato ele testemunha notícia, saiu imediatamente armado de uma espada para ver se conseguia prender o assassino que não pode por já ter fugido⁴².

A pergunta que fica: porque Tiburcio voltou a propriedade e tentou matar também o seu parceiro Bazilio? Em depoimento o escravo Tiburcio responde que:

[...] é verdade ter matado ao escravo Jeronimo com duas facadas, em cuja ocasião teve que evadir-se e porque seu parceiro, o crioulo Bazilio tendo presenciado todo o conflito correu e foi dar parte ao seu senhor e depois voltou ao anoitecer e dera uma facada no crioulo Bazilio [...]⁴³

A investida de Tiburcio não teve sucesso, pois o escravo Bazilio somente sofreu um ferimento no quadril. Fora realizado um exame de corpo de delito em Bazilio informando que: “[...] o escravo Bazilio [...] poderá ficar restabelecido em 40 dias, pois entendem que antes deste tempo não poderá montar à cavalo e muito menos prestar ou ocupar-se em serviço desta natureza [...]”. Observa-se através destas informações contidas no processo crime que Bazilio exercia também atividades de campeiro.

Quando o escravo Tiburcio fugiu para o mato, após a tentativa frustrada de matar o seu parceiro Bazilio, testemunha do assassinato do escravo Jerônimo, foi apadrinhar-se; conforme relatou o subdelegado de policia do distrito, Capitão Salvador Antonio Cezar:

Tendo-se o preto Tiburcio que andava foragido pela morte que perpetuou na pessoa do preto Jerônimo, apresentado em casa do Capitão João David de Medeiros, com o fim de apadrinhar-se, e tendo eu disso notícia, fui ali e depois de prender, tirei-lhe uma faca grande a semelhança de adaga, por isso dou parte-a [...] que o dito assassino se acha com a segurança precisa

⁴² Processo Crime, 1º Cartório de Cachoeira do Sul, ma ço 4, auto 3015, 1856, APERS.

⁴³ Processo Crime, 1º Cartório de Cachoeira do Sul, ma ço 4, auto 3015, 1856, APERS.

preso e a disposição [...] bem como a faca [...] Distrito do Pau Fincado, 22 de setembro de 1855.⁴⁴

Infelizmente no relato do Capitão Salvador Antonio Cezar não ficou claro quantos dias o escravo Tiburcio estava foragido, no entanto, pode-se perceber que em seu relatório consta a data de 22 de setembro. O assassinato ocorreu no dia 12 de setembro, sendo assim, se levarmos em consideração a data do relatório, pode-se dizer que o escravo Tiburcio ficou foragido por 10 dias. Mas, porque o escravo Tiburcio foi procurar o Capitão João David de Medeiros para apadrinhar-se? Infelizmente esta fonte não permite responder esta pergunta, no entanto, o fato do escravo Tiburcio ter procura o Capitão João David demonstra que possivelmente ele tinha conhecimento das relações que seu senhor Clarimundo José mantinha com este Capitão. E também o escravo poderia ter laços/vínculo, com o Capitão João David, uma vez que o compadrio consistia em um dos elementos de estruturação das redes sociais que organizavam a vida cotidiana.

No entanto, o escravo Tiburcio, foi preso julgado e condenado no dia 19 de julho de 1856 ao grau máximo das penalidades do código criminal, condenado a pena de morte.

O exercício que acabamos de realizar investigando este processo crime demonstrou além dos detalhes de um assassinato, o seu cenário, os personagens envolvidos na experiência do cativo na região de Santa Maria. A intenção quando nos propomos analisar esse processo era demonstrar que o cotidiano rural da escravidão estava imerso em uma rede ampla e complexa que vai além da simples visualização do cativo como mão-de-obra e bem de valor patrimonial. O cruzamento de fontes heterogêneas possibilita desenhar o cenário do passado com mais detalhes, mais cor e intensidade e auxiliando a entender um pouco mais a dinâmica da sociedade escravista e as relações entre os cativos (dentro do plantel) e para com os senhores.

Jerônimo, Tibúrcio e Bazilio compartilhavam várias *semelhanças* (identidades) – eram cativos da mesma propriedade, trabalhadores rurais, conheciam-se há muito tempo, eram todos crioulos (nascidos, portanto, no Brasil) e de faixas etárias bem aproximadas. Como nosso contato com aquele fatídico acontecimento é mediado por pequenos traços deixados por um documento judiciário, muitas são as dúvidas e

⁴⁴ Processo Crime, 1º Cartório de Cachoeira do Sul, ma ço 4, auto 3015, 1856, APERS.

poucas as certezas. Quando falamos anteriormente sobre os *recursos* disputados pelos membros da comunidade cativa, devemos ter em mente que eles eram limitados, não acessíveis a todos os escravos. Talvez a autoridade delegada pelo senhor a Jerônimo tenha gerado atrito, seja pela inveja de seus parceiros ou por que ele abusou do poder recebido. Mas ficamos também cismando se não estava em jogo a afeição da *china* Leonor⁴⁵. Talvez a sua saída *a toda pressa* para ver o ocorrido com Jerônimo não tenha sido apenas uma aflição sugerida pela convivência comum na fazenda – quem sabe aquele cadáver ensangüentado na roça não fosse apenas um *conhecido* para Leonor, mas seu amásio.⁴⁶

4.2.4 Os Filhos de Francisco e a Sustentação Material

Após investigar a origem e a composição da riqueza de Francisco José Pinto, um dos grandes proprietários/criadores de Santa Maria além de reconstituirmos parcialmente a trajetória da Família Pinto de Sacramento à Santa Maria da Boca do Monte, procuramos agora analisar o processo de transmissão patrimonial por Francisco José Pinto para seus filhos. Assim, elaboramos um quadro com os bens legados por Francisco José (1858) e sua esposa Dona Joaquina Maria da Natividade (1864) aos seus filhos/herdeiros. Como pode-se verificar:

⁴⁵ Nossa 'cisma' vem de ser ela a única mulher mencionada na fazenda e por ser da mesma faixa etária dos envolvidos. Ela foi identificada no processo crime como: Leonor Cordova, indiática, solteira, 30 anos, natural desta Província, moradora neste Distrito e que vive de seu salário. Processo Crime, 1º Cartório de Cachoeira do Sul, maço 4, auto 3015, 1856, APERS.

⁴⁶ A definição *china* apontava que Leonor deveria ser mestiça, com fortes traços indígenas. Sua posição de *assalariada* na fazenda demonstra como, além de cativos, outros trabalhadores livres (e libertos), muitos deles mestiços, compunham este mercado de trabalho rural.

Tabela 26 - Bens legados por Francisco José Pinto (1858) e Joaquina Pereira Natividade (1864) aos filhos.

Nome	Bens legados por Francisco José Pinto (1858)	Bens legados por Joaquina Maria da Natividade (1864)
<p>1. D. Luiza Joaquina de Oliveira, casou com José Alexandre de Souza (este faleceu em 9/11/1876). Tiveram seis filhos: Antonio Pinto de Souza; Maria José Oliveira e Souza (casou com José Candido Teixeira); Francisco Pinto de Souza; Geminiano Pinto de Souza; Pantaleão Pinto de Souza e Pedro Pinto de Souza. Residiram em Santa Maria.</p>	<p>-a quantia que o casal recebeu 2:600\$000 -Animais: 11 reses de corte, 187\$000 24 reses de criar, 216\$000 4 bois mansos, 120\$000 4 cavalos mansos, 56\$000 7 novilhos, 133\$000 51 éguas, 153\$000 - 120 oitavas de prata, 26\$780 -1 escrava, Florinda, 1:400\$000 -1 escravo, Felisberto, 1:800\$000 -No campo denominado Rincão da Serraria, na Vila de Cachoeira, 501\$208 - Na casa de moradia e benfeitorias situadas no Rincão da Serraria, na Vila de Cachoeira, 235\$909 - 1 engenho de fazer farinha junto com a benfeitoria, 300\$000 - 3 camas de taboetas, 15\$000 - 1 carretinha toldada, 150\$000 - moeda corrente, 27\$006 Total: 7:922\$903</p>	<p>-Animais: 12 cavalos mansos, 168\$000 280 reses de criar xucras, 1:120\$000 20 reses de criar mansas, 100\$000 25 éguas de cria de potros, 30\$000 - 1 escravo, Vicente, de Nação, roceiro, 50 anos, 150\$000 - 1 escravo, Pedro, de Nação, roceiro, 62 anos, 100\$000 - os valores do escravo João, de Nação, campeiro, 50 anos, 350\$000; Thomé, de Nação, roceiro, 62 anos, 100\$000; Rita, de Nação, cozinheira, 54 anos, 250\$000 -No Campo da Fazenda Santa Catharina, somente a quantia de 2:581\$721 - No dinheiro recolhido nos cofres públicos, 1:273\$522 - No dinheiro depositado na mão do inventariante a quantia de 160\$266 Total: 6:483\$509</p>
<p>2. D. Brígida Joaquina de Oliveira, casou com Jose Gualberto Pinheiro de Ulhoa Cintra</p>	<p>-a quantia que o casal recebeu em moeda 264\$000 -10 cadeiras de palhinha, 10\$000 -1 sofá, 4\$000 -2 aparadores, 6\$000 -1 mesa pequena, 2\$000 -1 armário, 8\$000 -1 mesa de jantar, 4\$000 - 1 escrava, Raquel, 600\$000 -Animais: 200 reses de criar xucra, 1:800\$000 4 bois mansos, 120\$000 50 novilhos, 950\$000 1 tambeiro, 20\$000 10 cavalos, 140\$000 51 éguas, 153\$000 - 1 morada de casas na Vila de Cachoeira, com quintal e 1 terreno contínuo, 1:500\$000 - No campo denominado Rincão da Serraria, na Vila de Cachoeira, 1:908\$000 - a quantia que ao casal deve Antonio Francisco de Carvalho Filho, 192\$000 - Moeda corrente, 241\$903 Total: 7:922\$903</p>	<p>- 3 marquezas ordinárias, 15\$000 - 1 cama de Jacarandá dourada, 16\$000 -Animais: 10 potros, 80\$000 30 éguas de cria de potros, 36\$000 - 1 casa na rua da Igreja da Vila de Cachoeira, 2:800\$000 - No Campo da Fazenda Santa Catharina, somente a quantia de 2:581\$721 - No dinheiro recolhido nos cofres públicos, 954\$788 Total: 6:483\$509</p>
<p>3. Antonio José Pinto, solteiro (demente), faleceu em agosto de 1869 lutando na Guerra do</p>	<p>-Animais: 116 reses de criar, 1:044\$000 190 reses xucras, 1:710\$000 53 novilhos, 1:007\$000</p>	<p>- 1 marqueza, 5\$000 -Animais: 5 novilhos de corte, 60\$000 16 tambeiros, 208\$000</p>

Paraguai.	<p>4 bois mansos, 120\$000 6 cavalos, 84\$000 25 éguas, 75\$000</p> <ul style="list-style-type: none"> - No campo denominado Rincão da Serraria, na Vila de Cachoeira, 2:525\$000 - Na casa e benfeitorias, 1:000\$000 - 2 mesas de campanha, 8\$000 - 2 mesas de campanha grande, 16\$000 - 1 estrado, 10\$000 - a quantia que ao casal deve João Adolfo da Fontoura, 100\$000 - Moeda corrente, 223\$903 <p style="text-align: center;">Total: 7:922\$903</p>	<p>10 cavalos mansos, 140\$000 30 éguas de cria de potro, 36\$000 335 reses xucras, 1:340\$000</p> <ul style="list-style-type: none"> - No Campo da Fazenda Santa Catharina, somente a quantia de 2:581\$721 - No dinheiro recolhido nos cofres públicos, 1:899\$522 - No dinheiro depositado na mão do inventariante a quantia de 213\$266 <p style="text-align: center;">Total: 6:483\$509</p>
<p>4. D. Maria Joaquina de Oliveira, casou com Jose Gomes Lisboa</p>	<p>- a quantia que recebeu o casal 870\$400</p> <p>-Animais: 250 reses xucras, 2:250\$000 50 novilhos, 950\$000 10 cavalos mansos, 140\$000 50 éguas xucras, 150\$000</p> <ul style="list-style-type: none"> -1 escravo, Benedito, campeiro, 1:900\$000 - No campo da Fazenda do Rincão de Santa Catharina, 1:193\$503 - parte da quantia que deve ao casal Baltazar Pinto de Aguiar, 25\$ - Moeda corrente, 444\$000 <p style="text-align: center;">Total: 7:922\$903</p>	<p>- 3 marquezas, 15\$000 - 2 bombas de prata, 6\$000 - 460 oitavas de prata em obras, 101\$200</p> <p>-Animais: 8 potros, 64\$000 30 éguas cria de potro, 36\$000 12 cavalos mansos, 168\$000 335 reses xucras, 1:340\$000</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1 escravo, Manoel, de Nação, Campeiro, 42 anos, 600\$000 - No Campo da Fazenda Santa Catharina, somente a quantia de 2:581\$721 - No dinheiro recolhido nos cofres públicos, 1:3589\$588 - No dinheiro depositado na mão do inventariante a quantia de 213\$000 <p style="text-align: center;">Total: 6:483\$509</p>
<p>5. João José Pinto, casou com Ricarda Barboza (esta faleceu em 30/07/1870). Tiveram três filhos: Manoela; Olympia e Licerio. Profissão: Fazendeiro.</p>	<p>- 1 par de esporas de prata, 51\$480 - 1 par de bocais de prata, 14\$080</p> <p>- Animais: 180 novilhos, 3:420\$000 10 cavalos mansos, 140\$000 50 éguas, 150\$000</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1 escravo, Manoel, pedreiro, 1:900\$000 - No campo da Fazenda no Rincão Santa Catharina, 1:584\$343 - a quantia que deve Maria Joaquina da Conceição, viúva de Ricardo José de Mendonça, 384\$000 - Moeda corrente, 279\$00 <p style="text-align: center;">Total: 7:922\$903</p>	<p>- cadeiras americanas, 25\$000 - 6 cadeiras, 6\$000 - 1 marqueira grande, 6\$000 - 1 armário, 5\$000 - 1 armário com gavetas, 12\$000 - 4 mesas grandes, 32\$000 - 1 carreta velha, 10\$000 - 1 carreta velha pequena, 20\$000 - 1 caldeirão de ferro, 8\$000 - 1 alavanca de ferro, 6\$000 - 1 espada aparelhada com 155 oitavas de prata, 34\$100 - 1 espada pequena, 6\$000</p> <p>-Animais: 387 reses xucras, 1:548\$000 182 reses mansas, 930\$000 12 redomões, 132\$000 47 éguas de cria de potro, 56\$000 3 novilhos de corte, 36\$000</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1 escravo, Gregório, Crioulo, 41 anos; Benta, de Nação, casada com o escravo Gregório, com 36 anos, quase inválida, 65\$000 - 1 crioulo por batizar, filho de Benta e Gregório, 100\$000 - No restante do estabelecimento

		<p>de moradia e benfeitorias sito no campo, somente a quantia de 200\$000</p> <ul style="list-style-type: none"> - No Campo da Fazenda Santa Catharina, somente a quantia de 2:581\$721 - No dinheiro recolhido nos cofres públicos, 77\$018 - No dinheiro depositado na mão do inventariante a quantia de 2\$270 <p style="text-align: right;">Total: 6:483\$509</p>
<p>6. Pantaleão José Pinto, casou com Ana Becker. Tiveram cinco filhos: Aura (casou com Dr. Astrogildo de Azevedo); Nicolau Becker Pinto (médico); Francisco Becker Pinto (farmacêutico); Clodomira (casou com Jean Prospero Paternot) e Ana (casou com Francisco Moraes). Profissão: Médico</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 1 fiador de prata, 26\$400 - 1 par de esporas pequenas, 26\$400 - Animais: <ul style="list-style-type: none"> 300 reses xucras, 2:700\$000 10 cavalos, 140\$000 4 bois mansos, 120\$000 50 éguas, 150\$000 - No campo da Estância Velha, na Vila de Cachoeira, 2:809\$307 - parte da casa e benfeitorias, 1:500\$000 - quantia que ao casal é devedor Manoel Felício dos Santos, 64\$000 - Moeda Corrente, 386\$796 <p style="text-align: right;">Total: 7:922\$903</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Animais: <ul style="list-style-type: none"> 7 potros, 56\$000 30 éguas cria de potros, 36\$000 335 reses de criar xucras, 1:340\$000 12 bois mansos, 192\$000 - No Campo da Fazenda Santa Catharina, somente a quantia de 2:581\$721 - No dinheiro recolhido nos cofres públicos, 1:612\$635 - No dinheiro depositado na mão do inventariante a quantia de 665\$153 <p style="text-align: right;">Total: 6:483\$509</p>
<p>7. Teodoro José Pinto, solteiro, faleceu em maio de 1869, lutando na Guerra do Paraguai.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Animais: <ul style="list-style-type: none"> 250 reses xucras, 2:250\$000 6 cavalo, 84\$000 50 éguas xucras, 150\$000 - 1 escravo, Félix, sapateiro, 1:400\$000 - No campo da Estância Velha, na Vila de Cachoeira, 2:842\$807 - parte da casa e benfeitorias, 700\$000 - metade da quantia que ao casal deve Balthasar Pinto de Aguiar, 25\$000 - Moeda Corrente, 471\$096 <p style="text-align: right;">Total: 7:922\$903</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 1 marqueza, 5\$000 -Animais: <ul style="list-style-type: none"> 30 éguas cria de potros, 36\$000 6 potros, 48\$000 4 cavalos mansos, 56\$000 335 reses de criar xucras, 1:340\$000 - 1 escrava, Andreza, Crioula, 43 anos, 150\$000 - No Campo da Fazenda Santa Catharina, somente a quantia de 2:581\$721 - Metade do terreno na cidade de Cachoeira, 600\$000 No dinheiro recolhido no cofre público 1:453\$788 - No dinheiro depositado na mão do inventariante a quantia de 213\$00 <p style="text-align: right;">Total: 6:483\$509</p>
<p>8. Maria Francisca de Oliveira, casou com Silvério Jose Baptista.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Animais: <ul style="list-style-type: none"> 222 reses xucras, 1:998\$000 20 novilhos, 380\$000 2 bois mansos, 60\$000 50 éguas, 150\$000 2 bois mansos, 60\$000 50 éguas, 150\$000 - 1 escrava crioula, Catharina, 1:000\$000 - No campo da Estância Velha, na Vila de Cachoeira, 3:348\$384 - parte da casa e benfeitorias, 800\$000 - Moeda Corrente, 186\$519 <p style="text-align: right;">Total: 7:922\$903</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Animais: <ul style="list-style-type: none"> 25 éguas cria de potros, 30\$000 12 cavalos mansos, 168\$000 335 reses de criar xucras, 1:340\$000 - No Campo da Fazenda Santa Catharina, somente a quantia de 2:581\$721 - Metade do terreno na cidade de Cachoeira, 600\$000 No dinheiro recolhido no cofre público 1:550\$788 - No dinheiro depositado na mão do inventariante a quantia de 213\$00 <p style="text-align: right;">Total: 6:483\$509</p>

<p>9. Felipe José Pinto, solteiro, faleceu em Porto Alegre em 1873.</p>	<p>- Animais: 300 reses xucras, 2:700\$000 30 novilhos, 570\$000 50 éguas, 150\$000 - 1 escravo, Jacinto, campeiro, 1:800\$000 - No campo denominado Rincão da Serraria, na Vila de Cachoeira, 1:065\$492 - parte da casa e benfeitoria, 764\$091 - 1 terreno na Vila de Cachoeira, 40\$000 - Moeda Corrente, 833\$320 Total: 7:922\$903</p>	<p>- A ronda, prensa e forno de cobre de fabricar farinha, 70\$000 -Animais: 30 éguas cria de potros, 36\$000 5 potros, 40\$000 10 cavalos mansos, 140\$000 335 reses de criar xucras, 1:340\$000 7 reses de criar mansas, 35\$000 5 tambeiros, 65\$000 7 novilhos de corte, 84\$000 - No Campo da Fazenda Santa Catharina, somente a quantia de 2:581\$721 - No estabelecimento de moradia do Campo, somente a quantia de 600\$000 No dinheiro recolhido no cofre público 1:278\$522 - No dinheiro depositado na mão do inventariante a quantia de 213\$00 Total: 6:483\$509</p>
<p>10. Thereza Maria de Oliveira, casou com Afonso Borges da Fontoura (filho de Antonio Vicente da Fontoura), residiam em Cachoeira.</p>	<p>- Animais: 349 reses xucras, 3:141\$000 22 novilhos, 418\$000 50 éguas, 150\$000 - No campo da Fazenda Santa Catharina, 3:536\$307 - parte da casa e benfeitoria no dito campo da Fazenda Santa Catharina, 500\$000 - Moeda Corrente, 177\$596 Total: 7:922\$903</p>	<p>-Animais: 335 reses de criar xucras, 1:348\$000 7 reses de criar mansas, 35\$000 13 novilhos de corte, 156\$000 5 tambeiros, 65\$000 6 bois mansos, 96\$000 30 éguas cria de potro, 36\$000 5 potros, 40\$000 10 cavalos mansos, 140\$000 -No Campo da Fazenda Santa Catharina, somente a quantia de 2:581\$721 -No dinheiro recolhido no cofre público 1:273\$347 - No dinheiro depositado na mão do inventariante a quantia de 212\$441 Total: 6:483\$509</p>
<p>11. Manoela Maria de Oliveira</p>	<p>- Animais: 308 reses xucras, 2:772\$000 22 novilhos, 418\$000 - 1 escrava crioula, Martha, 300\$000 - No campo da Fazenda Santa Catharina, 3:820\$903 - parte da casa e benfeitoria, 500\$000 - Moeda Corrente, 112\$000 Total: 7:922\$903</p>	<p>-Animais: 336 reses de criar xucras, 1:344\$000 4 novilhos de corte, 48\$000 6 bois mansos, 96\$000 30 éguas cria de potro, 36\$000 10 cavalos mansos, 140\$000 - 1 escrava, Maria, Crioula, 40 anos, 250\$000 -No Campo da Fazenda Santa Catharina, somente a quantia de 2:581\$721 -No estabelecimento de moradia e benfeitorias, no dito campo, somente a quantia de 500\$000 -No dinheiro recolhido no cofre público 1:274\$522 - No dinheiro depositado na mão do inventariante a quantia de 213\$266 Total: 6:483\$509</p>

Fonte: Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório de: Órfãos e Ausentes. M.1, N.25, A.1858; Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório de: Órfãos e Ausentes. M.2, N.56, A.1864, APERS.

Segundo Carlos Bacellar a: “relação entre o falecimento dos pais e a transmissão do patrimônio é fundamental para a compreensão de todo o sistema sucessório⁴⁷”. Partindo desta afirmação buscou-se analisar as duas partilhas de bens, a partir primeiro do inventário do pai, Francisco José Pinto e depois do inventário da mãe, Joaquina Maria da Natividade. Verifica-se que as partilhas das heranças de Francisco José e Joaquina Maria acima apresentadas que os herdeiros foram contemplados com legítimas equilibradas do ponto de vista do valor. Houve diferenciações internas na composição das legítimas paternas e maternas recebidas que variavam de acordo com quantidade de cativos, valor da terra, gado, no entanto, essas diferenciações se fizeram presentes possivelmente devido às fases do ciclo de vida dos membros desta família, pesando em importância a idade, se casado ou solteiro, se homem ou mulher.

Observa-se no inventário de Francisco José Pinto (1858), que as filhas casadas, Luiza Joaquina de Oliveira, com 26 anos, Brigida Joaquina de Oliveira, 23 anos e Maria Joaquina de Oliveira, 20 anos receberam valores em dinheiro, possivelmente trata-se de um adiantamento de herança, que quando realizado o inventário de seu pai, Francisco José, estes valores foram deduzidos de suas legítimas, como pode-se verificar no quadro acima. Os demais filhos eram solteiros: Antonio José Pinto, 21 anos; João José Pinto, 19 anos; Pantaleão José Pinto com 18 anos, residia no Rio de Janeiro onde estudava medicina; Teodoro José Pinto, 14 anos residia no Rio de Janeiro e exercia a atividade de Caixeiro; Maria com 10 anos; Felipe com 9 anos; Thereza com 8 anos e Manoela com 5 anos.

A construção, manutenção e ampliação da riqueza da Família Pinto por Francisco José permitiu que os recursos gerados a partir da pecuária fossem investidos na formação de um dos seus filhos homens: Pantaleão José Pinto foi estudar medicina na capital do Império. Esta iniciativa era inédita na trajetória da família Pinto, se voltar a lembrar que seus antecessores, atuaram como criadores militares e até assumiram cargos públicos, no entanto, até então não haviam partido para a conquista de um diploma. Mas, esta geração não fugiu totalmente a regra, Theodoro José e Antonio José, também investiram na carreira militar, infelizmente por um pequeno espaço de tempo. João José Pinto seguiu a atividade de seu pai e de seu avô, conforme consta no inventário de sua esposa, Dona Ricarda Barboza

⁴⁷ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Herança em Família: A partilha dos engenhos de açúcar...*, 1986. p.131.

Pinto, tinha mais de 1.500 reses bovinas e 12 escravos e declarou neste processo ter a profissão de fazendeiro⁴⁸.

No ano de 1864 faleceu Dona Joaquina e suas filhas, Brígida e Maria Joaquina já estavam casadas, assim como seu filho João José. Theodoro José havia marchado no corpo de Guardas Nacionais para o Estado Oriental. Enquanto ainda estavam solteiros, Antonio José, Maria Francisca, Felipe José, Manoela e Thereza estas duas últimas estudavam na cidade de Cachoeira, em companhia de seu padrinho, Antonio Gomes Pereira.

Theodoro José e Antonio José, ambos solteiros, morreram em 1869 na guerra do Paraguai, seus bens que totalizaram 18:281\$229 foram divididos entre os irmãos. O mesmo ocorreu com Felipe que faleceu no ano de 1873 em Porto Alegre, solteiro, também os seus bens no valor de 19:757\$605 foram divididos entre os irmãos.

Pantaleão José Pinto, sexto filho dessa família tradicional de Santa Maria, tinha 23 anos e ainda estava estudando medicina no Rio de Janeiro. Em julho de 1866, quando cursava o 5º ano do curso de medicina, seguiu para o Paraguai, “comissionado no posto de 1º cirurgião do 31º Batalhão de Voluntários da Pátria⁴⁹”. Novamente retornou ao Paraguai em dezembro de 1867 como “segundo cirurgião em comissão da ambulância volante da 1ª Divisão de Cavalaria, comandada pelo Brigadeiro João Manoel Mena Barreto⁵⁰”. Retornando da guerra, na capital do Império esperava-o, como a muitos outros moços e heróis, uma Medalha da Ordem dos Cavaleiros da Rosa, condecoração com que se premiava a bravura, o amor e o espírito de sacrifício que se punham aos serviços do Brasil. Foi promovido ao posto de capitão. Mas, quando o velho imperador vai lhe pregar no peito de herói a preciosa honraria, o jovem quartanista de medicina a recusa, pedindo licença ao velho monarca para não aceita-la. E justificando a recusa, disse: eu marchei para o Paraguai, cumprindo apenas um dever de patriotismo, que se impusera, solenemente, a todos os brasileiros. Não posso aceitar uma condecoração da Monarquia, porque eu sou republicano.⁵¹

⁴⁸ Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório: Órfãos e Ausentes. M.5, N.113, A.1871, APERS.

⁴⁹ BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica...*, 1979, p.445.

⁵⁰ BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica...*, 1979. p.236.

⁵¹ BARCELLOS, Adão. Um Benemérito Médico Santamariense: Pantaleão Pinto, cognominado o ‘Pai dos Pobres’. In FRANCO, Álvaro, RAMOS, Sinhorinha Maria (Org). *Pantaleão Médico Riograndense: Síntese Cultural e Histórica*. São Paulo: Ramos, Franco, 1943, p. 415

Concluiu o curso de medicina no ano de 1872 no Rio de Janeiro, e no mesmo ano retornou para Santa Maria exercendo a profissão de médico. No ano de 1874 casou-se com Ana Becker, filha de Nicolau Becker e Ana Haeffner. Deste enlace matrimonial tiveram cinco filhos: dois homens e três mulheres⁵². Exercendo a profissão na sua cidade natal, “popularmente, tão animado de propósitos humanitários que ficou vivendo [...] na memória do povo como o ‘Pai dos Pobres’”.

No ano de 1877 também passou a atuar na política local. Foi presidente da 6ª Câmara Municipal durante os anos de, 1877 a 1880, e depois participou como membro da primeira comissão constituída pelo governo republicano de 1889 a 1891 que administrou o município⁵³. Dr. Pantaleão “pode ser considerado um “missionário do progresso” na cidade de Santa Maria. Sua presença, tanto na “arte de curar” quanto na política, evidencia que o grupo ligado à “civilização” e higienização dos costumes se fazia cada vez mais forte⁵⁴”. “Faleceu em 1906, com 65 anos de idade, foi encontrado morto na rua a seis horas de uma manhã de inverno⁵⁵”.

Analisando a trajetória da família de Francisco José Pinto percebe-se que entre os cinco filhos homens, três faleceram até 1873, ficando somente dois homens: Pantaleão José e João José. O primeiro era médico e o segundo fazendeiro. Conforme salientou Farinatti a partilha igualitária dos bens levaria a uma divisão da propriedade da terra entre os herdeiros, assim, antes a família tinha uma propriedade grande e após a partilha teria sua propriedade fragmentada. Uma estratégia adotada pelos herdeiros para preservar a propriedade da família por mais uma geração seria a redistribuição pós-partilha, como foi apontado por Carlos Bacellar ao analisar os mecanismos desenvolvidos pelos herdeiros de engenhos do Oeste Paulista: “a repartição ideal não perdurava, pois os diversos herdeiros acabavam vendendo suas frações a um único dentre eles, que assim, reunia e concentrava a propriedade do engenho em suas mãos⁵⁶”.

Analisando a partilha do inventário de Dona Joaquina Maria verifica-se que os campos da fazenda Santa Catarina, localizados no distrito de Pau Fincado, foram transmitidos de forma igual entre os herdeiros, representada por um valor de

⁵² BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica...*, 1979. p.445.

⁵³ BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica...*, 1979. p.446.

⁵⁴ KARSBURG, Alexandre de Oliveira. *Sobre as ruínas da velha matriz: religião e política em tempos de ferrovia...*, 2007. p.77

⁵⁵ BARCELLOS, Adão. *Um Benemérito Médico Santamariense: Pantaleão Pinto...*, 1943, p.415.

⁵⁶ BACELLAR, Carlos. *Os Senhores da Terra...*, 1997, p.156. Apud FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elites e sociedade agrária...*, 2007. p. 258.

2:582\$721 réis para cada herdeiro, sendo que a fazenda Santa Catarina foi avaliada por 28:398\$933 réis. De forma semelhante Farinatti, analisou a transmissão do patrimônio (terra) dos inventariados mais abastados do município de Alegrete, observou que em alguns processos os beneficiários realizavam acordos que designavam uma porção maior de terras para alguns herdeiros, mas, também havia inventários em que “a maior parte das terras partilhadas, [...] foi transmitida na forma de partes ideais, representadas por uma fração do valor da terra⁵⁷”. Na tentativa de reproduzir essa análise no processo de transmissão do patrimônio (terra) da Família Pinto em Santa Maria verificamos que na primeira partilha procedida no inventário de Francisco José Pinto (1858), a fazenda Santa Catarina, localizada no distrito do Pau Fincado foi avaliada em 48:000\$000 e foi dividida da seguinte forma: a herdeira Maria Joaquina com 20 anos recebeu o valor correspondente a 2% desta propriedade e o herdeiro Joao José com 19 anos recebeu o valor correspondente a 3% desta propriedade, enquanto as duas herdeiras menores Manoela de 5 anos e Thereza de 8 anos receberam o valor correspondente a 8% cada uma do total da propriedade e a viúva (chamo de herdeira aqui também a viúva meeira, embora, tecnicamente não seja) Dona Joaquina Maria concentrou a maior 79% do valor da fazenda Santa Catarina. Analisando como procedeu-se a transmissão da maior e mais valorizada propriedade da Família Pinto, localizada em Santa Maria, que percebemos a utilização de um mecanismo protetor para que esta propriedade não fosse pulverizada. Isso significa que a família pensando em prolongar a permanência desta unidade produtiva que pertencia aos Pinto a mais de duas gerações decidiu-se que manteriam praticamente intacta sua estrutura, pelo menos até a morte da viúva Dona Joaquina Maria, ou seja, uma opção pelo não fracionamento do bem. Conforme Giovanni Levi “tais seguranças transparecem em imagens de solidariedade e de proteção, em relações de reciprocidade generalizada e em linhas verticais de dependência⁵⁸” preservando o *status* sócio-econômico em prol do grupo familiar.

Assim, passados seis anos procedeu-se o inventário de Dona Joaquina Maria (1864) e mais uma vez os bens da família seriam divididos entre os herdeiros. Segundo Giovanni Levi: “uma morte, porém, traz sempre um novo momento de

⁵⁷ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elites e sociedade agrária...*, 2007.p. 259

⁵⁸ LEVI, Giovanni. *Herança imaterial...*, 2002. p.97.

devolução dos bens⁵⁹”. Observe-se como procedeu-se essa partilha: todos os onze filhos receberam 9% do valor da Fazenda Santa Catarina. Porém, quando foi realizada a partilha dos bens que ficaram por falecimento de Francisco Jose, os herdeiros: Maria Joaquina, João José, Thereza e Manuela receberam partes desta Fazenda. Sendo assim, estes configuravam os herdeiros com maior concentração da posse desta Fazenda. Mas, o que significou essa fragmentação da propriedade para esta família? Foi em busca de respostas que voltamos nossa atenção para a análise das escrituras de compra e venda de Santa Maria, a fim de perceber se ocorreram transações familiares no interior da Família Pinto.

Pretende-se fazer um exercício utilizando o procedimento metodológico adotado por Carlos Bacellar, quando estuda as elites agrárias do Oeste Paulista e a redistribuição pós-partilha, com a compra dos quinhões por um ‘herdeiro-concentrador’. Este modelo de análise também foi adotado por Luis Augusto Farinatti ao estudar a elite agrária do município de Alegrete. O autor recortando os bens que haviam sido legados em sua amostragem de 16 inventários *post-mortem* que concentravam as maiores fortunas analisou as escrituras públicas em que estes foram transacionados e observou que: “ não houve a identificação de um ‘herdeiro-concentrador’. Houve no máximo, casos em que dois ou três herdeiros adquiriram as partes dos outros herdeiros ou da maioria deles⁶⁰”.

Nesse sentido, pretende-se utilizar essas experiências metodológicas para visualizar se houve esse padrão definido por um ‘herdeiro-concentrador’ no interior da Família Pinto. Carlos Bacellar demonstrou que:

Na dissolução da repartição ideal, diversos herdeiros vendiam suas frações da propriedade a um único dentre eles, que assim reunia e concentrava a propriedade [...]. Não há indícios de que esse ‘herdeiro-concentrador’ tenha sido selecionado segundo critérios de ordem de nascença, mas é perceptível que as mulheres raramente surgiam no papel de reunificadoras. Podemos supor, no caso de herdeiros irmãos entre si, que o indivíduo que exercesse alguma liderança, seja por motivos econômicos ou de prestígio,

⁵⁹ LEVI, Giovanni. *Herança imaterial...*, 2002. p.117.

⁶⁰ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária...*, 2007. p.261.

tinha maiores chances de se tornar o unificador da propriedade, mas isto é apenas mera especulação.⁶¹

Para tanto, temos fortes indícios que caracteriza-se como o ‘herdeiro-concentrador’ desta família, João José Pinto. Enquanto seu irmão Pantaleão José Pinto estudava medicina na capital do Império, João José dedicava-se a atividade da pecuária dando continuidade a esta profissão que já a duas gerações desenvolvia-se na Família Pinto. Porém, no ano de 1872 assumiu o cargo de juiz de paz para o mandato de 1873-1876, juntamente com mais cinco indivíduos. Quando fora realizada a partilha dos bens patrimoniais de seu falecido pai (1858) recebeu 2% do valor da Fazenda Santa Catarina localizada em Santa Maria. Seis anos depois recebeu mais 9% do valor da Fazenda Santa Catarina na partilha do inventário de sua mãe (1864). Analisando as escrituras de compra e venda do município de Santa Maria verificamos que:

Tabela 27 - Transações dos bens patrimoniais da família Pinto

Ano	Vendedor	Descrição	Valor
1865	João Gualberto Pinheiro Ulhôa Cintra e Brigida Oliveira Ulhôa Cintra	1 quinhão de campos e matos recebidos por herança de sua sogra e mãe, Joaquina Pereira da Natividade	2:581\$721
1873	Pantaleão José Pinto	1 parte de campo (em comum) que herdou na herança de seus irmãos, Antonio José Pinto e Theodoro José Pinto, na Fazenda Santa Catarina	1:400\$000
1874	João Gualberto Pinheiro Ulhôa Cintra e Brigida Oliveira Ulhôa Cintra	1 quinhão de campo na Fazenda Santa Catarina que herdaram por partilha de seu cunhado e irmão Felipe José Pinto	700\$
1879	Afonso Borges da Fontoura e Thereza Pereira Pinto da Fontoura	2 partes de campo e partes de uma casa e benfeitorias que herdaram por herança de seu sogro e pai Franciso José Pinto	7:180\$280

Fonte: 4 escrituras de compra e venda do município de Santa Maria, APERS.

Estas transações se deram num espaço de tempo de 14 anos a contar da primeira em 1865. Apesar se ser apenas um estudo de caso acredito que seja importante inferir a presença de dois genros como vendedores dos bens herdados. Segundo Farinatti: “os genros tendiam vender mais suas posses [...]. Parte dos genros vendedores era formada por comerciantes, militares de primeira linha ou [...]

⁶¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Herança em Família: A partilha dos engenhos de açúcar...*, 1986. p.134.

não tinham interesse em praticar diretamente a produção pecuária nas terras herdadas⁶².

Além destas no ano de 1877 procedeu-se o inventário *post-mortem* de seu cunhado, José Alexandre de Souza, que foi casado com sua irmã Luiza Joaquina de Oliveria e Souza. Consta como único bem de raiz deste casal “um pedaço de campo e matos, situado na Fazenda Santa Catarina, com extensão de $\frac{1}{4}$ de légua mais ou menos, no qual contém algumas árvores frutíferas, sito no segundo distrito deste termo e um rancho coberto de capim, com casa de atafona⁶³” avaliados em 6:350\$000. No entanto, o casal possuía uma dívida com o Capitão André Marques Oestrich no valor de 4:000\$000, hipotecando o único bem de raiz que tinham. A fim de quitar a dívida com o credor, foi requerida pela viúva a venda do bem de raiz em ata pública. No ano de 1879 foi arrematado em ata pública por João José Pinto, o irmão da viúva Luiza Joaquina de Oliveira e Souza, pelo valor que o bem fora avaliado.

No ano de 1871 fora realizado o inventário da esposa de João José Pinto e neste processo consta que o casal possuía “1 e $\frac{1}{2}$ légua, 9 braças, 9 palmos e 7 polegadas de campo, sito na Fazenda denominada Santa Catarina⁶⁴”. Porém, posterior a esta data João José Pinto adquiriu mais quinhões recebidos por herança de 4 irmãos. No inventário de seu pai, Francisco José Pinto, consta que essa Fazenda tinha 3 léguas de extensão, infelizmente não temos como saber quantas léguas no total João José Pinto conseguiu concentrar através dessas aquisições realizadas no período de 14 anos.

Verificou-se através da transmissão da herança dos bens legados por Francisco José Pinto e sua esposa Joaquina que não houve nesta família herdeiros preteridos, a estratégia da migração simplesmente não se observou, permitindo apontar a presença do padrão misto da sucessão. Percebeu-se a transações pós-partilha dos bens deixados pela viúva meeira, entre herdeiros, figurando apenas um filho como o maior concentrador. Possivelmente isso tenha ocorrido devido ao interesse de João José Pinto em manter a unidade da propriedade que estava na família ao longo de duas gerações e também por este ser criador de rebanho bovino e permanecer atuando na mesma atividade de seu pai, Francisco José Pinto.

⁶² FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais: família de elite e sociedade agrária...*, 2007. p.264

⁶³ Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório: Órfãos e Ausentes. M.7, N.155, A.1877, APERS.

⁶⁴ Inventário *post-mortem*. Santa Maria. Cartório: Órfãos e Ausentes. M.5, N.113. A.1871, APERS.

5 CONCLUSÕES

Depois de um longo caminho de pesquisa faz-se necessário realizar um fechamento. Nosso intento ao pesquisar a família Pinto foi torná-la ponto nodal de nossa dissertação e não produto de nosso capricho ou de alguma proximidade genealógica que tenhamos com a mesma. Trata-se de uma família que se materializou gradualmente em nossos esforços junto as fontes primárias, chamando nossa atenção, alterando a rota de nossa investigação, mas também enriquecendo nossa perspectiva inicial de observação dos oitocentos. Pensamos na família Pinto, mas principalmente Francisco José Pinto – o maior criador de Santa Maria, segundo os inventários analisados -, como representante do que se entende por *excepcional-normal*¹.

Os fragmentos de sua trajetória mostraram-se de grande importância para nossa investigação transcende a sua individualidade, pois o que nos interessou, reconstituindo os seus percalços biográficos e de sua família, foi entender um pouco melhor as vivências do grupo social da elite regional de proprietários/criadores, suas trajetórias e a constituição de seus patrimônios.

Com o auxílio da micro-história passamos a enxergar os inventários *post-mortem* como uma fonte que nos possibilitou perceber a sociedade estudada em movimento, ancorada pelos números. Após verificarmos a existência dos diversos grupos sociais, portadores de escalas diferentes de riqueza, foi possível constatar a presença de uma elite majoritariamente ocupada com atividades agropastoris, que concentrava em suas mãos consideráveis fortunas. Isso significa dizer que, das cinco maiores fortunas, quatro tiveram origem em atividades rurais, e apenas uma em negócios mercantis; percebemos uma proeminência econômica em terras e animais controlada por um grupo social restrito, uma vez que no topo da hierarquia econômica desta sociedade concentravam-se estes cinco indivíduos, 2% dos inventariados, que possuíam 21% da riqueza no período analisado. Dessa forma a hierarquia econômica desta região, assim, como em uma típica sociedade escravista

¹ REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998; GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989; _____. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; _____. Provas e Possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Davis. *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.p.183.

do Brasil oitocentista, estava concentrada nas mãos de uma elite local, que, por sua vez, detinha a maior parte dos bens de produção, tanto em propriedade fundiária, gado e escravos.

Conforme a *relação de 1858*, verificamos que entre os oito criadores que tinham acima de 2.000 reses, cinco pertenciam a família Pinto: quatro irmãos e um cunhado: Capitão Tristão José Pinto, Francisco José Pinto, Tenente Clarimundo José Pinto, José Constantino Pinto e Capitão Olivério Antonio de Athaydes, cunhado dos quatro primeiros, casado com Joaquina Maria de Oliveira. Cruzando estas informações aos inventários *post-mortem* constatamos que Francisco José Pinto continuava sendo o maior criador de gado de toda a amostra de inventários pesquisada (1858-1889).

Investigando as pistas documentais percebemos que Francisco José Pinto em inúmeras análises se apresentava como uma figura imponente e constatamos que se tratava de um representante da elite regional, um proprietário/criador. Neste sentido, a trajetória de Francisco foi nosso fio condutor na abordagem desta elite de proprietários/criadores desta região, através da formação do patrimônio de sua família.

A trajetória de Francisco possibilitou-nos que analisássemos o perfil da elite de proprietários/criadores desta região e ao mesmo tempo compreendermos como se estruturou esta sociedade de meados do século XIX, no aspecto sócio-econômico. Lendo o inventário de Francisco José percebemos que não se tratavam apenas de dados econômicos agregados e sim de um documento preñado de possibilidade de seguir os indícios, detalhes e reconstruir a história de várias pessoas ligadas por laços e, assim, nos aproximarmos da sociedade observada.

Seguindo a trajetória de seus antepassados, retrocedemos no tempo e rompemos o nosso limite temporal voltando aos setecentos. Esta viagem no tempo permitiu reconstituirmos, dentro do possível, trajetórias de pessoas que se confundiam com a ocupação e povoamento dos Campos de Viamão, assim, como suas relações.

Estudar os grupos não significa menosprezar os esforços e talentos individuais, mas valorizar as heranças familiares em seus variados aspectos. Os falecidos não legavam apenas bois, terras, escravos e outros itens palpáveis, mas também prestígio, relações, conhecimentos, inserções em redes diversas.

Assim, através dos inventários *post-mortem* podemos constatar que o patriarca da família Pinto, Antonio José Pinto, mudou-se de Sacramento para os Campos de Viamão e logo que se estabeleceu casou-se com Felícia Maria, filha de Antônio de Souza Fernando e de Apolônia de Oliveira, uma das famílias mais ilustres daquela região. Ao efetuar esse enlace matrimonial, tornou-se cunhado e compadre de Francisco Pinto Bandeira. Essas ligações são ilustrativas da forma de ocupação dos Campos de Viamão.

Antônio José Pinto (a primeira geração) foi proprietário de terras, animais e escravos em Viamão. Através do matrimônio criou laços com um dos grupos familiares mais enriquecidos e prestigiados da região de Viamão e posteriormente alcançou o cargo de Oficial da Câmara de Viamão. Quando Antônio José Pinto faleceu (1784) legou para seus herdeiros (11 filhos) valores iguais, houve diferenças na quantidade de animais, escravos e nos bens de raiz.

Constantino José Pinto (segunda geração), o quarto filho de Antonio José Pinto, recebeu em sua legitima paterna o valor de 183\$699 réis (1784); entre os bens estavam poucos animais (16 vacas xucras, 1 vaca leiteira, 50 éguas xucras, 1 touro, 2 burros) e parte de um campo no valor de 125\$000 réis em Viamão²; não recebeu escravos. Nada que o transformasse em um grande proprietário. Porém, Constantino migrou para a Vila de Cachoeira, solicitou uma sesmaria no ano de 1817 e em seu inventário realizado em 1834, deixou um capital avaliado em 193:448\$728 réis - 41% em terras, 36% em animais e 9% em escravos. Constantino José Pinto casou-se com Ricarda Gomes dos Santos, natural de Cachoeira. Deste enlace matrimonial nasceram sete filhos: Francisco José, Maria Constantina, Joaquina Maria, Tristão José, Francisca Maria, José Constantino e Clarimundo José.

O senhor Constantino acumulou um grande cabedal e passou a pertencer ao grupo socialmente mais elevado da sociedade local. Possuía terras de campo na Vila de Cachoeira, no distrito de Santa Maria e na Vila de São Borja (na costa do Rio Uruguai), um grande número de gado bovino e de escravos.

Quando o senhor Constantino José Pinto (1834) e Ricarda Gomes dos Santos (1852) faleceram legaram aos seus herdeiros um considerável patrimônio. Verificamos que primeiramente na partilha realizada no inventário de Constantino José no ano de 1834, que as legítimas foram bastante específicas e equilibradas na

² Todos os bens que foram legados para Constantino José Pinto foi descritos no capítulo 2. Inventário *post-mortem* de Porto Alegre, A.1784.

distribuição dos bens: terras, escravos e animais a cada herdeiro. Com relação a partilha realizada no inventário de Dona Ricarda Gomes dos Santos no ano de 1852, constatamos que houve doação da terça para uma de suas filhas, no entanto, este valor doado não foi deduzido da legítima deste herdeira. Essa atitude favoreceu um dos herdeiros em comparação com os demais, que receberam todos os mesmos valores em seus quinhões. Constatamos que Constantino José e Ricarda investiram principalmente na aquisição de terra, legando aos seus filhos um bem material sólido.

Contudo, dois filhos homens de Constantino José exerceram cargos militares: o Coronel Tristão José Pinto (São Gabriel) e Tenente Clarimundo José Pinto. Enquanto os outros dois filhos: Francisco José Pinto e José Constantino Pinto seguiram a mesma atividade do pai, destacando-se na sociedade de Santa Maria como proprietários/criadores. Essa mescla de atividades e as múltiplas atuações destes membros pertencentes à família Pinto tinham raízes coloniais, como vimos no capítulo dois e estendeu-se para dentro do século XIX. Segundo Farinatti: “o fato dos filhos homens seguirem os passos do pai era francamente facilitado pela existência de um patrimônio previamente construído pela atuação paterna³”.

Francisco José Pinto (terceira geração), o seu filho mais velho, fora um grande estancieiro, assim como seu pai, manteve o *status* e a riqueza da família Pinto na região de Santa Maria. Francisco José foi o mais afortunado entre os seus irmãos, casou-se com Joaquina Maria da Natividade, natural de Cachoeira do Sul. A maior parte de sua fortuna concentrava-se em bens de produção: terra, gado e escravos. Esta estratégia gerou uma grande diferenciação, que permitiu conservar o patrimônio da família e ainda permitiu investir os recursos gerados a partir da pecuária na formação de um dos seus filhos homens: Pantaleão José Pinto foi estudar medicina na capital do Império. Esta iniciativa era inédita na trajetória da família Pinto, se lembrarmos que seus antecessores atuaram como criadores, militares e até assumiram cargos públicos, no entanto, até então não haviam partido para a conquista de um diploma. Mas esta geração não fugiu totalmente a regra, Theodoro José e Antonio José também investiram na carreira militar, mesmo que por um pequeno espaço de tempo. O primogênito João José Pinto, seguiu a atividade de seu pai e de seu avô.

³ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária...*, 2007. p.224.

Analisando a trajetória da família Pinto, nos permitiu visualizar, mesmo que com falhas, as atividades que desempenhavam, de onde tiravam o seu sustento, no que investiram seus capitais. A partir da análise da transmissão patrimonial percebemos ao longo de três gerações as estratégias sociais de manutenção e reprodução da riqueza, o que possibilitou analisar a hierarquia sócio-econômica e a estrutura agrária de Santa Maria.

FONTES PRIMÁRIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS)

- Inventários *post-mortem*. Santa Maria. Cartório de Órfãos e Ausentes. Cartório do Cível e Crime. Cartório da Provedoria. 1858-1889. APERS.
- Inventário *post-mortem*. Porto Alegre. Cartório de: 1ª Vara de Família (ex-órfãos). M.8, N.110, A.1784.
- Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório de: Órfãos e Ausentes. M.5 N.82 A.1834.
- Inventário *post-mortem*. Cachoeira do Sul. Cartório de: Órfãos e Ausentes. M.9, N.162, A.1852.
- Inventário *post-mortem*. São Gabriel. Cartório de: Órfãos e Ausentes. M.10, N.207, A.1868.
- Processo Crime. Cachoeira do Sul, Maços 4, Auto 3015, Ano 1856.
- Livros Notariais de Registro Diversos. Livro 1, Anos 1862 a 1874.
- Livros Notariais de Transmissão e Notas. Livro 4, Anos 1871-1873.
- Livros de Escrituras Transmissões e Notas. Santa Maria. Livros 01 a 06. Anos 1858 a 1875.
- Livros de Escrituras Transmissões e Notas. Santa Maria. Livros 24 e 25. Anos 1878 a 1889.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs)

- Fundo Sesmaria: Constantino José Pinto. Maço 97, N.1178, Caixa 35, Ano 1817.
- Correspondência Expedida. Câmara Municipal de Santa Maria. Ano 1858/1867, M.208, caixa 111. Relação dos animais vacuns, cavalares e lanígeros do município de Santa Maria.
- Correspondências Expedidas. Câmara Municipal de Santa Maria, Ano 1858/1867, M.208, caixa 111. O mapa estatístico da população colonizadora de Santa Maria. 1858.
- Correspondências Expedidas. Câmara Municipal de Santa Maria, Ano 1858/1867, M.208, caixa 111. Relatório de Felipe Normann. 1858.

ARQUIVO MUNICIPAL DE SANTA MARIA (AMSM)

- Fundo da Câmara Municipal de Santa Maria da Boca do Monte, livro 3, 1860 a 1889, 18/06/1877, Arquivo Municipal de Santa Maria.

ARQUIVO BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE (Rio Grande) (ABRG)

- O Jornal 'A Sentinella do Sul'. Ano 1867, p.98

FONTES PRIMÁRIAS PUBLICADAS EM LIVRO

AVÉ-LALLEMMENT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Itatiaia/USP, 1980.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RS. *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS (1803-1950)*. Porto Alegre: FEE, 1981.

SAINT-HILAIRE, August. In: MARCHIORI, José Newton; FILHO NOAL, Valter Antonio (Orgs). *Santa Maria: Relatos e Impressões de viagem*. Santa Maria: Editora UFSM, 1997. pp.25-28.

BIBLIOGRAFIA

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____; Carlos de Almeida Prado. *Herança em Família: A partilha dos engenhos de açúcar*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

BARCELLOS, Adão. Um Benemérito Médico Santamariense: Pantaleão Pinto, cognominado o 'Pai dos Pobres'. In FRANCO, Álvaro, RAMOS, Senhorinha Maria (Org). *Pantaleão Médico Riograndense: Síntese Cultural e Histórica*. São Paulo: Ramos, Franco, 1943

BEBER, Cirilo Costa. *Santa Maria 200 anos: história da economia do município*. Santa Maria: Pallotti, 1998.

BELÉM, João. *História do município de Santa Maria (1797/1933)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2000.

BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho 1787-1930*. Santa Maria: Editora Pallotti, 1979.

BELINAZZO, Terezinha Maria. *A população da paróquia de Santa Maria da Boca do Monte 1844-1882*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1981 (Dissertação de Mestrado).

BERUTE, Gabriel do Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825*. Porto Alegre: UFRGS- PPGH, 2006 (Dissertação de Mestrado).

BLUTEAU, Padre d. Raphael. *Vocabulário Português e Latino*. Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2008.

BRENNER, José Antonio. *Imigração alemã: a Saga dos Niederaurer*. Santa Maria: Editora da UFSM, 1995.

CARATTI, Jônatas Marques. Comprando e vendendo escravos na fronteira: uma possibilidade de análise a partir de escrituras públicas de compra e venda (Jaguarão, 1860-1880). In *Anais: ANPUH / IX Encontro Estadual de História*, São Leopoldo, 2008.

CARDOSO, Ciro F. História da Agricultura e História Regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. In: _____. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. “*Entre a solidariedade e a animosidade*”: os conflitos e as relações interétnicas populares, Santa Maria – 1885 a 1915. São Leopoldo, RS: UNISINOS, PPGH, 2005, (Dissertação de Mestrado).

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CERUTTI, Simona. Processo e Experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

CHRISTILINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. São Leopoldo: UNISINOS, PPGH, 2004, (Dissertação de Mestrado).

COMISSOLI, Adriano. Perpetuação e continuidade: estratégias familiares e redes de poder da elite sul rio-grandense no início do século XIX. Brasil e Portugal: nossa história ontem e hoje: *Anais do I Colóquio de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco*. Disponível em: <<http://www.pgh.ufrpe.br/brasilportugal/anais/11/Adriano%20Comissoli.pdf>> Acesso em outubro/2008

COSTA, Dora Isabel Paiva. Crescimento econômico em uma economia de abastecimento interno: Araraquara, São Paulo, século XIX. In *Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo*. São Paulo: ANPUH-UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom.p.3.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. Campinas: Editora HUCITEC e Editora da UNICAMP, 1996.

DACANAL, José Hildbrando e GONZAGA, Sérgio. *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira do sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGH, 2007, (Tese de Doutorado).

_____. *Escravos do Pastoreio. Pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850)*. Revista Ciência e Ambiente, n. 33 (jul/dez, 2006) Santa Maria: UFSM, 2006.

_____. *Escravos nas estâncias e nos campos: escravidão e trabalho na Campanha Rio-grandense (1831-1870)*. *Conservatória: Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica*, CD-ROM, 2005.

_____. *Um Campo de Possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul – século XIX)*. *História – Unisinos*. São Leopoldo: v.8, agosto-dezembro de 2003, pp. 253-276.

_____. *Para além de estancieiros e colonos: o Rio Grande do Sul rural dos oitocentos e os lavradores nacionais*. In: QUEVEDO, Julio (Org.). *Historiadores do Novo Século*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001.

_____. *Criadores de Gado na Fronteira Meridional do Brasil (1831-1870)*. *Anais das II Jornadas de História Regional Comparada*, Porto Alegre: CD-ROM, 2005.

_____. *Escravidão e pecuária na fronteira sul do Brasil: primeiras notas de pesquisa (Alegrete, 1831-1850)*. *Anais do II Encontro de Pós-Graduação em História Econômica da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica*, Niterói: (ABPHE), CD-ROM, 2004.

_____. *Sobre as Cinzas da Mata Virgem: os lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845-1880)*. Porto Alegre: PPGH-PUCRS, 1999, (Dissertação de Mestrado).

FAYET, Ana Luisa. *Imagens Etnográficas de viajantes alemães no Brasil do século XIX*. In *Revista Chilena de Antropologia Visual*, Santiago do Chile, n.7, p.31-59, 2006. Disponível em: <<http://www.antropologiavisual.cl/fayet.htm#Layer1>>. Acesso em: 10 out.2008.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888)*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FOLETTTO, Arlene Guimarães. *Dos Campos junto ao Uruguai aos Matos de Cima da Serra: paisagem agrária e estrutura produtiva em São Patrício de Itaqui (1850-1889)*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2003, (Dissertação de Mestrado).

FRADKIN, Raúl; GARAVAGLIA, Juan Carlos; GELMAN, Jorge; GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. *Cambios y permanencias: Buenos Aires en la primera mitad del siglo XIX*. In: Anuário I.E.H.S. “Prof. Juan Carlos Grosso”, nº. 12. Tandil: UNCPBA, 1997.

FRAGOSO, João L.; FLORENTINO, Manolo. *História Econômica*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____; _____. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FRAGOSO, João Luis. A economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista exportadora. In LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

_____. Afogando em Nomes: temas e experiências na história econômica. In *Topói, Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 5, 2002.

_____. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, 2ª. ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n. 29, 2002, pp. 3-28.

_____; PITZER, Renato Rocha. Barões, Homens Livres Pobres e Escravos: notas sobre uma fonte múltipla – Inventários post mortem. In *Revista Arrabalde*. Niterói, nº. 2, set./dez, 1988.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1974.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala: as origens da família patriarcal brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1987.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 15ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

_____. Las “estancias” en la campaña de Buenos Aires. Los medios de producción (1750-1815). In FRADKIN, Raúl O. (org.) *La historia agraria del Río de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (II)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.

_____. *Pastores y Labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830)*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.

_____. Patrones de inversión y “elite económica dominante”: los empresarios rurales en la Pampa bonaerense a mediados del siglo XIX. In GELMAN, Jorge; GARAVAGLIA, Juan Carlos; ZEBERIO, Blanca (Comp.). *Expansión Capitalista y Transformaciones Regionales: Relaciones sociales y empresas agrarias en la Argentina del siglo XIX*. Buenos Ayres: Editorial La Colmena, 1999.

_____; GELMAN, Jorge. Mucha tierra y poca gente: un nuevo balance historiográfico de la historia rural platense (1750-1850). *Historia Agraria: Revista Semestral del Seminario de Historia Agraria*, Universidad de Múrcia, nº.15, (enero/Julio) de 1998.

GARCIA, Graciela. *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, PPGH, 2005. (Dissertação de Mestrado).

GAS, Magda Roswita. *Presença Teuta em Porto Alegre no Século XIX, 1850-1889*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GELMAN, Jorge. *Unos Números Sorprendentes. Cambio y continuidad en el mundo agrário bonaerense durante la primera mitad del siglo XIX*. Anuario del I.E.H.S.. Tandil: UNCPBA, 1996.

GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: elites contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

GINZBURG, Carlo e PONI, Carlo. O Nome e o Como: troca desigual no mercado historiográfico. In _____. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

GOUBERT, Pierre. História Local. *Revista Arrabaldes*. Niterói, ano 1, n.1, pp.69-82, maio/ago. 1988.

GOES, José Roberto. *O Cativo imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história?. In REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas – A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUTERRES, Letícia Batistela. *Para Além das Fontes. Im/Possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos (Santa Maria, 1844-1882)*. Porto Alegre: PUCRS, 2005. (Dissertação de Mestrado).

HAMEISTER, Martha Daisson. *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGH, 2002, (Dissertação de Mestrado).

_____. *Para Dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1863)*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS-PPGH, 2006, (Tese de Doutorado).

HEINZ, Flávio M. (org.). *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HENRY, Louis. *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*. Curitiba: UFPR, 1977.

HESPANHA, António Manoel. Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites. In BICALHO, Maria Fernanda; FERLINE, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de Governar...*, 2005.

KLIEMANN, Luiza. *RS: Terra e Poder: história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. *Sobre as ruínas da velha matriz: religião e política em tempos de ferrovia...*, 2007 (Dissertação de mestrado).

KUHN, Fábio. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - Século XVIII*. Niterói: UFF, PPGH, 2006, (Tese de Doutorado).

LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo. In REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas – A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, pp. 203-224.

_____. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Sobre a micro-história*. In BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. Os usos da biografia. In MORAES, Marieta de; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

LIMA FILHO, Henrique Espada. *Microstoria: escalas, indícios e singularidades*. Campinas: Universidade de Campinas, PPG – História Social, 1999. (Tese de doutorado).

LINHARES, Maria Yedda. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979.

_____; SILVA, Francisco Carlos T. *História da Agricultura Brasileira, combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense: 1981.

MACHADO, Cacilda. O patriarcalismo possível: relações de poder em uma região em que o trabalho familiar era a norma. In *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 23, n. 1, São Paulo, Jan/Junho, 2006.

_____, Cacilda. A trama das vontades: Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social. (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX). Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, PPGH, UFRJ, Rio de Janeiro. [2006]

MARCÍLIO, Maria Luíza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Edusp/HUCITEC, 2000.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 6ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MATTOS, Hebe Maria. Campesinato e Escravidão. In SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João Luis (org.). *Escritos Sobre História e Educação: Homenagem a Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001.

MATTOS, Hebe. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia. *Bahia: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Faces da Liberdade, Máscaras do Cativo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

_____. Justificando o Cativo: a cultura de resistência escrava. PICCOLO, Helga. PADOIM, Maria Medianeira (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul – Volume 2*, Império. Passo Fundo: Méritos, 2006.

_____. A Liberdade Fardada: escravidão e alforria na Guerra do Paraguai. In *Anais do VI Encontro Estadual de História*. Passo Fundo: ANPUH-RS, CD-ROM, 2002.

_____. Introdução. In ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Diário do Coronel Manoel Lucas de Oliveira*. Porto Alegre: Edições EST, 1997.

_____. *Os Cativos e os Homens de Bem*. Experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

_____. Joana Mina, Marcelo Angola e Laura Crioula: os parentes contra o cativo. In SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. *RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. pp.46-62.

OLIVEIRA, Vinícius Pereira. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: EST, 2006.

OSÓRIO, Helen. Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam. O Rio Grande de São Pedro (1760-1825). In GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. pp.75-90.

_____. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____. Trabalhadores da Pecuária: peões e gaudérios na fronteira do Império Português. *XIII Congresso Internacional de História Econômica*. Buenos Ayres, 2002.

PESAVENTO, Sandra. *A Burguesia Gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho. RS 1889-1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. 5ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 21ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento. O Extremo Sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: FAPERGS/F. Prado, 2002.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In REVEL, Jaques (org.). *Jogos de Escalas – a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, pp. 151-172.

RÜDIGGER, Selbat. *Colonização e Propriedades de Terra no Rio Grande do Sul – Século XVIII*. Porto Alegre: IEL, 1965.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*. Niterói: UFF/ PPGH, 1994 (Dissertação de mestrado).

SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, UNISINOS, São Leopoldo, RS, [2008].

SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SILVA, Augusto. *Rafael Pinto Bandeira: de Bandoleiro a Governador relações entre os poderes privado e público em Rio Grande de São Pedro*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999. (Dissertação de mestrado).

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II d'África, o Príncipe do Povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)*. São Leopoldo: Oikos, 2006.

SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SLENES, Robert. *Na Senzala uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TONDOLO, Rosane Bovolini. *A colonização de Silveira Martins*. Santa Maria: UFSM, 1996. (monografia de especialização).

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os Nomes da Liberdade: Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Oikos / Editora da UNISINOS, 2008.

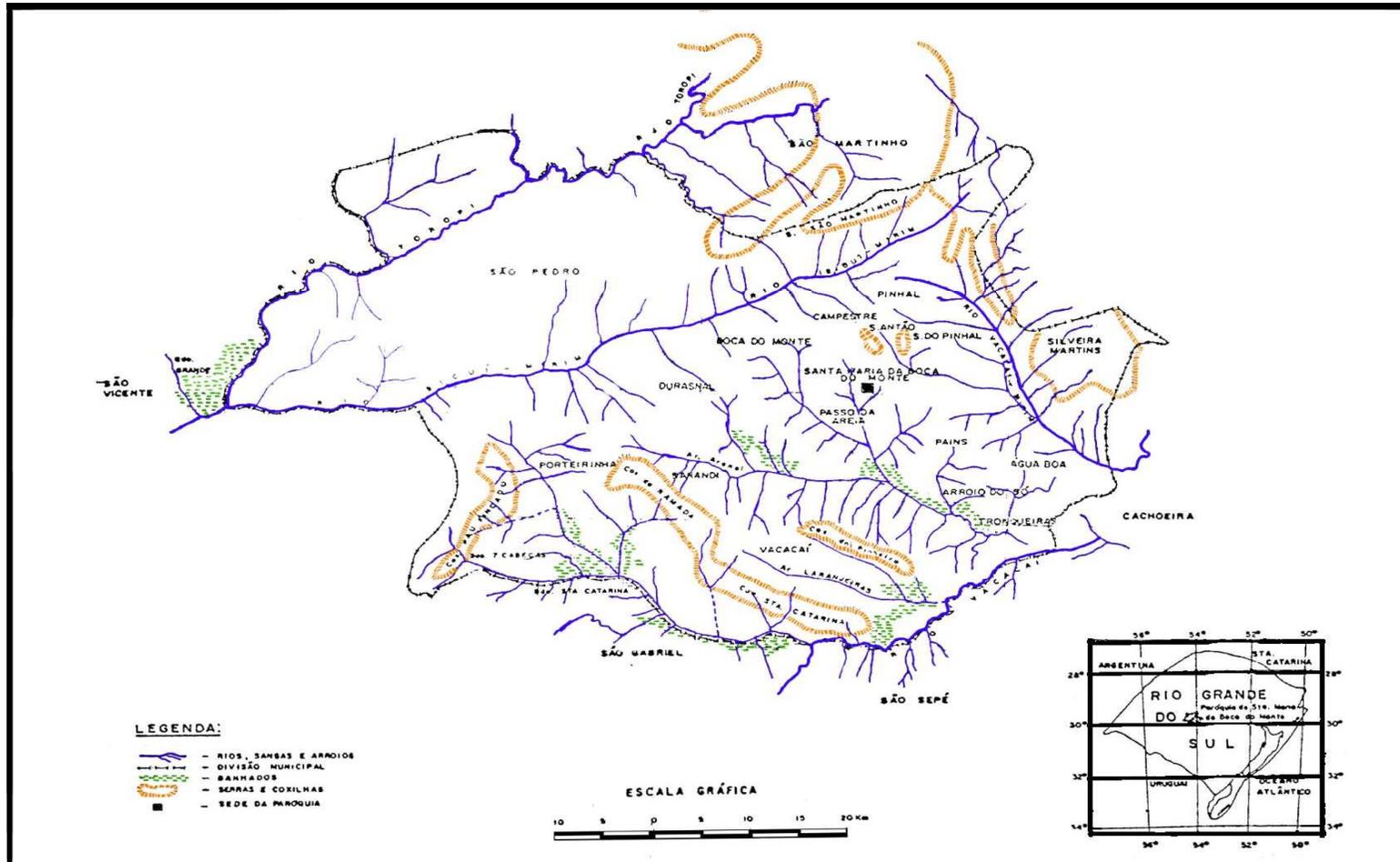
WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço: curadores e práticas de cura no sul do Brasil (Santa Maria: 1845-1880)*. 1999 (dissertação de mestrado).

XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão, século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____, A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos. In SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. *RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. pp.15-31.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.

ANEXO A – MAPA DA PARÓQUIA DE SANTA MARIA DA BOCA DO MONTE: 1844-1882



Fonte: BELINAZZO, Teresinha Maria. *A população da paróquia de Santa Maria da Boca do Monte (1844-1882)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1981. (Dissertação de Mestrado) p.42.L